Balanço Geral do Estado do Tocantins

Relatório Gerencial das Contas do Governo

Exercício de 2007

PROCESSO Nº 2008/2540/000001 - VOLUME XXIII

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCELO DE MIRANDA CARVALHO

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

DIRETOR DE SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

DIRETOR DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO
JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

COORDENADOR DE NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS
FLEURY PEREIRA DOS SANTOS

COORDENADOR DE TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA
FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS
JANETE MONTEIRO GOMES

EQUIPE DE APOIO
CLEBÉR BARROS ARRAES
FLORIANO RODRIGUES ALVES
KÁTIA SILVA MACÊDO MIRANDA
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE C. FONTES

ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO 01

2 ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 03

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO 04

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO 09

2.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA 10

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS 11

- Receita Corrente Líquida 12
- Receita Primária Líquida 13

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS 14

- Despesa por tipo de crédito 14
- Despesa por categoria econômica 15
- Despesa realizada por Poderes 16
- Despesa com pessoal em relação a RCL – por Poderes 18
- Despesa executada por função 18
- Despesa por órgãos, entidades e Fundos 20
- Cumprimento de Metas Fiscais 21
- Superávit Orçamentário 21
- Resultado Primário 22

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS 22

- Despesa realizada com educação 22
- Despesa realizada com saúde 23

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA 24

Quadros do resumo financeiro das receitas e das despesas 24

2.3 POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO 25

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL 25

2.3.1.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2006/2007 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO 26

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS 27
- Dívida Fundada Interna e Externa 29
- Situação dos Restos a Pagar 31
- Garantias prestadas pelo Estado 33
- Empréstimos e Financiamentos 34
2.3.1.2 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2006/2007 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO 35
2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO 35
2.3.1.2.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS AUTARQUIAS DO ESTADO 36
2.3.1.2.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS FUNDAÇÕES DO ESTADO 36
2.3.1.2.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL FUNDOS ESPECIAIS DO ESTADO 37
2.3.1.3 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2006/2007 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO 37
2.3.1.3.1 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER EXECUTIVO 37
2.3.1.3.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER LEGISLATIVO 38
2.3.1.3.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– PODER JUDICIÁRIO 39
2.3.1.3.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– MINISTÉRIO PÚBLICO 40
2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA 41
2.3.2.1 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 42
- Despesa de caráter continuado 43
2.3.2.2 RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA GERAL DO ESTADO 44
2.3.2.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – GERAL DO ESTADO 44
2.3.2.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO 45
2.3.2.4.1 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO 46

2.3.2.4.2 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS 46
2.3.2.4.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES 47
2.3.2.4.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS 48
2.3.2.5. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO 49
2.3.2.6. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO 50
2.3.2.7. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO 50
2.3.3 DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES 51
3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL 53
3.1 UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 53
3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR 53
3.1.2 CASA CIVIL 57
3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR 58
3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO 61
3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO 63
3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 65
3.1.7 CASA MILITAR 68
3.1.8 VICE-GOVERNADORIA 68
3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS 69
3.1.10 DEFENSORIA PÚBLICA 74
3.1.11 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 76
3.1.12 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE 78
3.1.13 SECRETARIA DO ESPORTE 90
3.1.14 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA 93
3.1.15 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 98
3.1.16 SECRETARIA DO GOVERNO 99
3.1.17 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 101

3.1.18 SECRETARIA DA FAZENDA 104
3.1.19 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 107
3.1.20 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 119
3.1.21 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 123
3.1.22 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 134
3.1.23 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA 138
3.1.24 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE 145
3.1.25 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL 156
3.1.26 SECRETARIA DA JUVENTUDE 160
3.1.27 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ 163
3.1.28 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN 164
3.1.29 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO 166
3.1.30 SECRETARIA DE SAÚDE 168
3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS 169
3.2.1 AUTARQUIAS 170
3.2.1.1 INSTITUTO SOCIAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO-PRODIVINO 170
3.2.1.2 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS - AHDU 171
3.2.1.3 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO - ATR 174
3.2.1.4 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS 176
3.2.1.5 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV 184
3.2.1.6 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS 185
3.2.1.7 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN 186
3.2.1.8 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC 190
3.2.1.9 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS – RURALTINS 194
3.2.1.10 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS –

ITERTINS 199
3.2.1.11 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS-JUCETINS 203
3.2.1.12 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO TOCANTINS – IPEM 205
3.2.1.13 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 207
3.2.1.14 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DERTINS 209
3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS 214
3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS 214
3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS 215
3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS 219
3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMCB 219
3.2.3.2 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES 220
3.2.3.3 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM 222
3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA 223
3.2.3.5 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR 224
3.2.3.6 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 226
3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA 227
3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA 228
3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR 229
3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER 230
3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS 231
3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 232
3.2.3.13 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE 236
3.2.3.14 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS 237
3.2.3.15 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS 239
3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 241
3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO 242
3.2.3.18 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE 243
3.2.3.19 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA 260
3.2.3.20 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 262

3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 263
3.2.3.22 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 271
3.2.3.23 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS 273
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL 275
4.1 ÁREA ECONÔMICA 277
4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 280
4.3 ÁREA SOCIAL 283
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS 288
4.4.1 AUMENTO DA PRODUÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 289
4.4.2 COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA, ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES 293
4.4.3 ALTA QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUILÍBRIO FISCAL 295
4.4.4 INCLUSÃO SOCIAL E ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES 297
4.4.5 SEGURANÇA E CIDADANIA AOS TOCANTINENSES 307

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 310

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Lei Estadual nº 1.415/2003, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e ao seu Regimento Interno, a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório e Parecer sobre as contas do Governo, referentes ao exercício de 2007, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, conforme informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

> I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa fisica, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, contém uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal e da seguridade social, executados no exercício de 2007, abrangendo os poderes executivo, legislativo, judiciário e também o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas estão apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizadas pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados, constata-se que, no decorrer de 2007, o Governo preocupou-se em dar continuidade à modernização da máquina administrativa, que tem como premissa básica valorizar o cidadão tocantinense. Seguindo esta linha de trabalho, na área administrativa e financeira as medidas implementadas definem a alta qualidade nos serviços públicos e o

equilíbrio fiscal. Na área assistencial, percebe-se que o governo investiu na inclusão social com o intuito de elevar a qualidade de vida do tocantinense, já na área econômica viabilizou ações que orientam o aumento da produção e a complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicação.

Observa-se, ainda, que as atividades primárias obtiveram bons resultados, por meio do processo produtivo, possibilitando ao Estado maior capacidade econômica e social, tornando-as essenciais para o aumento do PIB Tocantinense. Além disso, pelo conteúdo das peças técnicas expostas, é possível perceber os resultados de cada atividade governamental, no exercício de 2007, que demonstram significativos índices da gestão pública.

Verifica-se, pois, que o governo buscou gerar emprego e renda, aumentar a exportação de produtos genuinamente tocantinenses e estimular o desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e para a proteção do meio ambiente, via que o Estado tem seguido, principalmente nos últimos cinco anos.

Assim, denota-se pelo trabalho desenvolvido que o Executivo, em conjunto com os demais poderes constituídos, tem-se pautado pela valorização do ser humano, posto que o modelo de desenvolvimento adotado contempla nas suas metas o incremento da economia, o incentivo à iniciativa privada, a melhoria da qualidade do ensino e da saúde, bases para o crescimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os balanços e demais demonstrações contábeis estão divididos em 22 (vinte e dois) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balanço Geral do Estado: - Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, das Variações Patrimoniais Consolidados e Balanço Social; e Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III - Balanço do Poder Executivo;

Volume IV – Balanço Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume V – Balanço da Administração Direta;

Volume VI – Balanço das Autarquias, Fundações e Fundos;

Volume VII – Conciliação Bancária da Administração Direta;

Volume VIII e XI – Conciliação Bancária da Administração Indireta;

Volume XII e XIII - Conciliação do Almoxarifado da Administração Direta;

Volume XIV e XV - Conciliação do Almoxarifado da Administração Indireta;

Volume XVI - Conciliação do Patrimônio da Administração Direta e Indireta;

Volume XVII – Anexo 2, Anexo 10 e Anexo 11 por Unidade Gestora;

Volume XVIII a XXII – Cópia de Prestação de Contas dos demais Poderes.

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A análise consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, comprovando os resultados quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente do Poder Executivo, demonstrando, inclusive, o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos respectivos direitos e haveres, em consonância aos princípios constitucionais e legais.

A avaliação confere maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um plano estratégico que contempla as ações do governo para alcance das metas de investimentos e objetivos fixados para um período de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária, configurando, desta forma, o planejamento tático necessário à definição dos rumos e limites na gestão dos recursos público.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, que podem dispor para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.

A receita extra-orçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho com dotação orçamentária suficiente, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles fixados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extra-orçamentários aqueles provenientes da geração de passivos financeiros.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes ao exercício financeiro de 2007, foi aprovado pela Lei Estadual n° 1.753, de 26 de dezembro de 2006 (LOA), que **estimou a receita** no valor de **R$ 3.754.046.196,00** e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.262.219.547,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 1.024.665.594,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 467.161.055,00.

O valor do orçamento **inicialmente** autorizado foi alterado para R$ 3.989.861.684,00 em decorrência dos acréscimos de R$ 235.815.488,00 resultantes da abertura de créditos adicionais, assim recomposto:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.344.746.886,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 1.099.616.483,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 545.498.315,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral disponibilizou despesas autorizadas nos orçamentos fiscal, no valor de R$ **3.030.088.384,00** e da Seguridade Social R$ **959.773.300,00.**

Ressalte-se que estas alterações contaram com recursos disponíveis a títulos de superávit financeiro e excesso de arrecadação, este apurado durante o exercício por nível de detalhamento das fontes específicas no valor de **R$ 130.659.044,00**, enquanto aquele, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de **R$ 105.156.444,00**, justifica a diferença entre a receita prevista atualizada e a despesa autorizada.

Do total de R$ 3.989.861.684,00 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R$ 2.182.764.423,00 – 54,71% - na Administração Direta e R$ 1.807.097.261,00 - 45,29% - na Administração Indireta.

A Gestão da receita e da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve os Órgãos e Entidades que compõem a estrutura orçamentária da Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 01 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS(2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**2.607.895.217,00**	**582.151.733,00**	**3.190.046.950,00**
Receita Tributária	932.803.174,00	36.633.134,00	969.436.308,00
Receita de Contribuições	10.000,00	132.915.000,00	132.925.000,00
Receita Patrimonial	20.113.000,00	149.136.900,00	169.249.900,00
Receita de Serviços	1.000,00	2.530.000,00	2.531.000,00
Transferências Correntes	1.968.877.830,00	256.654.699,00	2.225.532.529,00
Outras Receitas Correntes	19.646.478,00	4.282.000,00	23.928.478,00
Dedução para o FUNDEF	**(333.556.265,00)**		**(333.556.265,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**191.470.419,00**	**420.187.871,00**	**611.658.290,00**
Operações de Crédito	21.126.515,00	179.252.024,00	200.378.539,00
Alienação de Bens		1.875.000,00	1.875.000,00
Amort. de Empréstimos		13.123.300,00	13.123.300,00
Transferências de Capital	170.343.904,00	225.937.547,00	396.281.451,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**-**	**83.000.000,00**	**83.000.000,00**
TOTAL	**2.799.365.636,00**	**1.085.339.604,00**	**3.884.705.240,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2007 Receita Atualizada.

QUADRO 02 – Resumo Geral da Receita – Orçamento Fiscal

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**2.607.895.217,00**	**383.151.733,00**	**2.991.046.950,00**
Receita Tributária	932.803.174,00	36.633.134,00	969.436.308,00
Receita de Contribuições	10.000,00	53.000.000,00	53.010.000,00
Receita Patrimonial	20.113.000,00	30.051.900,00	50.164.900,00
Receita de Serviços	1.000,00	2.530.000,00	2.531.000,00
Transferências Correntes	1.968.877.830,00	256.654.699,00	2.225.532.529,00
Outras Receitas Correntes	19.646.478,00	4.282.000,00	23.928.478,00
Dedução para o FUNDEF	**(333.556.265,00)**	**-**	**(333.556.265,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**191.470.419,00**	**420.187.871,00**	**611.658.290,00**
Operações de Crédito	21.126.515,00	179.252.024,00	200.378.539,00
Alienação de Bens	-	1.875.000,00	1.875.000,00
Amort. de Empréstimos	-	13.123.300,00	13.123.300,00
Transferências de Capital	170.343.904,00	225.937.547,00	396.281.451,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**2.799.365.636,00**	**803.339.604,00**	**3.602.705.240,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2007 Receita Atualizada.
OBS.: deduzido das receitas do FUNDO DE PREVIÊNCIA.

QUADRO 03 – Resumo Geral da Receita – Orçamento da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES		**199.000.000,00**	**199.000.000,00**
Receita Tributária			-
Receita de Contribuições		79.915.000,00	79.915.000,00
Receita Patrimonial		119.085.000,00	119.085.000,00
Receita de Serviços			-
Transferências Correntes			-
Outras Receitas Correntes			-
Dedução para o FUNDEF			**-**
RECEITAS DE CAPITAL		**-**	**-**
Operações de Crédito			-

Alienação de Bens			-
Amort. de Empréstimos			-
Transferências de Capital			-
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS		**83.000.000,00**	**83.000.000,00**
TOTAL		**282.000.000,00**	**282.000.000,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – FUNDO DE PREVIDÊNCIA– dezembro/2007 Receita Atualizada.

QUADRO 04 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**2.270.938.771,00**	**343.194.003,00**	**2.614.132.774,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.371.812.550,00	13.747.917,00	1.385.560.467,00
Juros e Encargos da Dívida	31.407.826,00	-	31.407.826,00
Outras Despesas Correntes	867.718.395,00	329.446.086,00	1.197.164.481,00
DESPESAS DE CAPITAL	**619.306.430,00**	**529.364.451,00**	**1.148.670.881,00**
Investimentos	504.765.297,00	499.788.041,00	1.004.553.338,00
Inversões Financeiras	20.528.728,00	29.576.410,00	50.105.138,00
Amortização da Dívida	94.012.405,00	-	94.012.405,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	**227.058.029,0**	**227.058.029,00**
TOTAL	**2.890.245.201,00**	**1.099.616.483,00**	**3.989.861.684,00**

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado – Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita prevista atualizada no Quadro 01 – **R$ 3.884.705.240,00** com o total da despesa autorizada demonstrada no Quadro 04 – **R$ 3.989.861.684,00**, comprova-se diferença no valor de **R$ 105.156.444,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 05 - Resumo Geral Da Despesa – Orçamento Fiscal

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**1.833.607.009,00**	**131.209.295,00**	**1.964.816.304,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.080.458.918,00	9.743.722,00	1.090.202.640,00
Juros e Encargos da Dívida	31.407.826,00	-	31.407.826,00
Outras Despesas Correntes	721.740.265,00	121.465.573,00	843.205.838,00
DESPESAS DE CAPITAL	**611.769.877,00**	**452.495.226,00**	**1.064.265.103,00**
Investimentos	497.228.744,00	450.395.936,00	947.624.680,00
Inversões Financeiras	20.528.728,00	2.099.290,00	22.628.018,00

Amortização da Dívida	94.012.405,00	-	94.012.405,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	1.000.029,00	1.000.029,00
TOTAL	**2.445.376.886,00**	**584.704.550,00**	**3.030.081.436,00**

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado
Obs.: deduzido o orçamento da seguridade e do orçamento fiscal.

QUADRO 06 - Resumo Geral da Despesa – Orçamento da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**437.331.762,00**	**211.984.708,00**	**649.316.470,00**
Pessoal e Encargos Sociais	291.353.632,00	4.004.195,00	295.357.827,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	145.978.130,00	207.980.513,00	353.958.643,00
DESPESAS DE CAPITAL	**7.536.553,00**	**76.869.225,00**	**84.405.778,00**
Investimentos	7.536.553,00	49.392.105,00	56.928.658,00
Inversões Financeiras	-	27.477.120,00	27.477.120,00
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	226.058.000,00	226.058.000,00
TOTAL	**444.868.315,00**	**514.911.933,00**	**959.780.248,00**

FONTE – Anexo 11 Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** Funções 08, 09, 10 e os valores para os aposentados e pensionistas em outros programas.

Créditos Adicionais Abertos

Entende-se por créditos adicionais abertos as novas autorizações que acontecem durante o exercício financeiro, em decorrência de fatos novos que provocam o surgimento de necessidades e reduzem ou ampliam as existentes, por meio de lei específica ou de decretos governamentais dentro dos limites da Lei orçamentária.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.° 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 07 – Demonstrativo dos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial (Lei 1.753/2006)	
Orçamento Inicial	3.754.046.196,00
(+) Créditos Suplementares	1.370.537.867,00
(+) Créditos Especiais	115.361.182,00
(-) Reduções	1.250.083.561,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	**3.989.861.684,00**

FONTE – Diário Oficial nº 2.315 – Lei 1.753/06 e Balanço Geral do Estado Volume I, fl. 0365

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R$ 3.754.046.196,00, aprovado pela Lei nº 1.753/2006, foi ajustado pelos créditos suplementares de R$ 1.370.537.867,00, créditos especial de 115.361.182,00 e sofreu reduções de R$ 1.250.083.561,00, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 3.989.861.674,00, para o exercício financeiro 2007.

QUADRO 08 – Demonstrativo por Tipos de Recursos Disponibilizados aos Créditos Adicionais

DESCRIÇÃO	VALOR R$
(+) Redução Total ou Parcial (*)	1.250.083.561,00
(+) Excesso de Arrecadação	130.659.044,00
(+) Superávit Financeiro	105.156.444,00
= Créditos Suplementares e Especiais	**1.485.899.049,00**
* Dotação Especial por Redução	115.361.182,00

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0450

Os crédito adicionais realizados no exercício de 2007 elevaram o orçamento geral autorizado em 6,28%, reforçando as dotações orçamentárias insuficientes e atendendo despesas inicialmente não previstas no orçamento. Os recursos necessários à abertura dos créditos suplementares e especiais decorreram do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 391 a 450 do Balanço Geral, Volume II.

Os créditos especiais e suplementares foram previamente autorizados por lei e abertos por decretos do Poder Executivo e portarias de autoridade designada, em consonância aos dispositivos do art. 5º e aos limites previstos no art. 8º, ambos da Lei nº 1.753, de 26 de dezembro de 2006.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO

A execução orçamentária e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras, por meio da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização dos programas e ações governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação e às diretrizes estratégicas, compatibilizadas com as prioridades e as metas do PPA – 2004/2007, compreendendo os atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou extinção de direitos e obrigações no âmbito do Poder Público.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de **93,59%** comparada com a previsão atualizada, mostrando em relação ao ano anterior um crescimento de **21,03%,** o que comprova a utilização correta da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o parágrafo 3° do artigo 2° da LRF apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Encontram-se demonstradas nos quadros a seguir, a Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídas as suplementações e reduções), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises:

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS

QUADRO 09 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**3.451.590.066,00**	**3.467.746.094,49**	100,47
Receita Tributária	967.559.608,00	960.640.434,81	99,28
» ICMS	795.378.075,00	776.803.546,67	97,66
» Outras	172.181.533,00	183.836.888,14	106,77
Receita de Contribuições	132.925.000,00	156.347.409,16	117,62
Receita Patrimonial	169.249.900,00	200.099.971,54	118,23
Receita de Serviços	2.531.000,00	1.142.198,91	45,13
Transferências Correntes	2.155.396.080,00	2.118.942.221,07	98,31
» FPE	1.617.919.324,00	1.591.898.474,93	98,39
» Outras	537.476.756,00	527.043.746,14	98,06
Outras Receitas Correntes	23.928.478,00	30.573.859,00	127,77
RECEITAS DE CAPITAL	**553.012.395,00**	**454.199.416,89**	82,13
Operações de Crédito	138.405.127,00	131.044.401,41	94,68
Alienação de Bens	1.875.000,00	12.475.059,82	665,34
Amortização de Empréstimos	15.000.000,00	7.490.759,21	49,94
Transferências de Capital	397.732.268,00	303.189.196,45	76,23
TOTAL DAS RECEITAS	**4.004.602.461,00**	**3.921.945.511,38**	97,94
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	**(333.556.265,00)**	**(369.449.244,99)**	110,76
Receitas de C. Intra-Governamental	83.000.000,00	83.037.855,00	100,05
TOTAL	**3.754.046.196,00**	**3.635.534.121,39**	**96,84**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado volume I, fl. 0119

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado – Discriminação das Receitas – 2007

RECEITAS					
RECEITAS	**PREVISTA ATUALIZADA (R$)**	**REALIZADA (R$)**	**% REALIZADA S/PREVISTA**	**% S/MONTANTE REALIZADO**	**DIFERENÇA (REALIZADA - PREVISTA) (R$)**
RECEITAS CORRENTES	**3.523.603.215,00**	**3.467.746.094,49**	98,41	95,38	(55.857.120,51)
Receita Tributária	969.436.308,00	960.640.434,81	99,09	26,42	(8.795.873,19)
» ICMS	795.378.075,00	776.803.546,67	97,66	21,37	(18.574.528,33)
» Outras	174.058.233,00	183.836.888,14	105,62	5,06	9.778.655,14
Receita de Contribuições	132.925.000,00	156.347.409,16	117,62	4,30	23.422.409,16
Receita Patrimonial	169.249.900,00	200.099.971,54	118,23	5,50	30.850.071,54
Receita de Serviços	2.531.000,00	1.142.198,91	45,13	0,03	(1.388.801,09)
Transferências Correntes	2.225.532.529,00	2.118.942.221,07	95,21	58,28	(106.590.307,93)
» FPE	1.617.919.324,00	1.591.898.474,93	98,39	43,79	(26.020.849,07)
» Outras	607.613.205,00	527.043.746,14	86,74	14,50	(80.569.458,86)
Outras Receitas Correntes	23.928.478,00	30.573.859,00	127,77	0,84	6.645.381,00
RECEITAS DE CAPITAL	**611.658.290,00**	**454.199.416,89**	74,26	12,49	(157.458.873,11)
Operações de Crédito	200.378.539,00	131.044.401,41	65,40	3,60	(69.334.137,59)
Alienação de Bens	1.875.000,00	12.475.059,82	665,34	0,34	10.600.059,82
Amortização de Empréstimos	13.123.300,00	7.490.759,21	57,08	0,21	(5.632.540,79)
Transferências de Capital	396.281.451,00	303.189.196,45	76,51	8,34	(93.092.254,55)
TOTAL DAS RECEITAS	**4.135.261.505,00**	**3.921.945.511,38**	94,84	107,88	(213.315.993,62)
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEF	**(333.556.265,00)**	**(369.449.244,99)**	110,76	(10,16)	(35.892.979,99)
Receitas de C. Intra-Governamental	83.000.000,00	83.037.855,00	100,05	2,28	37.855,00
TOTAL	**3.884.705.240,00**	**3.635.534.121,39**	93,59	100,00	(249.171.118,61)

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado -Volume I, fl. 0119

Obs.: o valor do superávit financeiro não faz parte do anexo 10.

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2006 e 2007

RECEITAS CORRENTES	VALOR R$		% 2007 S/2006	% S/TOTAL	
	2006	2007		2006	2007
Receita Tributária	857.162.249,82	960.640.434,81	12,07	28,62	27,70
Receita de Contribuições	119.508.876,67	156.347.409,16	30,82	3,99	4,51
Receita Patrimonial	120.116.486,18	200.099.971,54	66,59	4,01	5,77
Receita de Serviços	925.415,62	1.142.198,91	23,43	0,03	0,03
Transferências Correntes	1.869.437.775,64	2.118.942.221,07	13,35	62,41	61,10
Outras Receitas Correntes	28.179.264,56	30.573.859,00	8,50	0,94	0,88
TOTAL	**2.995.330.068,49**	**3.467.746.094,49**	**15,77**	**100**	**100**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2006/2007

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO	2006	2007	% 2007/2006
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.992.327,89	86.332.224,86	6,59
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	35.300.174,75	48.200.828,77	36,55
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	709.336.038,36	776.803.546,67	9,51
TOTAL	**825.628.541,00**	**911.336.600,30**	10,38

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2006 e 2007

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - Exercícios 2006 e 2007

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR R$		% 2007S/2006	%	
	2006	2007		2006	2007
Operações de Crédito	75.101.891,26	131.044.401,41	74,49	24,43	28,85
Alienação de Bens	13.928.535,83	12.475.059,82	-10,44	4,53	2,75
Amortização de Empréstimos	7.965.456,68	7.490.759,21	-5,96	2,59	1,65
Transferências de Capital	210.472.207,71	303.189.196,45	44,05	68,45	66,75
TOTAL	**307.468.091,48**	**454.199.416,89**	**47,72**	**100**	**100**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2006/2007

DESCRIÇÃO	2006	2007
RECEITAS CORRENTES	**2.993.016.010,82**	**3.464.919.099,47**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-208.374.272,39	-231.867.524,95
DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	-296.582.499,26	-366.613.345,55
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-71.381.471,91	-84.740.830,16

COMP. FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-256.870,63	-247.942,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**2.416.420.896,63**	**2.781.449.456,04**
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**15,11**

FONTE – Geral do Estado/05 volume II, fl. 621 - Geral do Estado/06 volume II, fl. 750

Conforme demonstra o quadro 10, houve superação do valor estimado na realização da Receita de Contribuições de 17,62%, Receita Patrimonial de 18,23% e em Outras Receitas Correntes de 27,77%, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

Merece destaque a superação das metas de arrecadação das **receitas correntes** em **28,60%** em relação ao exercício anterior, atingindo, sem as deduções legais, a cifra total de **R$ 3.467.746.094,49**, que compreende, dentre outras, à receita própria do Estado, oriunda do FPE e da arrecadação tributária.

As **receitas de capital**, no valor de **R$ 454.199.416,89**, representam **12,49%** do total arrecadado no exercício de 2007. Destaca-se nessa Categoria Econômica as Transferências de Capital, cuja arrecadação corresponde ao percentual de **66,75%** em relação ao total das receitas de capital.

Outro dado de relevância pública é o resultado da receita corrente líquida apurada no valor de **R$ 2.781.449.456,04.** Trata-se do principal parâmetro para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando em 2007 um crescimento de, aproximadamente, **15,11%** em relação ao exercício anterior, sendo um dos principais fatores que possibilitam o aumento da capacidade de investimento do Estado, através da captação de recursos internos e externos.

QUADRO 15 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	3.003.849.624,92	**2.581.968.084,01**
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**454.190.512,47**	**307.468.091,48**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	131.044.401,41	75.101.891,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	7.481.854,79	7.965.456,68
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	12.475.059,82	13.928.535,83
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	**303.189.196,45**	**210.472.207,71**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**3.003.849.624,92**	**2.581.968.084,01**

Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 16 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2007
Receitas Correntes	**3.464.919.099,47**
(-)Transferências Constitucionais	(231.867.524,95)
(-) Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	(84.740.830,16)

(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	(247.942,77)
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEF	(366.613.345,55)
Receita Corrente Líquida (A)	**2.781.449.456,04**

QUADRO 17 – Comparativo entre a Receita Corrente Líquida de 2006 e 2007

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ANO DE 2006	**ANO DE 2007**	**% EVOLUÇÃO**
2.416.420.896,63	2.781.449.456,04	15,11

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS

QUADRO 18 - Balanço Orçamentário do Estado - despesas por tipo de crédito – 2007

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	**3.690.893.598,00**	**3.253.120.505,61**	**88,14**	**99,37**	**437.773.092,39**
Despesas Correntes	**2.596.667.235,00**	**2.448.356.069,00**	**94,29**	**74,79**	**148.311.166,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.380.046.784,00	1.369.739.697,08	99,25	41,84	10.307.086,92
Juros/Encargos da Dívida	31.407.826,00	30.907.802,76	98,41	0,94	500.023,24
Outras Despesas Correntes	1.185.212.625,00	1.047.708.569,16	88,40	32,00	137.504.055,84
Despesas de Capital	**1.094.226.363,00**	**804.764.436,61**	**73,55**	**24,58**	**289.461.926,39**
Investimentos	952.048.520,00	681.373.947,31	71,57	20,81	270.674.572,69
Inversões Financeiras	48.165.438,00	29.425.853,82	61,09	0,90	18.739.584,18
Amortização da Dívida	94.012.405,00	93.964.635,48	99,95	2,87	47.769,52
Reserva de Contingência	**227.058.029,00**	**-**	**-**	**-**	**227.058.029,00**
CRÉDITOS ESPECIAIS	**71.910.057,00**	**20.463.046,41**	**28,46**	**0,63**	**51.447.010,59**
Despesas Correntes	**17.465.539,00**	**11.060.070,49**	**63,33**	**0,34**	**6.405.468,51**
Pessoal e Encargos Sociais	5.513.683,00	5.394.097,59	97,83	0,16	119.585,41
Outras Despesas Correntes	11.951.856,00	5.665.972,90	47,41	0,17	6.285.883,10
Despesas de Capital	**54.444.518,00**	**9.402.975,92**	**17,27**	**0,29**	**45.041.542,08**
Investimentos	52.504.818,00	7.467.262,58	14,22	0,23	45.037.555,42
Inversões Financeiras	1.939.700,00	1.935.713,34	99,79	0,06	3.986,66
TOTAL	**3.989.861.684,00**	**3.273.583.552,02**	**82,05**	**100,00**	**716.278.131,98**
SUPERÁVIT (*)		**361.950.569,37**			

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 0172 a 0364

* Total arrecadado (Quadro 10) menos total da despesa (Quadro 18).

Os quadros de n.° 10 e 18 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, superávit orçamentário no valor R$ **361.950.569,37**, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada. Tal superávit resulta do elevado grau de seriedade com que o Governo realiza suas execuções orçamentárias.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas somam **R$ 2.448.356,069,00,** representando **74,79%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R$ 804.764.436,61,** destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R$ 681.373.947,31**, que representam **84,67%** do total das despesas de capital.

QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2006		2007		% 2007/2006
	DESPESA	% PART	DESPESA	% PART	
Pessoal e Encargos Sociais	1.201.953.663,12	42,8	1.375.133.794,67	42,01	14,41
Juros e Encargos da Divida	27.166.149,82	0,97	30.907.802,76	0,94	13,77
Outras Despesas Correntes	844.047.978,55	30,05	1.053.374.542,06	32,18	24,80
DESPESAS CORRENTES	**2.073.167.791,49**	73,82	**2.459.416.139,49**	75,13	18,63
Investimentos	622.403.853,52	22,16	688.841.209,89	21,04	10,67
Inversões Financeiras	21.900.207,30	0,78	31.361.567,16	0,96	43,20
Amortização da Dívida	90.994.952,67	3,24	93.964.635,48	2,87	3,26
DESPESAS DE CAPITAL	**735.299.013,49**	26,18	**814.167.412,53**	24,87	10,73
TOTAL	**2.808.466.804,98**	100	**3.273.583.552,02**	100	16,56

Fonte – anexo IMPBY/2006 e 2007

No exercício de 2007, o volume de despesas realizadas atingiu um valor de R$ 3.273.583.552,02. Dos recursos aplicados 75,13% foram concentrados nas despesas correntes e 24,87% aplicado nas despesas de capital. Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2006 e 2007, evidencia-se um crescimento nos gastos do governo em 16,56%, observando que as contas de outras despesas correntes e de inversões financeiras apresentaram respectivamente 24,80% e 43,20% de aumento no período.

QUADRO 20– Comparativo de Despesa Realizada por Poderes / Categoria e Grupo

2007								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**CUSTEIO**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.178.593.588,03	85,71	1.037.186.961,13	95,66	808.165.100,30	99,26	3.023.945.649,46	92,37
Legislativo	66.235.361,48	4,82	17.657.299,92	1,63	1.607.979,58	0,20	85.500.640,98	2,61
Judiciário	85.752.655,92	6,24	18.537.902,88	1,71	1.543.736,48	0,19	105.834.295,28	3,23
Ministério Público	44.552.189,24	3,24	10.900.180,89	1,01	2.850.596,17	0,35	58.302.966,30	1,78
TOTAL	**1.375.133.794,67**	**100**	**1.084.282.344,82**	**100**	**814.167.412,53**	**100**	**3.273.583.552,02**	**100**

2006								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**CUSTEIO**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.021.861.931,30	85,02	828.694.507,57	95,12	728.706.996,31	99,10	2.579.263.435,18	91,84
Legislativo	60.585.003,82	5,04	15.928.956,66	1,83	637.000,19	0,09	77.150.960,67	2,75
Judiciário	79.274.105,92	6,60	16.772.176,61	1,93	5.465.740,74	0,74	101.512.023,27	3,61
Ministério Público	40.232.622,08	3,35	9.818.487,53	1,13	489.276,25	0,07	50.540.385,86	1,80
TOTAL	**1.201.953.663,12**	**100,00**	**871.214.128,37**	100,00	**735.299.013,49**	**100,00**	**2.808.466.804,98**	**100,00**

PODER	**PESSOAL**			**CUSTEIO**			**CAPITAL**		
	2006	**2007**	**%**	**2006**	**2007**	**%**	**2006**	**2007**	**%**
Executivo	1.021.861.931,30	1.178.593.588,03	15,34	828.694.507,57	1.037.186.961,13	25,16	728.706.996,31	808.165.100,30	10,90
Legislativo	60.585.003,82	66.235.361,48	9,33	15.928.956,66	17.657.299,92	10,85	637.000,19	1.607.979,58	152,43
Judiciário	79.274.105,92	85.752.655,92	8,17	16.772.176,61	18.537.902,88	10,53	5.465.740,74	1.543.736,48	-71,76
Ministério Público	40.232.622,08	44.552.189,24	10,74	9.818.487,53	10.900.180,89	11,02	489.276,25	2.850.596,17	482,61
TOTAL	**1.201.953.663,12**	**1.375.133.794,67**	**14,41**	**871.214.128,37**	**1.084.282.344,82**	24,46	**735.299.013,49**	**814.167.412,53**	**10,73**

QUADRO 21- Resumo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2006	% PART	2007	% PART	% 2007/2006
PESSOAL	1.201.953.663,12	42,80	1.375.133.794,67	42,01	14,41
CUSTEIO	871.214.128,37	31,02	1.084.282.344,82	33,12	24,46
CAPITAL	735.299.013,49	26,18	814.167.412,53	24,87	10,73
TOTAL	**2.808.466.804,98**	**100**	**3.273.583.552,02**	**100**	**16,56**

A Execução da despesa, no exercício de 2007, apresentou aplicação de recursos em pessoal e encargos de 42,01% e custeio foi de 33,12%, enquanto a despesa de capital alcançou índice de 24,87%. Em relação ao biênio 2006/2007, observou-se resultados crescentes: nas despesas com pessoal e encargos sociais que registraram um aumento de 14,41% e despesa com custeio 24,48%, finalmente os gastos com Capital apresentaram um acréscimo de 10,73%.

A aplicação dos recursos orçamentários, no exercício de 2007, importou em R$ 3.273.583.552,02, assim distribuídos: 92,37%, pelo o poder executivo, 2,61% pelo Legislativo, 3,23% pelo Judiciário e 1,78% pelo Ministério Público.

As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um incremento nominal de 14,41% entre os exercícios de 2006 e 2007, e, em comparação com o total das despesas, sua participação reduziu de 42,80% em 2006 para 42,01% em 2007.

QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal em relação a RCL

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		% Gasto com pessoal/ RCL 2007	Limite Máximo da LRF	Limite Prudencial	Evolução da Despesa 2006 / 2007
	2006	2007				
Executivo	1.021.861.931,30	1.183.514.116,51	42,55	49,00%	46,55%	15,82%
Legislativo	60.585.003,82	62.638.776,74	2,25	3,00%	2,85%	3,39%
Judiciário	79.274.105,92	82.659.178,91	2,97	6,00%	5,70%	4,27%
Ministério Público	40.232.622,08	44.829.646,19	1,61	2,00%	1,90	11,43%
TOTAL	**1.201.953.663,12**	**1.373.641.718,35**	**49,74**	**60,00%**	**57,00**	**14,28%**

FONTE –Balanço Geral do Estado -LRF

Em relação aos gastos com pessoal, para fins de limite, com base na Receita Corrente Líquida, todos os Poderes mantiveram-se abaixo dos limites prudenciais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

QUADRO 23 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2007

Despesa de Pessoal	**1.222.770.489,30**
Pessoal Ativo	1.137.474.411,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	85.296.078,03
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)	39.256.372,79
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	256.866,67
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.204.004,81
(-) Inativos com Recursos Vinculados	37.795.501,31
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	**1.183.514.116,51**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.781.449.456,04
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**42,55**
LIMITE MÁXIMO 49%	**1.362.910.233,46**
LIMITE PRUDENCIAL 46,55%	**1.294.764.721,79**

FONTE – Volume II Balanço Geral do Estado – fl. 0762

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam **42,55%** da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite legal de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

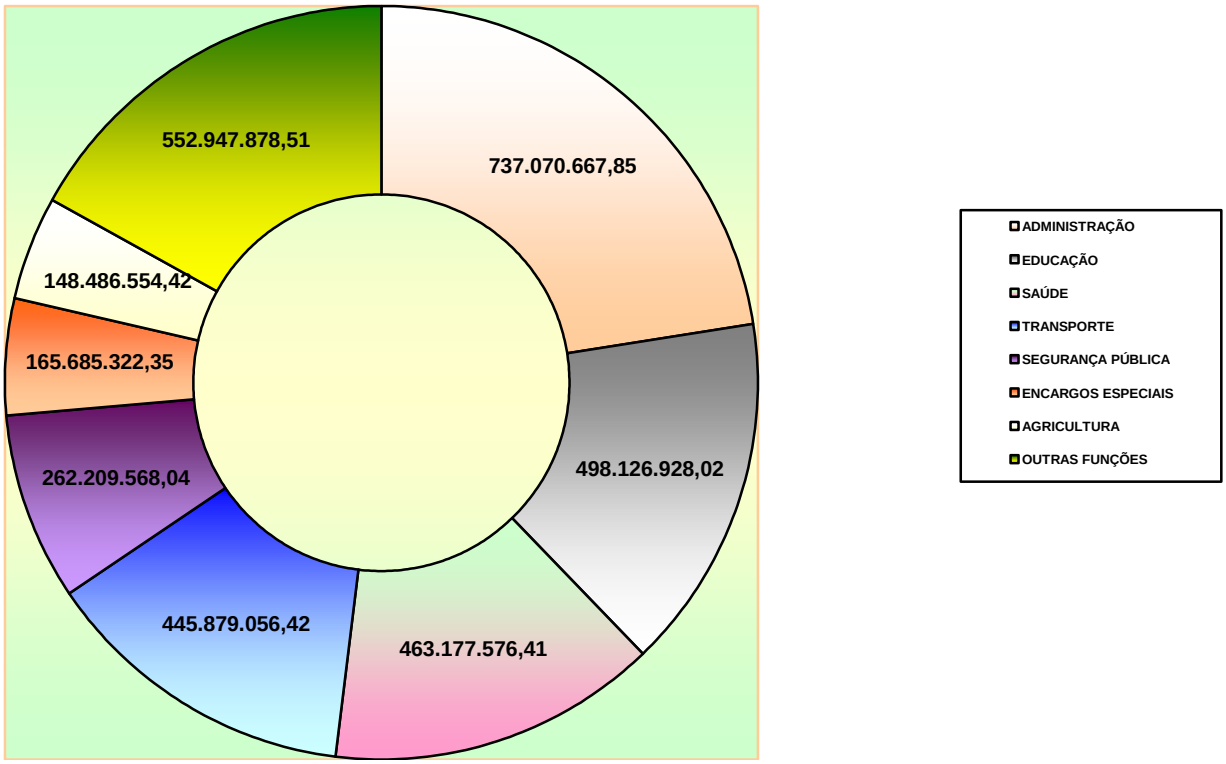
QUADRO 24 - Demonstrativo das Despesas Executadas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2.007	2.007
ADMINISTRAÇÃO	737.070.667,85	22,52
EDUCAÇÃO	498.126.928,02	15,22
SAÚDE	463.177.576,41	14,15
TRANSPORTE	445.879.056,42	13,62
SEGURANÇA PÚBLICA	262.209.568,04	8,01
ENCARGOS ESPECIAIS	165.685.322,35	5,06

AGRICULTURA	148.486.554,42	4,54
JUDICIÁRIA	115.381.375,54	3,52
PREVIDÊNCIA SOCIAL	101.013.186,52	3,09
LEGISLATIVA	81.442.561,53	2,49
ESSENCIAL À JUSTIÇA	62.755.146,85	1,92
ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.885.368,68	1,58
COMUNICAÇÕES	44.660.979,24	1,36
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25.258.966,44	0,77
GESTÃO AMBIENTAL	13.194.273,56	0,40
URBANISMOS	11.964.195,29	0,37
DESPORTO E LAZER	11.507.244,63	0,35
CULTURA	11.319.798,80	0,35
HABITAÇÃO	4.672.826,89	0,14
SANEAMENTO	4.209.520,28	0,13
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.926.063,04	0,12
TRABALHO	3.063.934,14	0,09
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.404.339,16	0,07
ENERGIA	1.782.682,84	0,05
INDÚSTRIA	1.307.071,01	0,04
DIREITOS DA CIDADANIA	1.198.344,07	0,04
TOTAL	3.273.583.552,02	100

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II , fls. 0744 a 0749

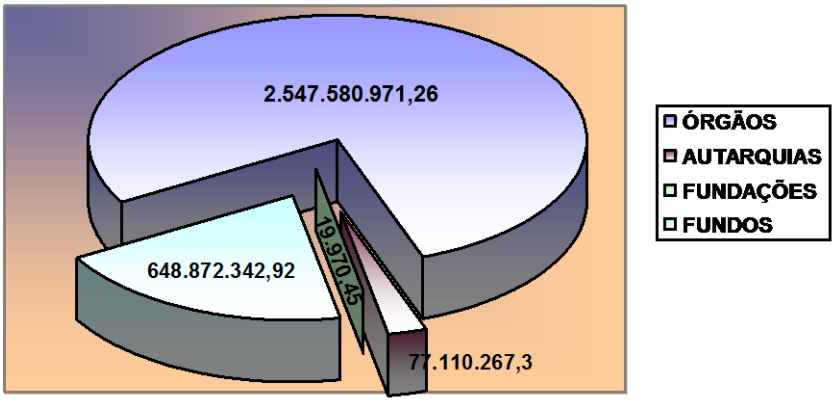
GRÁFICO 01 – Despesas por Função de Governo



Observa-se que as funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: a) Administração com **R$ 737.070.667,85**; b)

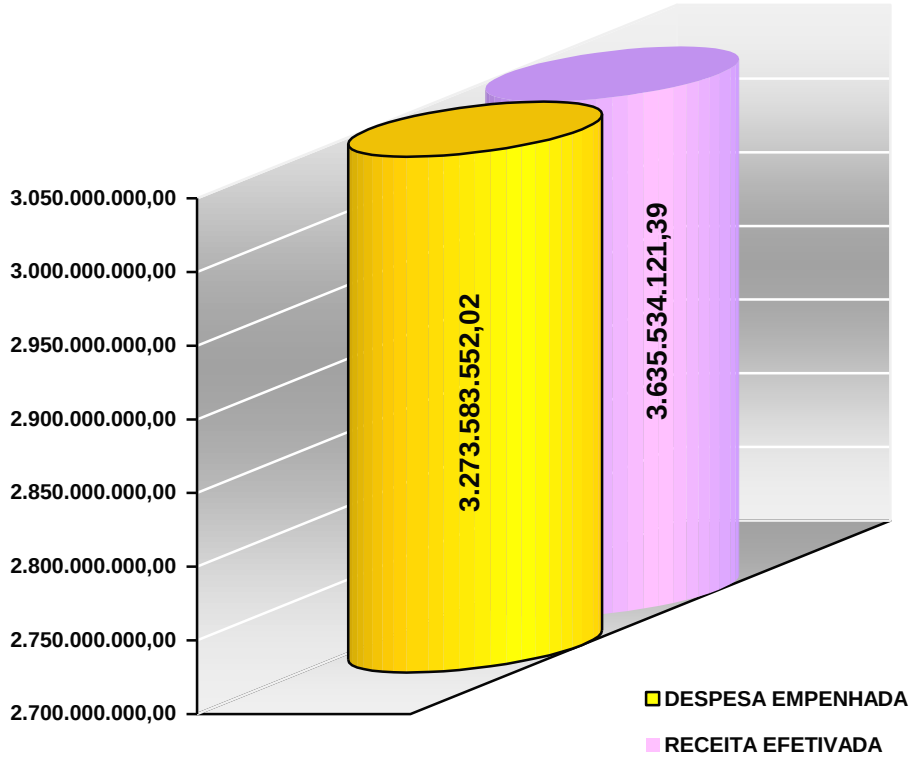
Educação com **498.126.928,02**; c) Saúde com **R$ 463.177.576,41,** d) e Transporte com **R$ 445.879.056,42.**

GRÁFICO 02 – Despesas Orçamentárias por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundacional) e Fundos



Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.° 02. Chama-se atenção para as Fundações com a menor consignação orçamentária, de apenas **R$ 19.970,45** do orçamento geral do Estado, e para os Órgãos, pois estes detêm a maior parcela orçamentária, o equivalente ao total de **R$. 2.547.580.971,26**.

GRÁFICO 03 - Cumprimento de Metas Fiscais



O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, com um **superavit orçamentário** de **9,96%** equivalente a **R$ 361.950.569,37,** superior ao apurado no exercício anterior com base na receita efetivada e na despesa empenhada e nos princípios de racionalidade dos gastos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, orçamento, finanças e controle.

QUADRO 25 – Demonstrativo das Despesas Primárias Líquidas

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	
	EM 2007	EM 2006
DESPESAS CORRENTES (I)	**2.459.416.139,49**	**2.073.167.791,49**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	30.907.802,76	27.166.149,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	2.428.508.336,73	2.046.001.641,67
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	**814.167.412,53**	**735.299.013,49**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	23.795.406,07	18.630.448,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	93.964.635,48	90.994.952,67
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	696.407.370,98	625.673.612,26
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VIII) = (III + VII)	**3.124.915.707,71**	**2.671.675.253,93**
RESULTADO PRIMÁRIO (VIII) **(VIII) = (VI QUADRO 15 - VIII QUADRO 25)**	**182.123.113,66**	**120.765.037,79**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2007		1.838.000,00

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

No campo da despesa, também merece destaque o parâmetro **Resultado Primário** que tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado em honrar os compromissos assumidos com o serviço da dívida, apurado em valor positivo de R$ **182.123.113,66,** que superou, em 9.808,77%, o valor de R$ 1.838.000,00, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os limites constitucionais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, devendo, por esta razão, ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas.

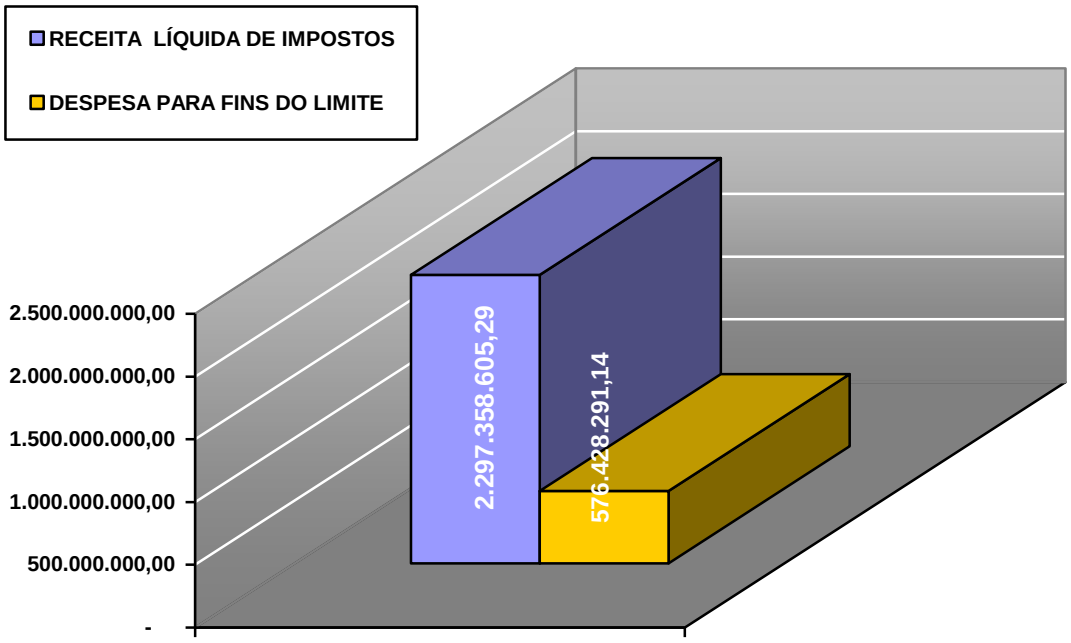
O Governo do Estado superou os percentuais mínimos estabelecidos na Constituição Federal para aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme demonstração abaixo:

QUADRO 26 - Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2006/2007

ESPECIFICAÇÃO	2007	2006	% 2007/2006
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.297.358.605,29**	**2.076.788.672,72**	**10,62%**
Aplicação na Educação	576.428.291,14	521.074.677,28	10,62%
% de Aplicação Realizada	25,09%	25,09%	
LIMITE CONSTITUCIONAL	25,00%	25,00%	

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2007, constatou-se aumento de 10,62% em relação ao exercício de 2006. Essa evolução acompanhou o crescimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais. A aplicação na área de educação atendeu ao Limite determinado na Constituição federal de 1988, em seu art. 212, que é de 25% da receita resultante de impostos. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 25,09%, equivalente a R$ 576.428.291,14.

GRÁFICO 04 – Limite de Despesas com Educação e Cultura



De acordo com o gráfico acima, o valor de R$ 576.428.291,14, correspondente a 25,09% da receita resultante de impostos, superando o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

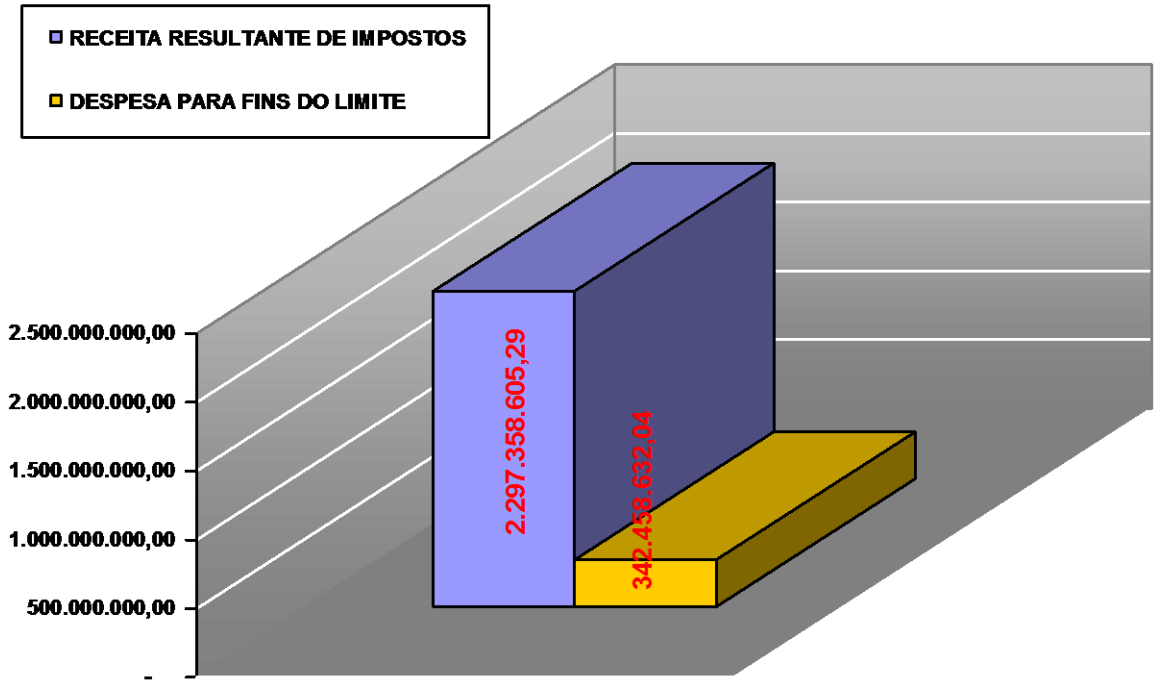
QUADRO 27 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2006/2007

ESPECIFICAÇÃO	2007	2006	% 2007/2006
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.297.358.605,29**	**2.076.788.672,72**	**10,62%**
Aplicação na Saúde	342.458.632,04	280.644.705,40	22,03%
% de Aplicação Realizada	14,91%	13,51%	
LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00%	12,00%	

A Emenda Constitucional n° 29, no art. 77, determina a aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de 12%. Conforme demonstrado no quadro acima foram gastos 14,91% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, com uma vantagem de 2,91% nos resultados obtidos.

Em relação ao período 2007 e 2006, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evolução de 10,62%, resultado que contribuiu também com o crescimento das aplicações no setor saúde que cresceu em 22,03%.

GRÁFICO 05 – Limite de Despesas com Saúde



Em relação à Saúde, o gasto de R$ 342.458.632,04, correspondente a 14,91% da receita corrente líquida, superou o índice de 12% determinado pelo § 1º do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos e pagamentos de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentários e ativos, passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 28 – Resumo Financeiro das Receitas e Despesas em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.552.496.266,39**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.190.545.697,02**
CORRENTES	3.098.305.753,92	CORRENTES	2.376.378.284,49
CAPITAL	454.190.512,47	CAPITAL	814.167.412,53
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	83.037.855,00	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	83.037.855,00

EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.241.921.352,38	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.263.366.228,60
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.078.645.485,97	SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE	1.419.151.179,12
TOTAL	8.956.100.959,74	TOTAL	8.956.100.959,74

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I , fl. 136 - Geral do Estado.

QUADRO 29 - Resumo da Receita – Despesas em Valores Percentuais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	39,67	ORÇAMENTÁRIA	35,62
CORRENTES	34,59	CORRENTES	26,53
CAPITAL	5,07	CAPITAL	9,09
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,93	DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,93
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47,36	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47,60
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	12,04	SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE	15,85
TOTAL	100	TOTAL	100

FONTE – Balancete geral do Estado.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **39,67%** de receita orçamentária, **47,36%** de receita extra-orçamentária, **0,93%** de receita intra-orçamentária e **12,04%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos Orçamentários alcançou percentual de **35,62%** e as despesas Extra-Orçamentárias chegaram a **47,60%.** A despesa orçamentária se desdobra em Despesas Correntes – **26,53%** - e Despesas de Capital – **9,09%** da despesa total.

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial registra e controla os bens móveis, imóveis, créditos, obrigações, valores, movimento de almoxarifado, inscrição e baixa de ativos e passivos, incorporações e desincorporações de bens independentes da execução orçamentária, bem como superveniências e insubsistências ativas e

passivas. Ela também mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir

2.3.1.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2006/2007 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

QUADRO 30 - Resumo dos Valores Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	1.088.287.698,01	1.422.748.078,53	PASSIVO FINANCEIRO	81.776.867,01	62.419.470,06
DISPONÍVEL	189.264.873,71	263.620.370,19	DÍVIDA FLUTUANTE	81.776.867,01	61.481.744,24
REALIZÁVEL	899.022.824,30	1.159.127.708,34	PASSIVO PERMANENTE	643.072.910,05	1.516.404.045,81
PERMANENTE	1.504.411.109,07	2.114.750.509,73	SOMA DO PASSIVO REAL	724.849.777,06	1.578.823.515,87
SOMA DO ATIVO REAL	2.592.698.807,08	3.537.498.588,26	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.867.849.030,02	1.958.675.072,39
ATIVO COMPENSADO	1.565.844.740,48	1.706.132.342,38	PASSIVO COMPENSADO	1.565.844.740,48	1.706.132.342,38
TOTAL	**4.158.543.547,56**	**5.243.630.930,64**	**TOTAL**	**4.158.543.547,56**	**5.243.630.930,64**

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 140

Chama atenção o crescimento de **40,57%** no ativo permanente **(2.114.750.509,73**), em relação ao apurado no exercício de 2006 (**1.504.411.109,07**). Outro ponto importante foi a redução do passivo financeiro em **23,67%**, aspectos estes que tiveram como fatores principais o rígido controle na incorporação de bens nas contas do ativo permanente e a diminuição das dívidas de curto prazo, contribuindo sobremaneira para a saúde financeira do Estado.

QUADRO 31 – Resumo dos Valores Patrimoniais em Percentuais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	26,17	27,13	PASSIVO FINANCEIRO	1,97	1,19
DISPONÍVEL	4,55	5,03	DÍVIDA FLUTUANTE	1,97	1,17
REALIZÁVEL	21,62	22,11	PASSIVO PERMANENTE	15,46	28,92
PERMANENTE	36,18	40,33	SOMA DO PASSIVO REAL	17,43	30,11
SOMA DO ATIVO REAL	62,35	67,46	ATIVO REAL LÍQUIDO	44,92	37,35
ATIVO COMPENSADO	37,65	32,54	PASSIVO COMPENSADO	37,65	32,54
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**TOTAL**	**100,00**	**100,00**

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 140

O demonstrativo acima evidencia situação estável na composição patrimonial comparativa do exercício de 2007 em relação a 2006, mantendo no exercício em análise, praticamente os mesmos níveis percentuais do ano anterior. O Ativo Financeiro e o Permanente apresentaram crescimento moderado, o mesmo aconteceu com a Dívida Permanente e com o Ativo Real Líquido, já o Passivo Financeiro revelou um pequeno decréscimo.

QUADRO 32 Evolução Patrimonial/2007 – Tomando-se por Base o Exercício de 2006

ATIVO	% 2007/2006	PASSIVO	% 2007/2006
ATIVO FINANCEIRO	30,73	PASSIVO FINANCEIRO	(23,67)
DISPONÍVEL	39,29	PASSIVO PERMANENTE	135,81
REALIZÁVEL	28,93	SOMA DO PASSIVO REAL	117,81
PERMANENTE	40,57	ATIVO REAL LÍQUIDO	4,86

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fl. 140

Esse quadro demonstra os percentuais do patrimonial no exercício financeiro de 2007 em relação a 2006 do Balanço Geral do Estado

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, acordos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, nos termos da Lei nº 4.320/64, art. 122.

É classificada como consolidada quando representa o somatório das obrigações financeiras assumidas com vencimento superior a doze meses.

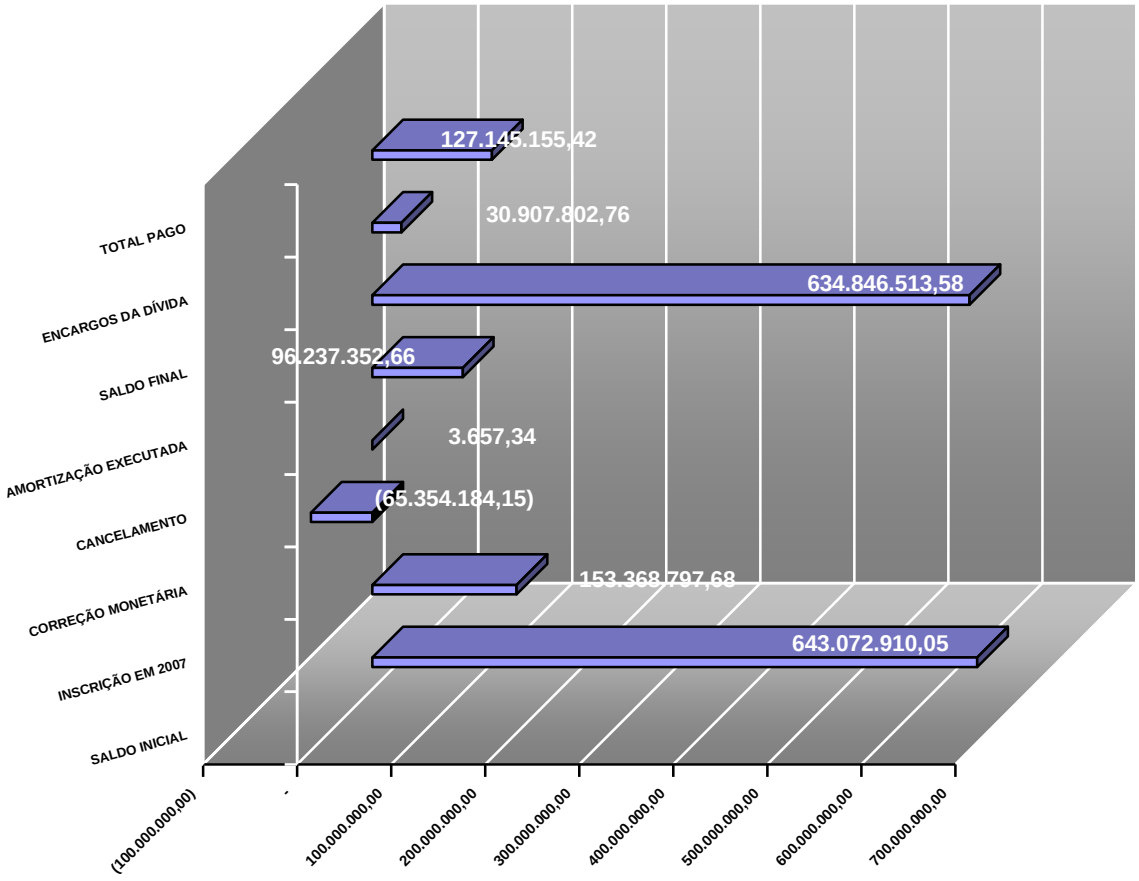
O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal n° 40

QUADRO 33 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2006 e 2007

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2006		ANO DE 2007		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL	
RCL	**2.416.420.896,63**	**-**	**2.781.449.456,04**	**-**	**-**
Divida Consolidada Líquida	308.143.763,43	12,75	235.458.960,66	8,47	200%
Operações de Crédito	75.101.891,26	3,11	131.044.401,41	4,71	16%

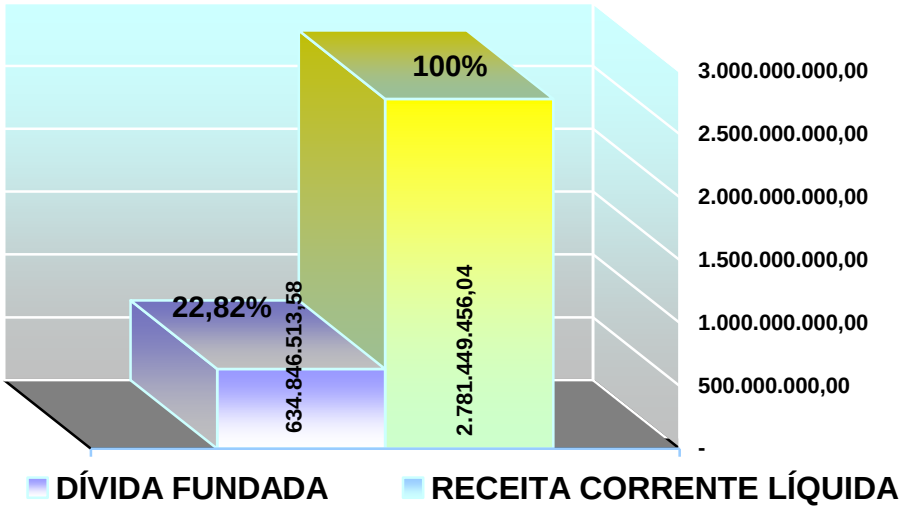
Conforme demonstrado, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação a dívida consolidada e operações de crédito, uma vez que a dívida atingiu 8,47% em relação a receita corrente líquida que tem como parâmetro máximo um percentual de 200%, enquanto as operações atingiram 4,71% de um total cujo o limite é de 16%.

GRÁFICO 06 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos



No exercício de 2007 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico 06, perfazem a quantia de **R$ 127.145.155,42,** equivalente a **5,60%** dos gastos com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R$ 634.846.513,58**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 07 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida



O Gráfico n.° 07 demonstra percentual de 22,82% da Dívida Fundada sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido por Resolução do Senado Federal.

QUADRO 34 - Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2006 Valor (R$)	2007 Valor (R$)	Variação % 2007/2006
Divida consolidada	643.072.910,05	634.706.236,47	(1,30)
Deduções	334.929.146,62	399.247.275,81	19,20
Dívida Consolidada Líquida	**308.143.763,43**	**235.458.960,66**	**(23,59)**
Receita Corrente Líquida	**2.416.420.896,63**	**2.781.449.456,04**	-
Percentual da Div. Conl./RCL	**26,61**	**22,82**	-
Percentual da Div. Conl. Líquida/RCL	**12,75**	**8,47**	-
Limite de Comprometimento Permitido 200%	**4.832.841.793,26**	**5.562.898.912,08**	-

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II, fl. 0763

No exercício de 2007 a Dívida Consolidada Líquida do Estado, por Contratos, apresentou saldo no valor de R$ 235.458.960,66, que representa redução de 23,59% em relação ao exercício de 2006. Esta Dívida Líquida equivale a 8,47% da Receita Corrente Líquida.

QUADRO 35 – Demonstrativo da Dívida Interna e Externa

Composição da Dívida	2006	2007	Variação % 2007/2006
Inscrição (a)	77.378.265,78	153.368.797,68	98,21
Atualização Monetária (b)	(31.416.697,65)	(65.354.184,15)	108,02
Amortização (c)	90.994.952,67	96.241.010,00	5,77
RESULTADO = a + b - c	**(45.033.384,54)**	**(8.226.396,47)**	**(81,73)**

Observação: 1 - resultado positivo = aumento da dívida
2 - resultado negativo = redução da dívida

Considerando as movimentações configuradas no quadro acima verificou-se que houve queda da dívida tanto no exercício de 2006 quanto no de 2007, pois as amortizações juntamente com as atualizações negativas (desvalorização de moeda estrangeira) superam a soma das inscrições mais as atualizações positivas

QUADRO 36 – Demonstrativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2006	2007	Variação % 2007/2006
Juros e Encargos da Dívida	27.166.149,82	30.907.802,76	13,77
Amortização	90.994.952,67	96.237.352,66	5,76
TOTAL	**118.161.102,49**	**127.145.155,42**	7,60

O Estado, em 2007, pagou juros, encargos e amortização da dívida no valor de R$ 127.145.155,42, o que equivale em percentuais de crescimento em relação ao exercício anterior de 7,60.

QUADRO 37 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2006/2007

Ano	Processados				Não Processados				Total
	(*) Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2006	47.876.918,23	1.023.094,82	46.507.094,19	346.729,22	25.476.921,93	2.223.770,93	23.253.151,00	0	73.353.840,16
2007	44.404.555,57	0	0	0	2.787.574,28	0	0	0	47.192.129,85
2007/2006	**-7,25%**				**-89,05%**				**-35,66%**

Obs.: (*) em 2007: inscritos mais o saldo anterior.

Os restos a pagar processados e não processados inscritos apresentaram uma redução nominal de 35,667%, bastante significativa entre os exercicios 2006 e 2007.

Em dezembro de 2006, existia um saldo de R$ 73.353.840,16 de restos a pagar, dos quais 65,27% eram processados e 34,73% não processados, desse valor 4,43% foi cancelado, 95,10% pagos e 0,47% pendentes de pagamentos.

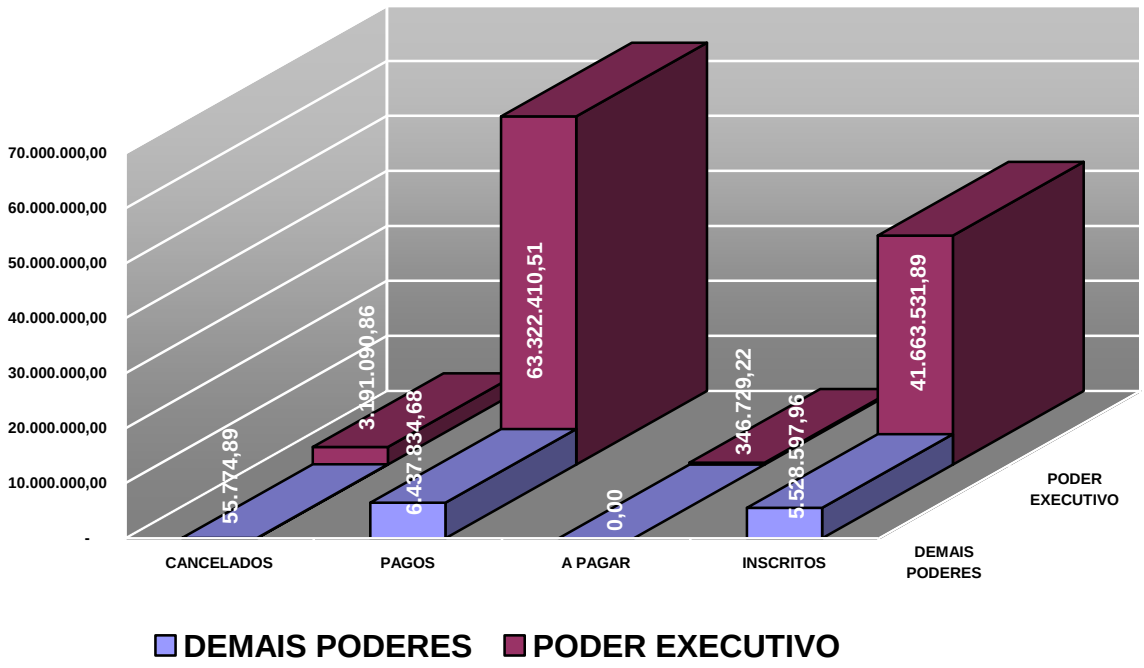
Em 2007, os restos a pagar inscritos mais o saldo anterior apresentaram um volume de R$ 47.192.129,85, em que 94,09% referem a restos a pagar processados e 5,91% não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2008.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada nos artigos 36 e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, bem como nos artigos 66 da Lei Estadual nº 1.731/06, respectivamente transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 66 – Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar do exercício de 2006 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até em 31 de dezembro do referido exercício, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou se verifique até o dia 31 de janeiro do exercício subseqüente, ressalvado o regulamento específico do Poder Estadual Estadual."

GRÁFICO 08 - Execução de Restos a Pagar em 2007



Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.° 08, estão assim detalhados:

a) A soma do valores cancelados, pagos e a pagar no gráfico acima totalizam **R$ 73.353.840,16** e representam os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2006, assim discriminados: no Poder Executivo – **R$ 66.860.230,59.**; nos demais Poderes **R$ 6.493.609,57** (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0754 e 0767).

b) **R$ 69.760.245,19** foram pagos, **R$ 3.246.865,75** cancelados e **R$ 346.729,22** transferidos para o exercício de 2008 ; (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 0754).

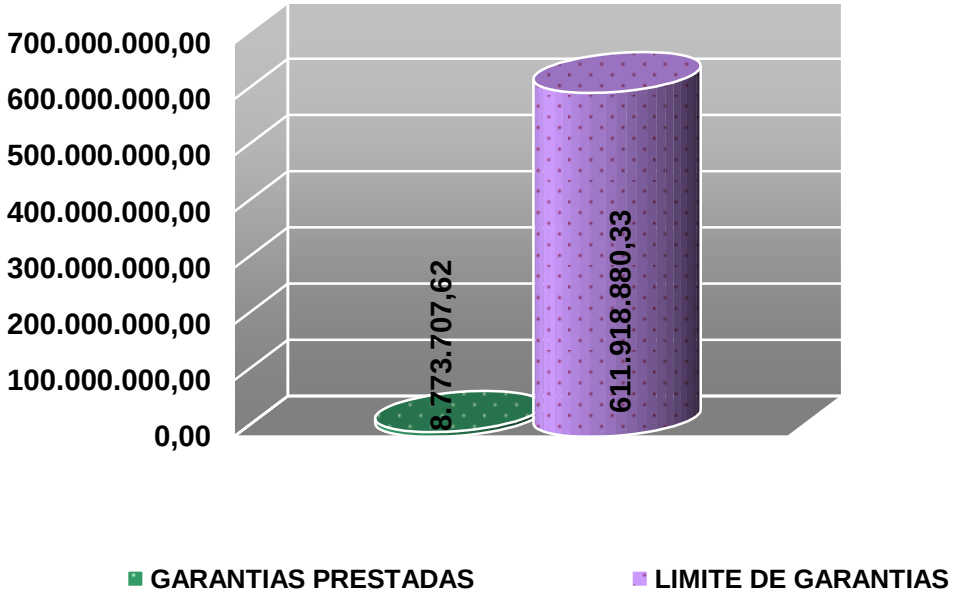
QUADRO 38 - Demonstrativo da Dívida reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	**89.733.851,00**	**86.070.973,96**	**95,92**	**34,16**	**3.662.877,04**
Pessoal e Encargos Sociais	7.489.442,00	7.466.487,64	99,69	2,96	22.954,36
Outras Despesas Correntes	82.244.409,00	78.604.486,32	95,57	31,19	3.639.922,68
Despesas de Capital	**178.034.781,00**	**165.917.983,95**	**93,19**	**65,84**	**12.116.797,05**
Investimentos	178.034.781,00	165.917.983,95	93,19	65,84	12.116.797,05
TOTAL	**267.768.632,00**	**251.988.957,91**	**94,11**	**100**	**15.779.674,09**

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 0172 a 0364.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.° 38, no total **R$ 251.988.957,91**, corresponde aos percentuais de **34,16%** com despesas correntes e de **65,84%** com despesas de capital.

GRÁFICO 09 – Garantias Prestadas pelo Estado



O Gráfico n.° 09 demonstra percentual de 0,32% das Garantias Prestadas sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável considerando o limite de 22% definido por Resolução do Senado Federal.

QUADRO 39 – Comparativo das Garantias e Contragarantias – 2006 e 2007

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	% 2007/2006
GARANTIAS (A)	**48.373.439,41**	**8.773.707,62**	**(81,86)**
Aval ou Fiança em Operação de Crédito	-	-	
Externas	-	-	-
Internas	48.373.439,41	8.773.707,62	(81,86)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (B)	**2.416.420.896,63**	**2.781.449.456,04**	**15,11**
% das Garantias sobre a RCL (A/B)	**2,00**	**0,32**	**(84,24)**
Limite definido por Resolução do Senado Federal	22,00	22,00	-
CONTRAGARANTIAS	**-**	**-**	**-**
Aval ou Fiança em operação de crédito	-	-	-
Externas	-	-	-
Internas	-	-	-
TOTAL			

FONTE – Geral do Estado - volume II, fl. 0764.

Em atendimento a LRF, art. 55, inciso I, registram-se as garantias concedidas nos exercícios 2006 e 2007, observando-se uma redução nas garantias concedidas de 81,86%, de modo que, essa variação decrescente representa diminuição do risco do Estado em cumprir obrigações de terceiros, caso os tornem inadimplentes.

Ressalte-se, ainda, que o Senado Federal, nos termos da Constituição Federal, art. 52, inciso VIII, tem competência privativa para dispor sobre limites e condições para concessão de garantias em operação de crédito externo e interno.

QUADRO 40 – Comparativo dos Empréstimos, Financiamentos e Limite para Operações de Créditos – 2006 e 2007

Empréstimos e Financiamentos	2006	2007	% 2007/2006
Operações de Crédito	**75.101.891,26**	**131.044.401,41**	74,49
Internas	-	262.104,23	-
Externas	75.101.891,26	130.782.297,18	74,14
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	**75.101.891,26**	**131.044.401,41**	74,49
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	**2.416.420.896,63**	**2.781.449.456,04**	**15,11**
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL (A/B)	**3,11**	**4,71**	-
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	0,16	0,16	-

FONTE – Geral do Estado - volume II, fl. 0765

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de créditos, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de

valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

O limite de 16% sobre a RCL é determinado pela resolução do Senado Federal n° 43, art. 7.

As informações acima registradas, referentes o exercício de 2007, demonstram que as operações de crédito internas e externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inc. III, c/c a LRF, embora tenha havido elevação das Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, comparada ao exercício anterior.

2.3.1.2 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2006/2007

2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

QUADRO 41 – Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**246.785.983,59**	**336.658.197,60**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**67.778.397,71**	**68.774.359,39**
DISPONÍVEL	89.879.878,54	167.522.548,08	DÍVIDA FLUTUANTE *	67.778.397,74	68.774.359,39
REALIZÁVEL	156.906.105,05	169.135.649,52	PASSIVO PERMANENTE	623.354.291,34	641.133.120,98
PERMANENTE	1.137.478.051,01	1.708.090.030,01	SOMA DO PASSIVO REAL	691.132.689,08	709.907.480,37
SOMA DO ATIVO REAL	**1.384.264.034,60**	**2.044.748.227,61**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**693.131.345,52**	**1.334.840.747,24**
ATIVO COMPENSADO	1.277.091.526,61	1.343.702.449,67	PASSIVO COMPENSADO	1.277.091.526,61	1.343.702.449,67
TOTAL	**2.661.355.561,21**	**3.388.450.677,28**	**TOTAL**	**2.661.355.561,21**	**3.388.450.677,28**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1440
* incluído o valor pendente a curto prazo.

O demonstrativo constante do Quadro n.° 41 evidencia em 2007, em relação ao exercício de 2006, a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas estão assim detalhadas:

I – Ativo:

a) Disponível – 8,19%;

b) Ativo Realizável – 8,27%;

c) Ativo Permanente – 83,54%;

II – Passivo:

a) da Dívida Flutuante – 3,36%;

b) Passivo Permanente – 31,36%;

c) Ativo Real Líquido – 65,28%.

A situação líquida em 2006 era de R$ 693.131.345,52, e em 2007 passou para R$ 1.334.840.747,24. O crescimento foi de 92,58% que representa em valor R$ 641.709.401,72, revelando-se assim, uma melhora substancial no resultado,

2.3.1.2.2 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2006/2007 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 42 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2006	2007	TÍTULO	2006	2007
ATIVO FINANCEIRO	**66.231.595,98**	**65.521.040,14**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.998.956,54**	**375.311,38**
DISPONÍVEL	42.548.405,49	33.721.555,76	DÍVIDA FLUTUANTE	2.998.956,54	375.311,38
REALIZÁVEL	23.683.190,49	31.799.484,38	PASSIVO PERMANENTE	6.267.936,40	5.760.241,74
PERMANENTE	236.488.713,73	245.967.458,54	SOMA DO PASSIVO REAL	9.266.892,94	6.135.553,12
SOMA DO ATIVO REAL	**302.720.309,71**	**311.488.498,68**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**293.453.416,77**	**305.352.945,56**
ATIVO COMPENSADO	161.100.983,10	142.703.397,23	PASSIVO COMPENSADO	161.100.983,10	142.703.397,23
TOTAL	**463.821.292,81**	**454.191.895,91**	**TOTAL**	**463.821.292,81**	**454.191.895,91**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl.1695.

O Quadro de n.° 42 evidencia a situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 10,83%, Realizável 10,21% e no Ativo Permanente – 78,97; e originada em Dívida Flutuante – 0,12%, Passivo Permanente – 1,85% e Ativo Real Líquido – 98,03%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 4,01% no Ativo Permanente.

2.3.1.2.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2006/2007 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 43 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2006	2007	TÍTULO	2006	2007
ATIVO FINANCEIRO	**195.455,16**	**331.168,59**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.517.762,84**	**30.147,32**
DISPONÍVEL	192.757,41	311.800,84	DÍVIDA FLUTUANTE*	1.517.758,16	30.147,32
REALIZÁVEL	2.697,75	19.367,75	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	8.028.532,90	8.270.721,49	SOMA DO PASSIVOREAL	1.517.758,16	30.147,32
SOMA DO ATIVO REAL	**8.223.988,06**	**8.601.890,08**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**6.706.229,90**	**8.571.742,76**
ATIVO COMPENSADO	5.691.104,86	6.068.526,51	PASSIVO COMPENSADO	5.691.104,86	6.068.526,51
TOTAL	**13.915.092,92**	**14.670.416,59**	**TOTAL**	**13.915.092,92**	**14.670.416,59**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls. 1818
* incluído o valor pendente a curto prazo.

Este demonstrativo evidencia a situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 3,62% – Ativo Realizável – 0,23% - e Ativo Permanente – 96,15%; e originada em Dívida Flutuante – 0,35% – e Ativo Real Líquido – 99,65%.

No Ativo Permanente houve acréscimo de 96,15% em relação ao ano anterior e também de 3,62% no Circulante. No Passivo, aconteceu elevação de 99,65% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.2.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2006/2007 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 44 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**781.704.756,51**	**1.041.113.127,83**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**16.111.843,15**	**14.115.107,60**
DISPONÍVEL	56.643.832,27	62.064.465,51	DÍVIDA FLUTUANTE*	16.111.843,15	14.115.107,60
REALIZÁVEL	725.060.924,24	979.048.662,32	PASSIVO PERMANENTE	13.450.682,31	869.510.683,09
PERMANENTE	122.415.811,43	152.422.299,69	SOMA DO PASSIVO REAL	29.562.525,46	883.625.790,69
SOMA DO ATIVO REAL	**904.120.567,94**	**1.193.535.427,52**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**874.558.042,48**	**309.909.636,83**
ATIVO COMPENSADO	121.961.125,91	213.657.968,97	PASSIVO COMPENSADO	121.961.125,91	213.657.968,97
TOTAL	**1.026.081.693,85**	**1.407.193.396,49**	**TOTAL**	**1.026.081.693,85**	**1.407.193.396,49**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1876.
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro de n.° 44 mostra a situação Patrimonial dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 5,20%, Ativo Realizável – 82,03% – e Ativo Permanente – 12,77%; e originada em Dívida Flutuante – 1,18%, Passivo Permanente – 72,85% e Ativo Real Líquido – 25,97%.

Em relação ao ano anterior o Realizável e o Permanente tiviram respectivamente aumento 82,03% e 12,77%. Já no Passivo houve redução do Dívida Flutuante e do Ativo Real Líquido e acréscimo do Passivo Permanente.

2.3.1.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PEDERS 2006/2007

2.3.1.3.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

QUADRO 45 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**1.087.103.455,60**	**1.413.674.033,94**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**75.641.099,13**	**56.246.752,00**
DISPONÍVEL	188.321.767,29	254.546.789,09	DÍVIDA FLUTUANTE *	75.641.099,13	56.246.752,00
REALIZÁVEL	898.781.688,31	1.159.127.244,85	PASSIVO PERMANENTE	631.750.260,34	1.507.888.050,91
PERMANENTE	1.422.674.975,68	2.023.672.223,38	SOMA DO PASSIVO REAL	707.391.359,47	1.564.134.802,91

SOMA DO ATIVO REAL	**2.509.778.431,28**	**3.437.346.257,32**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.802.387.071,81**	**1.873.211.454,41**
ATIVO COMPENSADO	1.563.485.303,76	1.703.005.969,41	PASSIVO COMPENSADO	1.563.485.303,76	1.703.005.969,41
TOTAL	**4.073.263.735,04**	**5.140.352.226,73**	**TOTAL**	**4.073.263.735,04**	**5.140.352.226,73**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0850
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro n.° 45 evidencia em 2007, em relação ao exercício de 2006, a situação Patrimonial do Poder Executivo Estadual, cujos grupos de contas estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível – 7,41%;

b) Ativo Realizável – 33,72%;

c) Ativo Permanente – 58,87%;

II – Passivo:

a) da Dívida Flutuante – 1,64%;

b) Passivo Permanente – 43,87%;

c) Ativo Real Líquido – 54,50%.

O Ativo Permane em 2006 era de R$ 1.422.674.975,68, revelando em 2007 uma melhora no resultado com crescimento de 58,87% que representa um valor de R$ 2.023.672.223,38. No Passivo o aumento mais significativo aconteceu no Permanete, passando de 631.750.260,34 para 1.507.888.050,91.

2.3.1.3.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO

QUADRO 46 - Resumo ao Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**674.595,95**	**3.104.840,84**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.056.656,44**	**2.217.522,54**
DISPONÍVEL	434.581,95	3.104.840,84	DÍVIDA FLUTUANTE *	2.056.656,44	2.217.522,54
REALIZÁVEL	240.014,00	-	PASSIVO PERMANENTE	5.523.449,63	5.199.672,57
PERMANENTE	22.955.420,16	23.870.944,08	SOMA DO PASSIVO REAL	7.580.106,07	7.417.195,11
SOMA DO ATIVO REAL	**23.630.016,11**	**26.975.784,92**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**16.049.910,04**	**19.558.589,81**
ATIVO COMPENSADO	440.965,08	954.939,73	PASSIVO COMPENSADO	440.965,08	954.939,73
TOTAL	**24.070.981,19**	**27.930.724,65**	**TOTAL**	**24.070.981,19**	**27.930.724,65**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1245

O demonstrativo acima evidencia em 2007, em relação ao exercício de 2006, a situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível – 11,51%;

b) Ativo Permanente – 88,49%;

II – Passivo:

a) Dívida Flutuante – 8,22%;

b) Passivo Permanente – 19,28%;

c) Ativo Real Líquido – 72,50%.

O Ativo apresentou crescimento, no disponível, de R$ 2.670.258,89, equivalente a 614,44%. A situação líquida em 2006 era de R$ 16.049.910,04 passando em 2007 para R$ 19.558.589,81 revelando uma melhoria de R$ 3.508.679,77, que equivale ao percentual 21,86.

2.3.1.3.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 47 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**722.763,42**	**3.958.898,99**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**3.421.001,21**	**2.179.559,80**
DISPONÍVEL	363.162,34	3.713.184,21	DÍVIDA FLUTUANTE	3.421.001,21	2.179.559,80
REALIZÁVEL	359.601,08	245.714,78	PASSIVO PERMANENTE	2.659.819,45	2.503.904,45
PERMANENTE	38.764.599,99	44.154.983,27	SOMA DO PASSIVO REAL	6.080.820,66	4.683.464,25
SOMA DO ATIVO REAL	**39.487.363,41**	**48.113.882,26**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**33.406.542,75**	**43.430.418,01**
ATIVO COMPENSADO	800.000,00	901.071,60	PASSIVO COMPENSADO	800.000,00	901.071,60
TOTAL	**40.287.363,41**	**49.014.953,86**	**TOTAL**	**40.287.363,41**	**49.014.953,86**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1303

O resumo acima evidencia em 2007, em relação ao exercício de 2006, a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 7,72%;

b) Ativo Realizável – 0,51%;

c) Ativo Permanente – 91,77%;

II – Passivo:

a) Dívida Flutuante – 4,53%;

b) Passivo Permanente – 5,20%;

c) Ativo Real Líquido – 90,27%.

A situação líquida em 2006 era de R$ 33.406.542,756, revelando em 2007 uma melhora no resultado com crescimento de 30,01% passado para R$ 43.430.418,01. No Ativo, houve crescimento de 922,46% no Disponível e queda de 31,67% no Realizável.

2.3.1.3.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 48 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2006**	**2007**	**TÍTULO**	**2006**	**2007**
ATIVO FINANCEIRO	**146.484,12**	**2.256.019,54**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.017.711,31**	**1.549.356,48**
DISPONÍVEL	145.362,13	2.255.556,05	DÍVIDA FLUTUANTE	1.017.711,31	1.549.356,48
REALIZÁVEL	1.121,99	463,49	PASSIVO PERMANENTE	863.006,11	812.417,88
PERMANENTE	20.016.113,24	23.052.359,00	SOMA DO PASSIVO REAL	1.880.717,42	2.361.774,36
SOMA DO ATIVO REAL	**20.162.597,36**	**25.308.378,54**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**18.281.879,94**	**22.946.604,18**
ATIVO COMPENSADO	1.118.471,64	1.270.361,64	PASSIVO COMPENSADO	1.118.471,64	1.270.361,64
TOTAL	**21.281.069,00**	**26.578.740,18**	**TOTAL**	**21.281.069,00**	**26.578.740,18**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1359

O extrato acima evidencia em 2007, em relação ao exercício de 2006, a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 8,91%;

b) Ativo Permanente – 91,09%;

II – Passivo:

a) Dívida Flutuante – 6,12%;

b) Passivo Permanente – 3,21%;

c) Ativo Real Líquido – 90,67%.

A situação líquida em 2006 era de R$ 18.281.879,94, revelando em 2007 uma melhora no resultado com crescimento de 25,52%, o valor passando para R$ 22.946.604,18. No Ativo, houve crescimento de 1.451,68% no Disponível enquanto o Realizável sofreu uma queda de 58,69%.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.° 140/2005, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2007 e, a seguir, demonstrada por resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

QUADRO 49 – Programação Financeira – Fonte 000 – Exercício de 2007

RECEITAS PREVISTAS									
	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCO 2007		%
COMPETÊNCIA	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
ICMS	374.836.704,15	367.187.008,41	97,96	802.532.749,99	786.152.721,97	97,96	1.177.369.454,14	1.153.339.730,38	97,96
IPVA	21.916.097,54	28.966.123,54	132,17	45.884.677,99	51.905.935,63	113,12	67.800.775,53	80.872.059,17	119,28
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	41.526.295,73	37.149.098,52	89,46	96.237.724,01	95.649.853,74	99,39	137.764.019,74	132.798.952,26	96,40
TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS	**438.279.097,42**	**433.302.230,47**	**98,86**	**944.655.151,99**	**933.708.511,34**	**98,84**	**1.382.934.249,41**	**1.367.010.741,81**	**98,85**
Receita de Contribuições	5.354,82	-	-	9.999,96	-	-	15.354,78	-	-
Receita Patrimonial	10.077.630,23	9.427.752,74	93,55	20.000.999,99	33.574.923,76	167,87	30.078.630,22	43.002.676,50	142,97
Receita de Serviço	335,08	-	-	1.000,00	-	-	1.335,08	-	-
Transferência Constitucionais (FPE)	808.843.565,53	759.850.026,12	93,94	1.617.919.324,00	1.591.898.474,93	98,39	2.426.762.889,53	2.351.748.501,05	96,91
Outras Transf./Demais Rec. Correntes	3.724.045,27	11.062.668,81	297,06	12.189.335,99	21.339.106,21	175,06	15.913.381,26	32.401.775,02	203,61
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**1.260.930.028,35**	**1.213.642.678,14**	**96,25**	**2.594.775.811,93**	**2.580.521.016,24**	**99,45**	**3.855.705.840,28**	**3.794.163.694,38**	**98,40**
Dedução para o FUNDEF	163.606.130,05	166.785.300,05	101,94	332.556.264,99	366.613.345,55	110,24	496.162.395,04	533.398.645,60	107,50
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**1.097.323.898,30**	**1.046.857.378,09**	**95,40**	**2.262.219.546,94**	**2.213.907.670,69**	**97,86**	**3.359.543.445,24**	**3.260.765.048,78**	**97,06**

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso fonte 000 (em atendimento ao art. 8° da Lei n.° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balanço Geral do Estado – Volume II, fls. 0673 e 0677.

QUADRO 50 – Cronograma de Desembolso – Fonte 000 – Exercício de 2007.

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2007		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	118.959.605,64	64.815.354,06	54,49	230.997.624,00	124.872.438,24	54,06	349.957.229,64	189.687.792,30	54,20
Pessoal e Encargos Sociais	501.271.097,10	495.972.159,25	98,94	1.086.087.377,00	1.177.967.917,11	108,46	1.587.358.474,10	1.673.940.076,36	105,45
Pioneiros Mirins/Bolsa Cidadã	19.899.631,02	13.688.541,49	68,79	39.799.262,00	26.487.302,36	66,55	59.698.893,02	40.175.843,85	67,30
PIS/PASEP	5.825.628,62	6.450.845,39	110,73	12.010.000,00	13.487.574,46	112,30	17.835.628,62	19.938.419,85	111,79
Quota Custeio	46.050.000,00	40.973.228,61	88,98	92.100.000,00	105.178.876,52	114,20	138.150.000,00	146.152.105,13	105,79
Transferência a Municípios IPVA	10.958.048,77	13.953.732,59	127,34	22.942.339,00	25.952.367,21	113,12	33.900.387,77	39.906.099,80	117,72
Transferência a Municípios ICMS	93.709.176,04	91.505.497,36	97,65	201.074.661,00	196.852.139,89	97,90	294.783.837,04	288.357.637,25	97,82
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**796.673.187,19**	**727.359.358,75**	**91,30**	**1.685.011.263,00**	**1.670.798.615,79**	**99,16**	**2.481.684.450,19**	**2.398.157.974,54**	**96,63**
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	**300.650.711,11**	**319.498.019,34**	**106,27**	**577.208.283,94**	**543.109.054,90**	**94,09**	**877.858.995,05**	**862.607.074,24**	**98,26**

FONTE: Cronograma Mensal de Desembolso fonte 000 (em atendimento ao art. 8° da Lei n.° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal) – Balanço Geral do Estado – Volume I, fls. 0673 e 0677.

2.3.2.2 – RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

QUADRO 51 – Resumo das Disponibilidades Financeiras 2007

DESCRIÇÃO	OUTROS ÓRGÃOS	REGIME PREVIDÊNCIARIO (2)	GERAL ESTADO (1) + (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	**441.734.682,45**	**981.013.396,08**	**1.422.748.078,53**
BANCO CONTA MOVIMENTO (+) POUPANÇA	253.286.753,09	10.333.617,10	263.620.370,19
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	-	969.008.199,14	969.008.199,14
OUTRAS DISPONIBILIDADES	188.447.929,36	1.671.579,84	190.119.509,20
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	**57.712.271,82**	**1.919.623,96**	**59.631.895,78**
RESTOS A PAGAR	42.485.795,68	1.918.759,89	44.404.555,57
DEPÓSITOS	1.588.603,94	-	1.588.603,94
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	13.637.872,20	864,07	13.638.736,27
TOTAL (I – II)	**384.022.410,63**	**979.093.772,12**	**1.363.116.182,75**

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume I, fls. 0622 a 0671

2.3.2.3 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO

QUADRO 52 – RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS – VALORES EM REAIS

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.635.534.121,39**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.273.583.552,02**
RECEITAS CORRENTES	3.098.305.753,92	ORÇAMENTÁRIAS	3.190.545.697,02
RECEITAS DE CAPITAL	454.190.512,47	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.037.855,00
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.037.855,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**4.241.921.352,38**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**4.263.366.228,60**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.955.833.590,54	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.972.187.703,95
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	280.219.494,97	PAGAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	274.178.524,65
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	241.487,42	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	3.195,63	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	189.580,88	PROVISÕES	17.000.000,00
PROVISÕES	5.434.002,94		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.078.645.485,97**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.419.151.179,12**
DISPONÍVEL	189.264.873,71	DISPONÍVEL	263.620.370,19
AGENTES ARRECADADORES	428.881,34	AGENTES ARRECADADORES	788.953,18
RECURSOS A RECEBER	151.558.748,06	RECURSOS A RECEBER	185.733.656,61
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	705.018.499,66	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**8.956.100.959,74**	**TOTAL**	**8.956.100.959,74**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 0136

O Quadro de n.° 52 demonstra a situação financeira da Administração Direta, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas do período, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 1.419.151.179,12.

2.3.2.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 53 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.632.811.880,63**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.278.658.388,37**
RECEITAS CORRENTES	3.094.780.516,00	ORÇAMENTÁRIAS	2.953.650.468,37
RECEITAS DE CAPITAL	453.925.304,74	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	254.712.738,91
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.068.204,89	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	70.295.181,09
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.037.855,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**3.963.638.036,04**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**3.985.176.309,83**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.678.924.670,04	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.695.371.828,52
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	278.844.779,13	PAGAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	272.804.481,31
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	241.807,42	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	3.195,63	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	189.580,88	PROVISÕES	17.000.000,00
PROVISÕES	5.434.002,94		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.077.462.379,55**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.410.077.598,02**
DISPONÍVEL	188.321.767,29	DISPONÍVEL	254.546.789,09
AGENTES ARRECADADORES	428.881,34	AGENTES ARRECADADORES	788.953,18
RECURSOS A RECEBER	151.318.748,06	RECURSOS A RECEBER	185.733.656,61
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	705.018.499,66	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**8.673.912.296,22**	**TOTAL**	**8.673.912.296,22**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0846.

O Quadro de n.° 53 demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício e sobrar saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 1.410.077.598,02.

2.3.2.4.1 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 54 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**2.840.555.965,75**	**ORÇAMENTÁRIA**	**2.753.603.460,47**
RECEITAS CORRENTES	2.589.742.207,24	ORÇAMENTÁRIAS	1.944.582.897,86
RECEITAS DE CAPITAL	250.813.758,51	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	743.801.894,68
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	65.218.667,93
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**2.800.591.146,51**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**2.797.631.169,03**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	2.529.217.510,69	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	2.526.730.658,44
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	270.939.522,29	PAGAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	270.900.510,59
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	241.337,02	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	3.195,63	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	189.580,88	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-		
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**243.341.876,24**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**333.254.359,00**
DISPONÍVEL	89.879.878,54	DISPONÍVEL	167.522.548,08
AGENTES ARRECADADORES	315.732,60	AGENTES ARRECADADORES	474.963,36
RECURSOS A RECEBER	120.771.781,90	RECURSOS A RECEBER	165.256.847,56
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	32.374.483,20	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**5.884.488.988,50**	**TOTAL**	**5.884.488.988,50**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1436

O Quadro de n.° 54 demonstra a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no período, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 333.254.359,00.

2.3.2.4.2 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS

QUADRO 55 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**605.511.330,10**	**ORÇAMENTÁRIA**	**603.829.448,27**
RECEITAS CORRENTES	72.014.541,78	ORÇAMENTÁRIAS	600.492.734,23
RECEITAS DE CAPITAL	194.554.576,92	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	259.574,21
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	338.942.211,40	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.077.139,83
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**687.088.170,86**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**683.678.886,70**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	680.294.081,15	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	682.685.593,82

RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	6.794.089,71	PAGAMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	993.292,88
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-		-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**60.405.301,55**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**65.496.467,54**
DISPONÍVEL	42.548.405,49	DISPONÍVEL	33.721.555,76
AGENTES ARRECADADORES	113.148,74	AGENTES ARRECADADORES	313.989,82
RECURSOS A RECEBER	14.000.000,00	RECURSOS A RECEBER	18.811.931,25
RECURSOS PRÓPRIOS	3.743.747,32	RECURSOS PRÓPRIOS	12.648.990,71
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**1.353.004.802,51**	**TOTAL**	**1.353.004.802,51**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1691

O Quadro de n.° 55 demonstra a situação financeira da Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 65.496.467,54.

2.3.2.4.3 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 56 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**12.878.268,87**	**ORÇAMENTÁRIA**	**11.344.030,43**
RECEITAS CORRENTES	343.593,35	ORÇAMENTÁRIAS	11.287.690,11
RECEITAS DE CAPITAL	3.500,00	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	4.261,18
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.531.175,52	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	52.079,14
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**12.661.183,11**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**14.059.708,12**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	12.611.880,03	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	14.010.400,36
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	49.303,08	PAGT. DE VALORES REALIZÁVEIS	49.303,08
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	4,68
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-		-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**194.810,16**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**330.523,59**
DISPONÍVEL	192.757,41	DISPONÍVEL	

			311.800,84
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER		RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	2.052,75	RECURSOS PRÓPRIOS	18.722,75
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**25.734.262,14**	**TOTAL**	**25.734.262,14**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1814

O Quadro de n.° 56 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 330.523,59.

2.3.2.4.4- RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS

QUADRO 57 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**920.654.286,74**	**ORÇAMENTÁRIA**	**648.872.342,92**
RECEITAS CORRENTES	436.205.411,55	ORÇAMENTÁRIAS	634.182.374,82
RECEITAS DE CAPITAL	8.818.677,04	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	392.592.343,15	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.689.968,10
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	83.037.855,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**794.966.891,31**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**807.137.141,76**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	787.096.153,40	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	787.901.723,66
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.436.579,89	PAGT. DE VALORES REALIZÁVEIS	2.235.418,10
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	155,08	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	17.000.000,00
PROVISÕES	5.434.002,94		-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**781.333.591,25**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.040.945.284,62**
DISPONÍVEL	56.643.832,27	DISPONÍVEL	62.064.465,51
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	16.786.966,16	RECURSOS A RECEBER	1.664.877,80
RECURSOS PRÓPRIOS	2.884.293,16	RECURSOS PRÓPRIOS	8.207.742,17
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	705.018.499,66	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	969.008.199,14
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**2.496.954.769,30**	**TOTAL**	**2.496.954.769,30**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1872

O Quadro de n.° 57 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 1.040.945.284,62.

2.3.2.5. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 58 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**88.012.719,81**	**ORÇAMENTÁRIA**	**85.750.658,41**
RECEITAS CORRENTES	616.824,12	ORÇAMENTÁRIAS	82.630.850,61
RECEITAS DE CAPITAL	199.787,73	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	250.017,43
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	87.196.107,96	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.869.790,37
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**95.321.439,62**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**95.153.242,13**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	94.833.799,08	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	94.665.295,59
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	487.640,54	PAGT. DE VALORES REALIZÁVEIS	487.626,54
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	320,00
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES			-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**674.581,95**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**3.104.840,84**
DISPONÍVEL	434.581,95	DISPONÍVEL	3.104.840,84
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	240.000,00	RECURSOS A RECEBER	
RECURSOS PRÓPRIOS		RECURSOS PRÓPRIOS	
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS		INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**184.008.741,38**	**TOTAL**	**184.008.741,38**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1241

O Quadro de n.° 58 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 3.104.840,84.

2.3.2.6. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 59 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**110.832.765,27**	**ORÇAMENTÁRIA**	**106.373.525,79**
RECEITAS CORRENTES	2.730.132,70	ORÇAMENTÁRIAS	99.482.215,28
RECEITAS DE CAPITAL	43.620,00	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	539.230,51
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	108.059.012,57	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.352.080,00
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**119.576.219,24**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**120.799.323,15**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	119.131.515,52	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	120.354.619,43
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	444.703,72	PAGT. DE VALORES REALIZÁVEIS	444.703,72
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-		-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**722.763,42**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**3.958.898,99**
DISPONÍVEL	363.162,34	DISPONÍVEL	3.713.184,21
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	
RECURSOS PRÓPRIOS	359.601,08	RECURSOS PRÓPRIOS	245.714,78
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**231.131.747,93**	**TOTAL**	**231.131.747,93**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1299

O Quadro de n.° 59 demonstra a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 3.958.898,99.

2.3.2.7. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 60 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**59.657.699,48**	**ORÇAMENTÁRIA**	**58.581.923,25**

RECEITAS CORRENTES	178.281,10	ORÇAMENTÁRIAS	54.782.162,76
RECEITAS DE CAPITAL	21.800,00	TRANSF. FINANCEIRA CONCEDIDAS	278.956,95
TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	59.457.618,38	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.520.803,54
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**66.355.060,28**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**65.320.642,59**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	65.912.688,70	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	64.878.929,51
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	442.371,58	PAGT. DE VALORES REALIZÁVEIS	441.713,08
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-		-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**145.362,13**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**2.255.556,05**
DISPONÍVEL	145.362,13	DISPONÍVEL	2.255.556,05
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	
RECURSOS PRÓPRIOS		RECURSOS PRÓPRIOS	
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**126.158.121,89**	**TOTAL**	**126.158.121,89**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1355

O Quadro de n.° 60 demonstra a situação financeira do Ministério Público Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para acobertar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2008, no valor de R$ 2.255.556,05.

2.3.3. – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES

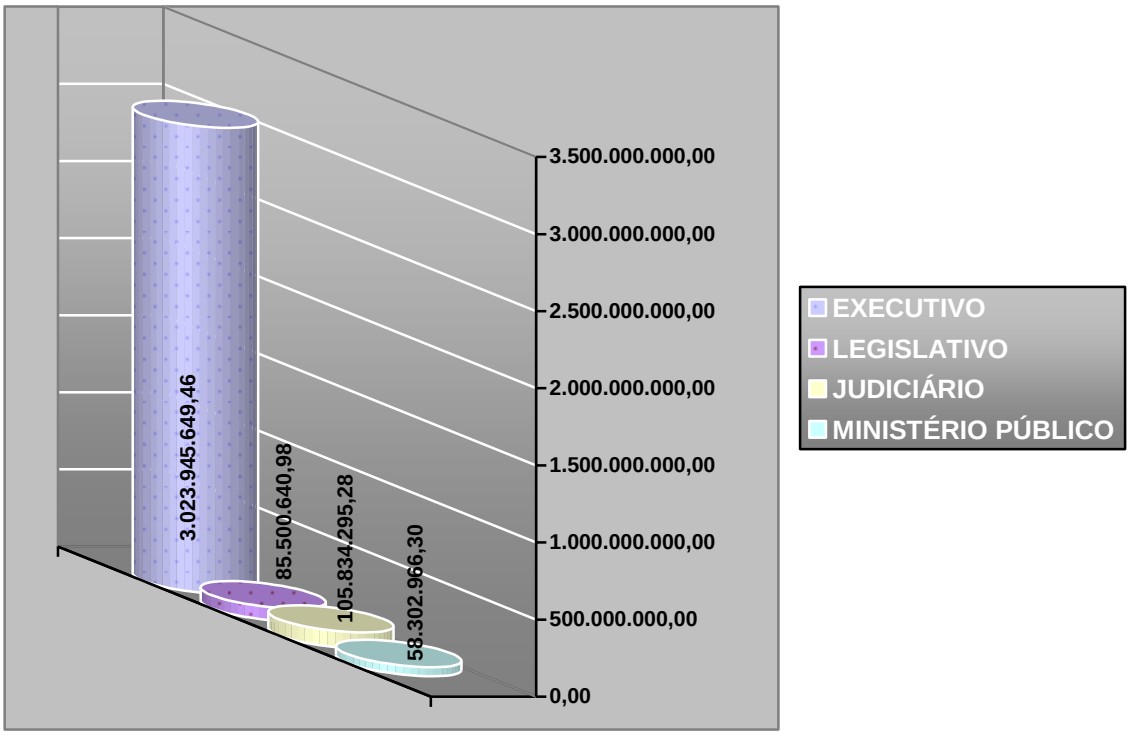
QUADRO 61 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado e Órgão Independente

PODER	DESPESA			
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO
EXERCUTIVO	3.730.860.080,00	3.023.945.649,46	81,05	92,37
LEGISLATIVO	87.017.402,00	85.500.640,98	98,26	2,61
JUDICIÁRIO	112.735.576,00	105.834.295,28	93,88	3,23

MINISTÉRIO PÚBLICO	59.248.626,00	58.302.966,30	98,4	1,78
TOTAL	**3.989.861.684,00**	**3.273.583.552,02**	**82,05**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volumes III e IV.

GRÁFICO 10 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Órgão Independente



O gráfico nº 10 demonstra a execução da despesa por Poder. Do total executado, no valor de R$ 3.273.583.552,02, o Poder Executivo foi o que teve a execução mais significativa, no valor de R$ 3.023.945.649,46. o que representa 92,37%, seguido do Poder Judiciário com uma execução de R$ 105.834.295,28 equivalente a 3,23%, Poder Legislativo com R$ 85.500.640,98 - percentual de 2,61% e o Ministério Público com R$ 58.302.966,30, equivalente a 1,78% do orçamento executado.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.° 1.124, de 1° de fevereiro de 2000, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e das unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta, composta por 30 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto nº 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, acompanhando a administração do Palácio do Governo, da Residência Oficial, da Garagem Central, do Hangar do Estado e a Ação Governo Mais Perto de Você, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

Conforme regulamenta o Decreto n.° 1.488, as competências do Gabinete do Governador são:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão da execução de suas ordens e decisões;

II - a administração e finanças:

a) do Palácio do Governo;

b) da Residência Oficial do Governador;

c) da Casa Militar e da Secretaria da Comunicação, em conjunto com suas unidades responsáveis pelo setor;

III - o acompanhamento dos assuntos administrativos em matérias afetas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas, bem assim da execução das políticas de Governo;

IV - o cerimonial público;

V - a gerência do serviço aéreo do Estado;

VI - o apoio às ações da Governadoria com os empresários e com o público;

VII - o acompanhamento da execução das determinações provindas do Governador do Estado;

VIII - através da Superintendência de Informática:

a) a proposição:

1. das diretrizes de políticas de tecnologia da informação para o Estado;

2. de cursos de capacitação de usuários na utilização dos recursos de informática e comunicação;

b) o acompanhamento e a avaliação dos recursos utilizados em tecnologia da informação;

c) a pesquisa e a difusão de novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;

d) o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados;

e) a administração do banco de dados referentes ao Gabinete do Governador;

f) o planejamento, gerenciamento e manutenção da Rede Digital do Governo do Estado do Tocantins;

g) o gerenciamento do parque de telecomunicações do Estado (telefonia fixa, móvel e comunicação de dados);

h) a consultoria e auditoria em tecnologias da informação, podendo intervir em qualquer unidade do Poder Executivo quando as ações aplicadas não estiverem em conformidade com as diretrizes adotadas no Estado;

i) a análise, a aprovação e o acompanhamento:

1. dos projetos propostos pelas diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;

2. de procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, software e serviços referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação;

j) a parceria com entidades federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada;

k) o gerenciamento do serviço aéreo do Estado e da frota de veículos oficiais de transportes terrestres e fluviais.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Previdência Social, um Programa de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 43.981.109,00**, com execução de **R$ 42.880.248,62**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 62 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	69.521,00	69.519,44	99,99	1,56
TOTAL	**69.521,00**	**69.519,44**	**99,99**	**1,56**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Gabinete do Governador

QUADRO 63 – Programa de Serviço ao Estado – 189

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA

Objetivo:. Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do Poder Executivo Estadual.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.561.193,00	4.415.681,14	96,81	145.511,86
Manutenção de Serviços de Transportes	21.723.935,00	21.692.048,34	99,85	31.886,66
Manutenção de Recursos Humanos	13.195.879,00	12.970.069,50	98,29	225.809,50
Administração e Manutenção do Palácio Araguaia	1.059.598,00	990.613,45	93,49	68.984,55
Administração e Manutenção da Garagem Central do Estado	319.936,00	313.427,24	97,97	6.508,76
Manutenção da Residência Oficial do	153.186,00	153.035,55	99,90	150,45

Governador				
Administração e Manutenção do Hangar do Estado	287.064,00	286.902,56	99,94	161,44
Manutenção do Serviço de Ajudancia de Ordem	901.701,00	900.745,22	99,89	955,78
Manutenção do Serviço de Apoio aos Cidadãos Usuários do Serviço Público	175.100,00	169.759,02	96,95	5.340,98
Coordenação das Ações do Governo Mais Perto de Você	393.386,00	385.131,56	97,90	8.254,44
Ações de Informática	707.785,00	533.315,60	75,35	174.469,40
TOTAL	**43.478.763,00**	**42.810.729,18**	**98,46**	**668.033,82**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Gabinete do Governador

QUADRO 64 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 177

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de pessoas qualificadas	Porcentagem	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2431	Ampliação e Melhoria da Rede Digital do Estado	432.825,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2432	Modernização da Estrutura organizacional do Estado e Integração com os munícipios	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**432.825,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Gabinete do Governador

QUADRO 65 - Programa de Serviços ao Estado - 062

PROGRAMA - GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Objetivo:	Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do poder executivo estadual.

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de servidores capacitados	Percentual	-	2003	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2497	Assistência Técnica para a Modernização da Administração Pública Estadual	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-	-	-

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
43.981.109,00	42.880.248,62	97,50	1.100.860,38

3.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil foi instituída pela Lei n.° 1.079, de 20 de junho de 1999 e o Decreto n.° 1.532, de 19 de junho de 2002, estabeleceu a sua Estrutura Operacional com as seguintes competências:

I - a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

II - a verificação prévia da constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

III - o acompanhamento de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

IV - a veiculação dos atos oficiais;

V - o controle e a guarda dos atos do Governador do Estado.

As atribuições da Casa Civil foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.250.805,00**, com execução de **R$ 3.096.318,25,** como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 66 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.466.097,00	1.328.357,58	90,60	137.739,42
Manutenção dos Serviços de Transportes	32.010,00	23.192,06	72,45	8.817,94
Manutenção de Recursos Humanos	1.600.698,00	1.600.696,15	99,99	1,85
Ações de Informática	152.000,00	144.072,46	94,78	7.927,54
TOTAL	**3.250.805,00**	**3.096.318,25**	**92,25**	**154.486,75**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Casa Civil

3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;

b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração púbica, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

Até o início de abril de 2006 a Corporação era também responsável pelas atribuições do Corpo de Bombeiros Estadual, suas atividades compreendiam:

a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

b) a prevenção e o combate aos incêndios;

c) a proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

d) o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

e) a perícia de incêndios;

f) o resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

As atribuições do Comando Geral da Polícia Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Previdência Social e um finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 160.261.921,00** e executados **R$ 156.479.781,60**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 67 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.797.546,00	3.162.780,90	83,28	634.765,10
Manutenção dos Serviços de Transportes	6.444.827,00	5.913.913,63	91,76	530.913,37
Manutenção de Recursos Humanos	133.630.007,00	133.628.043,96	99,99	1.963,04
Ações de Informática	237.826,00	217.277,02	91,35	20.548,98
TOTAL	**144.110.206,00**	**142.922.015,51**	**99,18**	**1.188.190,49**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 68 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	9.879.394,00	9.879.391,89	99,99	2,11
TOTAL	**9.879.394,00**	**9.879.391,89**	**99,99**	**2.11**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Comando Geral da Polícia Militar

QUADRO 69 - Programa Finalístico - 047

PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao

público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.

Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx de expansão efetivo pol.	unidade	100	2003	105
Índice de assist. aos polic.		Não existente		100
Ind. Apar. PM(const.4txs)		0		100
Ind. Vítima do trânsito		0,6		0
Ind. Incidência de roubos		Não disponível		90
Ind. Homicídios dolosos		0,002		0
Ind. Qualif. Profissional		Não existente		110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2037	Capacitação dos profissionais da Polícia Militar	946.450,00	538.474,00	56,89	46	26	56,52
2038	Assistência bio-psico-social aos profissionais da Polícia Militar	60.300,00	10.252,96	17,00	116	12	10,34
2039	Implantação da Polícia Comunitária	93.900,00	16.150,00	17,20	1.779	1.000	56,21
2041	Ampliação do armamento e munição da Polícia Militar	935.351,00	778.309,00	83,21	150.551	72.480	48,14
2042	Informatização da Polícia Militar	252.594,00	36.819,80	14,58	219	36	16,44
2043	Ampliação da frota de veículos da Polícia Militar	2.021.262,00	1.470.000,00	72,73	98	0	0,00
2044	Ampliação da rede de comunicação da Polícia Militar	297.819,00	77.511,28	26,03	402	300	74,63
2045	Ampliação da capacidade de proteção individual aos Policiais Militares	575.000,00	269.999,81	46,96	851	770	90,48
1021	Construção de quartéis	575.170,00	0,00	0,00	1.000	0	0,00
1023	Reforma de Quartéis	33.570,00	0,00	0,00	350	0	0,00
2384	Realização de Marketing Institucional	480.905,00	480.857,35	99,99	12	12	100,00
TOTAL		**6.272.321,00**	**3.678.374,20**	**58,64**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Comando Geral da Polícia Militar

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
160.261.921,00	156.479.781,60	97,64	3.782.139,40

3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Decreto nº 1.719/2003 e da Lei nº 1.415/2003 que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, tem as seguintes competências:

I – assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública e à transparência da gestão no âmbito do Poder Executivo;

II – fiscalizar a execução dos programas de governo, inclusive as ações descentralizadas, avaliando metas, objetivos e qualidade do gerenciamento;

III – avaliar a execução dos orçamentos do Estado e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV – acompanhar o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Estado;

V – solicitar informações gerenciais sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades previstas nos orçamentos do Estado;

VI – fazer auditoria:

a) da gestão dos recursos públicos;

b) dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, administrativo e operacional;

VII – verificar a legalidade dos atos e fatos concernentes à utilização de recursos públicos, promovendo junto à unidade responsável pela contabilidade as providências de saneamento necessárias;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas sobre responsabilidade fiscal;

IX – acompanhar e fiscalizar o fechamento das contas mensais dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

X – realizar inspeções e avocar procedimentos em curso na Administração Pública Estadual para exame da regularidade, propondo providências saneadoras;

XI – emitir certificado de auditoria, relatório e parecer sobre:

a) a prestação de contas anual do Governador antes do encaminhamento ao Poder Legislativo;

b) as contas anuais dos gestores das unidades orçamentárias do Poder Executivo;

XII – estabelecer os procedimentos e metodologias para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

XIII – acompanhar a formulação e elaboração:

a) do planejamento estratégico estadual;

b) dos planos estaduais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social;

c) do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;

XIV – acompanhar a situação dos arrecadadores de receitas, ordenadores de despesas ou de alguém por estes e dos que administrem ou detenham bens ou valores pertencentes ou confiados à guarda da Fazenda Pública do Estado;

XV – adotar, pelos meios internos e externos previstos na legislação, as providências necessárias à apuração de responsabilidade e à punição dos infratores.

As atividades da Controladoria Geral do Estado foram executadas por meio das 08 (oito) ações estruturadas no Programa Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 1.990.745,00,** sendo utilizado **95,96%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 70 - Programa de Políticas Públicas - 070

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	
Objetivo:	Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual, zelando pela regularidade da gestão dos administradores públicos estaduais, mediante a realização de inspeções, fiscalizações e auditorias de gestão e de acompanhamento, e exame de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadorias e pensões, bem como apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Justificativa:	Implantar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, tendo em vista a necessidade do controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, utilizando como instrumentos a auditoria, a fiscalização e a inspeção.
Prazo de Execução:	2004 – 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Avaliações realizadas	Percentual	100	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	167.121,00	134.149,18	80,27	1	1	100,00
2002	Coordenação e Manutenção de Serviços de Transportes	74.890,00	56.172,34	75,00	1	1	100,00
2004	Manutenção de Recursos Humanos	1.615.964,00	1.591.870,34	98,50	60	57	100,00
2003	Ações de Informática	107.140,00	102.627,75	95,78	1	1	100,00
1024	Implantação do Sistema Informatizado do Órgão Central de Controle Interno	0,00	0,00	0,00	1	0	0
2049	Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual	0,00	0,00	0,00	42	42	100,00
2050	Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais	0,00	0,00	0,00	1.294	1.294	100,00
2051	Capacitação dos Técnicos do Controle Interno	25.630,00	25.605,00	99,90	160	**338**	211,00
TOTAL		**1.990.745,00**	**1.910.424,61**	**95,96**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Controladoria Geral do Estado

3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Esta Secretaria foi instituída por meio da Lei n.° 1, de 23 de janeiro de 1989, e sua estrutura atual está definida por meio do Decreto 2.768, de 05 de junho de 2006.

Tem como missão representar de forma política e institucional o Estado e o Governo perante os órgãos federais, organismos internacionais, missões diplomáticas e instituições privadas.

A Secretaria de Representação, desde o mês de junho de 2006, a sua estrutura operacional consta das seguintes unidades funcionais:

1. Subsecretário, com a finalidade ao atendimento às demandas, bem como a promoção e o acompanhamento das ações da Secretaria;

2. Assessoria Jurídica, responsável pelo tratamento das questões legais, avaliando, subsidiando apoio jurídico;

3. Assessoria de Imprensa, objetivando a cobertura jornalística e fotográfica das atividades do Governador e Secretários de Estado, quando em missão oficial em Brasília e agilizar a divulgação das ações do Governo na mídia local e nacional;

4. Assessoria Técnica Institucional, suas funções técnicas dos órgãos estaduais a identificação de oportunidades para desenvolvimento do Estado;

5. Assessoria de Relações Internacionais, tem a missão de visualizar oportunidades e intermediações ligadas a organismos internacionais no âmbito federal com ênfase para a captação de recursos para o Estado;

6. Diretoria de Administração e Finanças, com finalidade de operações administrativas e financeiras planejando e executando as ações desenvolvidas perante a Secretaria;

7. Coordenadoria de Transporte, controle da frota de veículos, definição de critérios para o uso do transporte, supervisionar os veículos oficiais, e dar suporte no transporte do Excelentíssimo Governador, Secretários e demais Autoridades.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 3.104.134,00**, sendo utilizado **96,25%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 71 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	420.780,00	391.084,05	92,94	29.695,95
Manutenção dos Serviços de Transportes	186.000,00	133.440,80	71,74	52.559,20
Manutenção de Recursos Humanos	2.393.454,00	2.392.451,14	99,95	1.002,86
Ações de Informática	103.900,00	70.779,14	68,12	33.120,86
TOTAL	**3.104.134,00**	**2.987.755,13**	**96,25**	**116.378,87**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria de Representação

3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como **Advocacia Geral do Estado** através da Lei 259/91, de 02 de fevereiro de 1991.

Através da Lei nº 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei nº 259/91 e é reestruturada a **Procuradoria Geral do Estado do Tocantins**, definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei complementar nº 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei nº 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto nº 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei complementar nº 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto nº 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto nº 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei nº 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

A Lei nº 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescendo-lhes novos valores.

Por último, informamos os atos governamentais de nº 5.951 e 5.963 – PRM, ambos de 2006, que elevou a mudança de níveis os Procuradores do Estado.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhe a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-o quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a ele inerentes, como também assessoramento jurídico

direto ao Chefe do Poder Executivo ao qual está diretamente subordinado, (Lei Complementar nº 20/1999, art. 1º e incisos).

As atribuições da Procuradoria Geral do Estado foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado, um de Previdência Social e uma ação de Programa Finalístico, sendo este, multisetorial desenvolvido entre o Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS e a PGE. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 17.213.017,00**, com execução de **R$ 16.242.521,11**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 72 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	764.998,00	764.996,45	100,00	1,55
TOTAL	**764.998,00**	**764.996,45**	**100,00**	**1,55**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 73 - Programa de Serviço ao Estado - 071

PROGRAMA - Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado

Objetivo:	Viabilizar a representação judicial e extrajudicial do Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância, orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos judiciais adequados à solução de problemas a eles atinentes, além de promover a cobrança da dívida ativa do Estado.
Justificativa:	Grande demanda de processos judiciais a favor e em desfavor do estado.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa processos agilizados	unidade		31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	Pagamento decorrente de precatórios	4.882.110,00	4.702.793,12	96,33	35	35	100,00
1025	Trabalho pericial demarcação divisas do estado	0,00	0,00	0,00	480	0	0,00
2052	Regularização, organização e controle do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	30	0	0,00

2001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.373.002,00	942.773,05	68,67	1.200	1.200	100,00
2002	Manutenção de serviços de transportes	508.530,00	298.973,56	58,79	11	11	100,00
2004	Manutenção dos recursos humanos	9.304.477,00	9.304.474,78	100,00	135	160	118,52
2376	Manutenção de serviços de informática	379.900,00	228.510,15	60,15	80	80	100,00
1026	Reaparelhamento da PGE	0,00	0,00	0,00	10	0	0,00
TOTAL		**16.448.019,00**	**15.477.524,66**	**94,10**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Procuradoria Geral do Estado

QUADRO 74 - Programa Finalístico - 119

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	
Objetivo:	Fazer levantamento em todos os municípios com fim de identificar onde o estado tem terras a titular
Justificativa:	Fazer levantamento em todos os municípios com fim de demarcação de terras, onde a PGE propõe ação cartorial e o ITERTINS o trabalho de campo.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Imóveis regularizados	unidade	-	Dez/07	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2054	Ação discriminatória de terras públicas	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Procuradoria Geral do Estado

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
17.213.017,00	16.242.521,11	94,36	970.495,89

3.1.7 CASA MILITAR

A Casa Militar foi reestruturada através dos Decretos n.ºs 1.697, de 27/01/2003, e 1.710, de 20/02/2003 passando por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta, tendo sido desvinculados da CAMIL o Serviço Aéreo do Estado e a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criadas a Secretaria-Executiva de Defesa Civil e a Coordenadoria de Comunicação Social. As demais mudanças ocorridas foram de ordem administrativa interna, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Casa Militar tem como missão institucional:

a) coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades Governamentais e seus familiares, pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, bem como pelo planejamento e atendimento das situações de emergência provocadas por eventos naturais, antropogênicos e mistos, atuando na iminência e em situações de desastres;

b) melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente contra desastres, de forma preventiva, emergencial, assistencial e recuperativa, garantindo maiores condições para segurança da sociedade do Estado do Tocantins.

Suas atribuições foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.123.272,00**, com execução de 90,78%, ou seja, **R$ 2.835.437,34**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 75 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	888.001,00	755.027,22	85,03	132.973,78
Manutenção dos Serviços de Transportes	540.000,00	449.842,61	83,30	90.157,39

Manutenção de Recursos Humanos	1.646.271,00	1.585.360,09	96,30	60.910,91
Ações de Informática	49.000,00	45.207,42	92,26	3.792,58
TOTAL	**3.123.272,00**	**2.835.437,34**	**90,78**	**287.834,66**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Casa Militar

3.1.8 VICE-GOVERNADORIA

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto nº 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial nº 1.825, de 21 de Dezembro de 2004, que institui a Vice-Governadoria, dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão.

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como articular-se com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais.

As atribuições da Vice-Governadoria foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.831.998,00**, com execução de **R$ 1.526.102,10**, como serão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 76 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	256.766,00	120.104,10	46,78	136.661,90
Manutenção dos Serviços de Transportes	164.531,00	57.216,32	34,78	107.314,68
Manutenção de Recursos Humanos	1.343.007,00	1.330.266,66	99,05	12.740,34
Ações de Informática	67.694,00	18.515,02	27,35	49.178,98
TOTAL	**1.831.998,00**	**1.526.102,10**	**83,30**	**305.895,90**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Vice-Governadoria

3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiro foi instituído pela Lei Complementar nº 45, de 03 de abril de 2006, antes suas atribuições eram desenvolvidas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

O Corpo de Bombeiros Militar, previsto pelo art. 144 § 5º, da Constituição Federal, tem suas missões definidas pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar nº 45, art. 2°, incisos I a VII, sendo:

- **Constituição Estadual:**

  Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

  I - .....

  II - o Corpo de Bombeiros Militar:

  a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

  b) a prevenção e o combate aos incêndios;

  c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

  d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  e) perícia de incêndios;

  f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

  g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

  III - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

- **Lei Complementar nº 45, de 03/04/2006:**

  "Art. 2º. Compete ao CBMTO:

  I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

  II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;

  IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

  V - a perícia de incêndios:

  a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

b) nos locais de sinistros;

VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

As atribuições do Corpo de Bombeiros foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 13.161.935,00**, com execução de **R$ 12.443.156,78** conforme demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 77 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	735.137,00	636.474,97	86,58	98.662,03
Manutenção dos Serviços de Transportes	478.359,00	427.655,83	89,40	50.703,17

Manutenção de Recursos Humanos	137.205,00	107.579,06	78,41	29.625,94
Ações de Informática	10.484.435,00	10.478.424,58	99,94	6.010,42
TOTAL	**11.835.136,00**	**11.650.134,44**	**98,43**	**185.001,56**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Corpo de Bombeiros Militar

QUADRO 78 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Corpo de Bombeiros Militar

QUADRO 79 - Programa Finalístico – 048

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTRO	
Objetivo:	Garantir à população no Tocantins uma proteção global frente aos desastres de qualquer natureza.
Justificativa:	Propiciar a expansão das atividades do Corpo de Bombeiros nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaina, através de melhor aparelhamento da unidade responsável e capacitação do pessoal, de modo a otimizar a prestação dos serviços de resgate de vidas e patrimônios; combate a incêndios florestais e urbanos; salvamento de vítimas presas em ferragens, em situação de afogamento e em altura.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de solicitações atendidas	unidade			100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1215	Construção de Quartéis	200.000,00	0,00	0,00	02	0	0,00
1216	Instalação de Unidades do CBM	79.880,00	68.359,03	85,58	200	289	144,50
1217	Reforma de Quartéis	25.000,00	0,00	0,00	201	0	0,00
1218	Realização de Concurso para o CBM	0,00	0,00	0,00	200	0	0,00
1219	Ampliação da frota de veículos do CBM	304.600,00	279.600,00	91,79	06	02	33,33
1220	Ampliação da rede de comunicações do CBM	73.600,00	43.364,13	58,92	20	1464	7.320
2457	Realização de salvamento Aquático	56.626,00	22.889,18	40,42	190	271	142,63
2458	Realização de salvamento Terrestre	109.232,00	50.812,92	46,52	118	4112	3.484,75
2459	Realização de combate a	129.000,00	32.712,12	25,36	385	287	74,55

	incêndio						
2460	Capacitação dos profissionais do CBM	107.180,00	69.180,00	64,55	155	110	70,96
2461	Fornecimento de Fardamento	241.681,00	226.104,96	93,56	297	361	121,55
TOTAL		**1.326.799,00**	**793.022,34**	**59,77**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Corpo de Bombeiros Militar

QUADRO 80 - Programa Finalístico – 072

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ESPECIAL DA DEFESA CIVIL	
Objetivo:	Promover a implantação e a implementação, em municípios do Estado, de políticas de prevenção, preparação, resposta e reconstrução frente aos desastres naturais, antropogênicos e mistos.
Justificativa:	O crescimento populacional e econômico do estado do Tocantins tem acarretado um aumento do potencial de riscos de desastres, com a construção de grandes hidrelétricas, a formação de grandes lagos; a verticalização das cidades; a construção da ferrovia norte-sul e de novas rodovias, com o conseqüente transporte de pessoas e produtos perigosos; o aumento da frota de veículos, com aumento considerável do índice de acidentes de trânsito, bem como, com o aumento populacional e o desequilíbrio ambiental tem-se um maior risco de incêndios urbanos e florestais demandando maior incremento das ações de defesa civil.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1221	Imp. de brigadas civis de combate a incên. Florestais e controle de queimadas*	0,00	0,00	0,00	11	1	9,09
1222	Implantação das Comissões de Defesa Civil*	0,00	0,00	0,00	15	14	93,33
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Corpo de Bombeiros Militar

* As ações deste programa foram executadas mediante parcerias, sem a necessidade de gastos por parte do CBMTO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
13.161.935,00	12.443.156,78	94,54	718.778,22

3.1.10 DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 48, de 07 de setembro de 2006, que alterou a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 2004, dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A Defensoria Pública promove orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todas as áreas do Direito. No Tocantins, a Defensoria Pública atende nas áreas: Criminal, Cível, Família, Criança e Adolescente, juizados Especiais Cíveis e Criminais, Fazenda e Registros Públicos. Requer a gratuidade da justiça, acompanha s atos processuais, promove a conciliação entre as partes em conflito de interesses, interpõe recurso e promove a revisão criminal.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Atendimento Jurídico e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 8.190.062,00** com execução de **R$ 7.159.121,69**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 81 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	186.876,00	186.874,83	100,00	1,17
TOTAL	**186.876,00**	**186.874,83**	**100,00**	**1,17**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Defensoria Pública

QUADRO 82 - Programa Finalístico - 053

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO	
Objetivo:	Prestar através da Defensoria Pública, assistência jurisdicional gratuita, especializada aos hipossuficientes.
Justificativa:	Atender às necessidades constatadas nos encontros regionais, possibilitando a execução os trabalhos já que atualmente encontra-se quase inviável a prestação ocasionando uma morosidade no atendimento por falta de condições é necessária a estruturação e aparelhamento da Defensoria, bem como o crescimento do quadro de pessoal o não atendimento às melhorias solicitadas ocasiona a população mais necessitada o cerceamento ao acesso gratuito à justiça, direito garantido constitucionalmente.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento aos hipossuficientes	Percentual	87,12%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1222	Implantação de biblioteca	7.774,00	7.773,54	99,99	1	0,15	15,00
2471	Criação de núcleos especializados	270.000,00	0,00	0,00	4	4	100,00
2472	Instalação da Defensoria Pública Itinerante	274.000,00	3.994,00	1,46	14	11	78,57
1223	Construção e aparelhamento da sede própria da Defensoria Pública de Palmas	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1225	Ampliação da frota de veículos	209.998,00	9.998,00	4,76	6	2	33,00
2473	Manutenção das Defensorias Públicas	10.000,00	10.000,00	100,00	13	6	46,00
1226	Implantação de bolsa estágio	0,00	0,00	0,00	20	0	0,00
1227	Construção e aparelhamento da sede da Defensoria Pública de Paraíso	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2474	Promoção de eventos de fortalecimento de ação institucional	135.473,00	20.473,00	15,11	20	8	40,00
2476	Benefícios aos usuários	2.098,00	1.805,40	86,05	160	138	86,00
2477	Manutenção de Recursos Humanos	5.490.723,00	5.485.188,18	99,90	95.800	95.700	99,90
2478	Manutenção de Serviços de transporte	188.525,00	181.860,04	96,46	25.318	25.318	100,00
2480	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.096.761,00	1.080.145,06	98,48	2.771	2.771	100,00
2479	Ações informática	162.499,00	160.674,64	98,88	1.758	1.739	98,92
2475	Capacitação e aperfeiçoamento de servidor	155.335,00	10.335,00	6,65	70	5	7,14
TOTAL		**8.003.186,00**	**6.972.246,86**	**87,12**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Defensoria Pública

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
8.190.062,00	7.159.121,69	87,41	1.030.940,31

3.1.11 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria da Comunicação foi instituída pelo Decreto nº 1.124 de 01 de fevereiro de 2000, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas à divulgação institucional.

A Secretaria da Comunicação tem como missão coordenar, supervisionar e controlar a publicidade dos órgãos da Administração Pública direta e indireta sob o controle do Estado do Tocantins.

Para esta Secretaria foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- divulgar as atividades e políticas públicas implantadas pelo Governo nas principais áreas de interesse da sociedade;

- realizar campanhas educativas relativas aos direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição;

- incentivar a sociedade através de campanhas a participar das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do Estado;

- atender as necessidades de informação dos usuários internos (administração direta e indireta) sob controle do Estado;

- gerar notícias/realising para os veículos de comunicação de fatos produzidos pelo Estado;

- proceder o arquivamento de informações escritas (notícias jornalísticas) e fotográficas;

- elaborar materiais que divulguem o Tocantins, atraindo turistas, investidores, construindo e consolidando a sua imagem no Brasil e no Mundo.

As atividades da Secretaria da Comunicação foram desenvolvidas em ações estruturadas nos programas de Divulgação das Atividades Governamentais e Previdência Social, sendo que foram autorizados recursos na ordem de **R$ 40.327.380,00**, com execução total de **R$ 40.031.203,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 83 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	15.150,00	15.149,97	100,00	0,03
TOTAL	**15.150,00**	**15.149,97**	**100,00**	**0,33**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECOM

QUADRO 84 - Programa Finalístico – 074

PROGRAMA - DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS

Objetivo:	Divulgar e informar para a comunidade em geral as políticas públicas, programas e ações desenvolvidas pelo governo, através de campanhas e peças publicitárias, veiculadas pelos diversos meios de comunicação, como: televisão, rádio, jornais impressos, revistas, outdoor, cartazes, folders e outros.
Justificativa:	Tendo em vista diversas áreas de atuação do Governo, é necessário desenvolver meios para tornar público as atividades desenvolvidas.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
	unidades		Dezembro/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2059	Manutenção dos Serviços de Informática	168.366,00	161.459,28	95,89	50	103	198,00
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	849.212,00	727.997,24	85,73	1	1	100,00
2002	Manutenção dos Serviços de Transportes	618.682,00	554.516,40	89,62	3	8	267,00
2004	Manutenção de Recursos Humanos	4.801.133,00	4.729.544,97	98,50	130	163	125,38
2057	Veiculações Institucionais	2.935.700,00	2.927.647,32	99,72	6.000	99.479	1.657,98
2058	Produção de Matérias institucionais	30.939.137,00	30.914.887,94	99,92	400	235	58,75
TOTAL		**40.312.230,00**	**40.016.053,15**	**99,26**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECOM

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
40.327.380,00	40.031.203,12	99,26	296.176,88

3.1.12 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, competindo-lhe, conforme o Decreto n.° 1.532, de 19 de junho de 2003, o seguinte:

I. a elaboração, a coordenação e o acompanhamento dos planos do Governo;

II. a formulação, coordenação e implementação dos sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;

III. a elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;

IV. o acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;

V. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de meio ambiente, de recursos naturais e de desenvolvimento sustentável;

VI. a condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;

VII. a realização do zoneamento ecológico-econômico e gestão territorial;

VIII. as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

IX. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política estadual de recursos hídricos;

X. o planejamento, coordenação e acompanhamento da política e ações de turismo ecológico;

XI. a representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

XII. a coordenação e acompanhamento da política estadual de ciência e tecnologia;

XIII. o assessoramento ao Governador do Estado na tomada de decisões em assuntos da competência da Pasta.

As atribuições da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, dez Finalísticos, três de Gestão de Políticas

Pública e um de Serviço ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 17.068.001,00**, com execução de **R$ 9.421.014,05**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 85 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	355.480,00	349.322,32	98,27	6.157,68
Manutenção dos Serviços de Transportes	293.835,00	293.192,92	99,78	642,08
Manutenção de Recursos Humanos	4.251.483,00	4.249.772,41	99,96	1.710,59
Ações de Informática	242.715,00	241.013,80	99,30	1.701,20
TOTAL	**5.143.513,00**	**5.133.301,45**	**99,80**	**10.211,55**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

QUADRO 86 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	60.053,00	60.051,52	100,00	1,48
TOTAL	**60.053,00**	**60.051,52**	**100,00**	**1,48**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

QUADRO 87 - Programa Finalístico - 036

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-a ao tecido urbano.
Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdades sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas específicas.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de investimentos em habitabilidade	%	45,00	-	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2085	Elaboração de Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (*)	157.000,00	8.025,00	5,11	2	-	-
TOTAL		157.000,00	8.025,00	5,11	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Em março iniciou-se o processo de negociação institucional entre governo e as prefeituras de Guaraí e Tocantinópolis a fim de definir os papéis dos agentes envolvidos no processo de elaboração do plano diretor dos dois municípios. Na ocasião, ficaram acordados que os municípios executariam a primeira etapa (caracterização e diagnóstico local), cabendo a Seplan orientar e apoiar na formatação dos documentos e na realização do processo de planejamento participativo. No entanto até o momento, os municípios ainda estão elaborando os componentes da primeira etapa.

QUADRO 88 - Programa Finalístico - 078

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	
Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.
Justificativa:	A gestão dos recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os usos múltiplos. A não implementação deste programa acarretará danos à qualidade das águas, refletindo na qualidade de vida da comunidade, bem como, a manutenção da quantidade das águas, com prejuízos aos processos produtivos implantados em todo o estado. o envolvimento da comunidade local, na busca por soluções e o interesse dos usuários das águas em minimizar os conflitos de usos são fatores que contribuem para a implantação do programa. Já a quantidade de recursos financeiros disponíveis para o mesmo poderá ser um fator desfavorável a sua implementação.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias Percentual de redução da degradação da qualidade das águas Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados*	porcentagem	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2065	Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00

2067	Implantação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2068	Acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2070	Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hidricos	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2071	Capacitação em Recursos Hídricos	1.226,00	1.225,40	99,95	1	(*)	-
TOTAL		**1.226,00**	**1.225,40**	**99,95**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 89 - Programa Finalístico – 079

PROGRAMA - ÁREAS PROTEGIDAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas à conservação dos ecossistemas no estado do Tocantins.
Justificativa:	As unidades de conservação do estado do Tocantins contribuem para a preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidos. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindíveis para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Dimensão das unidades de conservação	porcentagem	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1034	Identificação de Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1035	Implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	0,00	0,00	0,00	11	0	0,00
2072	Apoio à Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação	187.042,00	186.702,80	99,82	4	(*)	
TOTAL		**187.042,00**	**186.702,80**	**99,82**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 90 - Programa Finalístico – 083

PROGRAMA - TOCANTINS JOGA LIMPO	
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como conseqüência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradações ambientais, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no estado. A não implantação deste programa poderá agravar, ainda mais, a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, o uso de água não potável, etc. a existência de lixões e o despreparo dos municípios para o planejamento e controle das ações de gestão dos resíduos.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico Coleta seletiva de lixo	Porcentagem	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2089	Funcionamento do Fórum Estadual Lixo e Cidadania	0,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2090	Manutenção e Funcionamento do Sistema Estadual de Informação sobre Resíduos	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 91 - Programa Finalístico – 085

PROGRAMA - TOCANTINS TURISMO VERDE	
Objetivo:	Promover o ecoturismo como alternativa sustentável para a geração de emprego e renda às comunidades do entorno das unidades de conservação.
Justificativa:	A indústria do ecoturismo no estado do Tocantins necessita de identificação dos problemas e diretrizes que depende do Planejamento da gestão sustentada do patrimônio natural e cultural, voltado para a valorização dos recursos naturais e geração de empregos.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1037	Elaboração de Estudos, Planos, Programas e Projetos na Área de Ecoturismo	300.000,00	0,00	0,00	0	0	0,00
2091	Implantação de Infra-Estrutura Básica do Ecoturismo	723.519,00	505.035,14	69,80	0	(*)	0,00
TOTAL		**1.023.519,00**	**505.035,14**	**49,34**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) A meta física apesar de não quantificada o resultado alcançado foi a construção e finalização da infra-estrutura de visitação pública na Cachoeira da Velha em Mateiros, tendo sido executada dentro da ação, as obras de construção de trilha interpretativa no parque Estadual do alapão e passarela suspensa na cachoeira da Velha localizados na Área de Proteção Ambiental do Jalapão.

QUADRO 92 - Programa Finalístico – 086

PROGRAMA - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS	
Objetivo:	Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.
Justificativa:	Os ecossistemas naturais abrigam uma imensa diversidade biológica, prestando serviços essenciais para a vida no planeta. A pressão antrópica sobre os recursos naturais vem crescendo em função da necessidade de espaço físico e produção de matéria-prima. Assim sendo, torna-se imprescindível a adoção de medidas de conservação e manutenção de genes, espécies e ecossistemas como forma de contribuir efetivamente para a ecologia local e global. Entretanto o Programa de Biodiversidade e Recursos Genéticos ainda não foi realizado porque depende de uma política estadual que regulamente as atividades de pesquisa, avaliações e uso dos recursos genéticos. Essa política atualmente se encontra em processo de elaboração.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade	porcentagem			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1038	Realização de estudos para Conhecimento da Biodiversidade	0,00	0,00	0,00	4	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 93 - Programa Finalístico – 087

PROGRAMA - AGENDA 21	
Objetivo:	Apoiar e viabilizar o planejamento estratégico descentralizado e participativo, em âmbito estadual e municipal, visando a sustentabilidade ambiental, social, política e econômica das ações propostas.
Justificativa:	A construção de estratégias que contribuam para a sustentabilidade ambiental, social, política econômica de uma região (estado ou municípios) apresenta-se como um desafio à implementação de um processo continuado e integrado para o desenvolvimento sustentável das populações, promovendo uma melhoria na qualidade de vida destas. A não implementação deste programa favorece a implantação contínua de ações desarticuladas, que não representam as aspirações das comunidades locais e nem levam em consideração as especificidades culturais, físicas, sociais e econômicas das regiões. O desinteresse dos grupos locais (governamentais e não governamentais) em implementar no estado um processo descentralizado para a gestão dos recursos naturais acarretará prejuízos à implantação deste programa.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Agendas 21 estadual e municipal elaborada	Porcentagem	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2096	Construção e Implementação da Agenda 21 Estadual	0,00	0,00	0,00	6	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 94 – Programa Finalístico - 091

PROGRAMA – GESTÃO TERRITORIAL	
Objetivo:	Elaborar políticas, instrumentos, estratégias prioritárias, ações estratégicas, diretrizes e metas que propiciem um modelo de gestão de recursos naturais e de atividades socioeconômicas capazes de oferecer suporte para um desenvolvimento econômico rápido, harmônico e sustentável.
Justificativa:	Necessidade de monitorar indicadores para reavaliação de políticas públicas e ampliação da participação social nas ações governamentais; melhoria da divulgação e internalização dos produtos que subsidiam o programa de gestão territorial.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de atendimentos	Unidade	200	-	-
Plano estratégico elaborado	Unidade	-	-	-
Quantidade de usuários atendidos pelo CEU-TO	Unidade	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2131	Atual. do laboratório de Geoprocessamento e sensor. Remoto e mantê-lo em funcionamento	28.200,00	0,00	0,00	2	1	50,00
2133	Capacitação dos Recursos Humanos do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	10.000,00	2.919,62	29,20	4	2	50,00
2135	Operacionalização e Manutenção do Centro Estadual de Usuários do Tocantins	2.000,00	0,00	0,00	400	272	68,00
TOTAL		**40.200,00**	**2.919,62**	**7,26**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

QUADRO 95 – Programa Finalístico – 170

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas. Em consonância com o citado objetivo, a eficiente e eficaz implementação do programa estadual de educação ambiental é fundamentada pelo estabelecimento de parcerias entre o poder público e privado, terceiro setor e a comunidade em geral, funcionando como catalisador da revisão de valores, dessa maneira, levando os cidadãos a desenvolverem posturas pró-ativas em relação às questões ambientais.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Ações estratégicas do programa estadual de educação ambiental implementadas	porcentagem	-	-	-
Conceitos e metodologias de EA difundidos no ensino formal	porcentagem	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2137	Funcionamento da Comissão Estadual de Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
2138	Implantação e Funcionamento do Sistema de Informação sobre Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	3	0	0,00

2139	Comunicação em Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	5	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 96 - Programa Finalístico – 174

PROGRAMA - PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II – PMNA II	
Objetivo:	O programa nacional do meio ambiente II - PNMA II, direcionado para o aperfeiçoamento da gestão ambiental do país, nas esferas federal, estadual e municipal e para a ampliação das possibilidades de participação da sociedade civil na gestão ambiental, tem por objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
Justificativa:	De acordo com o roteiro metodológico apresentado pelo MMA, o estabelecimento de prioridades ambientais visa incentivar o planejamento ambiental, otimizar o uso dos recursos financeiros, apoiar a tomada de decisão e, sobretudo, assegurar que as ações a serem desenvolvidas tenham sustentabilidade e sejam internalizadas, no futuro, pelos agentes sociais e nas esferas políticas locais.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2142	Desenvolvimento Institucional para Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	9	0	0,00
2143	Gestão Integrada de Ativos Ambientais	0,00	0,00	0,00	8	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

QUADRO 97 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 088

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-br), a partir de 2002 o projeto evoluiu para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura, com participação social, são interdependentes, na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).

Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	percentual	100	-	115
Aumento real da receita própria municipal	percentual	100	-	120
Eficiência na conservação de áreas protegidas	percentual	100	-	150

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1040	Elaboração de Planos e Estudos para o Desenvolvimento Regional	51.996,00	8.020,23	15,42	3	4	133,33
1041	Apoio a Reestruturação Organizacional e Financeira da Gestão Municipal	19.620,00	0,00	0,00	67	0	0,00
1042	Capacitação de Servidores Públicos Municipais	150.483,00	0,00	0,00	160	0	0,00
1043	Capacitação de Atores Locais para o Desenvolvimento	27.300,00	0,00	0,00	40	0	0,00
1045	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da SEPLAN	764.335,00	284.356,70	37,20	50	15	30,00
1046	Fortalecimento da Base Material para Pesquisa e Planejamento da SEPLAN	98.101,00	93.552,47	95,36	0	100	100,00
1047	Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH(*)	779.516,00	779.515,14	100,00	6	(*)	-
2104	Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra	2.072.393,00	301.853,85	14,57	139	0	0,00
2107	Fomento a Implantação de Consórcio Intermunicipais	15.500,00	4.638,62	29,93	12	1	8,33
2108	Implantação de Unidade Técnica Regional	1.409.930,00	546.024,87	38,73	4	4	100,00
2110	Levantamento de Recursos Naturais	1.483.508,00	133.451,17	9,00	139	0	0,00
2118	Avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentado - PDRS	696.591,00	54.033,79	7,76	49,3	7,6	15,40
2483	Implantação de Unidades de Conservação	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
2484	Implantação de infraestrutura básica e turística (*)	62.103,00	62.103,00	100,00	1	(*)	-

2485	Elaboração de Estudos e Pesquisas Sobre Mudanças Climáticas	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2486	Implantação da Rede Hidrometereológica (*)	228.885,00	228.883,00	100,00	4	(*)	-
2488	Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2505	Manejo Sustentável do Entorno das Unidades de Conservação	382.192,00	163.652,00	42,82	2	1	50,00
2123	Elaboração de Planos de Bacias Hidrograficas	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
TOTAL		**8.242.453,00**	**2.660.084,84**	**32,27**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Ação transferida para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 98 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 081

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamentos ilegais, queimadas descontroladas, exploração mineral, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A não implementação do programa prejudicará a reversão deste quadro por não definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e não promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente. Nesse sentido, o interesse e as possibilidades de articulação de ações dos diferentes setores e agentes sociais, para definir e acordar princípios, diretrizes e estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense, são fatores condicionante para a implantação deste programa.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
índice de diminuição da degradação ambiental índice de inserção e controle social	Porcentagem	Não apurado	Setembro/2003	40%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2076	Acompanhamento do ICMS Ecológico	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2080	Publicidade de Utilidade Pública	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2082	Acompanhamento da Política Ambiental do Estado	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2083	Funcionamento do	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00

	Sistema Estadual de Informações Ambientais						
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Programa transferido para a UG 39010 – Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

QUADRO 99 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 077

PROGRAMA - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	
Objetivo:	Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão visando a melhoria na qualidade da elaboração, do gerenciamento, e da avaliação de programas e ações.
Justificativa:	Face à deficiência no desenho de programas, ações, alocação de recursos e inexistência de sistemática de gerenciamento e avaliação, faz-se necessário a modernização do processo de planejamento, orçamento e gestão. A não modernização acarretará o descolamento entre o planejado, executado e as demandas da sociedade, inviabilizando a gestão por resultados.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1031	Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Planejamento, Orçamento e Gestão	854.424,00	192.880,00	22,57	100	(*)	0,00
1032	Desenvolvimento de Sistemática de Avaliação de Programas e Projetos Governamentais	163.700,00	10.075,69	6,15	1	0	0,00
1033	Implantação de Canais de Informação e Comunicação - transparência	154.554,00	0,00	0,00	29	0	0,00
2060	Assessoramento Técnico em Planejamento, Orçamento e Gestão	198.540,00	67.243,18	33,87	12	2	17,00
2061	Desenvolvimento de Modelo de Gestão Pública	686.941,00	565.410,86	82,31	1	0,5	50,00
2062	Formação de Equipe Técnica de Excelência	11.399,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2063	Capacitação de Servidores em Planejamento, Orçamento e Gestão	120.437,00	12.200,72	10,13	2.250	40	1,70
TOTAL		**2.189.995,00**	**847.810,45**	**38,71**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

(*) Meta física não realizada, estão sendo reestruturadas as atividades integrantes desta ação governamental.

QUADRO 100 - Programa de Serviço ao Estado – 089

PROGRAMA - INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	
Objetivo:	Disponibilizar em tempo real informações sócio-econômicas do Estado e seus municípios para subsidiar a tomada de decisões no âmbito do poder executivo.
Justificativa:	Esse programa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade do estado em suas diversas dimensões e para subsidiar a tomada de decisões, bem como, divulgar as potencialidades do Estado.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de informação disponibilizada	%	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2124	Acompanhamento da evolução do produto interno bruto estadual	22.000,00	15.857,83	72,08	1	1	100,00
2126	Elaboração e divulgação do perfil socio-econômico municipal e regional	0,00	0,00	0,00	4.000	0	0,00
2128	Atualização e revisão do anuário estatístico do estado	0,00	0,00	0,00	2.000	0	0,00
2129	Elaboração de estudos sobre a evolução da economia do estado	1.000,00	0,00	0,00	1.000	0	0,00
2509	Construção dos indicadores sócio-econômicos	0,00	0,00	0,00	1.000	0	0,00
TOTAL		**23.000,00**	**15.857,83**	**68,95**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEPLAN

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
17.068.001,00	9.421.014,05	55,20	7.646.986,65

3.1.13 SECRETARIA DO ESPORTE

A Secretaria de Estado do Esporte foi instituída pelo Decreto nº 1.038 de 16 de outubro de 2000, com as atribuições de promover e difundir o esporte tocantinense em todas as suas modalidades em níveis estadual, nacional e internacional.

Tem como objetivo desenvolver a política estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do indivíduo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral do ser humano.

Devido a carência de informações e de estrutura física esportiva em nosso Estado, faz-se necessário a atuação da SESPO como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida a toda população do Estado. Seu público-alvo é a população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) que residam nos 139 municípios que compõe o Estado do Tocantins.

Com isso, tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, mas também contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população do nosso Estado.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 18.403.191,00**, com execução de **R$ 16.159.505,06**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 101 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	810.625,00	783.177,69	96,61	27.447,31
Manutenção dos Serviços de Transportes	512.213,00	452.173,53	88,27	60.039,47
Manutenção de Recursos Humanos	3.584.637,00	3.584.635,92	100,00	1,08
Ações de Informática	85.385,00	83.487,13	97,78	1.897,87
TOTAL	**4.992.860,00**	**4.903.474,27**	**98,20**	**89.385,73**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SESPO

QUADRO 102 - Programa Finalístico – 01

PROGRAMA - EVENTOS ESPORTIVOS	
Objetivo:	Dar condições a todas as entidades esportivas anuais, auxiliando na descoberta de novos valores e apoiando financeiramente as equipes amadoras e profissionais e propiciar a Secretaria do Esporte que cumpra o seu calendário esportivo.
Justificativa:	Pelas dificuldades financeiras das entidades esportivas do estado, como federações, clubes profissionais, a fim de cumprir os seus projetos na realização de eventos e para poder representar o Estado nas modalidades esportivas.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de expansão de eventos esportivos	%	*	2003	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2155	Realização das Olimpíadas dos Pioneiros Mirins	0,00	0,00	0,00	14	0	0,00
2156	Promoção do Projeto Segundo Tempo	655.000,00	99.068,48	15,12	25	4	16,00
2161	Distribuição de Material Esportivo do Projeto Pintando a Liberdade	757.000,00	529.498,34	69,95	5	5	100,00
2424	Atendimento aos Clubes profissionais e amadores	736.000,00	736.000,00	100,00	10	12	120,00
2425	Atendimento ao desporto comunitário	401.004,00	76.300,00	19,03	11	9	81,82
2426	Divulgação das ações do esporte	87.000,00	79.984,80	91,94	70	65	92,86
TOTAL		**2.636.004,00**	**1.520.851,62**	**57,70**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SESPO

QUADRO 103 - Programa Finalístico – 02

PROGRAMA - ESPORTE E CIDADANIA	
Objetivo:	Desperta nos jovens o interesse pelas modalidades esportivas, recreativas e culturais, revelando talentos e oportunizando o exercício da cidadania através da emissão de documentos e doação de material esportivo.
Justificativa:	Por não ter acesso a diversas modalidades esportivas e por ausência de informações técnicas e do material esportivo adequado, a SESPO vai ao encontro da comunidade para difundir o esporte em todas as suas dimensões, além de propiciar sem custos a expedição de documentos pessoais.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de expansão de pratica esportivas	%	*	2003	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2163	Realização de evento do esporte e cidadania	2.337.688,00	1.728.634,75	73,95	25	23	92,00
1051	Ampliação da frota de veiculo	177.000,00	177.000,00	100,00	4	6	150,00

1052	Ampliação da rede de informática	72.284,00	72.284,00	100,00	14	15	107,14
TOTAL		**2.586.972,00**	**1.977.918,75**	**76,46**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SESPO

QUADRO 104 - Programa Finalístico – 03

PROGRAMA - EDIFICAÇÃO DA REDE ESPORTIVA	
Objetivo:	Construir a rede de infraestrutura esportiva para a prática das diversas modalidades de esporte nos municípios tocantinenses
Justificativa:	Pela inexistência total ou precária de equipamentos esportivos e porque os já existentes não oferecem as mínimas condições na prática esportiva.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de expansão da rede de infra-estrutura desportiva	%	*	2003	105

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1055	Construção de estádio de futebol	6.731.147,00	6.731.146,10	100,00	1	1	100,00
2427	Reforma de infra-estrutura esportiva	962.045,00	852.237,55	88,59	4	3	75,00
2428	Construir infraestrutura esportiva	494.163,00	173.876,77	35,19	3	1	34,00
TOTAL		**8.187.355,00**	**7.757.260,42**	**94,75**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SESPO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
18.403.191,00	16.159.505,06	87,81	2.243.685,94

3.1.14 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto nº 2751, de 22 de maio de 2006, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos.

Tem como missão a promoção e a defesa dos direitos humanos, das garantias constitucionais, da ordem jurídica, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, dos índios, das minorias, do direito do consumidor, através do PROCON, da política judiciária, da criança e do adolescente, da política judiciária, monitoramento da Execução Penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e Penitenciária do Estado, a articulação com Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins, os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com órgãos federais, estaduais e municipais.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça está o Fundo Estadual Antidrogas e os Conselhos:

1 – Dos Direitos da Mulher;

2 – Dos Direitos Humanos;

3 – Antidrogas;

4 – De Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor;

5 – Penitenciário.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, e 03 Programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 25.880.898,00** com execução de **R$ 20.316.005,35**, como demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO 105 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.364.002,00	2.133.694,13	90,26	230.307,87
Manutenção dos Serviços de Transportes	639.060,00	626.773,31	98,08	12.286,69
Manutenção de Recursos Humanos	14.803.805,00	14.783.517,35	99,86	20.287,65
Ações de Informática	261.700,00	259.877,01	99,30	1.822,99
TOTAL	**18.068.567,00**	**17.803.861,80**	**98,53**	**264.705,20**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

QUADRO 106 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

QUADRO 107 - Programa Finalístico - 55

PROGRAMA - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Objetivo:	Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração.
Justificativa:	Construir estabelecimentos correcionais em áreas deficientes de estruturas de segurança para atender a população carcerária.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Reincidência Criminal	%	-	2003	10

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	Capacitação para servidores do sistema prisional	28.420,00	0,00	0,00	175	0	0,00
2174	Formação profissional para reeducandos	50.000,00	0,00	0,00	140	0	0,00
1061	Construção do Presídio Feminino	500.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1062	Construção do Presídio de Segurança Máxima na Região Sudeste	500.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1063	Construções de casas de albergado para egressos	400.000,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2175	Aparelhamento da estrutura penitenciária	930.000,00	0,00	0,00	588	0	0,00
2177	Alimentação aos presos custodiados	1.477.900,00	1.477.008,00	99,94	900	900	100,00
2176	Assistência jurídica e psicossocial ao egresso	0,00	0,00	0,00	80	0	0,00
TOTAL		**3.886.320,00**	**1.477.008,00**	**38,01**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

QUADRO 108 - Programa Finalístico – 56

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
Objetivo:	Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.
Justificativa:	Manter o serviço especializado de atendimento de maneira a garantir a humanização, fornecendo documentação civil básicos com o fito de promover a cidadania.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxas de Denúncias Investigadas	Percentual	-	2003	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2178	Implantação de serviços de apoio a vítimas e testemunhas ameaçadas	0,00	0,00	0,00	20	0	0,00
2164	Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores	0,00	0,00	0,00	40	0	0,00
2179	Promoção de eventos sobre direitos humanos	1.231.580,00	33.336,20	2,71	10	1	10,00
2534	Criação de Banco de Dados sobre as comunidades trad. Afrodescendentes e povos indígenas	10.000,00	0,00	0,00	10	0	0,00
2181	Atendimento as mulheres vítimas de violência domésticas	531.669,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2533	Plano de erradicação do trabalho escravo no estado do tocantins	0,00	0,00	0,00	24	0	0,00
2180	Estruturação do grupo executivo de prevenção e repressão à tortura	10.000,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2421	Divulgação das ações e eventos promovidos através da SECIJU	377.000,00	364.064,08	96,57	24	23	95,83
1064	Balcão da Cidadania	662.140,00	249.478,67	37.68	500.000	22.263	4,45
TOTAL		**2.822.389,00**	**646.878,95**	**22,92**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

QUADRO 109 - Programa Finalístico – 156

PROGRAMA - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Objetivo:	Garantir a execução de sentenças, ressocialização e custódia da população carcerária do Estado.
Justificativa:	Sanar as deficiências de estabelecimentos correcionais e aparelhamento nos já existentes viabilizando o cumprimento de penas dos condenados
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Renda familiar per capita	pessoas	-	2002	72

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2454	Implantação da Corregedoria no Sistema Penitenciário	10.001,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2455	Implantação da Escola dos Servidores Penitenciários	10.001,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2186	Aquisição de mobiliário para Unidade Prisional de Araguaína	193.900,00	13.870,00	7,15	134	9	6,72
2184	Implantação de lavanderia e aquisição de equipamento do sistema prisional em Araguaína, Palmas e Gurupi	500.000,00	0,00	0,00	48	0	0,00
2185	Concurso Público para agente prisional	200,00	0,00	0,00	1	1	100,00
2183	Reforma, adequação e ampliação do espaço físico na CCP, edificação de muro e cerca eletrica	374.500,00	374.386,60	99,97	1	0	0,00
TOTAL		**1.088.602,00**	**388.256,60**	**35.67**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

QUADRO 110 - Programa Finalístico – 54

PROGRAMA – CONSOLIDANDO A DEFESA DO CONSUMIDOR NO TOCANTINS	
Objetivo:	Prestar aos consumidores tocantinenses, orientação permanente, sobre seus direitos e garantias, ampliando as ações de PROCON-TO.
Justificativa:	Garantir a Defesa do Consumidor, projetando-a contra os abusos praticados por fornecedores de produtos e serviços.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento ao consumidor	percentual	-	-	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2170	Confecção de Material educativo	5.000,00	0,00	0,00	150	0	0,00
2171	Publicação do cadastro anual de reclamações fundamentadas	10.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2172	Criação de biblioteca nos núcleos do PROCON	20,00	0,00	0,00	3	0	0,00
TOTAL		**15.020,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECIJU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
25.880.898,00	20.316.005,35	78,50	5.564.892,65

3.1.15 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Ciência e Tecnologia foi criada em 29 de novembro de 2005, por meio do Decreto nº 2.588, sob forma de órgão Público do Poder Executivo Estadual, como pessoa jurídica de direito público, porém, somente no dia 1º de fevereiro de 2006, iniciou suas atividades com a nomeação do Secretário, através do Ato nº 706 NM, de 31 de janeiro de 2006, Diário Oficial nº 2.097, de 01 de fevereiro de 2006.

Tem como missão fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

As atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo. Para ele foram autorizados recursos da ordem de **R$ 9.059.026,00**, com execução de **R$ 8.893.029,25**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 111 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	520.272,00	450.633,87	86,62	69.638,13
Manutenção dos Serviços de Transportes	97.105,00	75.456,67	77,71	21.648,33
Manutenção de Recursos Humanos	8.250.514,00	8.206.415,72	99,47	44.098,28
Ações de Informática	191.135,00	160.522,99	83,98	30.612,01
TOTAL	**9.059.026,00**	**8.893.029,25**	**98,17**	**165.996,75**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria de Ciência e Tecnologia

3.1.16 SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003 pelo Decreto nº 1.718, sucessora da Secretaria do Interior e Justiça, com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A missão da Secretaria do Governo pode ser resumida em "assessorar o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições políticas, articulando, promovendo e desenvolvendo ações junto às lideranças políticas e sociais, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Congresso Nacional, aos segmentos organizados e às comunidades."

O objetivo estratégico da Secretaria do Governo é, primeiro, adotar um modelo de gestão voltado para resultados, como: - melhorar o desempenho operacional; melhorar a imagem institucional da Secretaria perante as demais, as lideranças e o povo; tornar públicas suas atribuições; obter excelência na prestação do atendimento ao público; e, segundo, estreitar a relação do Governo com os municípios, as lideranças políticas e sociais, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Congresso Nacional, os segmentos organizados da sociedade.

Para tanto, coloca à disposição de seu público-alvo direto os seguintes serviços:

- assessoramento ao Governador na análise política da ação governamental;

- planejamento e realização de encontros para discutir as ações do Governo;
- coordenação de pesquisa de opinião pública sobre as ações do Governo;
- o apoio, acompanhamento, organização e articulação das ações políticas de todo o Estado;
- o atendimento das solicitações, reclamações e sugestões sobre o governo e seus órgãos;
- assessoria política aos municípios; relacionamento com organismos públicos e privados com vistas ao trato de assuntos políticos além do acompanhamento da tramitação de proposições e assuntos de interesse do Poder Executivo.

Também é missão da atual gestão da Secretaria de Governo fortalecer as unidades municipais com uma forte assessoria administrativa centralizada em Palmas, auxiliando estes gestores em todos os aspectos políticos, jurídicos e sociais incrementando um apoio municipalista e descentralizado com ações focadas no povo, eliminando a ingerência administrativa, minimizando custos e maximizando o compromisso social.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, de Previdência Social e um programa de Serviços ao Estado. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 26.666.461,00**, com execução de **R$ 26.470.559,21**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 112 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	954.111,00	775.477,58	81,28	178.633,42
Manutenção dos Serviços de Transportes	316.890,00	305.599,27	96,44	11.290,73
Manutenção de Recursos Humanos	25.250.126,00	25.249.100,73	100,00	1.025,27
Ações de Informática	112.407,00	107.454,63	95,59	4.952,37
TOTAL	**26.633.534,00**	**26.437.632,21**	**99,26**	**195.901,79**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEGOV

QUADRO 113 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	32.927,00	32.927,00	100,00	0,00
TOTAL	**32.927,00**	**32.927,00**	**100,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEGOV

QUADRO 114 - Programa de Serviços ao Estado – 62

PROGRAMA - GESTÃO DO CONHECIMENTO

Objetivo:	Elevar a qualificação da mão-de-obra institucional, através da formação de gestores públicos e eventos de capacitação profissional, elevando assim os padrões de organização, gestão e desempenho da maquina pública e propondo formas mais efetivas de intervenção governamental.

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de servidores capacitados	Percentual	-	2003	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2188	Capacitar Equipe Técnica da Central de Projetos	0,00	0,00	0,00	20.000	0	-
2189	Capacitar Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Lideranças Municipais	0,00	0,00	0,00	20.000	0	-
2190	Elaborar e acompanhar Projetos da Confecção a sua Implantação	0,00	0,00	0,00	20.000	0	-
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEGOV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
26.666.461,00	26.470.559,21	99,27	195.901,79

3.1.17 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a

modernização institucional e da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Sua finalidade é a orientação normativa e controle técnico dos sistemas administrativos de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, sendo seu objetivo administrar os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, controle e coordenação da situação dos bens móveis e semoventes da administração indireta do Poder Executivo Estadual.

Tendo como público-alvo o Poder Executivo, a Secretaria da Administração deve ser referência em modernização da gestão institucional que será alcançada por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Recursos Humanos, Material, Patrimônio e outros sistemas administrativo-operacionais.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e um programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 10.403.658,00**, com execução de **R$ 9.849.835,94**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 115 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	586.047,00	556.967,72	95,04	29.079,28
Manutenção dos Serviços de Transportes	100.000,00	80.028,24	80,03	19.971,76
Manutenção de Recursos Humanos	7.379.199,00	7.378.658,72	99,99	540,28
Ações de Informática	803.621,00	784.395,51	97,61	19.225,49
TOTAL	**8.868.867,00**	**8.800.050,19**	**99,22**	**68.816,81**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECAD

QUADRO 116 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	15.273,00	15.273,00	100,00	0,00
TOTAL	**15.273,00**	**15.273,00**	**100,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECAD

QUADRO 117 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 177

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	Dos temas abordados nos encontros regionais, especificamente na gestão pública, foi validada a identificação do problema da deficiência gerencial e inúmeras causas, permeando a gestão na maioria dos municípios. Para a revisão das ações do PPA 2004-2007, validou-se diagnóstico construído pelos envolvidos nas diversas atividades internas e intersetoriais do órgão gestor de administração, ratificando as causas dos problemas identificados na Lei 1430/2003. Nos novos focos de causa-problemas abordados, requerem um conjunto de ações, de recursos e medidas urgentes, eficientes e eficazes, visando sanar os respectivos problemas. Sob a nova ótica das necessidades validadas, atrelada aos princípios modernos de administração pública e acrescidas da marcante e presente vontade política do governo estadual; desencadearam o comando para a construção de ações estruturantes na atividade-meio, exigindo para tanto a cobertura deste programa, garantindo o suporte efetivo à modernização da gestão e atividades finalísticas, objetivando o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A não priorização do programa proposto e suas ações estruturantes poderão desencadear conseqüências imprevisíveis quanto a vida útil dos sistemas desatualizados que ora operamos e em face a modernização prevista para o estado, certamente acarretará entraves e danos significativos, inclusive às ações finalísticas executadas pelos demais órgãos e unidades da administração pública estadual, dependente diretamente da eficiência da atividade-meio, para alcançar a qualidade dos produtos oferecidos pelo governo estadual à sociedade.
Prazo de Execução:	Início em janeiro de 2005

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não especificado	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1066	Implantação do Sistema Integrado dos Processos de Gestão de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1229	Implantação de uma Política de Fortalecimento de Recursos Humanos	287.192,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1230	Reestruturação do Modelo Organizacional	168.594,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2192	Capacitação Funcional dos servidores da SECAD	40.000,00	29.718,85	74,30	20	44	220
2532	Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão	1.023.732,00	1.004.793,90	98,15	2	0	0,00
TOTAL		**1.519.518,00**	**1.034.512,75**	**68,08**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SECAD

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
10.403.658,00	9.849.835,94	94,68	553.822,06

3.1.18 SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores.

Constituem atividades inerentes à Secretaria da Fazenda as seguintes: formulação, coordenação e execução das funções do Sistema Tributário do Estado, compreendendo a arrecadação, tributação e fiscalização; gestão dos sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

manutenção e controle do equilíbrio financeiro do Tesouro do Estado, das operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado, dos compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual, dos sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário - financeira do Tesouro Estadual; gestão da Conta Única do Tesouro Estadual; aquisição de bens e serviços; emissão de atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituição Federal e do Estado e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

São objetivos desta Secretaria criar condições técnicas instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação fiscal para o melhor atendimento ao cidadão e controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.

Desta forma, sua missão é maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

Assim, a Secretaria da Fazenda está envidando esforços visando o melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como para melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.

Algumas estratégias estão sendo implementadas como capacitar os servidores, dotar as Delegacias, Postos Fiscais e Coletorias e a Sede de equipamentos e mobiliários necessários para o seu funcionamento, contratar consultoria para desenvolver sistemas de informações, interligar as unidades desta Secretaria, aquisição de bens móveis para o centro de capacitação e incremento de sua utilização, construir e mobilizar Postos Fiscais e Agências de Atendimento ao Contribuinte, firmar parcerias com órgãos e entidades, com todas as ações realizadas dentro das normas vigentes.

Tudo isto para atender seu público-alvo que são o contribuinte, o funcionário público, os alunos da rede pública e privada, gestores e sociedade em geral.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 106.677.536,00**, com execução de **R$ 103.927.862,51**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 118 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	21.496.216,00	21.334.061,66	99,25	162.154,34
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.802.050,00	1.702.589,48	94,48	99.460,52
Manutenção de Recursos Humanos	75.835.658,00	75.766.184,26	99,91	69.473,74
Ações de Informática	853.674,00	741.165,32	86,82	112.508,68
TOTAL	**99.987.598,00**	**99.544.000,72**	**99,56**	**443.597,28**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEFAZ

QUADRO 119 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	2.495.412,00	2.495.411,63	100,00	0,37
TOTAL	**2.495.412,00**	**2.495.411,63**	**100,00**	**0,37**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEFAZ

QUADRO 120 - Programa Finalístico – 110

PROGRAMA - EDUCAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	Implementar, promover e institucionalizar o Programa Estadual de Educação Fiscal.
Justificativa:	O Estado para se modernizar necessita de capacitar, conscientizar e aprimorar a consciência cívica, cultural e fiscal dos servidores, alunos e sociedades em geral.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Quantidade de gestores e servidores públicos qualificados	porcentagem	84,00%	31/12/2007	80,00%
Quantidade de professores e técnicos formados	porcentagem	84,00%	31/12/2007	80,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2196	Formação continuada dos agentes multiplicadores	4.000,00	741,60	18,54	3,00%	984,00%	32.800%
2433	Monitoramento do Programa de educação fiscal	0,00	0,00	0,00	20,00%	0,00%	0,00%
2195	Capacitação de gestores e servidores públicos	27.500,00	9.271,50	33,71	34,00%	21,00%	62,00%
TOTAL		**31.500,00**	**10.013,10**	**31,79**			

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEFAZ

QUADRO 121 - Programa Finalístico – 108

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para o melhor atendimento ao cidadão.
Justificativa:	A Secretaria da Fazenda está realizando esforços no melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.
Prazo de Execução:	2004 - 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
receita tributária suspensa por contencioso administrativo	porcentagem	9,61%	31/12/2007	3,00%
declaração em meio eletrônico	porcentagem	100,00%	31/12/2007	100,00%
volume de receita tributária parcelada	porcentagem	2,03%	31/12/2007	10,00%
receita tributária recuperada	porcentagem	0,01%	31/12/2007	10,00%
participação de declarantes na base cadastral	porcentagem (COIEF)	95.41%	31/12/2007	90,00%
previsão e realização de receita	porcentagem	93.59%	31/12/2007	98,00%

orçamentária				
alcance das ações de capacitação	porcentagem	37.54%	31/12/2007	90,00%
volume de receita tributária em atraso	porcentagem	79,80%	31/12/2007	20,00%
quantificação das ações de cobrança	porcentagem	89.00%	31/12/2007	95,00%
receita tributária em execução judicial	porcentagem	63,84%	31/12/2007	80,00%
concentração de arrecadação	porcentagem	0,8600%	31/12/2007	10,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1069	Adequação do ambiente físico da Escola Fazendária	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1070	Construção e adequação do ambiente físico dos postos fiscais	2.674.000,00	491.306,96	18,37	1	4	400,00
2530	Divulgação das ações de governo	535.000,00	533.214,97	99,67	5.240	2.544	48,55
1072	Adequação do ambiente físico das Regionais da SEFAZ	682.516,00	643.296,93	94,25	1	2	200,00
1076	Modernização da sede da SEFAZ	56.000,00	50.809,52	90,73	1	1	100,00
2194	Capacitação de servidores	210.960,00	157.923,73	74,86	100,00%	49,50%	49,50
1077	Implantação e manutenção dos sistemas tributário e financeiro	4.550,00	1.884,95	41,43	1,00%	840,00%	8,40
TOTAL		**4.163.026,00**	**1.878.437,06**	**45,12**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEFAZ

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
106.677.536,00	103.927.862,51	97,42	2.749.673,49

3.1.19 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada através da Lei nº 001 de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 1.124 de 1° de fevereiro de 2000, com a função de garantir a execução, supervisão e controle da ação de Governo relativa à Educação e Cultura, com vistas a promover a melhoria da qualidade do ensino.

O Decreto 1.532, de 19 de junho de 2002, define como competência desse órgão o seguinte:

I. o desenvolvimento das políticas de educação;

II. o ensino e o magistério;

III. a assistência e o apoio ao educando;

IV. o apoio estratégico e logístico aos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura;

V. a promoção e difusão da cultura em todas as suas manifestações;

VI. outras atividades correlatas.

Além dessas competências essa unidade de gestão possui os seguintes objetivos:

a. melhorar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino;

b. promover a profissionalização, a responsabilização e a valorização dos profissionais da educação;

c. reestruturar, modernizar e consolidar a gestão;

d. implantar programa permanente de avaliação.

Com o intuito de permitir o melhor cumprimento de seus objetivos a Secretaria estabeleceu como missão garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.

As atribuições institucionais da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo; Previdência Social e 11 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 575.211.378,00** com execução de **R$ 525.118.063,10** como demonstram os quadros a seguir:

QUADRO 122 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	8.711.165,00	8.562.762,83	98,30	148.402,17
Manutenção dos Serviços de Transportes	5.582.477,00	3.910.775,12	70,05	1.671.701,88

Manutenção de Recursos Humanos	3.982.088,00	2.844.469,46	71,43	1.137.618,54
Ações de Informática	99.889.445,00	97.328.127,65	97,44	2.561.317,35
TOTAL	**118.165.175,00**	**112.646.135,06**	**95,33**	**5.519.039,94**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 123 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	26.997.492,00	26.991.135,08	99,98	6.356,92
TOTAL	**26.997.492,00**	**26.991.135,08**	**99,98**	**6.356,92**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 124 - Programa Finalístico – 15

PROGRAMA - PADRÃO DE QUALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

Objetivo:	Promover a Construção, ampliação e reforma de escolas, laboratórios de informática, quadras de esportes, delegacias regionais de ensino e centros de formação continuada, bem como equipar a estrutura física do sistema educacional do estado, visando proporcionar um padrão mínimo às instalações, a fim de atender os respectivos usuários com qualidade.
Justificativa:	O sistema educacional de ensino, requer a cada exercício, expansão, manutenção e aparelhamento de sua estrutura física, desta forma torna se necessário a adoção de políticas voltadas a esse fim, no sentido de assegurar a absorção da demanda educacional.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de unidades esc. de ensino médio atendidas com reforma	Porcentagem	20%	jan/04	50%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com reforma	Porcentagem	25%	jan/04	65%
Taxa de diretorias regionais de ensino atendidas com reforma	Porcentagem	10%	jan/04	40%
Taxa de centros de Form. Continuada construídos	Porcentagem	0%	jan/04	50%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com construção	Porcentagem	65%	jan/04	25%
Taxa de unidades esc. de ensino médio atendidas com ampliação	Porcentagem	35%	jan/04	50%
Taxa de unidades esc. de ensino fundamental atendidas com ampliação	Porcentagem	35%	jan/04	60%
Taxa de unidades esc. de ensino médio construídas	Porcentagem	45%	jan/04	40%
Taxa de diretorias regionais de ensino atendidas com ampliação	Porcentagem	10%	jan/04	40%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1079	Ampliação de Delegacia Regional de Ensino	192.987,00	64.322,65	33,33	3	0	0,00
1080	Ampliação de UE do Ensino Fundamental	1.053.586,00	921.198,34	87,43	12	0	0,00
1081	Ampliação de UE do Ensino Médio	51.119,00	51.118,00	100,00	4	0	0,00
1083	Construção de Delegacia Regional de Ensino	0,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2259	Reforma e Melhoria em Delegacia de Ensino	607.813,00	67.707,93	11,14	5	0	0,00
2262	Aparelhamento de UE do Ensino Fundamental	2.644.097,00	1.043.206,17	39,45	152	60	39,47
2263	Aparelhamento de UE do Ensino Médio	4.908.703,00	805.012,40	16,40	197	42	21,32
1086	Construção de UE do Ensino Fundamental	10.439.057,00	7.628.078,59	73,07	14	3	21,43
1087	Construção de UE do Ensino Médio	958.484,00	633.621,09	66,11	3	0	0,00
1088	Construção de Laboratório de Informática do Ensino Médio	-	-	-	3	2	66,67
1089	Construção de Laboratório de Informática do Ensino Fundamental	-	-	-	2	1	50,00
1228	Construção de Quadra de Esporte do Ensino Fundamental	-	-	-	1	0	0,00
2261	Reforma e Melhoria de UE do Ensino Médio	3.127.030,00	2.493.458,68	79,74	5	0	0,00
2260	Reforma e Melhoria de UE do Ensino Fundamental	796.539,00	452.039,79	56,75	2	2	100,00
TOTAL		**24.779.415,00**	**14.159.763,64**	**57,14**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 125 - Programa Finalístico – 16

PROGRAMA - CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR	
Objetivo:	Promover atendimento a criança com distorção idade-série nas classes de aceleração e aos adolescentes, jovens e adultos acesso a modalidade de educação de jovens e adultos.
Justificativa:	De acordo com os dados do PES/2002 os índices de distorção idade-serie dos alunos do ensino fundamental foi de 36,6% e no ensino-médio 67,90 estes índices revelam a inadequação do sistema de ensino e a parcela significativa de alunos que necessitam receber atendimento especializado, por isso, a necessidade de implementação do Programa Correção de Fluxo, para garantir a inclusão do educando.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de aprovação escolar de 5ª a 8ª series	Porcentagem	81,76%	jan/04	90%
Taxa de distorção idade serie de 5ª a 8ª series	Porcentagem	41,77%	jan/04	32%
Numero de turmas de educação de jovens e adultos	Pessoa	893	jan/04	1.113
Taxa de distorção idade serie de 1ª a 4ª series	Porcentagem	25,84%	jan/04	16%
Taxa de abandono escolar - EJA 1º seg.	Porcentagem	29,85%	jan/04	25%
Taxa de abandono escolar - EJA 2º seg.	Porcentagem	22,18%	jan/04	18%
Taxa de distorção idade-serie do ensino médio	Porcentagem	63,04%	jan/04	48%
Taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª serie.	Porcentagem	5.22%	jan/04	4%
Taxa de aprovação escolar de 1ª a 4ª series	Porcentagem	80,81%	jan/04	91%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2266	Assessoramento Pedagógico aos Profes, Coord. e Supervisores	416.650,00	401.713,50	96,00	461	520	112,80
2264	Expansão do Programa Correção de Fluxo	713.802,00	646.671,64	88,00	9.300	6.891	75,00
2270	Expansão da EJA - Ensino Fundamental	1.968.634,00	404.069,48	21,00	515	270	52,00
2269	Expansão da EJA - Ensino Médio	3.130,00	0,00	0,00	198	0,00	0,00
2267	Exame Supletivo Realizado	142.427,00	102.078,85	72,00	13	13	100,00
2268	Realização do Forum da EJA	10.000,00	5.418,00	54,00	1	1	100,00
TOTAL		**3.272.643,00**	**1.559.951,47**	**48,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 126 - Programa Finalístico – 017

PROGRAMA - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
Objetivo:	Fortalecer a educação escolar indígena.
Justificativa:	Atualmente no estado existe uma demanda de 3.106 alunos indígenas distribuídos na 1ª e 2ª fase do ensino fundamental. Temos um elevado índice de evasão e de distorção serie/idade, e através do programa objetivamos fortalecer e promover uma educação de qualidade atendendo às especificidades de cada grupo técnico.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Profissionais qualificados	Porcentagem	40%	Setmbro/2003	80%
Taxa de Escolas mantidas	Porcentagem	63%	Setmbro/2003	85%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2277	Acomp e Avaliação Didático-Pedágógico dos Prof. Indígenas	46.624,00	37.993,00	81,00	233	255	109,44
1090	Ampliação de Unidade Escolar Indígena	4.558,00	0,00	0,00	1	1	100,00
2276	Aparelhamento de Unidade Escolar Indigena	177.272,00	115.283,61	65,00	83	84	101,20
1091	Construção de Unidade Escolar Indigena	353.792,00	0,00	0,00	7	1	14,29
2272	Formação Continuada dos Professores Indígenas	510.147,00	510.147,00	100,00	233	384	164,81
2271	Formação Inicial de Professores Indígenas	554.116,00	413.173,24	75,00	146	146	100,00
2275	Manutenção de Atividades das UE Indígenas	51.750,00	38.924,30	75,00	83	83	101,20
2278	Manutenção de RH Indigena - FUNDEF 40%	994.000,00	894.097,74	90,00	119	113	94,96
2274	Manutenção de RH Indigena - FUNDEF 60%	1.968.000,00	1.937.853,98	98,00	212	196	92,45
2279	Manutenção de RH Indigena - FUNDEF - TESOURO	462.000,00	374.496,26	81,00	30	23	76,67
2273	Reforma de Unidade Escolar Indígena	232.000,00	11.777,00	5,00	5	1	20,00
TOTAL		**5.354.259,00**	**4.333.746,63**	**81,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 127 - Programa Finalístico – 018

PROGRAMA - DEMOCRATIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	
Objetivo:	Melhorar a qualidade de aprendizagem através da utilização dos recursos tecnológicos educacionais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico.
Justificativa:	Diante do quadro de escassez dos recursos tecnológicos educacionais e recursos humanos capacitados para utilização das tecnologias e diante os avanços da sociedade, do conhecimento, implementar a utilização das tecnologias educacionais tais como computador, televisão, vídeo, livro didático e acervo bibliográfico nas unidades escolares, será com certeza um fator de inclusão educacional.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de escolas atendidas com telepostos	Porcentagem	33%	ago/04	63%
Taxa de escolas atendidas com bibliotecas autorizadas	Porcentagem	57%	ago/04	87%
Taxa de escolas atendidas com laboratórios de informática	Porcentagem	11%	ago/04	29%
Taxa de servidores contemplados com projetos incentivo a leitura	Porcentagem	12%	ago/04	42%
Taxa de projetos realizados	Porcentagem	6%	ago/04	13%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2281	Acomp. as UE's quanto a utilização das Tecnologias Educuc	0,00	0,00	0,00	170	58	34,12
1092	Realização de Projetos de Incentivo a Leitura	5.321.518,00	5.121.064,56	96,00	1	1	100,00
2430	Realização de Seminário em Educação Tecnológica	6.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**5.327.518,00**	**5.121.064,56**	**96,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 128 - Programa Finalístico – 019

PROGRAMA - ABC DA CIDADANIA	
Objetivo:	Alfabetizar adultos com idade a partir de 15 anos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria.
Justificativa:	Considerando o alto índice de analfabetismo no estado, propõe se alfabetizar 15.000 pessoas por ano, para melhorar a qualidade de vida do povo tocantinense, promovendo perspectiva de continuidade educacional e habilidade profissional aos beneficiários.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de Analfabetismo no Estado	Porcentagem	18%	jan/06	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2284	Capacitação de Monitor Alfabetizador	202.543,00	186.205,50	92,00	309	260	84,14
2467	Manutenção de Recursos Humanos - ABC	623.429,00	328.293,00	53,00	309	260	84,14
2199	Supervisão Pedagógica do Programa ABC da Cidadania	32.542,00	17.565,00	54,00	321	260	81,00
TOTAL		**858.524,00**	**532.063,50**	**62,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 129 - Programa Finalístico – 020

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL	
Objetivo:	Modernizar e consolidar a gestão das políticas educacionais.
Justificativa:	A Secretaria de Educação e Cultura é um agente importante na busca de soluções para a redução das desigualdades sociais. Neste contexto, a Secretaria de Educação e Cultura deverá fazer uso de estratégias e métodos eficazes de gerenciamento de gerenciamento das políticas educacionais, para que estas possam garantir o desenvolvimento do seu papel social, na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percent de escolas com dependência adm. estadual avaliada	Porcentagem	0%	Agosto/04	100%
Percent de UE com dep adm estadual atend p/ prog Gestão Comunitária	Porcentagem	100%	Outubro/03	100%
Número de instituições avaliadas	Unidade	0%	Agosto/04	13%
Numero de municípios inspecionados	Unidade	139%	Agosto/04	139%
Percent de esc. com dependência adm estadual supervisionada	Porcentagem	100%	Agosto/04	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2202	Assistência Técnico Pedagógico a Educação do Campo	260.497,00	117.652,11	68	278	270	97,12
2205	Realização do Fórum da Escola Comunitária	126.660,00	15.293.20	12,00	13	0	0,00
2200	Capacitação dos Membros das Associações Escolares	11.225,00	0,00	0,00	503	0,00	0,00
2209	Descentralização dos Recursos à Gestão Comunitária do EF	56.020.733,00	37.018.050,40	66,00	446	494	110,76
2203	Descentralização dos Recursos à Gestão Comunitária do EM	12.365.974,00	10.699.299,23	87,00	272	281	103,31
2464	Implantação de Escola de Tempo Integral	120.000,00	300,00	0,25	11	11	100,00
2208	Implementação do Sistema Integrado de Comunicação	2.998.000,00	2.835.999,19	95,00	100	100	100,00
2215	Manutenção do Sistema de Avaliação da Escola	3.400,00	0,00	0,00	440	0	0,00
2216	Manutenção do Sistema de Avaliação Institucional	44.150,00	1.176,00	3,00	1	0	0,00
2211	Implementação da Proposta Curricular	294.043,00	113.637,72	39,00	474	472	99,58
2210	Inspeção das Unidades Escolares	238.532,00	176.907,00	74,00	2.264	2.249	99,34
2214	Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental	1.045.017,00	919.940,22	88,00	401	401	100,00
2213	Manutenção de Atividades do Ensino Médio	5.942.218,00	4.381.268,03	74,00	227	264	116,30
2212	Realização do Censo Escolar	238.956,00	185.931,51	78,00	1	1	100,00
2206	Supervisão das Unidades Escolares	760.263,00	709.933,13	93,00	440	440	100,00
2217	Premiação das UEs Bem Sucedidas Gestão Educacional	15.600,00	11.275,50	72,00	13	12	92,31

2218	Capacitação dos Manipuladores da Alimentação Escolar	17,00	0,00	0,00	1.218	0	0,00
TOTAL		**80.485.285,00**	**57.246.663,24**	**71,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 130 - Programa Finalístico – 021

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Objetivo:	Profissionalizar e valorizar os profissionais da rede estadual de ensino.
Justificativa:	Considerando a falta de qualificação dos prof. da educação: professores, gestores e técnicos, faz-se necessário a implementação de um programa de formação inicial e continuada de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e mod. de ensino.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de gestores e técnicos qualificados	Porcentagem	5,4%	set/03	0
Taxa de professores do ensino fundamental EJA qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de professores e técnicos da Educação Especial qualificados	Porcentagem	6,50%	set/03	0
Taxa de professores do Ens. Médio - EJA qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de professores do Ens. Fundamental qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0
Taxa de profissionais da educação qualificados nas tecnolog. Educacional	Porcentagem	62%	set/03	0
Taxa de professores dos programas de correção de fluxo qualificados	Porcentagem	6,50%	set/03	0
Taxa de professores do ensino fundamental e médio graduados	Porcentagem	30%	set/03	0
Quantidade de servidores avaliados	Pessoa	0	ago/03	100
Taxa de professores do ensino médio qualificados	Porcentagem	100%	set/03	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2221	Capacitação de Prof. Coord. Superv. da Correção de Fluxo	479.325,00	382.155,30	80,00	463	520	112,31
2465	Formação Inicial dos Servidores da Educação	307.598,00	71.377,50	23,00	1.871	0(*)	0,00
2228	Formação Continuada de Gestores e Técnicos	423.958,00	162.182,83	38,00	3.067	2.567	83,70
2227	Formação Continuada de Prof. do E M em Áreas Específicas	1.873.078,00	1.354.270,90	72,00	1.361	966	70,98
2225	Formação Continuada de Professores e Técnicos da	236.780,00	103.523,19	44,00	1.500	900	60,00

	Ed Especial						
2226	Formação Continuada de Prof. da Educ nas Tecnologias Educacionais	194.000,00	49.783,50	26,00	1383	261	18,87
2223	Formação Continuada para Prof. de 1ª a 8ª series da EJA	1.414.044,00	676.689,84	48,00	861	932	108,25
2220	Formação Continuada para Prof. do Ensino Fundamental	1.948.742,00	1.545.860,78	79,00	4.892	4.456	91,09
2224	Formação Continuada para Professores do Ensino Médio - EJA	516.331,00	349.138,00	68,00	397	321	80,86
2229	Graduação de Professores do Ensino Médio	28.350,00	0,00	0,00	125	0	0,00
2219	Formação Continuada dos Orientadores Educacionais	0,00	0,00	0,00	250	0	0,00
2232	Manutenção de RH do Ensino Médio	62.996.136,00	62.402.197,22	99,00	3.294	1.911	58,01
2230	Manutenção de RH - FUNDEF - 40%	40.402.000,00	40.390.393,58	100,00	3.652	3.648	99,89
2231	Manutenção de RH - FUNDEF - 60%	157.376.000,00	157.301.965,15	100,00	7.847	7.516	95,78
2233	Manutenção de RH - EJA	1.462.000,00	163.195,07	11	185	21	11,35
2234	Manutenção do Sistema de Avaliação de Desemp. do Servidor	68.850,00	22.720,43	33,00	22.000	19.600	89,08
TOTAL		**269.727.192,00**	**264.975.453,29**	**98,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

(*) A ação 2465 está sendo executada envolvendo todos os servidores previstos, porém ainda não foi alcançada em virtude da conclusão do curso ser para 2008.

QUADRO 131 - Programa Finalístico – 022

PROGRAMA - FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL	
Objetivo:	Reduzir até 2007 o abandono escolar em 53% (7.89% para 3.71%) de 1ª a 4ª serie do ensino fundamental; em 61% (10.44% para 4.07%) de 5ª a 8ª serie do ensino fundamental; em 32% (36.51% para 24.83%) dos alunos de 1º segmento da EJA; em 25% (23.38% para 17.54%) dos alunos do 2º segmento da EJA; em 12% (19.01% para 16.73%) dos alunos do ensino médio, visando contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento estudantil.
Justificativa:	A taxa de abandono escolar no ensino fundamental de 1ª a 4ª serie é de 7.89% ; de 5ª a 8ª serie é de 10.44%; no 1º segmento da EJA é de 36.51%; 2º seguimento da EJA é de 23.38% e do ensino médio de 19.01%. Os dados apresentados justificam a necessidade de uma política voltada para a permanência do aluno da escola, a fim de garantir seu sucesso.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de abandono escolar de 1ª a 4ª série do ensino fundamental	Porcentagem	7,89	dez/02	4
Taxa de abandono escolar de 5ª a 8ª série do ensino fundamental	Porcentagem	10,44	dez/02	4

Taxa de abandono escolar do ensino médio	Porcentagem	19,01	dez/02	17
Taxa de abandono escolar do 2º segmento da EJA	Porcentagem	23,38	dez/02	18
Taxa de abandono escolar do 1º segmento da EJA	Porcentagem	36,51	dez/02	25

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2239	Mobilização do Líder e Voluntariado Estudantil	4.448,00	1.200,00	27,00	54	1.061	1964,81
2550	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	1.275.595,00	1.274.323,40	100,00	2.539(*)	2.539	100,00
2235	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar	7.459.956,00	6.654.860,36	89,00	155.492 (*)	140.873	90,60
2238	Implementação da Rede Social de Proteção do Direito a Educação	288.397,00	252.452,50	88,00	173.670 (*)	1	-
2236	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	10.484.432,00	10.389.698,78	99,00	14.169	9.987	70,48
2237	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	812.500,00	801.537,55	99,00	5.934	7.986	134,58
2240	Desenvolvimento do Desporto Estudantil	106.484,00	92.099,80	86,00	16	61	381,25
TOTAL		**20.431.812,00**	**19.466.172,39**	**95,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

(*) A ação 2550 foi incluída no programa após a revisão do PPA, por força do Decreto nº 3.069/2007, para atender alimentação dos alunos de escolas de tempo integral. Quanto a meta física foi atendida de acordo com a demanda do exercício.

(*) Na ação 2235 houve redução no número de alunos da rede estadual de ensino, a realização da ação garantiu atendimento de 100% da clientela beneficiária do Programa de Alimentação Escolar .

(*) Na ação 2238, a meta física prevista no PPA foi estimada erroneamente, pois a unidade de medida escolhida era alunos e não rede implantada, como demonstrada no campo de metas físicas executadas.

QUADRO 132 - Programa Finalístico – 23

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	Qualificar os jovens e adultos e inseri-los no mercado de trabalho.
Justificativa:	Embora o governo da União e do Estado tenham investido na implementação de uma rede de educação profissional, ainda é insipiente diante da grande demanda do mercado de trabalho e das potencialidades do Estado do Tocantins. A não implementação do Programa implicará na falta de uma mão de obra qualificada. Por isso, é importante implantar e expandir a estrutura física das unidades escolares, destinadas ao oferecimento da educação profissional adequada às peculiaridades da demanda local.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Quantidade de turmas oferecidas	unidade	2	set/03	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2243	Acomp. da UE da Educação Profissional	5.891,00	4.861,50	82,52	9	9	100,00
2242	Const. de Centros da Ed. Profissional	1.178.509,00	1.032.100,02	87,58	1	1	100,00
2241	Manut. de RH da Educação Profissional	807.000,00	555.771,40	68.87	70	46	65,71
2516	Formação Continuada de Docentes da Educação Profissional	263.044,00	87.996,25	33,45	4	65	1.625,00
2517	Formação Continuada de Gestores da Educação Profissional	25.753,00	14.175,00	55,04	1	16	1.600,00
2518	Manutenção da Educação Profissional	1.712.955,00	657.968,72	38,41	10	4	40,00
TOTAL		**20.431.812,00**	**19.466.172,39**	**95,27**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 133 - Programa Finalístico – 024

PROGRAMA - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Objetivo:	Proporcionar educação com qualidade aos alunos com necessidades especiais.
Justificativa:	A inclusão social e a elevação da qualidade de vida não é via fácil mesmo para os "ditos normais". Daí a necessidade de um atendimento específico aos PNEES para garantir sua inclusão na sociedade.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de professores da educação especial 1ª fase habilitados	Porcentagem	30,6	set/03	72
Taxa de professores da educação especial 2ª fase habilitados	Porcentagem	15,8	set/03	32
Taxa de municípios atendidos com salas de recursos	Porcentagem	35,3	set/03	0

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2249	Expansão do Atendimento da Educação Especial	7.885,00	4.311,99	54,69	28	28	100,00
2466	Expansão de Salas de Recursos e Atendimento em Condutas Típicas	38.700,00	4.318,49	11,16	5	0	0,00
2429	Manutenção de RH da Educação Especial - FUNDEF - 60%	14.171.000,00	14.163.451,06	99,95	592	565	95,44
2254	Manutenção de RH da Educação Especial - FUNDEF - 40%	1.392.000,00	1.391.932,91	100,00	161	127	78,88
2251	Aparelhamento das Salas	28.843,00	22.268,20	77,20	14	14	100,00

	de Ensino Especial						
2250	Manutenção dos Equipamentos do CAP e suas Extensões	57.189,00	37.368,70	65,34	3	3	100,00
TOTAL		**15.695.617,00**	**15.623.651,35**	**99,54**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

QUADRO 134 - Programa Finalístico – 170

PROGRAMA – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Conceitos em metodologias de Ed. Ambiental difundidos no ens. Formal	-	-	ago/05	-
Ações estratégicas do Prog. Estadual de Ed. Ambiental Implementadas	-	-	ago/05	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
2257	Implementação da Educação Ambiental no Ensino Formal	123.294,00	109.390,50	88,72	352	358	101,70
TOTAL		**123.294,00**	**109.390,50**	**88,72**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEDUC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
575.211.378,00	525.118.063,10	91,29	50.093.314,90

3.1.20 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública é um órgão da administração direta vinculado à unidade administrativa do Estado com a função de policiamento, defesa civil, informações e inteligência, tendo como objetivo: formular políticas de

orientação, planejamento, coordenação e controle das atividades de segurança pública; gerenciar as atividades de polícia judiciária; planejar e executar estratégias e ações de inteligência e contra-inteligência de segurança pública; supervisionar a implementação de políticas de trânsito no Estado; promover o relacionamento com os órgãos da justiça e do Ministério Público; estreitar o relacionamento com os órgãos de segurança pública da União e dos demais Estados.

Esta Secretaria tem como missão a garantia da segurança do cidadão e a preservação da ordem pública, tendo como público-alvo a sociedade.

A estrutura administrativa é composta da seguinte maneira: 12 Delegacias Regionais, 12 Cadeias públicas nas seguintes cidades: Arapoema, Colméia, Colinas do Tocantins, Lajeado, Arraias, Araguatins, Palmeirópolis, Miracema do Tocantins, Ananás, Formoso do Araguaia, Guaraí e Augustinópolis. 6 Casas de Prisão Provisória localizadas nas cidades de Araguaína, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Palmas, Gurupi. Atualmente existem cento e trinta e oito Delegacias de polícia espalhadas no interior do Estado. Na capital, Palmas, conta com Delegacias especializadas da Defesa da mulher, da infância e Juventude, defesa do consumidor e a economia popular, furtos e roubos de veículos automotores, defesa do meio ambiente, controle de armas, munições e explosivos, delegacia fazendária, costumes, delegacia de polícia interestadual, delegacia especializada na repressão ao crime organizado e a lavagem de dinheiro, delegacia de proteção a criança, ao adolescente e ao idoso. No interior do Estado, existem oito delegacias especializadas de Atendimento à Mulher (Araguaína, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis) e oito da infância e juventude (Araguaína, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis) e dois núcleos da Delegacia Fazendária de Guaraí e Araguaína. No exercício de 2004, foi instituído na estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública quarenta e três núcleos de Identificação Datiloscópica, treze núcleos de Medicina Legal, treze núcleos de Perícia Criminalísticas. Foi vinculado à Coordenadoria de Polícia Metropolitana e Especializado um Núcleo Central de Policiamento Civil Metropolitano, um Núcleo Sul de Policiamento Civil Metropolitano.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo, Previdência Social, 02 programas finalísticos além de 3 ações que são executadas por esta Pasta em um Programa da Secretaria da Cidadania e Justiça. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 85.281.218,00**, com execução de **R$ 81.603.824,32**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 135 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.370.356,00	5.173.146,35	96,33	197.209,65
Manutenção dos Serviços de Transportes	4.158.152,00	3.835.822,73	92,25	322.329,27
Manutenção de Recursos Humanos	65.558.862,00	65.554.097,47	99,99	4.764,53
Ações de Informática	701.602,00	658.936,86	93,92	42.665,14
TOTAL	**75.788.972,00**	**75.222.003,41**	**99,25**	**566.968,59**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SSP

QUADRO 136 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	629.376,00	628.694,85	99,89	681,15
TOTAL	**629.376,00**	**628.694,85**	**99,89**	**681,15**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SSP

QUADRO 137 - Programa Finalístico – 51

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PUBLICA

Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade de serviço da Segurança Pública, principalmente nos setores de atendimento ao público, perícias, investigações, capacitando o profissional da segurança ao cidadão, reaparelhando e otimizando a estrutura física da Policia Civil.
Justificativa:	Melhorar o atendimento à comunidade e os serviços de segurança ao cidadão requerem qualificação e valorização do profissional da segurança publica, serviços descentralizados e estrutura física adequada com sistema de informação moderno e contínuo de maneira a ampliar a eficiência e eficácia dos serviços de segurança pública que necessitam de um aparato tecnológico e cientifico cada vez mais avançado a fim de garantir melhores condições de enfrentamento do crime que a cada dia se torna mais complexo e vultoso.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de unidade policial modernizada	percentual	46	30/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1095	Reaparelham. da policia civil	1.891.528,00	1.005.136,27	53,14	690	366,66	53,14
1098	Aparelham. do inst. med. legal	401.960,00	57.132,78	14,21	02	0,28	14,00

1099	Aparelhamento do instituto de identificação	180.000,00	0,00	0,00	01	0,00	0,00
1100	Aparelhamento do instituto de criminalistica	293.600,00	93.450,00	31,83	02	0,64	32,00
2286	Estruturação das instalações de segurança pública	675.010,00	312.285,61	46,26	22	10,18	46,27
2288	Capacitação de rec. humanos	478.460,00	59.588,93	12,45	240	29,89	12,45
2289	Implantação do sistema de informação	357.777,00	106.776,24	29,84	08	2,39	29,88
2420	Divulgação das ações de segurança publica	625.000,00	620.987,10	99,36	01	0,99	99,00
TOTAL		**4.903.335,00**	**2.255.356,93**	**46,00**	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SSP

QUADRO 138 - Programa Finalístico – 52

PROGRAMA - POLICIA E COMUNIDADE NO COMBATE AO CRIME	
Objetivo:	Controlar a criminalidade através da atuação integrada: policia e comunidade visando combater o crime em todos os seus aspectos, priorizando os que demandam organizações criminosas.
Justificativa:	O crescimento da criminalidade no estado, principalmente nas fronteiras do estado e o despreparo dos policiais para o enfrentamento de criminosos que utilizam equipamentos modernos e novas estratégias, aumentam a incidência criminal diminuindo a confiabilidade da comunidade em relação a ação policial, que exige atuações conjuntas que busquem a raiz da criminalidade e de forma intensa promovam a redução e o controle da criminalidade e da violência, melhorando a sensação de segurança à sociedade
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de criminalidade p/ 100.000h	Percentual	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2290	Atendimentos a vitimas de violência domestica e do gênero	315.000,00	14.584,75	4,63	639	29,59	4,63
2291	Operações de repressão qualificada	7.000,00	0,00	-	20	0,00	-
2292	Identificação civil e criminal	5.000,00	0,00	-	75.000	0,00	-
2293	Implementação das bases da policia comunitária	2.000,00	0,00	-	6	0,00	-
1103	Estruturação dos serviços de inteligência policial	2.000,00	0,00	-	15	0,00	-
TOTAL		**331.000,00**	**14.584,75**	**4,41**	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SSP

QUADRO 139 - Programa Finalístico – 55

PROGRAMA - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Objetivo:	Garantir a ressocialização e custódia dos reeducandos e segurança à administração
Justificativa:	Construção de estabelecimentos prisionais, com reaparelhamento e monitoramento dos referidos presídios, bem como a aplicação de programas assistenciais, serão estabelecidas parcerias com os municípios contemplados. O gerenciamento será de responsabilidade da coordenadoria do sistema penitenciário.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Reincidência Criminal	percentual	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1105	Construção de estabelecimentos prisionais	0,00	0,00	0,00	105	0,00	0,00
2294	Alimentação presos sob custódia da Pol. Civil	3.255.865,00	3.234.399,82	99,34	1.151	1143.41	99,34
2295	Estruturação de estabelecimentos prisionais	372.670,00	248.784,56	66,76	12	8,01	66,76
TOTAL		**3.628.535,00**	**3.483.184,38**	**95,99**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SSP

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
85.281.218,00	81.603.824,32	95,69	3.677.393,68

3.1.21 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como objetivo assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, ao planejamento, ao gerenciamento e supervisão das políticas voltadas ao setor agropecuário, mantendo a sinergia entre as entidades vinculadas, através dos programas e projetos por elas executados, garantindo a continuidade e a interiorização das ações governamentais.

As potencialidades do Estado evidenciadas pela riqueza do solo, abundância de água e equilíbrio climático, somado à grande extensão de terras produtivas e à clara vocação histórica do País consagrada à cultura e ao trato da

terra são fatores determinantes para que hajam ações políticas ordenadas, harmônicas e sedimentadas por meio de instituições responsavelmente estruturadas, visando o gerenciamento racionalizado e auto-sustentável desses recursos naturais com aproveitamento da mão-de-obra disponível, promovendo a geração de emprego e renda, através da busca contínua da modernização do setor. A existência de uma unidade organizacional que coordene a formulação das diretrizes e das políticas para o gerenciamento das atividades produtivas e conseqüente promoção do abastecimento, em acordo concomitante às políticas de mercado interno e externo, tornou-se um marco lógico do desenvolvimento econômico-social para o Estado do Tocantins.

Desta forma, tem como missão promover o planejamento e a coordenação geral das políticas e diretrizes para o setor produtivo do Estado do Tocantins e, como visão, ser desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, provocando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo e, conseqüentemente, o crescimento auto-sustentável da economia estadual durante o quadriênio 2004-2007.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 09 finalísticos e 01 Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 23.218.948,00**, com execução de **R$ 20.683.814,44**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 140 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	944.949,00	528.674,50	55,95	416.274,50
Manutenção dos Serviços de Transportes	506.018,00	423.201,02	83,63	82.816,98
Manutenção de Recursos Humanos	6.888.312,00	6.887.564,50	99,99	747,50
Ações de Informática	133.649,00	108.630,07	81,28	25.018,93
TOTAL	**8.472.928,00**	**7.948.070,09**	**93,81**	**524.857,91**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 141 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	294.171,00	294.170,76	100,00	0,24
TOTAL	**294.171,00**	**294.170,76**	**100,00**	**0,24**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 142 - Programa Finalístico – 40

PROGRAMA - FOMENTO A PRODUÇÃO VEGETAL

Objetivo:	Fomentar a Produção Agrícola do Estado, objetivando o fortalecimento da economia das comunidades rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda.
Justificativa:	A agricultura tocantinense, apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais, por conseqüência da indevida utilização da terra, não atingem a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural, a inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concretas, visando subsidiar o setor, certamente agravada ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura, embasados nos pressupostos de que além da vocação para produção agrícola, comprovada pela vasta extensão territorial e diversidade ecossistêmica, a população ainda mantém tradições culturais, voltadas ao campo, desde a criação do Estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de aumento da produção agrícola	Percentual	15%a.a	Agosto/2007	10%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2298	Classificação de produtos de origem vegetal	31.366,00	23.261,80	74,16	45.000	35.030,37	77,85
2299	Gerenciamento e monitoramento dos projetos de irrigação	305.294,00	305.278,89	100,00	10	14	140,00
2300	Difusão de tecnologia para o desenvolvimento da produção vegetal	424.856,00	420.546,35	98,99	37	35	94,59
TOTAL		**761.516,00**	**749.087,04**	**98,37**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 143 - Programa Finalístico – 41

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	
Objetivo:	Promover o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando os pequenos e mini produtores rurais, agricultores sem terra ou com pouca terra, através do financiamento para acesso à terra e estruturação das unidades produtivas.
Justificativa:	Os agricultores familiares, trabalhadores rurais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas ainda vivem em situação de pouco acesso à terra, crédito, capacitação, infra-estrutura, o que os deixa em situação de pouca ou sem renda, pouca oportunidade e de conseqüente baixa qualidade de vida e de pobreza no meio rural, desta forma, o programa de desenvolvimento agrário objetiva o enfretamento desses problemas, contribuindo para redução deles, assim como, também contribuirá para diminuição das desigualdades sociais, de gênero, geração e etnia, a não implantação do programa e execução dessas ações, certamente impossibilitará o acesso ao crédito fundiário e dificultará o acesso ao crédito do PRONAF, além de limitar o conhecimento e orientações técnicas aos produtores para a implementação da produção agrícola com aproveitamento das terras disponibilizadas. É definitivamente oportuna e positiva a implementação do programa, pois além de contribuir para sanar os problemas elencados, ainda fortificará, através da materialização das ações que consequentemente consagrará as políticas do governo estadual, no empenho de promover o desenvolvimento auto-sustentável do setor produtivo, com geração de emprego e renda.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de famílias contempladas pelo crédito fundiário	Percentual	13,20%	Dezembro/2007	100%
Famílias atendidas pelo programa	Unidade	20.329	Julho/2007	12.000-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2492	Realização de eventos da agricultura familiar	172.316,00	169.655,18	98,46	8	10	125,00
1107	Elaboração de planos municipais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável	45.949,00	30.093,00	65,49	1	1	100,00
2304	Monitoramento das ações do pronaf	119.717,00	84.690,07	70,74	30	64	213,33
2305	Divulgação do programa de fortalecimento da agricultura familiar - pronaf	90.350,00	89.655,38	99,23	100	111	111,00
2301	Vistoria de imóveis rurais para o programa nacional de crédito fundiário	95.122,00	43.726,80	45,97	150	80	53,33
2302	Assentamento de famílias através do crédito fundiário	1.476.832,00	242.060,33	16,39	1.000	1.148	114,80
2303	acompanhamento dos projetos do crédito fundiário	134.330,00	67.055,30	49,92	112	85	75,89
TOTAL		**2.134.616,00**	**726.936,06**	**34,05**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 144 - Programa Finalístico – 42

PROGRAMA - FOMENTO À FRUTICULTURA E A SILVICULTURA	
Objetivo:	Promover o crescimento quantitativo e qualitativo da produção de frutas e espécies florestais, visando a abertura de canais internos e externos de comercialização.
Justificativa:	Os produtores de frutas do Estado, enfrentam inúmeros problemas causados por insuficiência de ações governamentais de apoio, tanto para a aplicação de técnicas modernas de cultivo, como na obtenção de mudas frutíferas, com padrão de qualidade certificadas que garantam a competitividade dos seus produtos, ressaltam aos nossos olhos, outro aspecto relevante, no que tange ao escoamento da produção, a inexistência de um ponto adequado e centralizado, onde os produtos possam ser recebidos, organizados, selecionados e comercializados, agregando inclusive, valores compatíveis com a respectiva qualidade. A opção negativa na implantação deste programa, além de contribuir para a continuidade do êxodo rural, apresenta um agravante maior, tanto ao produtor como à sociedade, em decorrência da evasão constante de divisas para outros estados, desprestigiando o produtor e os produtos locais, desencadeando um elevado custo por conta da importação desses produtos. O Estado do Tocantins, face aos fatores climáticos, solo, luminosidade, além da situação geográfica privilegiada, apresenta um potencial expressivo na área de produção frutífera.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento da área plantada com frutíferas	Percentual	1,02%	jul/07	
Área cultivada de espécies florestais	Hectare	25.672,6ha	2007	15.000

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1108	Implantação da central de comercialização de produtos agropecuários em palmas - ceasa	1.484.973,00	1.484.972,86	99,99	100	90	90,00
1109	Implantação de projetos para desenvolvimento sustentável da produção da banana	31.770,00	31.769,60	100,00	2	2	100,00
2307	Produção de mudas certificadas	191.350,00	190.833,89	99,73	160.000	173.700	109,00
2493	Manutenção de jardim clonal para plantas matrizes	83.532,00	76.251,83	91,28	1	1	100,00
TOTAL		**1.791.625,00**	**1.783.828,18**	**99,56**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 145 - Programa Finalístico – 43

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO RURAL E TECNOLÓGICO	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento do setor agropecuário, com a inserção e adaptação de novas tecnologias, visando a mecanização e o aumento da rentabilidade na agricultura e na pecuária do estado.

Justificativa:	O Estado do Tocantins mostrou nos últimos anos, ótimo crescimento na sua produção rural e com grande potencial para sua ampliação, porém este setor ainda é carente em investimentos de novas tecnologias de produção, capacitação técnica em atividades específicas, modelos de gestão organizacional viáveis e que possam dar sustentabilidade ao desenvolvimento do setor agropecuário no Estado, em conseqüência a agropecuária apresenta ainda, tímido e desordenado crescimento, acarretando baixa produtividade, pouca diversificação de atividades e principalmente a ineficiência na qualidade do produto. O programa de desenvolvimento rural e tecnológico possibilitará melhor estruturação das atividades agropecuárias através do uso de tecnologias adequadas a realidade do Estado, a fim de garantir a exploração adequada das riquezas naturais que o Estado oferece, garantindo desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda nas atividades agropecuárias.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Pesquisa Aplicada no Campo	Percentual	78%	Dezembro/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2308	Realização da Agrotins	658.788,00	658.785,73	100,00	1	1	100,00
1111	Construção do centro agrotecnológico	0,00	0,00	0,00	20	0	0,00
1112	Construção de redes de eletrificação rural e fontes alternativas de energia	0,00	0,00	0,00	50	0	0,00
2311	Revitalização da agroindústria local	1.531.067,00	1.414.157,99	92,36	23	9	39,13
2313	Ampliação do projeto de melhoria da extensão rural - forter/ jica	995.881,00	898.143,75	90,16	2	0,74	37,00
2314	Manutenção do centro agrotecnológico	219.912,00	217.195,22	98,76	100	100	100,00
2315	Implantação de unidades de observação e validação tecnológica	564.200,00	530.478,64	94,02	72	67	93,06
2316	Assistência gerencial às associações e cooperativas da agropecuária	80.986,00	74.274,16	91,71	446	227	50,90
2317	Assistência técnica e gerencial aos arranjos produtivos locais	262.327,00	251.596,28	95,91	16	11,23	70,19
TOTAL		**4.313.161,00**	**4.044.631,77**	**93,77**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 146 - Programa Finalístico – 44

PROGRAMA - FOMENTO À PRODUÇÃO ANIMAL	
Objetivo:	Fomentar a produção animal, estimulando o uso de práticas e inovações tecnológicas, que permitam a melhoria da qualidade dos produtos, o aumento da produtividade e sua inserção nos mercados nacional e internacional.

Justificativa:	O Estado do Tocantins, apesar de suas características edafoclimáticas, favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, seja ela de grandes ou pequenos animais, tem sua produção ainda muito aquém do seu potencial, com ocorrência de baixa produtividades, pouca diversificação, pesquisa incipiente, mão-de-obra desqualificada e desorganização da produção, gerando ociosidade nas agroindústrias, fraca atividade comercial e pouco desenvolvimento do agronegócio, com consequente êxodo rural, este quadro pode se agravar, caso o Governo não adote medidas capazes de reverter ou minimizar estas condições, neste sentido, o programa verm de encontro à vocação natural do povo tocantinense, somando esforços às instituições de assistência técnica e extensão rural, pesquisa e de ensino técnico-agropecuário, fomentando o aumento da produção e produtividade, de forma organizada, fortalecendo o comércio local e contribuindo para o uso racional dos meios de produção, de acordo com os macro-objetivos de desenvolvimento do Governo Estadual e Federal.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento do rebanho de caprino e ovino	Percentual	3,40%	Dezembro/2007	100
Produtividade leiteira do rebanho caprino	Litros/cabra/dia	1,5		2
Produtividade apícola	Quilos/caixa/ano	15		30
Taxa de desfrute de bovinos	Percentual	22%		A definir
Idade do abate	Meses	40		32
Produtividade leiteira bovina e bubalina	Litros/fêmea/dia	2,4		4,5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1113	Implantação de bases físicas metodológicas de pequenos animais	225.851,00	223.337,57	98,89	4	4	100,00
1114	Aquisição e aparelhamento de laboratório móvel de reprodução animal	37.844,00	37.348,70	98,69	1	1	100,00
2496	Implantação de flora apícola	14.173,00	13.036,20	91,98	1	1	100,00
2495	Realização de eventos de promoção da cadeia produtiva de grandes animais	13.177,00	13.177,00	100,00	6	7	116,67
2494	Qualificação profissional dos atores da cadeia láctea	24.439,00	23.569,49	96,44	500	285	57,00
TOTAL		**315.484,00**	**310.468,96**	**98,41**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 147 - Programa Finalístico – 45

PROGRAMA - FOMENTO A AQUICULTURA E A PESCA	
Objetivo:	Fomentar o aumento da produção e produtividade do setor pesqueiro e aqüicola, gerando e difundindo tecnologias, promovendo o desenvolvimento sustentável da atividade.
Justificativa:	A falta de um programa de desenvolvimento ordenado para o setor pesqueiro, aliado à pesquisa incipiente, insuficiência na produção, baixa produtividade e deficiente qualificação técnica e de mão-de-obra, têm prejudicado a alavancagem da atividade aquicola, com conseqüente dificuldade de acesso ao mercado, esta situação poderá ser agravada, caso o crescimento continue ocorrendo desordenadamente, sem geração e difusão de tecnologias apropriadas, qualificação de mão-de-obra e estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento para o setor. A implementação de um programa de fomento à produção aquicola contribuirá para o desenvolvimento sustentável do setor , cujo potencial, em virtude das condições naturais do Estado, é alto, considerando sua abundância em água de boa qualidade, vocação da população da região e ações conjuntas que vêm sendo desenvolvidas por instituições públicas e privadas em prol da aqüicultura e pesca tocantinense.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Aumento do Volume de Produção de Peixes em Cativeiro	Tonelada	3.400 t/ano	Dezembro/2007	4.500 t/ano

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2320	Manutenção do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	55.366,00	54.942,58	99,24	100	100	100,00
1115	Aparelhamento do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	8.890,00	7.504,99	84,42	25	25	100,00
1193	Construção do centro de produção e pesquisa de peixes nativos - cpppn	133.172,00	133.170,37	100,00	25	25	100,00
2321	Difusão de tecnologia para o desenvolvimento da aquicultura e pesca	13.531,00	13.049,54	96,44	13	17	130,77
2322	Produção de matrizes e reprodutores de peixes melhorados	1.290,00	1.261,50	97,79	1.400	2.800	200,00
TOTAL		**212.249,00**	**209.928,98**	**98,91**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 148 - Programa Finalístico – 60

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	Controlar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constitui o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constituem em pré-requisitos ao acesso a mercados competitivos e exigentes, além da garantia da saúde da população e seu bem-estar social.

Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Animais Inspecionados	Unidade	17.250.327	2003	-
Produtos de Origem Animal		544.280.905	2003	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2436	Controle sanitário de animais de grande porte	1.156.140,00	1.102.494,14	95,36	2.800.000	7.496.596	267,74
TOTAL		**1.156.140,00**	**1.102.494,14**	**95,36**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 149 - Programa Finalístico – 61

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	Dar apoio ao fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitária, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o fortalecimento da área ou local de produção livre de pragas agrícolas; inspecionar a produção de sementes e mudas no Estado, bem como sua comercialização, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normalizada por legislações; inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente dos produtos cadastrados na ADAPEC–CIV.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como importante estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no Estado, são necessárias ações de apoio ao controle de trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os seguimentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir padrões mínimos na produção desses insumos agrícolas. Esta inspeção repassada aos estados por forma de convênios do MAPA com as instituições estaduais e no Tocantins esta atribuição é delegada à ADAPEC. O comércio de agrotóxicos, também regido por legislações federais, é repassado aos estados através de convênios está delegada à ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse Econômico Inspecionadas	Área inspecionada	185.593	Dezembro/2007	32.153
Inspeções Fitossanitárias Realizadas	Fiscalização realizada	9.540	Dezembro/2007	3.252

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2439	Controle sanitário da área agrícola	266.815,00	258.853,67	97,02	2.800	3.960,17	141,43
TOTAL		**266.815,00**	**258.853,67**	**97,02**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 150 - Programa Finalístico – 157

PROGRAMA - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGROPECUÁRIA	
Objetivo:	Disseminar práticas de manejo e conservação de solos, bem como de uso sustentável de espécies florestais, recuperando a capacidade produtiva do solo, com conseqüente aumento da produtividade e preservação dos mananciais hídricos.
Justificativa:	Ao longo de sua existência, o Estado do Tocantins vem sendo alvo de desmatamentos, em função da abertura de novas áreas, principalmente para formação de pastagens, que são exploradas intensivamente, quase sempre sem reposição dos nutrientes ao solo. Esta situação vem se agravando, estando hoje aproximadamente 60% destas áreas em situação de degradação, com conseqüente perda da capacidade produtiva, o que leva a abertura de novas áreas, aumentando o índice de desmatamento. O uso desregrado dos solos, tanto em áreas de pastagens, quanto em áreas de cultivo de grãos, frutas e outras espécies, agravado pelo costume regional de promover queimadas, provoca além da baixa produtividade, problemas como erosão, assoreamento de mananciais hídricos, além de aumentar os custos de produção por área. Faz-se necessária a intervenção do Estado, no sentido de disseminar práticas e alternativas de manejo que reduzam o índice de queimadas, melhorem a capacidade produtiva de áreas já abertas, promovam a recuperação e conservação de áreas de florestas e matas ciliares, possibilitando a diversificação das atividades e geração de renda em áreas anteriormente tidas como improdutivas. A não opção por um programa que busque alcançar tal objetivo, poderá contribuir para o incentivo ao uso inadequado dos recursos naturais, tornando cada vez mais próxima e existência de áreas com níveis de degradação elevados e até, em alguns casos, irreversíveis.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produtor atendido pelo programa	Unidade	13,90	01/12/2007	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1117	Elaboração de planos regionais de manejo e conservação de solo na agropecuária	0,00	0,00	0,00	3	0	0,00
2323	Disseminação de práticas de conservação de solos e água	426.687,00	426.476,09	99,95	410	1.252	305,37

2324	Implantação de sistemas agroflorestais	24.127,00	23.434,29	97,13	3	3	100,00
TOTAL		**450.814,00**	**449.910,38**	**99,80**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

QUADRO 151 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 169

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	
Objetivo:	Promover o planejamento e o gerenciamento das políticas para o setor agropecuário, buscando o aumento da produção, bem como o crescimento da produtividade regional e o desenvolvimento econômico do Estado.
Justificativa:	A insuficiência e ineficiência de políticas públicas para o setor produtivo e ausência de diretrizes que orientem o desenvolvimento auto-sustentável do Estado, vem desencadeando o retardamento da mecanização no setor produtivo e conseqüente crescimento da economia regional e local. A inexistência de um programa estruturado de forma sistêmica, que garanta recursos para a implantação dessas políticas, provoca o impedimento do ingresso de investidores externos na agropecuária tocantinense, à vista do aumento significativo das demandas da sociedade em infra-estrutura, educação, saúde, segurança e assistência social, torna-se inevitável a urgente necessidade de estimular o crescimento da agropecuária, desencadeando o incremento da receita, face ao aproveitamento do excelente potencial rural, ratificado pela existência da grande extensão territorial, justificando a sua vocação pautada na agropecuária. Vislumbra-se momento oportuno para incremento do programa, considerando tanto a sintonia com o Governo Federal, na implantação de políticas no setor agropecuário, bem como as diretrizes do Governo Estadual, que buscam severamente o desenvolvimento auto-sustentável do Estado. A não implantação dessas políticas, certamente contribuirá para a retração da economia do Estado e conseqüente aumento relevante do êxodo rural.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2325	Atendimento aos investidores do projeto de suporte ao arrendamento de áreas rurais - arrenda tocantins	8.817,00	8.816,50	99,99	230	292	126,00
1118	Desenvolvimento do plano estratégico e integrado do setor produtivo	0,00	0,00	0,00	100	0	0,00
2326	Acompanhamento e monitoramento das ações do setor produtivo	0,00	0,00	0,00	100	100	100,00
2327	Capacitação dos servidores da gestão agropecuária	51.019,00	49.421,94	96,87	280	129	46,07
2328	Divulgação das ações do setor agropecuário e potencialidades do estado	2.893.920,00	2.651.524,31	91,62	52	96	184,61
1119	Desenvolvimento do sistema integrado de	95.673,00	95.671,66	100,00	30	0(*)	0,00

	informações para o setor produtivo						
1231	Elaboração do plano estratégico de utilização de várzeas no tocantins	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1232	Elaboração do plano estratégico para o desenvolvimento do agronegócio tocantinense	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**3.049.429,00**	**2.805.434,41**	**92,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEAGRO

(*) Na ação 1119, a meta financeira atingiu 100% do orçamento autorizado, no entanto, a frustação no desenvolvimento e conclusão do produto deve-se ao fato da necessidade de contigenciamento de recursos e consequentemente alocação em outros projetos considerados prioritários.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
23.218.948,00	20.683.814,44	89.08	2.535.133,56

3.1.22 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

A Secretaria da Indústria e do Comércio foi instituída através do Decreto n.º 1.112, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002.

Tem por finalidade estimular o desenvolvimento sustentável dos setores industrial, comercial e dos serviços, visando consolidar o desenvolvimento harmônico e acelerado para melhorar as condições sócio-econômicas do Estado do Tocantins, com vistas à geração de emprego e renda.

O Decreto nº 1.532, de 19 de junho de 2002, define para essa Secretaria Estadual as seguintes competências:

I - o planejamento, a coordenação e a execução das políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo e dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

II - a capacitação e a difusão tecnológicas nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

III - a formulação de políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

IV - a execução das atividades de registro do comércio;

V - a metrologia, normalização e qualidade industrial;

VI - a representação, no âmbito estadual, do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI;

VII - a promoção e a divulgação das potencialidades turísticas do Estado em níveis estadual, nacional e internacional;

VIII - o estímulo:

a) às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;

b) ao aproveitamento sustentado dos recursos turísticos dos municípios.

As atribuições da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e 03 finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 9.260.368,00** com execução de **R$ 5.056.565,89**, como demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 152 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	229.278,00	227.703,50	99,31	1.574,50
Manutenção dos Serviços de Transportes	155.578,00	153.357,53	98,57	2.220,47
Manutenção de Recursos Humanos	1.894.586,00	1.894.584,06	100,00	1,94
Ações de Informática	27.651,00	27.650,23	100,00	0,77
TOTAL	**2.307.093,00**	**2.303.295,32**	**99,84**	**3.797,68**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 153 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	7.425,00	7.425,00	100,00	0,00
TOTAL	**7.425,00**	**7.425,00**	**100,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 154 - Programa Finalístico – 121

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
Objetivo:	Alavancar as atividades industriais no Estado do Tocantins.
Justificativa:	A atividade industrial no Tocantins começa a apresentar índices de crescimento graças às políticas adotadas pelo Governo do Estado, contudo apenas 10% das empresas tocantinenses se encontram no setor industrial sendo a maioria, 99%, de micro e pequeno porte. Os níveis de industrialização apresentados, ainda estão a quem da necessidade da população que demandam por vários produtos processados, e devido à baixa atividade do setor industrial não são produzidos no Estado. O Tocantins possui hoje um cenário com condições extremamente favoráveis a consolidação de uma política pública desenvolvimentista, que pode priorizar o desenvolvimento das atividades industriais, que se encontram de forma incipiente, desde a agroindústria, a indústria de base, como também a indústria de alta tecnologia. Deve-se aproveitar todo o potencial existente em termos de infra-estrutura e, sobretudo humano, devido à diversidade de formação, cultura e origem, para constituir uma nova civilização de maior bem-estar e com superior poder econômico. Porém não pode perder de vista os rumos da economia nacional e internacional, cujo contexto demonstra a necessidade de apoio a atividades voltadas para o desenvolvimento de altas tecnologias ou tecnologias de ponta, nas mais diferentes áreas. Deve-se então definir uma política industrial com base em uma visão estratégica e um enfoque abrangente, promovendo a coordenação das ações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, dando base para o desenvolvimento do setor e suporte aos mecanismos institucionais de coordenação e promoção.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento de arrecadação de ICMS da indústria	Variação anual			100,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1120	Revitalização dos Distritos Industriais	2.339.281,00	399.281,00	16,64	5	1	20,00
1130	Capacitação de Empreendedores e Trabalhadores	724.728,00	424.727,50	58,61	200	506	253,00
1129	Implantação de Pólos Agroindustriais	620.000,00	120.000,00	19,35	3	3	0,00
2329	Implantação de Selo de Qualidade do Produto Local	5.640,00	5.639,62	99,99	8	(*)	-
1121	Implantação de Incubadoras de Empresas	200.000,00	0,00	0,00	5	0	0,00
1126	Implantação do Polo de Informática do Tocantins	100.000,00	0,00	0,00	10	0	0,00
2389	Fomento à Industria de Couro	0,00	0,00	0,00	2	0	0,00
TOTAL		**4.049.649,00**	**949.648,12**	**23,45**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria da Indústria e Comércio

(*) Os recursos foram utilizados na capacitação de dois servidores da Secretaria em curso de treinamento em Certificação de Origem visando a implementação futura desta ação.

QUADRO 155 - Programa Finalístico – 123

PROGRAMA - MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO	
Objetivo:	Melhorar os índices de competitividade do comércio tocantinense.
Justificativa:	Algumas das inúmeras vantagens da implantação de atividades que aumentem a capacidade de competição do setor de comércio no mercado nacional e internacional, beneficia todos os segmentos da economia, visa a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais entre as diversas regiões além de fortalecer o capital regional e principalmente visa gerar emprego, ocupação e renda, melhorias no balanço de pagamentos (aumento de exportações, competição com as importações e competição com serviços internacionais) e desenvolvimento tecnológico e regional, servirão como instrumento primordial para se promover e alavancar as atividades produtivas do Estado em um cenário macroeconômico. Além de analisar os problemas e as soluções para cada cadeia produtiva, as competitividade vão permitir a disseminação de conhecimentos entre todos os setores envolvidos. Essa visão geral do setor produtivo será fundamental para todos os envolvidos: empresários, trabalhadores e Governo do Estado.Para acontecer à competitividade nacional e internacional, tem que haver uma boa aceitação dos produtos no Estado, pais e exterior, que sejam potenciais consumidores. Isso dependerá de um rigoroso esquema de fiscalização que permita que os produtos cultivados e processados no Estado possuam qualidade equiparável aos concorrentes das respectivas regiões. Com este intuito o Governo Estadual, procura desenvolver vários programas e pesquisas que visam o aprimoramento e a melhoria de qualidade de todos os produtos que venham ser gerados no Estado.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento de Arrecadação de ICMS do Comércio	Variação Anual			100,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1134	Implantação do BR Shopping	507.945,00	7.945,00	1,56	2	0	0,00
1133	Apoio ao Desenvolvimento de Novas Tecnologias Industriais	515.960,00	15.959,67	3,09	4	62	1.550,00
2330	Apoio a Micro, Pequena e Media Empresas Exportadoras	100.000,00	0,00	0,00	20	0	0,00
2391	Compre no Tocantins	48.696,00	48.696,00	100,00	8	7	87,50
TOTAL		**1.172.601,00**	**72.600,67**		**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria da Indústria e Comércio

QUADRO 156 - Programa Finalístico – 125

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	Atrair investimentos privados visando o desenvolvimento econômico e social através da geração de emprego e renda.
Justificativa:	O desenvolvimento sócio-econômico de um estado ou país está ligado a quantidade de investimento que este recebe. A missão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins é promover o desenvolvimento sócio-econômico do Tocantins. A atração de investimento para as cadeias produtivas é de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, pois investimentos geram negócios,

	empregos e renda para a sociedade.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Crescimento do Nível de Investimentos	Variação Anual %	89,29%	30/06/2007	100,00%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1137	Elaboração de estudos de Viabilidade	35.348,00	35.347,88	100,00	5	0	0,00
2331	Divulgação das Potencialidades e Oportunidades de Investimentos do Tocantins	197.057,00	197.054,60	100,00	20	24	120,00
2390	Estruturação dos Sistema de Informação de Industria, Comercio e Serviços	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2392	Biodiesel - Estudos e Infra-Estrutura Básica	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2531	Divulgação das Ações Institucionais	1.491.195,00	1.491.194,30	100,00	1	1	100,00
TOTAL		**1.723.600,00**	**1.723.596,78**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Secretaria da Indústria e Comércio

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
9.260.368,00	5.056.565,89	54,60	4.203.802,11

3.1.23 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- administrar, executar, manter e fiscalizar as Obras Públicas, Infra-Estrutura e o Sistema Viário;
- gerenciar e fiscalizar o Transporte Intermodal;

- administrar, executar, manter e fiscalizar os setores de energia e saneamento básico;
- regulamentar serviços e tarifas públicas; e
- licitar obras públicas e serviços.

As atribuições da Secretaria de Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 01 de Serviços ao Estado, 01 de Gestão de Políticas Públicas e 06 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 76.356.890,00** com execução de **R$ 48.868.129,51** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 157 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.471.817,00	1.126.735,91	76,55	345.081,09
Manutenção dos Serviços de Transportes	441.613,00	434.740,67	98,44	6.872,33
Manutenção de Recursos Humanos	7.614.686,00	7.608.253,04	99,91	6.432,96
Ações de Informática	148.730,00	147.935,01	99,46	794,99
TOTAL	**9.676.846,00**	**9.317.664,63**	**96,29**	**359.181,37**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 158 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	406.284,00	406.283,42	100,00	0,58
TOTAL	**406.284,00**	**406.283,42**	**100,00**	**0,58**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 159 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 088

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-BR). A partir de 2002 o projeto

	evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na bisca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e leste (Jalapão).
Prazo de Execução:	2004 - 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Impacto na melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	%	100,00	Dez/07	115,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2343	Assistência Técnica a Gerência Administrativa do Projeto	1.388.426,00	1.056.788,60	76,11	1,00	1,00	100,00
2344	Auditoria Externa das Contas do Projeto	58.000,00	37.507,27	64,67	1,00	1,00	100,00
1143	Capacitação da Equipe Técnica	113.248,00	7.800,00	6,89	4,00	1,00	25,00
1144	Aparelhamento da Gerência Administrativa Do Projeto	250.000,00	114.217,33	45,69	10,00	11,00	110,00
TOTAL		**1.809.674,00**	**1.216.313,20**	67,21	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 160 - Programa de Serviço ao Estado – 131

PROGRAMA - OBRAS PÚBLICAS PARA O TOCANTINS	
Objetivo:	Oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos; oferecer melhor atendimento à população.
Justificativa:	Consolidação do Estado, promovendo a cidadania e o progresso, além da manutenção do patrimônio público.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de metros quadrados construídos	M^2	5.292,39	Dez/07	11.962,53

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1145	Projetos de obras públicas	573.000,00	566.755,82	98,91	26.000,00	29.537,95	113,61
1146	Construção de obras	4.093.867,00	2.759.599,29	67,41	11.962,53	5.292,39	44,24

	públicas						
2345	Manutenção de edificações públicas	19.638.844,00	19.275.560,47	98,15	110,00	116,00	105,45
2346	Reforma de edificações públicas	2.683.907,00	2.683.659,13	99,99	1.846,40	2.643,43	143,17
TOTAL		**26.989.618,00**	**25.285.574,71**	**93,69**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 161 - Programa Finalístico – 039

PROGRAMA - SANEAMENTO, CIDADANIA E PROGRESSO	
Objetivo:	Promover a melhoria das condições de saneamento ambiental do estado, contribuindo para a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rural (distritos, vilas e povoados)
Justificativa:	A agência estadual de saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas, para garantir o suprimento e a qualidade da água de abastecimento público, a destinação adequada dos esgotos domésticos, dos resíduos sólidos, e das condições sanitárias domiciliares, com sustentabilidade.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual da população urbana beneficiada com água potável	percentual			95
Percentual da população urbana beneficiada com melhorias sanitárias domiciliares	percentual			80
Percentual da população urbana beneficiada com tratamento de resíduos sólidos	percentual			80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2580	Atendimento à população com sistema de abastecimento de água potável	5.601.954,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
2581	Atendimento à população com sistema de esgotamento sanitário	8.732.709,00	2.071.817,87	23,72	12,00	0(*)	0,00
2582	Atendimento à população com melhoria sanitária em domicílios residenciais	2.261.450,00	0,00	0,00	11.022	0,00	0,00
TOTAL		**16.596.113,00**	**2.071.817,87**	**12,48**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

(*) A competência na execução dos serviços de saneamento foi transferida a SEINF, por meio da Lei nº 1.823, de 06 de setembro de 2007, assim a execução ficou limitada aos contratos vigentes repassados.

QUADRO 162 - Programa Finalístico – 132

PROGRAMA - ELETRIFICAÇÃO RURAL - PERTINS	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento dos setores agropecuário e industrial, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, fixando-o à terra e reduzindo o êxodo rural.
Justificativa:	Levar energia ao homem do campo, buscando fortalecer o desenvolvimento agropecuário e industrial do estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de propriedades rurais eletrificadas	%	100	Dez/07	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1147	Elaboração e execução de projetos de rede de eletrificação e distribuição rural de 34,5 e 13,8 kv	4.356.115,00	853.015,56	19,58	60,00	42,63	71,05
TOTAL		**4.356.115,00**	**853.015,56**	**19,58**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 163 - Programa Finalístico – 095

PROGRAMA - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Promover o financiamento de projetos de desenvolvimento que gerem benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o plano de governo e com suas necessidades e potencialidades locais.
Justificativa:	A implantação e consolidação de mecanismos de fomento para o desenvolvimento do estado do Tocantins torna-se vital para a indução e estímulo das atividades econômicas do estado visando melhor aproveitamento de nossas potencialidades econômicas e a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1242	Aumento de capital da companhia de Mineração do Estado do Tocantins	386.000,00	386.000,00	100,00	1	1	100,00
TOTAL		**386.000,00**	**386.000,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 164 - Programa Finalístico – 133

PROGRAMA -	
Objetivo:	Ampliar a infra-estrutura dos sistemas de energia elétrica dos municípios; distribuir energia para os setores e bairros não atendidos.
Justificativa:	Melhorar a qualidade de vida da população urbana assegurando conforto e segurança.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de Km de rede implantados	Km	39,19	Dez/07	179

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1148	Ampliação das redes de distribuição urbana e predial	2.200.000,00	929.667,28	42,26	179,00	39,19	20,81
TOTAL		**2.200.000,00**	**929.667,28**	**42,26**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 165 - Programa Finalístico – 135

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	
Objetivo:	Proporcionar à população meios de transporte seguro e eficiente, integrando todo o estado.
Justificativa:	Assegurar ao estado controle logístico do setor de transportes.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de aeródromos pavimentados	%	29,00	Dez/07	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1151	Elaboração de pro-jetos aeroportuários	265.000,00	246.530,00	93,03	4,00	5,00	125,00
1152	Implantação de equi-pamentos de proteção ao vôo	2.289.100,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00
1153	Construção de aeródromos no estado	2.195.462,00	132.960,70	6,06	3,00	0,00	0,00
1154	Manutenção de aeródromos e de equipam. de proteção ao vôo	1.418.106,00	253.754,16	17,89	10,00	4,00	40,00
TOTAL		**6.167.668,00**	**633.244,86**	**10,27**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 166 - Programa Finalístico – 136

PROGRAMA - GERENCIAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
Objetivo:	Promover a melhoria da capacidade de gerenciamento do órgão e captação de recursos.
Justificativa:	Necessidade de melhoria do gerenciamento da SEINF, bem como necessidade de captação de recursos externos para aplicação no estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de estudos realizados	unidade	0,00	Dez/07	1,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1155	Realização de estudos estratégicos	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
2481	Divulgação das ações de governo	1.290.000,00	1.289.976,98	100,00	600	600	100,00
TOTAL		1.290.000,00	1.289.976,98	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

QUADRO 167 - Programa Finalístico – 139

PROGRAMA - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.
Justificativa:	O Programa Especial de Desenvolvimento foi criado no intuito de distribuir o repasse do Governo Federal ao Estado do Tocantins, devido a sua criação. Este orçamento foi destinado para aplicação na área de infra-estrutura.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de rodovias pavimentadas	%	44,11	Dez/07	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1233	Urbanização dos municípios tocantinenses	4.317.859,00	4.317.858,82	100,00	12,47	8,34	66,88
1234	Desenvolvimento rural integrado dos municípios tocantinenses	1.380.000,00	1.380.000,00	100,00	14,22	2,87	20,18
1235	Infra-estrutura esportiva	780.713,00	780.712,18	100,00	2,25	1,76	78,22
TOTAL		**6.478.572,00**	**6.478.571,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEINF

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
76.356.890,00	48.868.129,51	64,00	27.488.760,00

3.1.24 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente tem como missão:

a) planejar, coordenar e acompanhar a política estadual de recursos do meio ambiente e, em especial, realizar tais ações quanto à de recursos hídricos, naturais e de desenvolvimento sustentável;

b) implementar as políticas de usos múltiplos das águas;

c) elaborar programas e projetos, acompanhar, executar e apoiar a execução de obras:

1. de infra-estrutura hídrica, necessárias à geração de energia, navegação, drenagem, aqüicultura, irrigação, proteção e retificação de canais naturais, destinados ao atendimento de pequenas comunidades, e à prevenção ou minimização dos efeitos das secas ou inundações;

2. de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura pública para aproveitamento hidroagrícola;

3. ligadas a ações direcionadas à convivência com a seca, com ênfase ao aproveitamento de recursos hídricos para uso humano, e à geração de emprego e renda;

d) apoiar:

1. tecnicamente a desenvolução de empreendimentos que explorem de forma sustentável os recursos naturais e a preservação do meio ambiente;

2. a implantação, ampliação, recuperação, operação e manutenção de obras de infra-estrutura hídrica;

3. a organização associativa dos usuários dos perímetros públicos de irrigação, promovendo-lhe autonomia administrativa e operacional;

e) promover:

1. o controle e a supervisão técnica das obras de infra-estrutura hídrica que utilizem recursos nacionais, internacionais ou estrangeiros provenientes de convênios;

2. a capacitação de pessoal para o planejamento da irrigação e gestão de projetos públicos ambientais e de irrigação;

3. a articulação com Órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, visando à preservação do meio ambiente e recursos naturais;

f) coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos foram desenvolvidas através de ações estruturadas no programa Apoio Administrativo, dois de gestão de políticas públicas e dez finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 142.710.677,00**, com execução de **R$ 131.317.976,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 168 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	**AUTORIZADO**	**EXECUTADO**	**%**	**SALDO**
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	424.887,00	423.465,39	99,67	1.421,61
Manutenção dos Serviços de Transportes	163.800,00	162.884,84	99,44	915,16
Manutenção de Recursos Humanos	2.404.889,00	2.391.078,44	99,43	13.810,56
Ações de Informática	70.050,00	62.464,42	89,17	7.585,58
TOTAL	**3.063.626,00**	**3.039.893,09**	**99,23**	**23.732,91**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 169 - Programa Finalístico – 057

PROGRAMA - PERENIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS	
Objetivo:	Promover a reservação de recursos hídricos estadual, para que nos permita um planejamento e desenvolvimento das atividades múltiplas (agropecuária, abastecimento público, geração de energia, consumo industrial, piscicultura, lazer e turismo), a qual a água é um fator limitante.
Justificativa:	Necessidade de perenização dos rios temporários do Estado do Tocantins.
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos

Indicador Específico	**Unidade de Medida**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
Obras Hídricas	Unidade	99,95	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1184	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 3	2.370.360,00	2.369.814,14	99,98	1	1	100,00
1185	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 16	43.600,00	42.995,17	98,61	1	0	0,00
1186	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 15	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1159	Construção de barramento visando o armazenamento de água para usos múltiplos – eixo 01	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1240	Construção de barramento para usos múltiplos – eixo 20	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1241	Construção de barramento para usos múltiplos – eixo 08	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2348	Conservação de obras hídricas (Barramento) do Estado	79.300,00	79.277,82	99,97	1	0	0,00
TOTAL		**2.493.260,00**	**2.492.087,13**	**99,95**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 170 - Programa Finalístico – 058

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA PARA APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	
Objetivo:	Assegurar a oferta de água de boa qualidade para a produção agrícola, através de construção de obras estruturantes.
Justificativa:	Promover o desenvolvimento regional através de cultura irrigada.
Prazo de Execução:	25 (vinte e cinco) anos

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Obras Hídricas	unidade	98,92	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1160	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Manuel Alves	60.588.783,00	60.249.482,67	99,44	1	0,8235	82,35
1161	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto São João	32.874.750,00	32.452.297,62	98,71	1	0,371	37,10

1162	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Sampaio	17.538.280,00	17.502.973,04	99,80	1	0,2961	29,61
1164	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Javaés	3.674.570,00	3.673.573,93	99,97	1	0	0,00
1165	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Chapada	13.100,00	13.080,74	99,85	1	0	0,00
1166	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Paraná	168.300,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1167	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Prodecer III	200.270,00	200.231,46	99,98	1	0	0,00
1168	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taipas	347.250,00	347.156,43	99,97	1	0	0,00
1170	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Taguatinga	207.500,00	68.955,18	33,23	1	0	0,00
1173	Implantação de Infra-estrutura Hídrica do projeto Arraias	50.720,00	50.714,30	99,99	1	0	0,00
1175	Elaboração de diagnostico e cadastro das Infra-estruturas hídricas do Estado	0,00	0,00	0,00	6	0	0,00
1176	Seminários de Implementação das políticas de usos múltiplos das águas	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1177	Realização de estudos, pesquisas e conservação dos solos e da água	391.600,00	391.515,81	99,98	10	0(*)	0,00
1178	Capacitação dos Engenheiros e/ou técnicos para o planejamento e gestão de projetos	40.300,00	14.915,00	37,01	10	0	0,00
1179	Revitalização do subprojeto Rio Formoso	5.918.000,00	5.730.163,78	96,83	1	0	0,00
1180	Elaboração do plano de ação para os recursos hidricos e aproveitamento hidro-agricola	800.200,00	800.097,23	99,99	8	1	12,5
1181	Implantação da infra-estrutura hidrica do Projeto Gurita II	7.500,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1182	Construção de pequena central hidrelétrica PCH no Barramento eixo 03	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2349	Manutenção de obras hídricas para aproveitamento hidroagricola	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**122.821.123,00**	**121.495.157,19**	**98,92**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

(*) Esta ação encontra-se em execução, porém, com nenhum estudo concluso ainda.

QUADRO 171 - Programa Finalístico – 059

PROGRAMA - HIDROGEOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Desenvolver pesquisa para conhecimento do potencial hidrogeológico do Estado do Tocantins
Prazo de Execução:	3 (três) anos

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Programa da Secretaria	unidade	0	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1183	Estudos do potencial hídrico subterrâneo para identificar os aqüíferos	16.800,00	0,00	0,00	5	0,1	2,00
TOTAL		**16.800,00**	**0,00**	**0,00**	**5**	**0**	**0**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRH

QUADRO 172 - Programa Finalístico - 078

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	
Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.
Justificativa:	A gestão dos recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórias, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os usos múltiplos. A não implementação deste programa acarretará danos à qualidade das águas, refletindo na qualidade de vida da comunidade, bem como, a manutenção da quantidade das águas, com prejuízos aos processos produtivos implantados em todo o estado. o envolvimento da comunidade local, na busca por soluções e o interesse dos usuários das águas em minimizar os conflitos de usos são fatores que contribuem para a implantação do programa. Já a quantidade de recursos financeiros disponíveis para o mesmo poderá ser um fator desfavorável a sua implementação.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade na formação dos comitês de bacias	porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%
Percentual de redução da degradação da qualidade das águas	porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%
Número de conflitos relacionados aos usos das águas mediados	porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2065	Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas	0,00	0,00	0,00	8	3	37,50
2067	Implantação do Sistema Estadual de Informações sobre os Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	4	0	0,00
2068	Acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	1	1	100,00
2070	Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos	34.200,00	34.086,50	99,67	1	0,1	10,00
2071	Capacitação em Recursos Hídricos	220.274,00	218.230,00	99,07	1	1	100,00
TOTAL		**254.474,00**	**252.316,50**	**99,15**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 173 - Programa Finalístico – 079

PROGRAMA - ÁREAS PROTEGIDAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas à conservação dos ecossistemas no estado do Tocantins.
Justificativa:	As unidades de conservação do estado do Tocantins contribuem para a preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, são bens de uso comum e, portanto, devem ser especialmente protegidos. Em razão da grande pressão de uso e conflitos ambientais, as atividades de fiscalização, monitoramento e avaliação são imprescindíveis para garantir a proteção da biodiversidade e do patrimônio material da unidade de conservação.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Dimensão das unidades de conservação	porcentagem	0,00	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1034	Identificação de Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação	56.100,00	0,00	0,00	1	0	0,00
1035	Implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	20.540,00	20.126,21	97,99	11	5	45,45
2072	Apoio à Criação, Implantação e Gestão das Unidades de Conservação	2.193.718,00	1.935.713,34	88,24	4	1	25,00
TOTAL		**2.270.358,00**	**1.955.839,55**	**86,15**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 174 - Programa Finalístico – 083

PROGRAMA - TOCANTINS JOGA LIMPO	
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como conseqüência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradações ambientais, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no estado. A não implantação deste programa poderá agravar, ainda mais, a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, o uso de água não potável, etc. a existência de lixões e o despreparo dos municípios para o planejamento e controle das ações de gestão dos resíduos.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários	Porcentagem	15,00	31/12/2007	100%
Acesso aos serviços de coleta de lixo doméstico	Porcentagem	70,00	31/12/2007	100%
Coleta seletiva de lixo	Porcentagem	0,00	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2089	Funcionamento do Fórum Estadual Lixo e Cidadania	0,00	0,00	0,00	3	1	33,33
2090	Manutenção e Funcionamento do Sistema Estadual de Informação sobre Resíduos	0,00	0,00	0,00	2	0,5	25,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 175 - Programa Finalístico – 086

PROGRAMA - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS	
Objetivo:	Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.
Justificativa:	Necessidade de conhecimento dos recursos biológicos estaduais.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade	porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1038	Realização de estudos para Conhecimento da Biodiversidade	666.553,00	62.609,47	9,39	4	0	0,00
TOTAL		**666.553,00**	**62.609,47**	**9,39**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 176 - Programa Finalístico – 087

PROGRAMA - AGENDA 21	
Objetivo:	Apoiar e viabilizar o planejamento estratégico descentralizado e participativo, em âmbito estadual e municipal, visando a sustentabilidade ambiental, social, política e econômica das ações propostas.
Justificativa:	A construção de estratégias que contribuam para a sustentabilidade ambiental, social, política econômica de uma região (estado ou municípios) apresenta-se como um desafio à implementação de um processo continuado e integrado para o desenvolvimento sustentável das populações, promovendo uma melhoria na qualidade de vida destas. A não implementação deste programa favorece a implantação contínua de ações desarticuladas, que não representam as aspirações das comunidades locais e nem levam em consideração as especificidades culturais, físicas, sociais e econômicas das regiões. O desinteresse dos grupos locais (governamentais e não governamentais) em implementar no estado um processo descentralizado para a gestão dos recursos naturais acarretará prejuízos à implantação deste programa.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Agendas 21 estadual e municipal elaborada	Porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2096	Construção e Implementação da Agenda 21 Estadual	252.000,00	0,00	0,00	6	0	0,00
TOTAL		**252.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 177 – Programa Finalístico – 170

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental voltada à sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas. Em consonância com o citado objetivo, a eficiente e eficaz implementação do programa estadual de educação ambiental é fundamentada pelo estabelecimento de parcerias entre o poder público e privado, terceiro setor e a comunidade em geral, funcionando como catalisador da revisão de valores, dessa maneira, levando os cidadãos a desenvolverem posturas pró-ativas em relação às questões ambientais.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
		0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2137	Funcionamento da Comissão Estadual de Educação Ambiental	19.200,00	18.995,79	98,94	6	2	33,33
2138	Implantação e Funcionamento do Sistema de Informação sobre Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	8	0	0,00
2139	Comunicação em Educação Ambiental	8.400,00	0,00	0,00	15	0,5	3,33
TOTAL		**27.600,00**	**18.995,79**	**68,83**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 178 - Programa Finalístico – 174

PROGRAMA - PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II – PMNA II	
Objetivo:	O programa nacional do meio ambiente II - PNMA II, direcionado para o aperfeiçoamento da gestão ambiental do país, nas esferas federal, estadual e municipal e para a ampliação das possibilidades de participação da sociedade civil na gestão ambiental, tem por objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
Justificativa:	De acordo com o roteiro metodológico apresentado pelo MMA, o estabelecimento de prioridades ambientais visa incentivar o planejamento ambiental, otimizar o uso dos recursos financeiros, apoiar a tomada de decisão e, sobretudo, assegurar que as ações a serem desenvolvidas tenham sustentabilidade e sejam internalizadas, no futuro, pelos agentes sociais e nas esferas políticas locais.
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
		0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2142	Desenvolvimento Institucional para Gestão Ambiental	202.200,00	6.728,00	3,33	9	0	0,00
2143	Gestão Integrada de Ativos Ambientais	0,00	0,00	0,00	8	0	0,00
TOTAL		**202.200,00**	**6.728,00**	**3,33**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 179 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 081

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamentos ilegais, queimadas descontroladas, exploração mineral, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A não implementação do programa prejudicará a reversão deste quadro por não definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e não promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente. Nesse sentido, o interesse e as possibilidades de articulação de ações dos diferentes setores e agentes sociais, para definir e acordar princípios, diretrizes e estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense, são fatores condicionante para a implantação deste programa.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de diminuição da degradação ambiental	Porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%
Índice de inserção e controle social	Porcentagem	0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2076	Acompanhamento do ICMS Ecológico	0,00	0,00	0,00	1	0,3	30,00
2080	Publicidade de Utilidade Pública	90.000,00	90.000,00	100,00	1	1	100,00
2082	Acompanhamento da Política Ambiental do Estado	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00

2083	Funcionamento do Sistema Estadual de Informações Ambientais	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**90.000,00**	**90.000,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

QUADRO 180 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 088

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-br), a partir de 2002 o projeto evoluiu para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura, com participação social, são interdependentes, na busca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: Sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), Nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e Leste (Jalapão).
Prazo de Execução:	01/01/2004 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Impacto da melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	percentual	0,00%	31/12/2007	100%
Aumento real da receita própria municipal	percentual	0,00%	31/12/2007	100%
Eficiência na conservação de áreas protegidas	percentual	0,00%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1047	Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH	3.880.188,00	1.357.625,40	34,99	6	5	83,33
2123	Elaboração de Planos de Bacias Hidrograficas	50.000,00	0,00	0,00	0	0	0,00
2483	Implantação de Unidades de Conservação	1.680.700,00	640,00	0,04	2	0	0,00
2484	Implantação de infraestrutura básica e turística	1.900.025,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2485	Elaboração de Estudos e Pesquisas Sobre Mudanças Climáticas	400.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
2488	Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	1.052.300,00	296.030,00	28,13	1	0	0,00
2505	Manejo Sustentável do	756.055,00	0,00	0,00	2	0	0,00

	Entorno das Unidades de Conservação						
2486	Implantação da Rede Hidrometereológica	833.415,00	250.054,00	30,00	4	4	100,00
TOTAL		**10.552.683,00**	**1.904.349,40**	**18,05**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SRHMA

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
142.710.677,00	131.317.976,12	92,02	11.392.700,88

3.1.25 SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

O primeiro órgão responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural na área de ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Assim, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, através da Lei n.º 791/95, com suas atribuições embasadas. Em face disso, houve a extinção da Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela então SETAS.

A Secretaria do Trabalho e Ação Social tem como missão direcionar e consolidar a Política de Assistência Social e de Relações do Trabalho para o Estado, concretizando a política de descentralização e participação mútua, promovendo a inclusão social e a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais e aos trabalhadores empregados e desempregados, garantindo, assim, de forma intersetorial o atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso X do art. 8.º da Lei n.º 791/95 .

Compete à Secretaria do Trabalho e Ação Social o seguinte:

a) emprego e salários;

b) relações do trabalho e sindicais;

c) higiene, medicina e segurança do trabalho;

d) qualificação e desenvolvimento de mão-de-obra;

e) organização e desenvolvimento de comunidades;

f) orientações e formação de lideranças comunitárias;

g) habitação;

h) ação, programa e projetos sociais.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, 2 finalísticos e 01 de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 26.272.650,00**, com execução de **R$ 24.697.321,44**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 181 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.707.912,00	1.688.062,78	98,83	19.849,22
Manutenção dos Serviços de Transportes	705.641,00	694.323,09	98,40	11.317,91
Manutenção de Recursos Humanos	18.958.496,00	18.954.441,36	99,98	4.054,64
Ações de Informática	252.121,00	246.381,51	97,72	5.739,49
TOTAL	**21.624.170,00**	**21.583.208,74**	**99,81**	**40.961,26**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SETAS

QUADRO 182 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	35.104,00	35.103,26	99.99	0,74
TOTAL	**35.104,00**	**35.103,26**	**99.99**	**0,74**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SETAS

QUADRO 183 - Programa Finalístico – 181

PROGRAMA - COMBATE AO DESEMPREGO	
Objetivo:	Controlar e reduzir o índice de desemprego no estado do Tocantins, incentivando a geração de postos de trabalho e promovendo a inclusão social e profissional do trabalhador.
Justificativa:	Atualmente o índice de desemprego no estado do Tocantins, indiferentemente de outras unidades da Federação é alto. Isto ocorre em função da dinâmica da economia local, regional e nacional, portanto, torna-se necessário a adoção de políticas públicas voltadas à redução do número de desempregados por meio de ações que envolvam o trabalhador e o empregador no sentido de intermediar o potencial desse binômio responsável pelo crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2355	Capacitação Social e Profissional	1.018.169,00	221.585,77	21,76	1.434	250	17,43
2356	Realização de Eventos Sobre Segurança e Saúde no Trabalho	63.000,00	00,00	0,00	1	0	0,00
2357	Intermediação de Mão de Obra	1.892.719,00	1.547.922,22	81,78	19.932	10.200	51,17
2358	Habilitação do Trabalhador Demitido Sem Justa Causa ao Beneficio do Seguro Desemprego	574.950,00	340.200,31	59,17	17.916	4.650	25,95
TOTAL		**3.548.838,00**	**2.109.708,30**	**59,45**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SETAS

QUADRO 184 - Programa Finalístico – 004

PROGRAMA - PROVIDA	
Objetivo:	Reduzir a desnutrição no estado por meio do incentivo a utilização de alimentos regionais e não convencionais ricos em nutrientes essenciais, através do processamento caseiro de alimentos, visando a promoção da saúde.
Justificativa:	Existe um alto índice de desnutrição no Estado, (12% SISVAN 2003) entre crianças e gestantes, principalmente, que necessitam de intervenções para sua minimização e prevenção. Há regiões como sudeste e extremo norte do Estado, onde estes índices chegam a mais de 20% a OMS preconiza índices menores que 10%, um dos fatores que podem interferir positivamente é a educação nutricional. Proporcionar o conhecimento de fontes alimentares, acessíveis à população de um modo geral, a fim de aumentar suas oportunidades de escolha, é um dos meios de garantir segurança alimentar e nutricional. O processamento e uso da multimistura, a utilização de plantas não convencionais na alimentação da população em risco nutricional, são alternativas viáveis para aumentar a diversidade alimentar e conseqüentemente o teor dos alimentos consumidos pela população em geral. Um fator que favorece a continuidade destas ações nos municípios é o trabalho dos agentes de saúde e voluntários de pastoral que disseminam o trabalho em parceria com o PROVIDA.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx.de prog. e proj. monit. e avaliados	pessoa	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.

2541	Capacitação em Farmácia Viva e Fitoterapicos	16.800,00	14.532,00	86,50	14	5	35,71
1250	Implantação de Kit Cozinha Escola Comunitária	3.470,00	00,00	0,00	10	0	0,00
2542	Assistência as Escolas para utilização de plantas não convencionais para uso na merenda escolar	10.000,00	00,00	0,00	10	0	0,00
2544	Realização de Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios	17.309,00	17.308,50	100,00	18	18	100,00
2545	Assistência aos Estudantes Indígenas para Produção de Alimentos não Convencionais	8.000,00	979,00	12,24	160	10	6,25
2546	Capacitação de Índios em Alimentação e Saúde	5.000,00	2.889,50	57,79	160	150	93,75
2540	Assessoramento nos Núcleos de Produção Implantados	10.000,00	2.409,50	24,10	23	23	100,00
2543	Capacitação de Recursos Humanos em Orientação Alimentar e Nutricional	45.310,00	24.295,00	53,62	18	7	38,88
TOTAL		**115.889,00**	**62.413,50**	**53,86**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SETAS

QUADRO 185 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 145

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	
Objetivo:	Formular políticas de qualificação e capacitação de gestores e técnicos; realizar pesquisas sociais; diagnosticar, monitorar e avaliar os programas e projetos da SETAS, bem como identificar as demandas sociais, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social.
Justificativa:	Por terem sido detectados problemas, desvios e distúrbios na execução dos programas sociais, viu-se a necessidade da implantação do programa para combater a desarticulação existente entre os setores, a falta de planejamento participativo, a centralização das ações, a ausência de resultados e de acompanhamento na execução dos programas. A gestão de políticas públicas tem como estratégia acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas, para a melhoria na execução e nos resultados, proporcionando a integração com os demais setores da secretaria, propondo maior articulação dos gerentes do programa com outros órgãos, em busca de impactos sociais positivos nos municípios com a finalidade de alcançar o publico alvo, distribuído também nos assentamentos, distritos e povoados; para o qual os programas são destinados.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx.de programa e projetos monitorados e avaliados	pessoa			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2350	Capacitação de Gestores e Técnicos da SETAS	45.451,00	45.449,97	100,00	130	24	18,46
2351	Divulgação de Ações ou Eventos	883.071,00	841.310,67	95,27	100	53	53,00
2352	Realização de Pesquisas Sociais	00,00	00,00	0,00	1	0	0,00
2353	Desenvolvimento de Sistema para Gerenciamento de Programas Sociais	00,00	00,00	0,00	4	0	0,00
2354	Monitoramento dos Programas SETAS	20.127,00	20.127,00	100,00	16	16	100,00
2386	Elaboração de Projetos	00,00	00,00	0,00	10	0	0,00
TOTAL		**948.649,00**	**906.887,64**	**95,60**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SETAS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
26.272.650,00	24.697.321,44	94,00	1.575.328,56

3.1.26 SECRETARIA DA JUVENTUDE

A Secretaria Estadual da Juventude, instituída pelo Decreto nº 1.465, de 04 de abril de 2002, é um órgão público voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, e tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como na formação de verdadeiros cidadãos.

Desenvolve suas funções alicerçada nos seguintes objetivos:

- desenvolver ações que facilitem a integração e interação do jovem quando da sua inserção no mundo do trabalho;
- apoiar o jovem na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio futuro;
- criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;

- oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido;

- promover programas e projetos voltados para promoção, defesa e atendimento dos direitos dos jovens;

- contribuir para a melhoria dos indicadores sociais como decorrência da ação do jovem na comunidade;

- promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, inclusive pela centralidade das ações na família.

A Secretaria Estadual da Juventude busca definir uma proposta de ocupação para o jovem, apoiando-o com políticas públicas que possibilitem, de fato, a integração à família, à comunidade e à sociedade, a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como proporcionar experiências práticas que o preparem para o mercado de trabalho.

As atribuições da Secretaria da Juventude foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Finalístico – Juventude Cidadã e Programa de Gestão de Políticas Públicas – Gestão de Políticas de Juventude. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 16.933.688,00** com execução de **R$ 13.345.575,79**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 186 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	968.577,00	955.658,38	98.67	12.918,62
Manutenção dos Serviços de Transportes	193.063,00	182.799,58	94.68	10.263,42
Manutenção de Recursos Humanos	2.882.657,00	2.855.287,74	99,05	27.369,26
Ações de Informática	53.000,00	50.617,41	95.50	2.382,59
TOTAL	**4.097.297,00**	**4.044.363,11**	**98,71**	**52.933,89**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEJUV

QUADRO 187 - Programa Finalístico – 179

PROGRAMA - JUVENTUDE CIDADÃ	
Objetivo:	Valorizar jovens tocantinenses, atendendo suas necessidades, com vistas ao desenvolvimento de suas habilidades pessoais, oferecendo-lhes condições para inserção no mercado de trabalho e ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento humano.

Justificativa:	60% da população tocantinense é composta de jovens; muitos são os desafios e as mudanças próprias desse período, o que pode incorrer no envolvimento de muitos jovens em comportamento de risco, para que esse período possa ser saudável, faz se necessário a intervenção do estado, no sentido de reduzir os riscos aos quais essa faixa etária encontra-se exposta; é necessário a valorização da juventude, visando garantir ações voltadas para o crescimento pessoal e profissional dos mesmos, transformando-os em empreendedores geradores de progresso e auto-inclusão.
Prazo de Execução:	2004 a 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de jovens qualificados	Percentual	16,91	Maio/2006	36%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2359	Realização de eventos para juventude	833.766,00	798.260,05	95,74	26	28	107,69
2361	Realização de cursinho pré-vestibular	254.403,00	122.819,07	48,28	1.000	330	33,00
2508	Formação de jovens talentos	859.250,00	853.069,50	99,28	13.000	6.116	47,04
2468	Concessão de bolsas universitárias	1.619.691,00	1.618.300,00	99,91	4.000	3.958	98,95
2364	Conferências de juventude	30.000,00	29.967,48	99,89	26	29	111,53
2507	Manutenção da casa do estudante	69.487,00	14.996,22	21,58	6	4	66,66
2491	Capacitação para beneficiários e orientadores do Juventude Cidadã	2.724.914,00	522.668,56	19,18	504	504	100,00
2489	Concessão de bolsas para beneficiários do Programa Juventude Cidadã	5.053.665,00	3.973.664,77	78,63	6.814	4.426	64,95
2490	Manutenção do Programa Juventude Cidadã	328.452,00	305.134,76	92,90	01	01	100
TOTAL		**11.773.628,00**	**8.238,880,41**	**69,98**	-	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEJUV

QUADRO 188 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 033

PROGRAMA - GESTÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE	
Objetivo:	Viabilizar e Implementar ações concretas para assegurar a participação da juventude e da sociedade na construção de políticas de juventude.
Justificativa:	60% da população tocantinense é de jovens, diante desse dado é necessário entendermos a verdadeira relevância e urgência da existência de políticas públicas voltadas para esse seguimento, estimulando a integração e transformação dos mesmos, obtendo, assim, ganhos reais de eficácia, no que diz respeito ao desenvolvimento coletivo e individual.
Prazo de Execução:	2004 a 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de jovens beneficiados	percentual			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2362	Ampliação da frota de veículos	118.360,00	118.360,00	100,00	03	04	133,33
2385	Divulgação das ações da juventude	774.300,00	773.869,78	99,94	304	310	101,97
2363	Ampliação da rede de informática da SEJUV	170.103,00	170.102,49	99,99	12	37	308,33
TOTAL		**1.062.763,00**	**1.062.332,67**	**99,96**	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SEJUV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
16.933.688,00	13.345.575,79	78,81	3.588.112,21

3.1.27 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

Recursos sob a Supervisão da SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei nº 1.620, de 31 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.035, de 1º de novembro de 2005, e na Portaria SEPLAN nº 21, de 23 de fevereiro de 2006.

Constituem atividades inerentes à unidade orçamentária:

- a aplicação dos recursos observados os princípios legais da Constituição Federal, mediante os repasses de ICMS, IPVA, IPI e CIDE a todos municípios tocantinenses;
- a execução dos serviços da dívida pública;
- a liquidação dos contratos bancários referente às tarifas de arrecadação de tributos estaduais e sobre a folha de pagamento dos servidores do Executivo.

No exercício de 2007 esta unidade gestora foi contemplada com o programa de Gestão de Políticas Públicas. Para a execução desse programa foram autorizados recursos no montante de **R$ 432.361.827,00,** com execução de

R$ 418.557.907,12. O quadro abaixo demonstra a execução físico-financeira do programa com suas respectivas ações.

QUADRO 189 - Programa Finalístico – 109

PROGRAMA - GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	
Objetivo:	Controlar e aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil, com a finalidade de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.
Justificativa:	Controlar os gastos públicos visando maior transparência e maximização na aplicação dos recursos.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2371	Administração Centralizada de Serviços Bancários	1.877.136,00	1.048.079,55	55,83	10	14	140,00
2372	Administração Centralizada de Serviços de Interesse Público	5.859.518,00	5.858.605,50	99,98	43	7	16,27
2374	Indenizações e Restituições	12.700,00	12.628,24	99,43	8	286	3575,00
2373	Transferências Constitucionais aos Municípios	235.418.878,00	231.867.524,95	98,49	139	139	100,00
2375	Contribuição para o PIS/PASEP	14.160.479,00	14.085.746,53	99,47	1,00	1,00	100,00
2369	Administração da Dívida Interna e de Seus Serviços	87.799.968,00	78.452.176,74	89,35	32	34	106,25
2370	Administração da Dívida Externa e de Seus Serviços	87.233.148,00	87.233.145,61	99,99	4	6	150,00
TOTAL		**432.361.827,00**	**418.557.907,12**	**96,81**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Recursos sob Supervisão da SEFAZ

3.1.28 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN

A unidade orçamentária foi criada pela Lei nº 727/95, de 18 de janeiro de 1995.

Em 2007 as ações foram desenvolvidas em um programa finalístico e o programa de reserva de contingência, com recursos autorizados na ordem de **R$ 1.000.000,00** com execução de **100%**. A execução de cada um dos programas será demonstrada nos quadros a seguir.

QUADRO 190 - Programa Finalístico – 095

PROGRAMA - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Promover o financiamento de projetos de desenvolvimento que gerem benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o plano de governo e com as necessidades e potencialidades locais.
Justificativa:	A implantação e a consolidação de mecanismos de fomento para o desenvolvimento do Estado do Tocantins são de vital importância para a indução e estímulo das atividades econômicas no Estado, visando um aproveitamento racional de nossas potencialidades econômicas e a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda. Em nenhum momento pode ser descurada a atração de novos investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais, bem como a sua expansão regional descentralizada e eficiente, de forma que se possa contribuir na aceleração dos processos de inovação e de introdução de novas tecnologias, trazendo progresso, inclusive o desenvolvimento social para as diversas regiões do Estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de inserção de novos projetos de microempresas	%	0	2003	3

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
1189	Aumento do capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	10	10	100,00
TOTAL		**1.180.000,00**	**1.180.000,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN

QUADRO 191 – Reserva de Contigência

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Objetivo:	Reserva de contingência
Prazo de Execução:	2004-2007

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN

A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da

reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 40.000.000,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais.

3.1.29 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Decreto N° 2.928, de 16 de janeiro de 2007, criou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SHDU, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, vinculada ao Governador do Estado.

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins tem por finalidade, a formulação e implementação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I – a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II – a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III – fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV – operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V – organização de banco de dados sobre habitação;

VI – a administração do processo liquidante das empresas Cia. de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS e Cia. de Armazéns e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, enquanto perdurar a liquidação.

As atribuições da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Extinção das Empresas: Codetins e Casetins, Moradia e Cheque Moradia, sendo que para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 28.134.206,00**, com execução de **R$ 9.803.680,19**. O quadro abaixo demonstra a execução físico-financeira do programa com suas respectivas ações.

QUADRO 192 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	535.052,00	535.049,48	100,00	2,52

Manutenção dos Serviços de Transportes	191.994,00	177.700,68	92,56	14.293,32
Manutenção de Recursos Humanos	2.819.005,00	2.817.100,27	99,93	1.904,73
Ações de Informática	105.461,00	105.338,39	99,88	122,61
TOTAL	**3.651.512,00**	**3.635.188,82**	**99,55**	**16.323,18**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SHDU

QUADRO 193 - Programa Finalístico – 035

PROGRAMA - MORADIA	
Objetivo:	Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.
Justificativa:	A habitação é direito constitucional e aspiração legitima de todo cidadão brasileiro, a lei 10.257/2001 que institui o estatuto da cidade, apresenta dispositivo que assegura a construção de moradias para as famílias. Os problemas habitacionais quando não são solucionados, refletem a situação social e as desigualdades geradas no âmbito do mercado de trabalho e da distribuição da renda. Todavia, deve-se considerar que a questão da moradia reflete, além disso, outras três dimensões a serem consideradas pela intervenção pública financeira, fundiária e urbanística.
Prazo de Execução:	contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de moradias concedidas	porcentagem	28,83	2002	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2536	Realização das ações contidas no Projeto Tec. Social-PTS nos municípios contemplados com programa habitacional	119.816,00	39.164,22	32,69	1.259	392	31,11
1243	Construção de casas populares	22.882.985,00	4.650.581,89	20,32	2.422	698	28,83
2537	Publicidade e propaganda	445.000,00	443.852,93	99,74	10	10	100,00
TOTAL		**23.447.801,00**	**5.133.599,04**	**21,89**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SHDU

QUADRO 194 - Programa Finalístico – 038

PROGRAMA - MORADIA	
Objetivo:	Promover a liquidação extra judicial das companhias, Cia. de Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS, Cia. de Armazém Gerais e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, Cia. de Mineração do Tocantins - MINERATINS
Justificativa:	Liquidação extra judicial das companhias CODETINS e CASETINS.
Prazo de Execução:	Temporal

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de renegociação de dívidas	porcentagem	100%	2003	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2539	Liquidação da Codetins	1.012.648,00	1.012.647,33	100,00	30	30	100,00
TOTAL		**1.012.648,00**	**1.012.647,33**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SHDU

QUADRO 195 - Programa Finalístico – 183

PROGRAMA – CHEQUE MORADIA	
Objetivo:	Viabilizar democraticamente a construção reforma e ampliação da moradia popular
Justificativa:	Minimizar o déficit habitacional existente na camada social com renda familiar inferior a 03 salários mínimos.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias de baixa renda	unidade	-	2002	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2538	Gerenciamento, acompanhamento e fiscalização	22.245,00	22.245,00	100,00	1	1	100,00
TOTAL		**22.245,00**	**22.245,00**	**100,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da SHDU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
28.134.206,00	9.803.680,19	34,85	18.330.525,81

3.1.30 SECRETARIA DE SAÚDE

Essa Secretaria Estadual não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas através do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprios.

Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.° 1.532, de 19 de junho de 2003, definiu suas competências como sendo:

I - a formulação das políticas de saúde pública;

II - a coordenação, execução, fiscalização e controle das ações de saúde pública;

III - a ação preventiva em geral;

IV - a vigilância e o controle sanitário;

V - a vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos;

VI - a informação de saúde;

VII - a saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;

VIII - a assistência ambulatorial e hospitalar;

IX - a alimentação e nutrição;

X - a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e correlatos;

XI - o fornecimento de medicamentos de sua fabricação aos órgãos da área de saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

XII - a promoção de treinamento, cursos e estágios para estudantes e profissionais vinculados às atividades afins.

3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS

A Administração indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 autarquias, 2 fundações e 23 fundos especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2004/2007:

3.2.1 AUTARQUIAS

3.2.1.1 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

O Instituto Social Divino Espírito Santo foi instituído pela Lei n.° 938/98, regulamentada pelo Decreto n.° 1.014/03.

O objetivo desta entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da administração indireta do governo estadual consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado, recursos para microcréditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições do Instituto Social Divino Espírito Santo foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo e Previdência Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.275.000,00**, com execução de **R$ 3.026.775,24**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 196 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	548.390,00	377.602,59	68,86	170.787,41
Manutenção dos Serviços de Transportes	48.710,00	42.702,81	87,67	6.007,19
Manutenção de Recursos Humanos	2.484.920,00	2.453.581,46	98,74	31.338,54
Ações de Informática	174.800,00	134.708,38	77,06	40.091,62
TOTAL	**3.256.820,00**	**3.008.595,24**	**92,38**	**248.224,76**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do PRODIVINO

QUADRO 197 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários aos servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	18.180,00	18.180,00	100,0	0,00
TOTAL	**18.180,00**	**18.180,00**	**100,0**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do PRODIVINO

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
3.275.000,00	3.026.775,24	92,42	248.224,76

3.2.1.2 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU

Foi instituída pela Lei n.° 1.226, de 06 de junho de 2001, e tem como missão implementar políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocantinenses, o resgate da cidadania e a reinclusão social com ações pautadas na justiça social.

Tem por finalidade a formulação e implementação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano integradas, abrangentes e compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I- a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II- a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III- fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV- operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V- organização de banco de dados sobre habitação, etc.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo e três Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 12.019.000,00**, com execução de **R$ 4.171.920,32**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 198 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	**AUTORIZADO**	**EXECUTADO**	**%**	**SALDO**
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
Manutenção dos Serviços de Transportes	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00

Manutenção de Recursos Humanos	355.000,00	111.500,76	31,41	243.499,24
Ações de Informática	160.000,00	71.215,00	44,51	88.785,00
TOTAL	**755.000,00**	**182.715,76**	**24,20**	**572.284,24**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da AHDU

QUADRO 199 - Programa Finalístico – 035

PROGRAMA - MORADIA	
Objetivo:	Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.
Justificativa:	A habitação é direito constitucional e aspiração legitima de todo cidadão brasileiro, a lei 10.257/2001 que institui o estatuto da cidade, apresenta dispositivo que assegura a construção de moradias para as famílias. Os problemas habitacionais quando não são solucionados, refletem a situação social e as desigualdades geradas no âmbito do mercado de trabalho e da distribuição da renda. Todavia, deve-se considerar que a questão da moradia reflete, além disso, outras três dimensões a serem consideradas pela intervenção pública financeira, fundiária e urbanística.
Prazo de Execução:	contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de moradias concedidas	porcentagem		2002	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4029	Realizar ações contidas no projeto técnico social - PTS, nos municípios contemplados com programas habitacionais.	0,00	0,00	0,00	1.259	0	0
3003	Construção de casas populares	0,00	0,00	0,00	2.422	0	0
4352	Publicidade e Propaganda	0,00	0,00	0,00	10	0	0
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da AHDU

QUADRO 200 - Programa Finalístico – 036

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.

Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdade sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas especificas.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias de baixa renda	m^2	27,94	2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
2490	Administração do tesouro imobiliário do estado	8.000.000,00	3.657.682,58	45,72	160.000	73.154	45,72
2491	Administração do tesouro imobiliário do estado / terra nua	3.264.000,00	331.521,98	10,16	100.000	10.157	10,16
TOTAL		**11.264.000,00**	**3.989.204,56**		**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da AHDU

QUADRO 201 - Programa Finalístico – 183

PROGRAMA – CHEQUE MORADIA	
Objetivo:	Viabilizar democraticamente a construção reforma e ampliação da moradia popular
Justificativa:	Minimizar o déficit habitacional existente na camada social com renda familiar inferior a 03 salários mínimos.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias de baixa renda	unidade	-	2002	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4353	Gerenciamento, acompanhamento e fiscalização	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da AHDU

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
12.019.000,00	4.171.920,32	34,71	7.847.079,68

3.2.1.3 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR, foi criada em 02 de janeiro de 2007 através da Lei Estadual nº 1.758, sob a forma de autarquia especial, sendo regida pelo seu Regulamento (Decreto Estadual nº 3.133 de 10 setembro de 2007).

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR, Autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tem personalidade jurídica de direito publico, revestida de poder de policia, vinculada ao Gabinete do Governador.

Compete à ATR a regulação dos serviços públicos delegados prestados no Estado do Tocantins, de sua competência ou a ele delegados por outros entes da Federação, em decorrência de legislação, convênio ou contrato, que deve ser exercida, em especial nas seguintes áreas: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; terminais aeroportuários, hidroviários e rodoviários; comunicações; saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem, a coleta e a disposição de resíduos sólidos; petróleo, seus derivados, e álcool combustível; mineração; transporte intermunicipal de passageiros; inspeção de segurança de veículos; serviços ou uso de bens públicos e outras atividades que caracterizem a prestação de serviço em regime de delegação.

As atribuições da Agência Tocantinense de Regulação foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Previdência Social e Finalístico – Saneamento, Cidadania e Progresso. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 5.022.125,00**, com execução de **R$ 4.146.736,56**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 202 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 ATR

QUADRO 203 - Programa Finalístico – 039

PROGRAMA - SANEAMENTO, CIDADANIA E PROGRESSO

Objetivo:	Promover a melhoria das condições de saneamento ambiental do Estado, contribuindo p/ a proteção à saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico das áreas urbanas e rural (distritos, vilas e povoados).
Justificativa:	A Agência Estadual de Saneamento deverá buscar recursos necessários ao custeio dos investimentos demandados para construir e montar a estrutura física e para manter, produzir e operar as ações dentro das metas pré-estabelecidas, para garantir o suprimento e a qualidade de água de abastecimento público, a destinação adequada de esgotos domésticos, dos resíduos sólidos e das condições sanitárias domiciliares, com sustentabilidade.
Prazo de Execução:	2004 – 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual da População urbana beneficiada com água potável	unidade	-	01jan2005	95%
Percentual da População urbana beneficiada com esgotamento sanitário.	unidade	-	01jan2004	60%
Percentual da População urbana beneficiada com melhorias sanitárias domiciliares.	unidade	-	01jan2004	80%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	839.040,00	339.784,82	40,50	1	0,40	40,50
4002	Manutenção dos Serviços de Transportes	171.308,00	68.975,07	40,26	4	1,61	40,26
4004	Manutenção dos Recursos Humanos	1.687.310,00	1.568.479,99	92,96	15	4,17	27,85
4003	Ações de Informática	114.152,00	31.794,27	27,85	15	13,94	92,96
4157	Atendimento à População com Sistema de Abastecimento de Água Potável	0,00	0,00	0,00	11	0,00	0,00
4158	Atendimento à População com Sistema de	2.210.315,00	2.137.702,41	96,71	12	11,61	96,71

	Esgotamento Sanitário						
4160	Atendimento à População com Melhorias Sanitárias em Domicílios Residenciais.	0,00	0,00	0,00	11.022	0,00	0,00
TOTAL		**5.022.125,00**	**4.146.736,56**	**82,57**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ATR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.022.125,00	4.146.736,56	82,57	875.388,44

3.2.1.4 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS

Criado pela Lei n.° 858, de 26 de julho de 1996, o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e a prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n° 858/96, são de competência do Instituto Natureza do Tocantins:

1 – a execução da política ambiental do Estado;

2 – o monitoramento e o controle ambiental;

3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;

4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais, celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social, oito finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 19.909.486,00** com execução de **R$ 12.971.860,23,** como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 204 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.458.872,00	667.194,81	45,73	791.677,19
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.061.951,00	437.112,21	41,16	624.838,79
Manutenção de Recursos Humanos	9.550.297,00	9.515.698,32	99,64	34.598,68
Ações de Informática	404.100,00	174.366,40	43,15	229.733,60
TOTAL	**12.475.220,00**	**10.794.371,74**	**86,53**	**1.680.848,26**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 205 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do servidor Público PASEP	28.000,00	15.337,19	54,78	12.662,81
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	36.650,00	36.649,48	100,00	0,52
TOTAL	**64.650,00**	**51.986,67**	**80,41**	**12.663,33**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 206 - Programa Finalístico – 078

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	
Objetivo:	Promover o ordenamento do uso dos recursos hídricos e o equacionamento dos conflitos, com o envolvimento e a participação dos atores sociais no processo de gerenciamento das águas.
Justificativa:	A gestão de recursos hídricos, com base nos princípios e diretrizes definidas na política estadual, pressupõe a minimização dos conflitos de usos, ocasionados pelos interesses concorrentes e o planejamento racional com vistas a garantir a todos o acesso à água em quantidade e qualidade satisfatórios, incentivando ações conservacionistas de uso do solo e da água, além de fomentar os múltiplos usos.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Grau de participação da comunidade nas formações dos comitês de bacias	Grau de participação		31/12/2007	100%
Percentual de redução da degradação qualidade e quantidade das águas	Percentual		31/12/2007	100%
Número de conflitos relacionados aos usos das águas medidas	Número		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4046	Implementação dos comitês de bacias hidrográficas prioritárias	162.000,00	9.630,00	5,94	5	3	60
4048	Execução do sistema de cadastro e outorga de direito de uso de água - SISCAO	352.125,00	17.635,79	5,01	5	4	80
3029	Estruturação do sistema de informações hidrometeorológicas - SIH	172.000,00	2.784,00	1,62	3	1	33
4047	Recuperação de nascentes e mananciais em áreas urbanas	114.000,00	725,00	0,64	5	0,50	10
TOTAL		**800.125,00**	**30.774,79**	**3,85**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 207 - Programa Finalístico – 079

PROGRAMA - ÁREAS PROTEGIDAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	Garantir a manutenção da biodiversidade pela proposição, elaboração e execução de políticas públicas ambientais com vistas a conservação dos ecossistemas no estado do Tocantins.
Justificativa:	Contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Dimensão das unidades de conservação	Unidade		31/12/07	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4049	Gerenciamento das unidades de conservação	1.708.396,00	557.481,66	32,63	4	4	100,00
4410	Fomento ao uso dos recursos naturais susta.	43.000,00	14.224,50	33,08	17	17	100,00

	No entorno das UCS						
TOTAL		**1.751.396,00**	**571.706,16**	**32,64**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 208 - Programa Finalístico – 083

PROGRAMA - TOCANTINS JOGA LIMPO	
Objetivo:	Implementar ações para gestão integrada dos resíduos sólidos, estimulando o planejamento, a ampliação e otimização dos serviços de limpeza urbana, bem como a preservação ambiental.
Justificativa:	A geração indiscriminada, o acondicionamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos nos municípios constituem fontes constantes de poluição ambiental, tendo como conseqüência o prejuízo à qualidade de vida da comunidade local. A implementação de ações que visam orientar a geração, acondicionamento, tratamento e destinação final dos resíduos são fatores primordiais para a reversão do quadro, cada vez maior, de degradação ambiental, proporcionando aos órgãos gestores da limpeza urbana condições favoráveis ao adequado gerenciamento dos resíduos no Estado, diminuindo a poluição ambiental causada pela geração indiscriminada e pela destinação final inadequada dos resíduos, ocasionando danos à qualidade de vida da comunidade, como doenças, uso de água não potável, etc.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentagem dos resíduos sólidos destinados em aterros sanitários	Percentual		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3032	Apoiar a Elaboração, Implantação e Implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	65.780,00	8.104,00	12,32	6	1	16,67
3033	Apoiar a Implantação dos Fóruns Municipais de Lixo e Cidadania	56.270,00	8.769,00	15,58	5	7	140,00
TOTAL		**122.050,00**	**16.873,00**	**13,82**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 209 - Programa Finalístico – 086

PROGRAMA - BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS	
Objetivo:	Promover o conhecimento, o manejo e o uso sustentável dos recursos biológicos com fins de proteção da biodiversidade.
Justificativa:	Os ecossistemas naturais abrigam uma imensa diversidade biológica, prestando serviços essenciais para vida no planeta, a pressão antrópica sobre os recursos naturais vem crescendo em função da necessidade de espaço físico e produção de matéria-prima.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

	Medida			
Variações das diversidades de espécies da biodiversidade	Índice		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3034	Implantação do banco de sementes da Amazônia	130.080,00	7.522,17	5,45	1	0,1	10,00
4053	Apoio aos projetos de manejo de fauna sustentado	135.105,00	35.459,40	26,25	4	2	50,00
4054	Monitoramento da fauna e flora das unidades de conservação	134.600,00	5.232,30	3,89	3	2	67,00
4055	Manutenção do banco e sementes da Amanzônia	31.000,00	2.315,00	7,47	1	0,05	5,00
TOTAL		**430.785,00**	**50.528,87**	**11,73**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 210 - Programa Finalístico – 099

PROGRAMA - ORDENAMENTO DOS RECURSOS FLORESTAIS	
Objetivo:	Promover a gestão dos recursos florestais do Estado de forma sustentável, com a implantação do licenciamento ambiental da propriedade rural –LAPR, oferecendo alternativas de recuperação de áreas degradadas e fomento florestal, visando a valoração dos produtos florestais.
Justificativa:	Com a implantação do novo sistema de licenciamento da propriedade rural com o uso de ferramentas de georeferenciamento e de imagens de satélite, possibilitará um controle mais efetivo das áreas autorizadas para desmatamento, bem como a identificação de áreas especialmente protegidas que foram suprimidas e que deve-se promover a sua recomposição, além da identificação dos desmatamentos irregulares.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nível de demanda atendida.	unidade	27,88	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4057	Manutenção do sistema georeferenciado de gerenciamento de propriedades rurais	161.478,00	82.526,28	51,11	1700	1074	63,00
4058	Manutenção das unidades de viveiros florestais no Estado	110.900,00	6.556,23	5,91	1	1	100,00
3037	Implantação de viveiros florestais	33.500,00	1.098,60	3,28	0	0	0,00
3036	Criar sistema de gerenciamento e controle do consumo de produtos e subprodutos florestais	188.050,00	3.227,50	1,72	1	0,05	5,00

4059	Manutenção do sistema de gerenciamento e controle do consumo de produtos e subprodutos florestais.	80.460,00	4.278,50	5,32	1	1	100,00
TOTAL		**574.388,00**	**97.687,11**	**17,01**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 211 - Programa Finalístico – 100

PROGRAMA - MONITORAMENTO AMBIENTAL	
Objetivo:	Monitorar a qualidade dos recursos naturais do estado do Tocantins, possibilitando a administração eficiente de seus usos múltiplos, garantindo a oferta, a preservação e a conservação dos mesmos.
Justificativa:	As atividades potencialmente poluidoras do estado lançam efluentes e depositam resíduos perigosos sem tratamento conseqüentemente prejudicando o meio ambiente e a saúde pública. Tendo em vista esta situação o monitoramento ambiental visa conhecer a qualidade ambiental e as tendências qualitativas e quantitativas dos recursos naturais do estado subsidiando medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de corpos hídricos classificados	Percentual		31/12/2007	100%
Percentual de empreendimentos com licença de operação funcionando eficientemente	Percentual		31/12/2007	100%
Índice de focos de calor	Índice		31/12/2007	100%
Quantidade de relatórios da qualidade do ar dos centros urbanos	Quantidade		31/12/2007	100%
Percentuais de emergências ambientais atendidas	Percentual		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4061	Monitoramento de corpos d'água em bacias hidrográficas prioritárias	101.080,00	15.073,10	14,91	17	6	35,00
4419	Implementação de automonitoramento de efluentes	74.785,00	3.010,80	4,03	274	6	2,19
TOTAL		**175.865,00**	**18.083,90**	**10,28**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 212 - Programa Finalístico – 101

PROGRAMA - CONTROLE AMBIENTAL	
Objetivo:	Licenciar e fiscalizar os empreendimentos potencialmente poluidores de impactos ambientais, urbanos e rurais.

Justificativa:	Considerando o aumento das atividades modificadoras das condições ambientais no estado do Tocantins, bem como a exploração desordenada dos recursos naturais, faz-se necessário executar de forma contínua e eficiente o controle ambiental dessas atividades.
Prazo de Execução:	2006

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de empreendimentos licenciados	Percentual		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4064	Licenciamento ambiental	369.495,00	89.090,11	24,11	650	761	117,00
4065	Fiscalização ambiental	456.134,00	184.858,70	40,53	5.650	2.944	52,00
TOTAL		**825.629,00**	**273.948,81**	**33,18**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 213 - Programa Finalístico – 170

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	Consolidar a educação ambiental como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental, voltada á sensibilização da coletividade, contemplando ações na área do ensino formal, informal e da comunicação social.
Justificativa:	A questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois é reconhecido que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso dos recursos naturais disponíveis pelo homem, encontrando na educação ambiental um instrumento potencial para a promoção de mudanças de comportamento pessoal e de atitudes coletivas.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Conceitos e metodologias de educ.ambiental difundidos no ensino formal	Número		31/12/2007	100%
Ações estratégicas do programa estadual de educação ambiental implementadas	Número		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4066	Implementar Educação Ambiental Informal no Estado do Tocantins	373.865,00	78.841,88	21,09	153	93	61
TOTAL		**373.865,00**	**78.841,88**	**21,09**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

QUADRO 214 - Programa Gestão de Políticas Públicas – 081

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	Promover a melhoria da qualidade ambiental implementando ações de conservação e preservação do meio ambiente.
Justificativa:	O uso inadequado dos recursos naturais no estado, especificamente quanto à caça e pesca predatórias, desmatamento ilegal, queimadas descontroladas, exploração minerária, uso do solo, entre outros, vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. A implementação do programa reverterá este quadro por definir as estratégias e ações que serão necessárias para orientar o uso dos recursos naturais e promover o fortalecimento dos órgãos gestores da política estadual de meio ambiente, visando o uso sustentável dos recursos naturais, buscando a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de inserção e controle social	índice		31/12/2007	100%
Índice de diminuição da degradação ambiental	índice		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4050	Avaliação Quantitativa e Qualitativa do ICMS Ecológico.	55.000,00	29.122,00	52,95	695	695	100,00
4051	Implementação do Plano Estadual de Prevenção, Controle e Combate à Queimadas e Incêndios Florestais.	342.061,00	101.386,60	29,64	25	25	100,00
4052	Manutenção de Unidades Desconcentradas do Naturatins	1.665.532,00	653.214,80	39,22	27	15	56,00
4322	Implementar ações de comunicação-jornalismo e publicidade	252.920,00	203.333,90	80,39	300	438	146,00
TOTAL		**2.315.513,00**	**987.057,30**	**42,63**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da NATURATINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
19.909.486,00	12.971.860,23	65,15	6.937.625,77

3.2.1.5 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV

Instituído mediante a Lei Estadual n.° 72, de 31 de julho de 1989, que à época era quase que completamente voltado para as atividades assistenciais dos servidores públicos estaduais, com exceção apenas da pensão por morte, enquadrada como benefício previdenciário.

Em cumprimento à nova ordem constitucional trazida com a reforma previdenciária de 1998, o Estado do Tocantins adequou sua legislação.

A Lei 1.246/2001 reorganiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado e reestrutura o IPETINS, dispondo quanto à autonomia e competências da entidade.

Com o advento da Lei Federal nº 9.717, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1998, que deu suporte à Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, iniciou-se a reforma da previdência social no Brasil, a exemplo do que já ocorreu em outros países, principalmente na Europa, buscando uma forma adequada e racional de administrar a previdência social, garantindo aos seus segurados o benefício de aposentadoria e aos seus dependentes o benefício de pensão.

É oportuno ressaltar que o regime de previdência anterior à reforma era aberto, ou seja, previa a participação de determinados segurados, na condição de segurado facultativo, no entanto, em razão da reforma previdenciária imposta pelo governo federal, mantiveram-se filiados aos regimes próprios somente os servidores que ingressaram no serviço público mediante concurso, conforme dispõe a Constituição Federal em seu art. 40, sendo os demais conduzidos ao Regime Geral de Previdência Social - do qual o INSS é gestor.

Tendo em vista o art. 84, da Lei Previdenciária Estadual, os benefícios previdenciários dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, mais conhecidos com os “Cartorários”, são garantidos mediante repasses do Tesouro Estadual ao RPPS, que tem como gestor o IGEPREV, uma vez que os recursos oriundos de contribuições facultativas, cujos contribuintes que recolhiam em dobro se esgotaram em dezembro de 2003. Diante disso, os §§ 1º e 2º do art. 84 da lei supramencionada determina *“in verbis”:* “Os benefícios concedidos aos serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, e aos seus dependentes, serão pagos pelo IPETINS até findarem os recursos financeiros disponíveis para esse fim. Findos os recursos, o Tesouro do Estado assumirá o pagamento dos benefícios até serem extintos.”

Diante disso, cumpre observar que todos os processos relativos a benefícios previdenciários dos segurados facultativos que ficaram vinculados ao RPPS em função de direitos adquiridos são submetidos à análise técnica da Superintendência de Gestão Previdenciária deste Instituto, que após a instrução

adequada, com base na legislação específica, submete-os à apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Gabinete do Presidente.

Após o pronunciamento jurídico favorável da PGE esses processos retornam à referida Coordenadoria que elabora os atos concessivos dos benefícios e adota outras providências complementares, tais como: publicação no Diário Oficial, inclusão ou alteração em folha de pagamento e encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento e registro.

Quanto a execução orçamentária não houve destinação de recursos para esta Unidade Gestora, sendo todas as suas atividades desenvolvidas por meio do Fundo Previdenciário do Tocantins – FUNPREV.

3.2.1.6 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde do Estado do Tocantins, instituída pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2002, sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2003, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2003, aprovou seu estatuto.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins propõe-se a responder aos desafios de assegurar a formação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde em nível técnico e básico, desenvolvendo competências e habilidades, considerando aspectos técnico-operativos e ético-participativos, relacionando a teoria com a dimensão da realidade, estimulando a efetiva qualidade das ações e serviços oferecidos.

Tem por finalidade formar profissionais nos níveis básicos, técnicos e pós-técnico para a área de saúde, de forma a garantir a continuidade, a produtividade e a qualidade dos serviços. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científico-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

As atribuições da Escola Técnica de Saúde do Tocantins são desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico – Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.393.970,00**, com execução de **R$ 1.634.850,76**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 215 - Programa Finalístico – 111

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.
Justificativa:	O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha a suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde, o que traz enormes prejuízos ao combate a endemias, e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde. Com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais, qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da escola técnica do SUS (ETSUS), acarretaria em permanecermos com um serviço de saúde que não tem correspondido às exigências do SUS por falta de profissionais formados.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de profissionais de saúde de nível básico.	Unidade	2.212	31/12/2007	1.800
Número de profissionais de saúde de nível técnico.	Unidade	4.203	31/12/2007	4.615

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Útil.	Prev.	Exec.	% Exec.
4396	Ampliação da frota de veículos da ETSUS	50.000,00	0,00	0,00	1	3	300
3190	Construção da sede da escola ETSUS	2.034.000,00	1.597.601,21	78,54	60	60	100
4394	Realização de cursos técnicos	1.249.970,00	37.249,55	2,98	5	3	60
4395	Capacitação do corpo integrante da ETSUS	60.000,00	0,00	0,00	50	35	70
TOTAL		**3.393.970,00**	**1.634.850,76**	**48,17**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ETSUS

3.2.1.7 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO foi criado pela Lei nº. 308, de 17 de outubro de 1991, como uma entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, no âmbito do Estado o Departamento Estadual de Trânsito é o Órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de

Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R$ 21.616.000,00**, com execução de **R$ 18.327.667,06**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 216 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.947.053,00	2.916.641,63	73,89	1.030.411,37
Manutenção dos Serviços de Transportes	858.000,00	341.767,56	39,83	516.232,44
Manutenção de Recursos Humanos	8.716.722,00	8.460.088,51	97,06	256.633,49
Ações de Informática	6.028.501,00	4.785.402,73	79,38	1.243.098,27
TOTAL	**19.550.276,00**	**16.503.900,43**	**84,42**	**3.046.375,57**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DETRAN

QUADRO 217 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público – PASEP	360.500,00	302.987,50	84,05	57.512,50
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	32.195,00	27.907,88	86,68	4.287,12
TOTAL	**392.695,00**	**330.895,38**	**84,26**	**61.799,62**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DETRAN

QUADRO 218 - Programa Finalístico – 114

PROGRAMA - TOCANTINS: TRANSITAR COM CIDADANIA	
Objetivo:	Acionar um trabalho contínuo em coerência as adversidades do tempo, entendendo que todas as pessoas podem contribuir com trânsito do futuro: justo, humano e cidadão.
Justificativa:	Subsidiar a melhoria do trânsito no Estado do Tocantins, detectando informações precisas nos mais variados seguimento social.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Acidente de Trânsito		5.417	mar/03	4.917
Infrações de Trânsito		4.397	mar/03	3.797

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4100	Introdução da educação para o trânsito nas escolas	15.000,00	735,00	4,9	26	26	100,00
4103	Realização de Campanhas dos trabalhos do DETRAN	626.000,00	613.772,50	98,05	48	29	61,00
4104	Fiscalização de Trânsito	225.000,00	211.603,00	94,05	14	14	100,00
TOTAL		**866.000,00**	**826.110,50**	**95,39**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DETRAN

QUADRO 219 - Programa Finalístico – 112

PROGRAMA - DETRAN: EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO	
Objetivo:	Modernizar os macros processos de gestão, integrar a sociedade no contexto de política de trânsito, para o devido cumprimento das leis.
Justificativa:	Atender à superação das expectativas, entendendo que a qualidade dos serviços do órgão depende da satisfação dos usuários.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Satisfação dos usuários	%	30	Junho/2003	90
Rapidez e Eficiência aos Usuários	Pessoa/ Min	2,5	Setembro/2003	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3046	Implantação de Postos de Trânsito Avançados	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
3051	Construção de Sede das CIRETRANS	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
3052	Reforma nas Ciretrans e postos de trânsito	23.000,00	12.944,65	56,28	3	0	0,00
3053	Construção da Sede do Detran em PALMAS	0,00	0,00	0,00	458,26	0	0,00
3056	Informatização das CIRETRANS e Posto de Trânsito	0,00	0,00	0,00	3	0	0,00
3057	Aparelhamento das Estações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	150	0	0,00
3058	Implantação da biblioteca especializada	0,00	0,00	0,00	10	0	0,00
4096	Estagio Supervisionado	210.000,00	146.813,85	69,91	4	1	25,00

	para prestação de Serviço						
4098	Capacitadores dos Servidores do DETRAN	20.000,00	12.331,00	61,66	60	15	25,00
4099	Desenvolvimento de Pós – Graduação na área de trânsito	15.000,00	13.500,00	90,00	1	1	100,00
4097	Microfilmagem de documentação de veículos e CNH	539.000,00	481.171,25	89,27	4.624.000 *	6.049.000	130,82
TOTAL		**807.000,00**	**666.760,75**	**82,62**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DETRAN

* O valor da meta física prevista diverge do inscrito incorretamente no PPA (20.000), em decorrência de erro de digitação.

QUADRO 220 – Reserva de Contigência – 9999

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Objetivo:	Reserva de contingência
Prazo de Execução:	2007

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**		
		RECURSOS (R$)					
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
9999	Reserva de Contingência	29,00	0,00	0	-	-	-
TOTAL		**29,00**	**0,00**	**0**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DETRAN

A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 4.000.000,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
21.616.000,00	18.327.667,06	84,79	3.288.332,94

3.2.1.8 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO foi criada pela Lei 1.027, de 10 de dezembro de 1998.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei 1.082, de 1º de julho de 1999, regulamentadas pelo Decreto Estadual 860, de 11 de Novembro de 1999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual 1.634, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins.

Tem como missão planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover à vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO é o controle Zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor Agropecuário.”

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores público e privado para a execução de serviços de defesa agropecuária, nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e cientificas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária;

As atribuições da Agência de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, de Previdência Social e dois finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 23.965.153,00**, com execução de **R$ 21.808.016,41**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 221 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	844.135,00	620.321,38	73,49	223.813,62
Manutenção dos Serviços de Transportes	203.000,00	185.483,29	91,37	17.516,71
Manutenção de Recursos Humanos	18.588.847,00	18.584.097,07	99,97	4.749,93
Ações de Informática	170.866,00	136.700,77	80,00	34.165,23
TOTAL	**19.806.848,00**	**19.526.602,51**	**98,59**	**280.245,49**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADAPEC

QUADRO 222 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	25.605,00	25.605,00	100,00	0,00
TOTAL	**25.605,00**	**25.605,00**	**100,00**	**0,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADAPEC

QUADRO 223 - Programa Finalístico – 060

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	Coordenar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constituem o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constitui em pré-requisito ao acesso à mercados competitivos, e exigentes além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produto de Origem Animal	Toneladas	920.079,12	dezembro/07	2.243.312.54
Animais inspecionados	Animais	107.517.990		75.463.553

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4186	Inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal	25.295,00	24.175,60	95,57	19.081	24.314	127,42
4193	Controle de trânsito de produtos de origem animal	1.922,00	1.922,00	100,00	800.000	892.375	111,55
3094	Informatização das unidades de serviços	532.739,00	360.385,67	67,65	72	72	100,00
3095	Reestruturação das unidades de serviços	5.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
3096	Renovação da frota	150.000,00	0,00	0,00	5	0	0,00
3097	Construção, amplicação e reforma de predios e modulos	0,00	0,00	0,00	7	0	0,00
4187	Sanidade de ovinos e caprinos	29.661,00	2.077,00	7,00	99.128	108.913	109,87
4188	Sanidade dos animais aquáticos	7.235,00	562,50	7,77	2.488	3.390,12	136,00
4189	Sanidade dos eqüideos	23.325,00	12.708,18	54,48	179.117	162.805	90,89
4190	Sanidade de suideos	1.983,00	868,50	43,80	189.227	187.494	99,08
4191	Controle e erradicação da brucelose e tuberculose	60.392,00	41.524,99	68,76	8.425.122	7.837.428	93,02
4192	Erradicação da febre aftosa	1.234.040,00	898.178,60	72,78	8.433.151	7.378.316	87,49
4194	Controle da raiva dos herbivoros e outras encefalopatias	225.448,00	50.550,69	22,42	10.053.616	7.637.409	75,97
4195	Sanidade das aves	303.142,00	17.631,81	5,82	1.952.372	30.446.630	1.559,47
4196	Capacitação técnica na área animal e vegetal	414.008,00	288.520,25	69,69	15	125	833,33
4198	Realização de eventos em sanidade animal e vegetal	62.002,00	46.967,15	75,75	10	21	210,00
4200	Estágio supervisionado para prestação de serviços	46.900,00	35.173,86	75,00	7	7	100,00
4414	Realização de campanhas de controle e prevenção de enfermidades	326.460,00	325.568,23	99,73	4	4	100,00
TOTAL		**3.449.552,00**	**325.568,23**	**61,08**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADAPEC

QUADRO 224 - Programa Finalístico – 061

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitárias, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspecionar a comercialização de sementes e mudas, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações. Inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente de produtos cadastrados na ADAPEC.

Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no estado, são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os segmentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir os padrões mínimos na produção destes insumos. Esta produção é repassada aos Estados por forma de convênios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição poderá ser repassada a ADAPEC. O comércio de agrotóxicos também é regido por legislações federais é repassada aos Estados através de convênios, e esta delegada a ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse econômico inspecionadas	Área Inspecionada	185.593	Dezembro de 2007	32.153
Inspeções Fitossanitárias Realizadas	Fiscalizações Realizadas	9.540	Dezembro de 2007	3.252

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4204	Profilaxia e controle de pragas das fruteiras	156.229,00	52.358,93	3,51	800	5.593	699,12
4205	Profilaxia e controle de pragas das outras culturas	233.345,00	38.103,14	16,32	3.000	180.000	6.000
4206	Documentos fitossanitários	45.620,00	13.745,75	30,13	1.200	1.770	147,50
4207	Fiscalização do trânsito de vegetais	69.512,00	10.023,00	14,41	4.000	9.540	238,50
4203	Cadastramento e Inspeção do Comércio de Agrotóxicos	63.016,00	28.475,05	45,18	13.900	26.966	194
4201	Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudas	82.886,00	6.288,00	7,58	13.900	18.246,9	131,27
608 *	Fiscalização da Produção de Sementes e Mudas	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
4414	Realização de Campanhas de Controle e Prevenção de Pragas	32.540,00	0,00	0,00	2	2	100,00
TOTAL		**683.148,00**	**148.993,87**	**21,81**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADAPEC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
23.965.153,00	21.808.016,41	91,00	2.157.136,59

3.2.1.9 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, autarquia pública Estadual foi criada através da Lei nº. 020, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS tem como missão promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e de suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Para essa entidade foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
- apoiar e orientar as famílias rurais e suas organizações na seleção e uso de tecnologias e produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- buscar a segurança e soberania alimentar, com ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola, em qualidade e quantidade suficientes;
- fomentar a geração e manutenção de emprego e renda de forma desconcentrada no meio rural, com ações que visem o aumento da produção e da produtividade, incluindo atividades não agrícolas.

Estratégias para se atingir esses objetivos foram adotadas, tais como:

- implementar processos contínuos de capacitação, agindo interativamente nas áreas culturais, sociais, ambientais e econômicas;
- desenvolver ações de recuperação, conservação e manejo de agrossistemas;
- assessorar e orientar as famílias rurais na busca de alternativas para o melhor aproveitamento dos fatores de produção dos recursos internos;
- interagir, junto às famílias rurais com ações que visem o fortalecimento da cooperação e de suas organizações associativas e representativas;
- fortalecer os relacionamentos de parceiros institucionais;
- participar na elaboração dos Planos Municipais, Estaduais e Nacionais, bem como das Políticas Públicas que promovam o desenvolvimento do meio rural;
- participar das atividades e eventos que promovam os serviços e a imagem institucional;
- desenvolver ações de capacitação, atualização técnica e gerencial do quadro funcional.

Desta forma, os programas e ações do RURALTINS, no exercício de 2005, visaram a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, através de metodologias participativas e buscou-se a organização social das comunidades rurais, potencializou atividades produtivas agropecuárias voltadas à oferta de alimentos sadios e de matérias-primas, apoiou estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais. Igualmente estimulou a agroindustrialização e o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares fundamentais que sustentou suas ações destacou-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, culturais e ambientais do Estado, enfatizando que a busca da inclusão social da população rural tocantinense mais pobre foi o elemento central dos serviços prestados pelo RURALTINS.

As atribuições do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e quatro finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 35.022.637,00**, com execução de **R$ 22.117.063,12**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 225 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.748.234,00	1.123.473,00	64,00	624.761,00
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.730.431,00	1.142.436,10	66,02	587.994,90
Manutenção de Recursos Humanos	13.007.164,00	13.005.754,68	99,99	1.409,32
Ações de Informática	1.326.116,00	551.871,55	41,62	774.244,45
TOTAL	**17.811.945,00**	**15.823.535,33**	**88.84**	**1.988.409,67**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

QUADRO 226 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	272.833,00	272.832,52	99,99	0,48
Contribuição para o programa Formação do Patrim. Do servidor Público - PASEB	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL	**282.833,00**	**272.832,52**	**96,46**	**10.000,48**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

QUADRO 227 - Programa Finalístico – 040

PROGRAMA - FOMENTO À PRODUÇÃO VEGETAL	
Objetivo:	Fomentar a produção agrícola do Estado, objetivando o fortalecimento da economia da comunidades rurais contribuindo para geração de emprego e renda.
Justificativa:	A agricultura tocantinense, apresenta um tímido desenvolvimento, aquém das suas potencialidades, em decorrência da falta de informações técnicas e científicas dos produtores rurais e a utilização de práticas ultrapassadas na exploração da terra, impedindo a mecanização e emprego de novas tecnologias. Os pequenos produtores rurais por conseqüência da indevida utilização da terra, não atinge a diversificação da produção e padrão aceitável de qualidade dos seus produtos dificultando o acesso aos canais de comercialização, contribuindo para a continuidade da má qualidade de vida e dificuldade da permanência no meio rural. A inexistência de um programa que garanta a estruturação de ações planejadas e concreta, visando subsidiar o setor, certamente agravará ainda mais os problemas nos meios rurais, impossibilitando o crescimento ordenado tanto da produção como da produtividade na agricultura embasados nos pressupostos de que além da vocação para a produção agrícola, comprovada pela vasta extensão territorial e diversidade ecossistêmica, a população ainda mantém tradições culturais voltadas ao campo desde a criação do Estado, outro aspecto considerável é o interesse despertado em investidores, principalmente no setor agrícola, trazendo novas tecnologias e culturas, implicando diretamente na mudança do cenário atual.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3098	Implantação de Hortas – Projeto Quintal Verde	182.971,00	156.770,75	85,68	21.600	8.353	38,67
TOTAL		**182.971,00**	**156.770,75**	**85,68**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

QUADRO 228 - Programa Finalístico – 115

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: Organizar, Produzir e Agregar	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, visando a inclusão social e a fixação das famílias no meio rural.
Justificativa:	No setor produtivo, em especial no seguimento da agricultura familiar, o cenário construído através das audiências públicas realizadas nas várias regiões do Estado, aponta para a crônica insuficiência e ineficiência da assistência técnica. Basicamente, a partir deste problema central, decorrem as más condições de vida dos agricultores familiares, a desorganização social da agricultura familiar, a baixa produtividade a pouca diversificação das atividades agropecuárias, a insuficiência de mão-de-obra qualificada, a capacidade ociosa das agroindústrias existentes, a dificuldade de acesso aos canais de comercialização e ao acesso ao crédito rural. Estes problemas estão sendo solucionados através da disponibilização de assistência técnica suficiente e eficiente, promovendo a verticalização da produção, agregando valor aos produtos agropecuários e incentivando a comercialização, concluindo assim as fases da cadeia produtiva aos agricultores familiares e as organizações sociais. Tal visão impulsionará este importante setor, com a conseqüente diminuição do desemprego, o aumento da renda familiar e diminuindo o êxodo rural.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Adoção de inovação tecnológica	Porcentagem	80		80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4208	Assistência Técnica ao agricultor familiar	3.246.399,00	1.328.979,99	40,94	25.146	24.390	96,99
4211	Inclusão da mulher rural no processo produtivo	104.810,00	4.777,83	4,56	3.940	3.436	87,27
4212	Inclusão do jovem rural no processo produtivo	97.622,00	2.329,08	2,39	2.150	1.344	62,51
4213	Profissionalização do Agricultor familiar	685.983,00	227.265,62	33,13	2.230	7.983	357,98
4210	Organização das comunidades rurais: cooperativismo e associativismo	126.155,00	13.244,07	10,50	567	541	95,41

4214	Capacitação de Técnicos	812.995,00	171.071,00	21,04	984	351	35,67
3099	Fortalecimento do sistema de suporte técnico p/ agricultura familiar – FORTER	28.697,00	26.005,98	90,62	8	4	50,00
3101	Exposições Agropecuária e Feiras Agrotecnológicas	143.512,00	143.509,61	100	21	36	171,43
4217	Monitoramento e Avaliação das Ações de Assist. Técnica e Extensão Rural	182.336,00	82.335,51	45,16	70	109	155,71
4391	Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar	6.417.052,00	3.228.129,31	50,31	2.619	1.267	48,38
4216	Assist. Técnica aos Pólos de Fruticultura Irrigada	150.000,00	0,00	0,00	4	0,00	0,00
TOTAL		**11.995.561,00**	**5.227.649,35**	**43,58**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

QUADRO 229 - Programa Finalístico – 116

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	
Objetivo:	Melhorar a qualidade no atendimento ao usuário e adequar os meios e métodos as novas técnicas a serem utilizadas
Justificativa:	Adquirir equipamentos, capacitar técnicos e melhorar as condições nas instalações, proporcionando mais qualidade no desempenho dos trabalhos deste instituto.
Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
	porcentagem			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4218	Aparelhar / reaparelhar os escritórios do Ruraltins	4.324.505,00	568.602,54	13,15	108	0,00	0,00
4220	Construção de unidades didáticas (agroindustriais) do Ruraltins	0,00	0,00	0,00	13	0,00	0,00
TOTAL		**4.324.505,00**	**568.602,54**	**13,15**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

QUADRO 230 - Programa Finalístico – 118

PROGRAMA - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, preservando e recompondo a biodiversidade natural.
Justificativa:	Com relação ao meio ambiente e recursos hídricos foram detectados os seguintes problemas: desmatamento da mata ciliar, desmatamento irregular e desordenado, falta de licenciamento ambiental nas propriedades rurais, queimadas ilegais indiscriminadas e

	desordenadas, poluição por agrotóxico e assoreamento dos rios. A não implementação de um programa de caráter basicamente educativo quanto às questões ambientais, leva inevitavelmente à falência outros programas de caráter produtivo pelo esgotamento de fatores de produção, principalmente água e solo. Além de uma crescente conscientização das comunidades rurais quanto à necessidade de preservação dos recursos naturais, a existência de políticas ambientais, tanto a nível federal quanto estadual e de apoio de organismos internacionais favorecem a implantação do programa.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Adoção de inovação tecnológica	Porcentagem	80		80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4221	Assistência Técnica aos Agricultores Familiares para questões ambientais	191.372,00	34.559,88	18,06	25.270	22.550	89,24
4222	Elaboração de índice de conservação do solo p/ avaliação quantitativa e qualitativa do ICMS ecológico	32.362,00	32.361,50	100,00	5.195	5.300	102,02
4223	Elaboração de projetos ambientais p/ regularização de atividades modificadores do meio ambiente para agricultura familiar	201.088,00	751,25	0,37	6.075	89	1,47
TOTAL		**424.822,00**	**67.672,63**	**15,93**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do RURALTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
35.022.637,00	22.117.063,12	63,15	12.905.573,88

3.2.1.10 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS criado pela Lei n° 87, de 27 de outubro de 1989, e estruturado pelo Decreto n° 119, de 18 de agosto de 1995, é entidade autárquica estadual dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem como objetivos os seguintes:

I. participar ativamente na formação da política de desenvolvimento agrário do Governo, visando a modernização e o progresso da agricultura;

II. promover o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se preste à exploração extrativa, pecuária ou agrícola e não esteja sendo utilizadas para outros fins de interesse público;

III. elaborar e implantar projetos de assentamento de terras públicas;

IV. estabelecer com o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e o Ministério Extraordinário de Política Fazendária uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;

V. administrar os recursos do fundo agrário estadual;

VI. promover discriminatórias administrativas ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao seu patrimônio;

VII. promover medição, demarcação e levantamento sócio-econômico, visando à regularização fundiária;

VIII. solucionar litígios agrários em sua área de atuação;

IX. estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;

X. estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;

XI. elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;

XII. realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra;

XIII. colaborar com outras entidades na conservação dos recursos naturais e meio ambiente;

XIV. elaborar estatísticas agrárias;

XV. remover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;

XVI. arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;

XVII. assistir os projetos de assentamento no campo educacional, sanitário, de moradia, energia, assistência técnica, posto telefônico, estradas, posto de saúde, para garantia de melhores níveis de vida aos beneficiários;

XVIII. estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento;

XIX. resgatar, guardar e conservar documentos referentes ao patrimônio imobiliário do Estado, tais como os livros de registros paroquiais, de sesmarias e outros afins;

XX. criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

As atribuições do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas **-** Apoio Administrativo, Previdência Social, Regularização de Terras Públicas e Modernização Administrativa do Itertins. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 8.355.531,00**, com execução de **R$ 4.570.945,96**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 231 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	486.402,00	275.499,19	56,64	210.902,81
Manutenção dos Serviços de Transportes	178.000,00	152.126,03	85,46	25.873,97
Manutenção de Recursos Humanos	2.010.630,00	2.009.076,28	99,92	352,02
Ações de Informática	63.266,00	43.296,80	68,44	19.969,20
TOTAL	**2.738.298,00**	**2.479.998,30**	**90,52**	**257.098,00**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Itertins

QUADRO 232 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público – PASEP	6.000,00	3.220,66	53,68	2.779,34
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	29.385,00	29.385,00	100,00	0,00
TOTAL	**35.385,00**	**32.605,66**	**92,14**	**2.779,34**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Itertins

QUADRO 233 - Programa Finalístico – 119

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	
Objetivo:	Aumentar o número de imóveis regularizados, permitindo assim, ao pequeno e médio produtor rural maior acesso às linhas de crédito. Bem como, objetiva atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais.
Justificativa:	O Estado do Tocantins tem um grande número de propriedades rurais necessitando de regularização fundiária, para que o produtor rural consiga acessar o crédito das instituições financeiras e os programas voltados para a produção agrícola. Bem como o acesso ao licenciamento ambiental. Desta forma a regularização fundiária esta diretamente relacionada com o aumento da produção agropecuária do Estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Imóveis Regularizados	Porcentagem	15%	Dez/2003	40%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4227	Realização da vistoria ocupacional de imóveis rurais	88.872,00	33.840,62	38,08	1.480	2.106	142,29
4228	Realização de demarcação de terras publica	764.080,00	497.673,08	65,13	2.068,00	736,00	38,59
4229	Desapropriação de imóveis	2.071.920,00	18.400,00	0,89	45.005,0000	0	0,00
4230	Desapropriação de imóveis para reordenamento fundiário	997.000,00	996.914,41	99,99	11.666,0000	23.515,4430	201,57
4226	Arrecadação de Imóveis rurais	17.000,00	0,00	0,00	293.245,0000	72.468,5260	24,71
	Realização de Operações Especiais	0,00	0,00	0,00	13	00	0,00
4231	Realização de Diagnostico Fundiário	158.000,00	50.238,39	31,80	240.000,0000	285.566,8360	118,98

3105	Realização do cadastro rural do Estado	75.594,00	57.844,48	76,51	100	0	0,00
TOTAL		**4.172.466,00**	**1.654.910,98**	**39,66**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Itertins

QUADRO 234 - Programa Finalístico – 120

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS	
Objetivo:	Promover melhores condições de trabalho para alcançar um atendimento de qualidade aos produtores rurais.
Justificativa:	Proporcionar um espaço físico adequado para o bom desenvolvimento das ações pertinentes. Sendo que a questão fundiária é o início do processo de produção do Estado, e no momento as instalações existentes não possibilitam o desenvolvimento das atividades afins. Lembrando também que o Itertins passou por uma reestruturação interna e o espaço físico atual é insuficiente para a adequação da nova estrutura proposta.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº de pessoas atendidas com satisfação	Unidade	4.607	Julho/2004	5.989

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3108	Aparelhamento do Setor de Topografia e Cartografia	439.000,00	107.798,40	26,30	40	25	62,50
3109	Ampliação da Frota de Veículos	333.500,00	183.500,00	55,02	4	2	50
3107	Aparelhamento do Prédio do Itertins	485.382,00	5.643,57	1,16	80	7,14	8,92
3110	Informatização da Rede do Itertins	151.500,00	95.571,40	63,08	40	28	70,00
TOTAL		**1.409.382,00**	**392.513,37**	**27,85**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Itertins

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
8.355.531,00	4.570.945,96	54,71	3.784.585,04

3.2.1.11 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS, criada pela Medida Provisória nº 07, de 1º de janeiro de 1989, entidade da Administração

Indireta, sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território estadual é vinculada ao Governo do Estado do Tocantins através da Secretaria de Industria Comércio e Turismo e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.

O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal nº 8.934/94 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas mercantis. Os documentos arquivados devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão a cerca dos propósitos da entidade em questão torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu público-alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Justifica-se pela necessidade de se realizar e manter o registro público das empresas mercantis e atividades afins em todo o território tocantinense, subordinado às normas gerais prescritas na legislação vigente, com o propósito de disponibilizar a qualquer interessado as informações sobre regularidade das empresas, capital social, sócios, acionistas, titulares, administradores e demais informações relacionadas às empresas mercantis visando proporcionar segurança as relações sociais que envolvam as referidas pessoas jurídicas.

Seu público-alvo são empresários, contadores e sociedade em geral que tenham interesse nas informações sobre registro público de empresas mercantis no Estado e atividades afins.

Adota como estratégias de implementação a administração dos serviços de registros mercantis, o cadastro das empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no estado e a manutenção atualizada das informações pertinentes.

A Junta Comercial possui somente um programa finalístico onde foram apropriadas as ações do programa Apoio Administrativo. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 2.988.252,00,** sendo executado **R$ 2.323.099,27,** conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 235 - Programa Finalístico – 127

PROGRAMA - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	
Objetivo:	Obter controle dos registros públicos de empresas mercantis no Estado.
Justificativa:	Realizar e disponibilizar registro público das empresas mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na legislação vigente, exercido em todo território estadual.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Empresas cadastradas	Unidade		31/12/2006	

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e Manutenção dos serviços administrativos gerais	555.000,00	357.124,78	64,35	100	100	100,00
4002	Coordenação e Manutenção dos serviços de transporte	125.000,00	98.614,49	78,89	11	11	100,00
4004	Manutenção de recursos humanos	1.764.240,00	1.734.182,03	98,30	70	70	100,00
4235	Manutenção dos serviços de informática	219.012,00	62.497,18	28,53	30	30	100,00
3112	Construção da sede da JUCETINS	5.000,00	0,00	0,00	30	0	0,00
3112	Interligação da rede de computadores	15.000,00	0,00	0,00	12	0	0,00
3113	Veiculação de informação	10.000,00	0,00	0,00	1.500	0	0,00
3114	Implantação do programa de qualidade	20.000,00	4.977,95	24,89	60	60	100,00
3115	Atualização do cadastro estadual de empresas	5.000,00	0,00	0,00	15.000	0	0,00
3117	Ampliação da frota de veículos	10.000,00	0,00	0,00	3	0	0,00
3116	Informatização das unidades da JUCETINS	25.000,00	0,00	0,00	12	0	0,00
4234	Registro de empresas	235.000,00	65.702,84	27,96	6.000	6.000	100,00
TOTAL		**2.988.252,00**	**2.323.099,27**	**77,74**	-	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da JUCETINS

3.2.1.12 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins – IPEM é uma Autarquia criada pela Lei estadual nº 998, de 14 de julho de 1998, vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio. Órgão delegado pelo INMETRO para atuar

nas áreas da Metrologia Legal e Qualidade, cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses do consumidor e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

As atribuições do Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa - Controle e Qualidade. Para esse programa foram autorizados recursos no valor de **R$ 2.433.894,00**, com execução de **R$ 2.051.913,91**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 236 - Programa Finalístico – 129

PROGRAMA - CONTROLE E QUALIDADE	
Objetivo:	Licenciar, aferir e fiscalizar os instrumentos metrológicos e assegurar a qualidade dos bens produzidos e/ou comercializados no Estado.
Justificativa:	As constantes reclamações dos consumidores em relação aos pesos medidas e qualidade dos produtos ofertados no Estado.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de Instrumentos Fiscalizados	Unidade	94,00	dez/06	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coord. e Manutenção dos Serviços Adm. Gerais	973.190,00	737.477,44	75,78	40,00	40,00	100,00
4002	Coord. Manut Serv.de Transporte	225.000,00	191.652,42	85,18	15,00	15,00	100,00
4003	Manutenção dos Servidos de Informatica	840.054,00	837.968,24	99,75	42,00	30,00	71,43
4004	Manutenção de Recursos Humanos	145.266,00	116.647,81	80,30	20,00	20,00	100,00
3123	Construção do Edíficio Sede do Ipem	650,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
3124	Aparelhamento das Instalações da Sede do IPEM	9.734,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
4238	Fiscalização da qualidade e cont. Metrológico	240.000,00	168.168,00	70,07	13.882	13.374	96,34
TOTAL		**2.433.894,00**	**2.051.913,91**	**84,31**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do IPEM

3.2.1.13 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei n.º 1.630, de 5 de dezembro de 2005, e está vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio, passando a funcionar a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Tem como finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional.

Para atingir sua finalidade, a ADTUR tem como missão *tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável.* E tem como visão, para os próximos cinco anos, ser o órgão norteador da atividade turística do Estado, reconhecido como referência em gestão pública.

Municípios com potencial turístico, organizações públicas e privadas do setor turístico e trabalhadores do turismo são o nosso público-alvo, que procuram a solução de problemas causados pelo baixo índice de aproveitamento do potencial turístico do Estado.

As atribuições da Agência de Desenvolvimento Turístico foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e no Programa Turismo e Desenvolvimento. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 8.278.838,00** e executados **R$ 4.748.863,97**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 237 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	359.133,00	293.498,71	81,72	65.634,29
Manutenção dos Serviços de Transportes	121.000,00	105.953,62	87,56	15.046,38
Manutenção de Recursos Humanos	2.729.445,00	2.550.071,40	93,43	179.373,60
Ações de Informática	235.900,00	204.321,47	86,61	31.578,53
TOTAL	**3.445.478,00**	**3.153.845,20**	**91,53**	**291.632,20**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADTUR

QUADRO 238 - Programa Finalístico – 126

PROGRAMA - TURISMO E DESENVOLVIMENTO	
Objetivo:	Desenvolver qualitativa e quantitativamente as atividades econômicas no setor Turístico
Justificativa:	O Turismo é hoje a maior industria do mundo, produzindo significativos impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais, segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT. Com grande potencial de gerar e manter empregos, rendas e divisas, o turismo pode proporcionar oportunidades de inclusão, de valorização das culturas regionais e de preservação ambiental. O Governo do Tocantins, através da ADTUR, está utilizando estratégias impulsionar e ampliar a oferta turística do Tocantins, qualitativamente, melhorando a qualidade dos produtos existentes implementando uma infra-estrutura básica necessária, desenvolvendo uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, inclusão social, entre outros benefícios para o cidadão. As ações propostas e revistas no PPA, visam, portanto, gerar novas demandas, fortalecer o turismo no Estado, qualificando a mão-de-obra, melhorando os equipamentos turísticos, qualificando nosso produto para o mercado nacional e internacional.
Prazo de Execução:	Ação Continuada

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de crescimento na execução	percentual			100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3183	Implantação de Infra Estrutura Pública para o Turismo	596.000,00	0,00	0,00	4	0	0,00
3184	Implantação de Sinalização Turística	1.098.115,00	0,00	0,00	357	0	0,00
3185	Implantação de Centros de Atendimento ao Turista	187.135,00	141.571,86	75,65	3	2	66,67
4380	Implementação de Estudos, Planos e Projetos Turísticos	215.484,00	37.074,05	17,21	4	2	50,00
4381	Assistencia Técnica Ambiental nos Polos Ecoturisticos	100.200,00	0,00	0,00	3	0	0,00
4382	Formatação de Roteiros Turísticos Municipais	423.516,00	119.429,25	28,20	3	8	266,67
4383	Atualização dos Inventários Turísticos Municipais	134.900,00	0,00	0,00	11	0	0,00
4384	Implementação do Sistema de Informações Estatisticas	88.900,00	32.343,54	36,38	7	1	14,29
4385	Edição de Material Promocional para Divulgação Turística	291.800,00	179.676,40	61,58	1750	16980	970,29
4386	Divulgação dos Produtos Turísticos Municipais em Feiras e Eventos	1.206.210,00	1.000.327,97	82,93	45	47	104,44
4387	Cadastramento Fiscalização e Classificação de Empresas	93.300,00	11.768,50	12,61	40	57	142,50

4388	Qualificação Profissional para o Turismo	271.400,00	18.887,50	6,96	9	9	100,00
4389	Realização de Oficinas e Seminários	126.400,00	53.939,70	42,67	9	10	111,11
TOTAL		**4.833.360,00**	**1.595.018,77**	**33,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da ADTUR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
8.278.838,00	4.748.863,97	57,36	3.529.974,03

3.2.1.14 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;
- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

As atribuições do Departamento de Estradas de Rodagem foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Apoio Administrativo, Previdência Social e cinco Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 633.071.286,00**, utilizando desse montante **R$ 501.670.161,25,** como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 240 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.				
AÇÕES	**AUTORIZADO**	**EXECUTADO**	**%**	**SALDO**
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.964.936,00	3.757.515,08	75,68	1.207.420,92

Manutenção dos Serviços de Transportes	22.931.135,00	22.238.120,43	96,98	693.014,57
Manutenção de Recursos Humanos	23.711.319,00	23.615.739,71	99,60	95.579,29
Ações de Informática	355.600,00	249.727,02	70,23	105.872,98
TOTAL	**51.962.990,00**	**49.861.102,24**	**95,96**	**2.101.887,76**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

QUADRO 241 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	448.361,00	447.989,27	99,92	371,73
TOTAL	**448.361,00**	**447.989,27**	**99,92**	**371,73**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

QUADRO 242 - Programa Finalístico – 137

PROGRAMA -	
Objetivo:	Dar continuidade aos trabalhos de pavimentação da malha viária do estado, para melhorar o escoamento da produção das principais regiões até os centros consumidores; promover segurança e melhor trafegabilidade para o usuário; oferecer infra-estrutura viária para atrair mais investimentos para o estado; promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.
Justificativa:	Verificou-se a necessidade de manter o programa "pavimentar para melhorar" baseado nos 16 encontros regionais do PPA, onde foram levantados problemas como: a deficiência na pavimentação urbana, as dificuldades no escoamento da produção e locomoção.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Rodovias Pavimentadas	%	44,11	Dez/07	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3136	Pavimentação de vias urbanas	28.593.800,00	4.991.073,46	17,46	400.000	118.000	29,50
3137	Realização de estudos rodoviários	6.835.308,00	6.553.978,82	95,88	475,00	797,42	167,88
3138	Pavimentação de rodovias	278.730.581,00	248.318.244,35	89,09	242,00	180,39	74,54
4240	Execução de medidas ambientais compensatórias	6.661.474,00	4.540.228,18	68,16	23,00	7,00	30,43

3139	Construção de obras de arte especiais	133.194.239,00	121.145.250,29	90,95	3.104,00	2.833,81	91,30
TOTAL		**454.015.402,00**	**385.548.775,10**	**84,92**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

QUADRO 243 - Programa Finalístico – 138

PROGRAMA -	
Objetivo:	Manter a malha viária do estado eficiente, oferecendo proteção e segurança aos usuários, permitindo a trafegabilidade e facilitando o escoamento da produção com custos menores.
Justificativa:	Necessidade de manter a malha viária estadual em boas condições de trafegabilidade, uma vez que são elevados os investimentos para pavimentação de rodovias, além da contribuição do estado aos municípios que não tem condições de manter a malha viária coletora.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Rodovias Conservadas	%	55,89	Dez/07	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4241	Conservação das rodovias	40.815.530,00	39.303.053,01	96,29	563,00	514,60	91,40
3140	Restauração das rodovias existentes	1.103.271,00	1.099.618,63	99,67	10,00	(*)	-
TOTAL		**41.918.801,00**	**40.402.671,64**	**96,38**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

(*) O valor executado referente-se a pagamento de exercícios anteriores, sendo que em 2007 não foi realizado nenhum serviço nesta ação.

QUADRO 244 - Programa Finalístico – 139

PROGRAMA -	
Objetivo:	Promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios, oferecendo melhores condições de vida para a população.
Justificativa:	O Programa Especial de Desenvolvimento foi criado no intuito de distribuir o repasse do Governo Federal ao estado do Tocantins, devido a sua criação. Este orçamento foi destinado para aplicação na área de infra-estrutura.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Rodovias Pavimentadas	Km	44,11	Dez/07	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.

3141	Pavimentação de rodovias - ped	23.284.687,00	8.243.245,72	35,40	25,00	25,00	100,00
TOTAL		**23.284.687,00**	**8.243.245,72**	**35,40**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

QUADRO 245 - Programa Finalístico – 140

PROGRAMA -	
Objetivo:	Implantação e manutenção da polícia rodoviária estadual.
Justificativa:	A polícia rodoviária estadual foi criada juntamente com o estado, faz-se portanto necessária sua implantação para assegurar a durabilidade das rodovias com controle de peso e dimensões dos veículos, a segurança dos usuários e coibir o tráfego de veículos irregulares.
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de Postos Implantados	Unidade	0,00	dez-06	25,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4242	Implantação da polícia rodoviária estadual	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00
4243	Manutenção da polícia rodoviária estadual	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

QUADRO 246 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 088

PROGRAMA -	
Objetivo:	Contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais, ao mesmo tempo em que assegura o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de ecossistemas frágeis, sempre contando com a participação da sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.
Justificativa:	Formulado em 1999 como uma continuidade do projeto de reestruturação e gerenciamento de conservação da malha rodoviária do estado (3714-BR). A partir de 2002 o projeto evoluiu-se para uma maior abrangência em termos de áreas de atuação, visto que a integração de ações de planejamento, meio ambiente e infra-estrutura com participação social são interdependentes na bisca do desenvolvimento sustentável. Aborda a questão do território e prioritariamente, quatro regiões do estado: sudeste (Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade e Paranã), norte (Bico do Papagaio), nordeste (Goiatins e Pedro Afonso) e leste (Jalapão).
Prazo de Execução:	2004 à 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Impacto na melhoria gerencial na aplicação de recursos por km conservado	%	100	Dez/06	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3129	Reforço institucional do Dertins	4.074.721,00	1.359.030,00	33,35	1,00	1,00	100,00
3188	Aparelhamento da Diretoria Técnica - DITEC	481.250,00	216.000,00	44,88	3,00	3,00	100,00
3125	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região sudeste	20.361.663,00	7.844.731,24	38,53	1.245,00	498,00	40,00
3130	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região do bico	22.417.897,00	5.542.277,24	24,72	1.384,00	346,00	25,00
3131	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região do nordeste	1.000.000,00	0,00	0,00	1.157,00	0,00	0,00
3132	Melhoramento de rodov. municipais (vicinais) - região do jalapão	660.000,00	0,00	0,00	716,00	0,00	0,00
3189	Instalação de fábrica de superestrutura para pontes pré-moldadas	9.439.070,00	2.204.338,82	23,35	1,00	1,00	100,00
3206	Implantação e reforma de residências rodoviárias	780.164,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00
3207	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais – região sudeste	556.570,00	0,00	0,00	143,00	0,00	0,00
3133	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais – região do bico	556.570,00	0,00	0,00	143,00	0,00	0,00
3208	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais – região nordeste	556.570,00	0,00	0,00	143,00	0,00	0,00
3209	Projetos piloto de conservação de rodovias estaduais e municipais – região do jalapão	556.570,00	0,00	0,00	143,00	0,00	0,00
TOTAL		**61.441.045,00**	**17.166.377,28**	**27,94**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do DERTINS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
633.071.286,00	501.670.161,25	79,24	131.401.124,75

3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS

3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei nº 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 1.466 de 04 de abril de 2002, publicados no Diário Oficial nº 1.161 datados também de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas num único programa – Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 14.638.470,00** com execução de **R$ 11.297.989,80**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 247 - Programa Finalístico – 029

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Estado do Tocantins visando à democratização da cultura e acesso aos bens culturais, valorização das diversidades das expressões culturais do Estado e estímulo ao intercâmbio entre os municípios tocantinenses, promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura e fortalecimento das bases culturais de sustentação do desenvolvimento econômico e social do Tocantins.
Justificativa:	Necessidade de democratizar a cultura e possibilitar ao público alvo o acesso aos bens culturais do Estado.
Prazo de Execução:	2004/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Evento Cultural Realizado	Unidade	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4001	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	851.577,00	547.017,10	64,23	100	68	68,00
4002	Coordenação e manutenção dos serviços de transportes	353.914,00	343.832,92	97,15	10	10	100,00

4004	Manutenção de Recursos Humanos	2.797.684,00	2.775.048,34	93,13	100	100	100,00
4086	Manutenção da Tecnologia de Informação	187.469,00	187.121,97	99,81	100	100	100,00
4089	Revitalização do Centro Histórico de Natividade - Prog. Monumenta	2.540.786,00	537.953,79	21,17	29	22	86,21
4093	Preservação do Patrimônio Material e Imaterial	320.350,00	105.444.67	64,93	50	35	70,00
4087	Divulgação das Atividades Artesanais	289.954,00	229.799,99	95,77	46	43	93,00
4090	Preservação das Tradições Culturais e Indígenas	43.779,00	32.367,45	95.82	36	34	94,00
4091	Circulação do Projeto BR Arte e Cultura	183.769,00	174.477,55	94,94	13	12	92,30
4092	Fomento às Culturas Populares e Manifestações Artísticas	6.309.188,00	5.627.966,52	89,20	49	45	91,00
4094	Divulgação das Ações Culturais	760.000,00	758.768,50	99,84	29	27	93,10
TOTAL		**14.638.470,00**	**11.319.798,80**	**77,32**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Fundação Cultural

3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei nº 1.243 e publicada do D.O.E. nº 1.080, de 11 de setembro de 2001. As seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar nº 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, tendo sido publicada pelo D.O.E nº 1.163, de 08 de abril de 2001.

- Decreto nº 1.669, de 27 de dezembro de 2002, aprova o Estatuto da Fundação de medicina Tropical, na forma do Anexo I e dispõe sobre o Quadro de Cargos e Salários em Comissão através do Anexo II, da Lei em questão.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio cientifico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas.

No âmbito de sua atuação, compete à Fundação:

1. implementar, promover, custear e subvencionar:

a) o acompanhamento da execução de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares;

b) as atividades de ensino de pós-graduação e educação continuada;

c) as pesquisas sobre novas técnicas de prevenção e combate às doenças infecto-contagiosas ou de aprimoramento das já existentes;

d) os intercâmbios de informações, técnicas, experiências científicas e resultados com vistas à prevenção e ao combate de doenças infecto-contagiosas;

e) as realizações de congressos, encontros e seminários;

f) as publicações de material didático e de resultados de pesquisas científicas executadas pela Fundação ou por terceiros;

g) a concessão de bolsa de estudo ou de pesquisas no Brasil e no exterior;

2. prestar assessoria técnico-científica a órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, dos demais Estados, da União, do Distrito Federal e dos Municípios e a entidade de direito privado;

3. contratar professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros;

4. produzir e distribuir produtos fitoterápicos e derivados;

5. firmar parcerias com entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras;

As atividades da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas por ações estruturadas em programas, conforme disposto no Decreto nº 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde, e de acordo a Portaria SESAU Nº 0819, DE 29 de abril de 2005, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo. Para os programas próprios foram autorizados recursos na ordem de **R$ 100,000,00,** como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 248 - Programa Finalístico – 025

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde, proporcionar ensino de pós-graduação, capacitação e atualizações periódicas em forma de cursos, oficinas, seminários, palestras, simpósios, fóruns e outros. Formação de recursos humanos qualificados na área de medicina tropical para atuação nos diversos setores da saúde, buscando a resolução dos problemas, de maneira integrada com os demais centros de pesquisa. Realizar visitas técnicas dele para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando a implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa. Formação de grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de pesquisas, que atendam as necessidades regionais. Integrar as atividades da pós-graduação e demais capacitações com pesquisa,

	no processo da investigação científica.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento de ensino em medicina tropical, devido à difiucldade de acesso aos centros formadores e elevado custo relacionado quanto à importação de cursos. Carência de profissionais com titulação e/ou capacitação que possam atuar na pesquisa, ensino e serviços, com visão crítica para detecção e resolução dos problemas regionais. Dificuldade de contratação e fixação de mão-de-obra qualificada por questões regionais e financeiras.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de pesquisa.	percentual	200	31/12/2007	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa pesquisa	percentual	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4165	Capacitação para profissionais em saúde	30.000,00	0,00	0,00	170	0	0,00
TOTAL		**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Fundação de Medicina Tropical

QUADRO 249 - Programa Finalístico – 026

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical. Promover o conhecimento, a investigação e a detecção e dos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva. Desenvolver e aprimorar metodologias, estratégias e atividades que visem a adoção dxe medidas de prevenção, tratamento e controle das doenças ou agravos em medicina tropical. Integrar as atividades de pesquisa com a pós-graduação e demais capacitações do programa de ensino, no processo de formação acadêmica. Formar e fortalecer grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de investigação locais e/ou multicêntricas para atender necessidades em saúde. Produzir materiais e insumos a partir de recursos naturais regionais de forma sustentável. Realizar visitas técnicas dele para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando à implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa..
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical no estado e região. Necessidade de pesquisa (clinica, epidemiológica, laboratorial, de campo e outras) para detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva buscando fundamentos científicos para as atividades de saúde em geral e adoção de medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Necessidade de divulgação do conhecimento para os profissionais envolvidos com a saúde e áreas afins, buscando o aperfeiçoamento nas atividades de promoção, prevenção, atenção e reabilitação, priorizando as doenças tropicais.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de pesquisa.	percentual	95	31/12/2007	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa pesquisa	percentual	50	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4169	Realização de pesquisa em medicina tropical	50.000,00	19.970,45	39,94	3	0(*)	0,00
TOTAL		**50.000,00**	**19.970,45**	**39,94**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Fundação de Medicina Tropical

(*) O valor empenhado de R$ 19.970,45 é referente à devolução de saldo de convênio com a UNESCO (processo nº 2005/3069/00002) que não foi utilizado pela FMT, conforme programação de desembolso nº 2007PD00001 e relação de ordem bancária externa nº 2007RE50001.

QUADRO 250 - Programa Finalístico – 027

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática, promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualizações de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retro alimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; Apoiar e divulgar ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade, assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de informação.	Percentual	0,00	01/11/2007 a 31/12/2007	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de informação	Percentual	0,00	01/11/2007 a 31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4173	Tratamento de Informação	20.000,00	0,00	0,00	2	2	100,00
TOTAL		**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 da Fundação de Medicina Tropical

3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS

3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMCB

O Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB, tem por aporte a Taxa de Serviço de Bombeiros – TSB, criada pela Lei nº 1.754/2006, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia prestado pelos órgãos da administração do Corpo de Bombeiros Militar ao contribuinte ou posto à sua disposição, que exija vistoria, análise, aprovação de projetos, atividade preventiva, visando a preservação de vidas, de patrimônio ou da ordem pública, bem como outros serviços prestados pela corporação de bombeiros, e é instituído pela Lei nº 1.755/2006, destinado a prover a corporação de materiais permanentes, equipamentos, reequipamento e de instalações operacionais e a atender despesas de custeio.

As atribuições do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Defesa contra Sinistros executado pelo Corpo de Bombeiros Militar. Para essas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 289.500,00**, com execução de **R$ 170.258,46**, como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 251 - Programa Finalístico – 048

Objetivo: Garantir à população no tocantins uma proteção global frente aos desastres de qualquer natureza.				
AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Manutenção das Unidades do CBMTO	179.034,00	158.203,46	88,36	20.830,54
Aparelhamento do CBMTO	110.466,00	12.055,00	10,91	98.411,00
TOTAL	**289.500,00**	**170.258,46**	**58,81**	**119.241,54**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUMCB

3.2.3.2 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.° 867 de 16 de Outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei nº 1.197, de 13 de Dezembro de 2.000. A Lei n.° 1.271, de 04 de Dezembro de 2.001, determina que o Presidente do Prodivino é o gestor do FUNDES.

Sendo o FUNDES gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, considera-se como sua missão principal a concessão de empréstimos pessoal e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos estadual.

Considera-se ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar este setor a formalização de sua atividades.

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também empreendimentos de maiores vultos, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em dois programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 27.877.120,00**, com execução de **R$ 10.777.320,71**, como demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 252 - Programa Finalístico – 076

PROGRAMA - BANCO DA GENTE	
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros para promover a geração de emprego e renda, apoiando financeiramente os micros produtores urbanos e rurais, assistindo o crédito.
Justificativa:	Um dos problemas enfrentados pelos pequenos empreendedores é a obtenção de crédito para financiamento dos seus empreendimentos; isto posto, este programa se justifica por colocar a disposição, uma linha de crédito de acesso facilitado.
Prazo de Execução:	Anual

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Liberação de Crédito	Percentual	77,8	2002	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4017	Apoio financeiro para projetos de empreendedores informais setor produtivo	20.503.000,00	9.622.839,91	46,93	4.761	1.214	25,50
4014	Monitoramento de projeto empreendedor financiado	160.000,00	7.932,00	4,96	2.432	617	25,37
4015	Financiamento de máquinas e implementos agrícolas	750,00	0,00	0,00	20	0,00	0,00

	para prefeituras, associações, cooperativas e unidade agroindustrial produtiva						
4018	Ampliação da Frota de Veículos	120.000,00	0,00	0,00	4	0,00	0,00
4415	Implantação de unidades gerenciais Regionais do Banco da Gente	80.000,00	21.980,12	27,48	4	1	25,00
4016	Vistoria técnica de máquinas e implementos agrícolas financiados	40.000,00	3.672,50	9,18	157	105	66,88
TOTAL		**20.903.750,00**	**9.656.424,53**	**46,19**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNDES

QUADRO 253 - Programa Finalístico – 075

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	Viabilizar recursos financeiros aos servidores públicos estaduais, concedendo empréstimos e financiamentos a aquisição e construção de unidades habitacional.
Justificativa:	Evitar que servidores públicos estadual contraiam empréstimos a juros altos em instituições de crédito e agiotagem, visando minimizar o elevado número de servidores desprovidos de casa própria e melhorar a qualidade de vida.
Prazo de Execução:	Anual

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Servidores Contemplados	percentual	84,9	1º sem. 2003	90
Déficit habitacional dos servidores públicos estadual	percentual	66,7	2002	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4012	Concessão de empréstimos aos servidores públicos	4.843.370,00	1.120.550,00	23,14	2.537	265	8,96
4013	Financiamento para aquisição e construção de unidades habitacionais	2.130.000,00	346,18	0,02	420	0,00	0,00
TOTAL		**6.973.370,00**	**1.120.896,18**	**16,07**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNDES

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
27.877.120,00	10.777.320,71	38,66	17.099.799,29

3.2.3.3 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2005 foi contemplada a ação de Aparelhamento da Polícia Militar, tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocantinense com um alto índice de sensação de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Reforma das Instituições de Segurança Pública. Para esse programa foram autorizados recursos no montante de **R$ 1.102.805,00**, cuja execução está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 254 - Programa Finalístico – 047

PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4025	Aparelhamento da Polícia Militar	250.000,00	67.446,28	26,98	123	88	71,54

4026	Manutenção das Unidades da PM	852.805,00	258.174,92	30,27	132	36	27,27
TOTAL		**1.102.805,00**	**325.621,20**	**29,53**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUMPM

3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas por meio de uma ação estruturada no programa finalístico "Reforma das Instituições de Segurança Pública", conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 255 - Programa Finalístico – 047

PROGRAMA - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	Transformar as organizações policiais em organismos integrados, eficientes e ágeis, com pessoal bem qualificado e motivado, voltados para a construção e garantia da paz e da cidadania.
Justificativa:	A violência tem se constituído num dos mais graves problemas que afetam a nação brasileira, demandando do estado uma completa reformulação e modernização de suas instituições e de seu modo de operar, a fim de garantir sua redução, através de melhores serviços prestados à sociedade. Assim, a necessária modernização e integração das polícias converge, obrigatoriamente, na melhoria da articulação dos setores de gestão de conhecimento, da formação e requalificação dos profissionais de segurança do cidadão, com ênfase na unificação da doutrina policial, e da presteza e eficiência no atendimento ao público, sedimentada em um condizente aparato tecnológica e científico. Desse modo, mister que o poder público envide esforços no sentido de oferecer um melhor aparelhamento e uma melhor estrutura física e organizacional aos setores essenciais do sistema de segurança pública, de modo a garantir uma melhor condição de enfrentamento das demandas criminais, que a cada dia se tornam mais vultosas e complexas. No caso particular do Tocantins, embora a situação atual não seja alarmante, a violência tem se manifestado crescente, principalmente na prática de crimes contra o patrimônio, o que tem conduzido em um clima de insegurança por parte da população. É necessário, pois, a adoção de um conjunto de medidas, constantes deste programa, a fim de evitar que o estado tenha a necessidade de adotar medidas extremas de repressão no futuro, a exemplo do que acontece em outros estados da federação, onde a criminalidade fugiu ao controle do poder público.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de homicídios dolosos	Porcentagem	0,002	2003	0
Índice de incidência de roubos		-		90
Índice de vítimas no trânsito		0,6		0
Índice de aparelhamento da polícia (constituído por 4 taxas)		-		100
Índice de assistência a policiais		-		100
Taxa de exp. do efetivo policial		100		105
Índice de qualificação profissional		-		110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4027	Fornecimento de Fardamento	1.008.898,00	862.803,40	85,52	85.000	25.800	30,35
TOTAL		**1.008.898,00**	**862.803,40**	**85,52**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNFARDA

3.2.3.5 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR

A Lei n.° 1.128, de 1° de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla, em seu art. 5º, criou o Fundo de Apoio a Moradia Popular, inicialmente vinculado à AD-Tocantins que, através do Decreto nº 1.303, de 27 de setembro de 2001, passou a vincular-se a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado, tendo como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

Implementar políticas de habitação objetivando a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, a reinclusão social, o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tocantinenses, privilegiando a moradia, o desenvolvimento urbano e a geração de renda de modo a integrá-los às diretrizes gerais de desenvolvimento econômico do estado e, principalmente a recuperação social das famílias carentes, buscando reintegrá-las à sociedade, devolvendo-lhes sua dignidade e respeito.

As atribuições do Fundo de Apoio a Moradia Popular foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas finalístico – Moradia e Geração de Renda. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 3.395.900,00** com execução de **R$ 2.184.992,50** conforme será demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 256 - Programa Finalístico – 035

PROGRAMA - MORADIA	
Objetivo:	Viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias no Estado do Tocantins.
Justificativa:	A habitação é direito constitucional e aspiração legitima de todo cidadão brasileiro, a lei 10.257/2001 que institui o estatuto da cidade, apresenta dispositivo que assegura a construção de moradias para as famílias. Os problemas habitacionais quando não são solucionados, refletem a situação social e as desigualdades geradas no âmbito do mercado de trabalho e da distribuição da renda. Todavia, deve-se considerar que a questão da moradia reflete, além disso, outras três dimensões a serem consideradas pela intervenção pública financeira, fundiária e urbanística.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de moradias concedidas	Unidade	35,59	2002	110

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3017	Construção de Albergue	300.000,00	0,00	0,00	3	0	0,00
3018	Implantação de Melhorias Urbanas	2.445.900,00	1.741.158,27	71,19	3	2	71,19
TOTAL		**2.745.900,00**	**1.741.158,27**	**63,41**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNMORAR

QUADRO 257 - Programa Finalístico – 142

PROGRAMA - GERAÇÃO DE RENDA	
Objetivo:	Promover a inserção de pessoas e famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidades de emprego e renda
Justificativa:	No Estado do Tocantins mais de 80% dos municípios possui população inferior a 10.000 habitantes, 5,88% dessas pessoas recebem 1/2 salário mínimo mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada. O Estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. a ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder publico. torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoas carentes ás prefeituras. Daí, a necessidade de implantação e revitalização através do programa geração de renda nos municípios minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social	Unidade	0,00	2002	0,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3019	Construção de Centros de Múltiplo Uso	650.000,00	443.834,23	68,28	4	3	75,00
TOTAL		**650.000,00**	**443.834,23**	**68,28**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNMORAR

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
3.395.900,00	2.184.992,50	64,34	1.210.907,50

3.2.3.6 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

A missão do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infra-estrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

O Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental é responsável pelo repasse financeiro à empresa ORLA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A que administra os imóveis urbanos de Palmas, para ressarcimento das despesas com as obras de urbanização, paisagismo e infra-estrutura, que contemplam pavimentação, instalação de redes de esgoto, distribuição de água e energia elétrica, dentre outros.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Desenvolvimento Urbano. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 5.978.200,00** com execução de **R$ 1.472.139,41** conforme será demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 258 - Programa Finalístico – 036

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO URBANO	
Objetivo:	Melhorar as condições de habitabilidade de cidades em condições precárias, reduzir riscos mediante sua urbanização e a regularização fundiária, integrando-as ao tecido urbano.
Justificativa:	A extensão e melhoria dos serviços urbanos para essa clientela será um poderoso instrumento de redução de desigualdade sociais, pois as maiores necessidades habitacionais, de água, esgoto, infra-estrutura e serviços urbanos estão concentradas nas populações urbanas das cidades precárias cuja renda familiar é inferior a 3 salários mínimos; para alcançar esse objetivo será estendida às transferências voluntárias do estado para municípios, no período 2004 a 2007, a metodologia e a concepção dos programas com recursos do tesouro estadual e da união, segundo as quais várias modalidades de intervenção podem ser combinadas para atender a clientelas especificas.

Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de investimentos em habitabilidade	m^2	36,34%	2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3010	Pavimentação asfáltica para o plano diretor de Palmas	2.606.727,00	59.702,20	2,29	129.932	2.980	2,29
3011	Implantação de rede de água tratada em quadras alienadas	1.000.000,00	625.338,97	62,53	41.667	26.056	62,53
3012	Construção de rede de drenagem pluvial urbana em quadras alienadas	601.679,00	3.000,00	0,50	33.400	167	0,50
3013	Demarcação de microparcelamento de quadras alienadas em Palmas	260.000,00	241.700,00	92,96	714.285	664.010	92,96
3014	Instalação de rede elétrica urbana em quadras alienadas	920.000,00	214.988,20	23,37	18.750	4.382	23,37
3015	Abertura de ruas em quadras alienadas em Palmas	143.794,00	0,00	0,00	3.000	0	0,00
3016	Implantação de micro parcelamento em quadras alienadas em Palmas	450.000,00	327.410,04	72,76	2.000	1.455	72,76
TOTAL		**5.978.200,00**	**1.472.139,41**	**24,63**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental

3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA

A Lei nº 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; através da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante ao Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa finalístico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 259 - Programa de Serviço ao Estado – 31

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO	
Objetivo:	Defender juridicamente ações judiciais que envolvam o Poder Executivo
Justificativa:	Grande demanda de processos judiciais a favor e em desfavor do estado.
Prazo de Execução:	01/01/2007 a 31/12/2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa processos agilizados	unidade		31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4033	Manutenção do Centro de Estudos Joaquim C. Lima	27.300,00	7.028,00	25,74	1	1	100,00
4032	Capacitação de Servidores Lotados na PGE	115.200,00	49.571,35	43,03	30	30	100,00
4442	Realização de Concurso Público para Procurador do Estado	173.100,00	173.100,00	100,00	20	20	100,00
4031	Divulgação de Matérias jurídicas	13.000,00	1.000,00	7,69	1.000	1.000	100,00
4030	Atualização do Acervo Bibliográfico	40.300,00	21.943,68	54,45	1	1	100,00
TOTAL		**368.900**	**252.643,03**	**68,49**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEMJUR

3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei nº 1.251, de 20 de setembro de 2001, criou o Fundo Estadual de Defensoria Pública, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo desta unidade é prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de Defensoria Pública por meio da aquisição de equipamentos, implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública, treinamento de servidores, promoções e eventos científicos e educativos e edição de material técnico-educativo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio da ação estruturada no programa finalístico – Atendimento Jurídico, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 260 - Programa Finalístico – 053

PROGRAMA - ATENDIMENTO JURÍDICO	
Objetivo:	Prestar através da Defensoria Pública assistência jurisdicional gratuita, especializada aos hipossuficientes
Justificativa:	Atender às necessidades constatadas nos encontros regionais, possibilitando a execução dos trabalhos já que atualmente encontra-se quase inviável a prestação ocasionando uma morosidade no atendimento por falta de condições é necessária a estruturação e aparelhamento da Defensoria, bem como o crescimento do quadro de pessoal o não atendimento às melhorias solicitadas ocasiona a população mais necessitada o cerceamento ao acesso gratuito à justiça, direito garantido constitucionalmente.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento aos hipossuficientes	Percentual	87,12%	31/12/2007	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4390	Aprimoramento dos Serviços da Defensoria	220.000,00	120.054,00	54,57	1	1	100,00
TOTAL		**220.000,00**	**120.054,00**	**54,57**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Defensoria Pública

3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Esse fundo é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi criado a partir da alteração da Lei n.° 1.250/01 pela Lei n.° 1.482, de 29 de junho de 2004. A referida lei altera a denominação do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos para Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, cuja destinação é prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa finalístico Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 1.260.694.00,** com execução de **R$ 700.824,25,** conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 261 - Programa Finalístico – 054

PROGRAMA - CONSOLIDADNO A DEFESA DO CONSUMIDOR NO TOCANTINS	
Objetivo:	Prestar aos consumidores tocantinenses orientação permanente, sobre seus direitos e garantias, consolidando e ampliando as ações do PROCON no Tocantins.
Justificativa:	Garantir a Defesa do Consumidor, projetando-a contra os abusos praticados por fornecedores de produtos e serviços.

Prazo de Execução:	2005-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de atendimento ao consumidor	percentual	-	-	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3040	Implantação e Modernização dos Núcleos	594.040,00	334.030,77	56,23	8	4	50,00
4073	Capacitação dos Servidores do PROCON	272.000,00	211.073,48	77,60	150	116	77,33
4074	Ampliação da Frota de veículos e Motos	317.500,00	107.200,00	33,76	6	5	83,33
4075	Aquisição de acervo Bibliográfico	0,00	0,00	0,00	6	0	0,00
4076	Confecção de Material Educativo	77.154,00	48.520,00	62,89	1	1	100,00
TOTAL		**1.260.000,00**	**700.824,25**	**55,62**	-	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Defesa ao Consumidor

3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Fundo Estadual dos Direitos da Mulher é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e tem como principal atribuição a defesa dos direitos da mulher. Essa atribuição foi desenvolvida por meio de ações estruturadas no programa finalístico Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 440.000,00,** com execução de **R$ 210.710,95,** conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 262 - Programa Finalístico – 056

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
Objetivo:	Desenvolver ações de proteção e defesa dos direitos humanos, bem como atividades de capacitação e sensibilização para construção de cultura de respeito, de tolerância e de valorização da diversidade, implantando ainda serviços de atendimento ao cidadão com vistas a permitir o acesso a direitos básicos de cidadania.
Justificativa:	Manter o serviço especializado de atendimento de maneira a garantir a humanização, fornecendo documentos básicos com o fito de promover a cidadania.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxas de Denúncias Investigadas	unidade	Não existente	2003	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3041	Implantação e aparelhamento do conselho estadual de direitos da mulher	300,00	0,00	0,00	25	0	0,00
3042	Implantação de sistema de informações sobre a situação das mulheres no estado do Tocantins	14.400,00	7.120,00	49,4	01	0,5	50,00
3043	Centro de Referência	392.740,00	201.667,45	51,3	01	0,5	50,00
3045	Capacitação das conselheiras estaduais e municipais	28.000,00	1.923,50	6,86	10	01	10,00
3044	Disque mulher	4.560,00	0,00	0,00	01	0	0,00
TOTAL		**440.000,00**	**210.710,95**	**47,89**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual dos Direitos a Mulher

3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS

Vinculado à Secretaria da Juventude até 21 de junho de 2005, e após, vinculando-se à Secretaria de Cidadania e Justiça, foi instituído pela Lei n.° 1.138, de 28 de fevereiro de 2000, estabelecendo como atribuições as seguintes:

I – financiar programas e ações de controle, fiscalização, prevenção e repressão ao uso indevido e tráfico de ilícito de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem assim daqueles voltados para a recuperação e tratamento de dependentes;

II – custear a execução de convênios ou contratos firmados para este fim;

III – auxiliar entidades que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários e dependentes.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Tocantins sem Drogas. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 687.000,00**, conforme demonstrado no quadro a abaixo:

QUADRO 263 - Programa Finalístico – 034

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS	
Objetivo:	Desenvolver ações que fomentem a prevenção, conscientização e envolvimento social massivo no combate à utilização de drogas.
Justificativa:	Produzir e desenvolver ações que trabalhem a prevenção e conscientização no combate ao uso das drogas.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de dependentes, recuperação e tratamento de dependentes químicos	%	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4308	Capacitação dos Conselheiros Municipais	310.000,00	0,00	0,00	9	0	0,00
4309	Realização de Eventos de Prevenção e combate as Drogas	257.000,00	15.820,00	6,15	14	2	14,28
4310	Manutenção do Conselho Estadual Antidrogas	120.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**687.000,000**	**15.820,00**	**2,30**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Antidrogas

3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei nº 780, de 02 de outubro de 1995, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

O Fundo de Ciência e Tecnologia tem como missão institucional fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado; promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado; apoiar a educação e a cultura científico-tecnológica, o treinamento profissional e as atividades de pós-graduação no Estado; promover a interação dos setores de ciência e tecnologia com os de produção; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de

informações em ciência e tecnologia no âmbito estadual; autorizar a realização e contratação de estudos prospectivos, diagnósticos e avaliações, bem como estudos instrumentais de base, para subsidiar a elaboração de políticas, planos e programas de ciência e tecnologia; promover o desenvolvimento e manutenção de um sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de ciência e tecnologia no Estado; e aprovar a concessão dos incentivos para as atividades de ciência e tecnologia.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas Estratégias em CTI, Fomento em CTI e Gestão em CTI, sendo os dois primeiros finalísticos e o último de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 25.508.283,00**, com execução de **R$ 16.365.937,19**, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

QUADRO 264 - Programa Finalístico – 092

PROGRAMA - ESTRATÉGIA EM CTI	
Objetivo:	Elaborar, implantar e desenvolver políticas de desenvolvimento em CTI, centrando esforços na produção e difusão da pesquisa básica e aplicada e geração de tecnologias apropriadas às características regionais do Estado do Tocantins.
Justificativa:	O Estado do Tocantins conta com um sistema estadual de CTI em consolidação. Todas as instituições de ensino superior estão implementando departamentos voltados para CTI, desta forma é necessário um programa estrategista que implante e desenvolva a rede interinstitucional e o plano de políticas públicas. O desenvolvimento em CTI deve ser estratégico considerando as fases de planejamento, implementação e manutenção de uma rede interinstitucional que seja capaz de subsidiar o avanço tecnológico nos setores primário, secundário e terciário, detectando demandas, desenvolvendo produtos e subsidiando ações governamentais.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produção e difusão de indicadores em CTI	Unidade	0	Agosto/2003	100%
Implantação e manutenção da rede interinstitucional de CTI	Unidade	0	Agosto/2003	100%
Elaboração e implementação do plano de políticas e desenvolvimento em CTI	Unidade	0	Setembro/2003	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	Implantação da rede interistitucional de CTI	30.000,00	0,00	0,00	6	0	0,00
3021	Implantação do plano de políticas de desenvolvimento em CTI	300.000,00	0,00	0,00	6	1	16,67
TOTAL		**330.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Ciência e Tecnologia

QUADRO 265 - Programa Finalístico – 093

PROGRAMA - FOMENTO A CTI	
Objetivo:	Promover programas permanentes de incentivo e apoio financeiro e técnico administrativo aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior públicas e privadas e o setor empresarial privado, considerando a estrutura do sistema estadual de ciência e tecnologia.
Justificativa:	O Estado do Tocantins faz parte da rede norte e nacional de ciência tecnologia e inovação. O sistema estadual de cti está em fase de organização e consolidação, necessitando de apoio financeiro, técnico, cientifico e administrativo. Desta forma, a não implementação deste programa prejudicará a organização e consolidação do sistema estadual de CTI. Existe um cenário favorável, já que várias instituições públicas e privadas estão constituindo diretorias, coordenações e câmaras voltadas para atuarem em temas ligados ao fortalecimento da pesquisa básica e aplicada, investimentos em infra-estrutura laboratorial e física, além de atraírem pesquisadores com afinidade aos programas e linhas de pesquisa necessários ao desenvolvimento cientifico, tecnológico, humano e social do Estado do Tocantins. a recuperação, modernização e ampliação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica do estado passa pela implantação deste programa.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Apoio financeiro as empresas de base tecnológica	Und	10	mai/03	100%
Criação da rede de propriedade intelectual	Und	0	set/03	100%
Apoio de mecanismo de criação e registro de patentes	Und	0	set/03	100%
Apoio a projetos com enfoque social	Und	15	set/03	100%
Criação do centro de agricultura de precisão, calibrações e ensaios metrologicos	Und	0	set/03	100%
Desenvolvimento de tecnologias apropriadas	Und	25	ago/03	100%
Estruturar a conferência estadual de ciência, tecnologia e inovação	Und	0	set/03	100%
Infra-estrutura laboratorial	Und	15	ago/03	100%
Infra-estrutura de informação e comunicação	Und	0	set/03	100%
Concessão de bolsa de pós-graduação	Und	25	ago/03	100%
Prêmio em CTI	Und	0	ago/03	100%
Formação e capacitação de RH para CTI	Und	10	ago/03	100%
Implantação de cursos de pós-graduação	Und	0	ago/03	100%
Concessão de créditos educativos	Und	10	ago/03	100%
Concessão de bolsas de qualificação de docentes	Und	0	set/03	100%
Contribuição a participação em eventos científicos	Und	10	set/03	100%
Contribuição a publicações científicas	Und	10	ago/03	100%

Contribuição a realização de eventos científicos	Und	10	set/03	100%
Contribuição a pesquisa em tecnologia da informação	Und	10	set/03	100%
Criação da fábrica de softwares	Und	0	set/03	100%
Criação de Geotecnologias	Und	0	set/03	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3023	Implantação de cursos de Pós-Graduação	230.000,00	228.000,00	99,13	5	0	0,00
4036	Capacitação de Recursos Humanos para CTI	373.637,00	363.636,36	97,32	6	1	16,67
4037	Concessão de Créditos Educativos a Estudantes Carentes	13.250.245,00	13.233.884,48	99,88	430	3.523	819,30
4038	Concessão de Bolsas de Iniciação Científica/Pesquisa	303.000,00	157.300,00	51,91	80	281	351,25
4039	Concessão de Bolsas de Qualificação	270.247,00	126.246,06	46,72	100	25	25,00
4040	Consolidação de Eventos Científicos	75.000,00	0,00	0,00	5	6	120,00
4041	Contribuição Financeira a Publicações Científicas	25.640,00	5.640,00	22,00	5	6	120,00
4042	Contribuição a Realização de Eventos Científicas	441.028,00	194.002,35	43,99	5	9	180,00
4043	Contribuição Financeira a Pesquisa em Tecnologia da Informação e Automação	1.140.000,00	1.001.429,00	87,84	5	2	40,00
4407	Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa Científico e Tecnológico	6.633.316,00	695.377,10	10,48	31	27	87,10
TOTAL		**22.742.113,00**	**16.005.515,35**	**70,38**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Ciência e Tecnologia

QUADRO 266 - Programa Gestão de Políticas Públicas – 094

PROGRAMA - GESTÃO EM CTI	
Objetivo:	Promover a gestão em ciência, tecnologia e inovação, propiciando o avanço e o desenvolvimento econômico, social e humano.
Justificativa:	O Estado do Tocantins ainda não conta com uma adequada instituição governamental capaz de gerenciar estrategicamente a ciência, tecnologia e inovação. O desenvolvimento da ciência tecnologia e inovação vem ocorrendo a partir de um recente sistema voltado apenas para as instituições de ensino superior. O gerenciamento da ciência, tecnologia e inovação a partir do apoio financeiro via parcerias entre os ministérios, o governo estadual, municipal e instituições privadas integrará e desenvolverá os centros de produção tecnológica e os demais setores produtivos da sociedade organizada.
Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Órgão de fomento e financiamento da produção científica	Unid	0	ago/03	100%
Estrutura técnica e administrativa da gestão em CTI	Unid	25	jan/02	100%
Implantação e elaboração de programas de incentivo	Unid	10	mai/03	100%
Implantação do sistema de informação para CTI	Unid	0	ago/03	100%
Integração de centro de produção tecnológica	Unid	11	set/03	100%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3027	Implantação do programa de incentivo as empresas de base tecnológica, transferências de tecnologia e Inovação de Cadeias Produtivas	2.310.237,00	354.488,92	15,34	1	3	300,00
3028	Implantação de sistema de informação para CTI	125.933,00	5.932,92	4,71	1	0	0,00
TOTAL		**2.436.170,00**	**360.421,84**	**14,79**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Ciência e Tecnologia

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
25.508.283,00	16.365.937,19	64,16	9.142.345,81

3.2.3.13 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em um programa de Serviços ao Estado. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 679.339,00**, com execução de **R$ 666.971,84**, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 267 - Programa de Serviço ao Estado

PROGRAMA - GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Objetivo:	Elevar os padrões de organização, gestão e desempenho da máquina pública, propondo formas mais efetivas de intervenção governamental, através da formação e capacitação continuada dos servidores do poder executivo estadual.
Justificativa:	O plano de capacitação tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento dos servidores do executivo estadual. deseja-se, ao final do exercício, a existência de um contingente fortemente preparado para contribuir com o aperfeiçoamento da modernidade emergente. Para a elaboração destas ações, construiu-se uma arquitetura, cuja execução permitisse uma visão final da sua qualidade, sustentada por uma confortável relação custo x benefício. Três formam as fontes informacionais que permitiram a construção da arquitetura desejada: a)os problemas elencados no PPA 2004/2007, fruto da consolidação dos encontros regionais, onde o elemento central era definido pela deficiência gerencial e funcional; b) os conhecimentos a serem exigidos para os profissionais do poder executivo estadual, como conseqüência da implantação dos elementos introduzidos pelo plano estratégico de desenvolvimento, contratado da GV-Consult; c) alinhamento de conhecimentos face aos perfis profissionais constantes do novo PCCS. associam-se aos conhecimentos específicos, aqueles conhecimentos mais gerais, que permitem uma visão estratégica dos cursos propostos e sua aplicação no contexto do exercício da profissão. Em se tratando de uma articulação estrategicamente elaborada, constrói-se um referencial capaz de possibilitar a análise e proposição de uma sistematização da capacitação no Estado, a partir de então.
Prazo de Execução:	Início em Janeiro de 2004

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de pessoas qualificadas	Percentual	76,89%	31.12.2007	90%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4078	Manutenção dos Serviços de Informática da Unidade de Capacitação Funcional	23.071,00	23.069,92	100,00	1	1	100
4079	Capacitação Funcional dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	402.032,00	402.030,85	100,00	2.820	2.942	104,33
4080	Manutenção da Unidade de Capacitação**	254.236,00	241.871,07	95,14	1	1	100
TOTAL		**679.339,00**	**666.971,84**	**98,18**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNCASE

3.2.3.14 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Em cumprimento à nova ordem constitucional, o Estado do Tocantins editou a Lei n.° 1.246, de 6 de setembro de 2001, instituindo o Regime Próprio de Previdência Social para os servidores públicos civis e militares do Estado, incluindo os magistrados, os membros dos Poderes do Estado, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Também, reestruturou o antigo IPETINS, dotando-o de competência para gerir, analisar, instruir, decidir, deferir e conceder os benefícios previdenciários.

Os benefícios previdenciários são garantidos pelas reservas financeiras do RPPS, mediante os recursos que estão sendo capitalizados desde 1999, mediante contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como da contribuição do Estado. A destinação desses recursos é exclusiva ao custeio dos pagamentos dos benefícios previdenciários dos segurados do RPPS e de seus dependentes que implementem os requisitos necessários à sua obtenção a partir de 1° de janeiro de 2004.

Para viabilizar essa capitalização o tesouro estadual assumiu, até a extinção, o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos até 31 de dezembro de 2003, bem assim, daqueles que serão concedidos posteriormente, em razão de terem adquirido o direito até a data citada.

Desta forma, as atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo, Previdência Social e Serviço ao Estado. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R$ 283.000.000,00** com execução de **R$ 41.121.014,34**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 268 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.191.000,00	894.463,95	40,82	1.296.536,05
Manutenção dos Serviços de Transportes	149.000,00	44.586,30	29,92	104.413,70
Manutenção de Recursos Humanos	2.472.000,00	1.398.346,92	56,57	1.073.653,08
Ações de Informática	2.035.000,00	374.655,18	18,41	1.660.344,82
TOTAL	**6.847.000,00**	**2.712.052,35**	**39,61**	**4.134.947,65**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNPREV

QUADRO 269 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo: Assegurar a gestão do patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins - RPPS - TO, bem como a concessão e pagamento dos benefícios previdenciários..

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	75.000,00	25.591,16	34,12	49.408,84
Pagamento de Benefícios pelo Regime Próprio de Previdência Social	45.100.000,00	37.795.501,31	83,80	7.304.498,69
Reserva Financeira para o Regime Próprio de Previdência Social	226.058.000,00	0,00	0,00	226.058.000,00

Pagamento a Aposentados e Pensionistas Serv. da Justiça	890.000,00	587.869,52	66,05	302.130,48
TOTAL	**272.153.000,00**	**38.408.961,99**	**14,11**	**233.744.038,01**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNPREV

QUADRO 270 - Programa de Serviço ao Estado – 131

PROGRAMA – OBRAS PÚBLICAS PARA O TOCANTINS	
Objetivo:	Oferecer melhores condições de trabalho aos servidores públicos; oferecer melhor atendimento à população.
Justificativa:	Consolidação do Estado, promovendo a cidadania e o progresso, além da manutenção do patrimônio público.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de metros quadrados construídos				

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3194	Construção da Sede Definitiva da Unidade Gestora do RPPS	4.000.000,00	0,00	0,00	1	0	0,00
TOTAL		**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNPREV

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
283.000.000,00	41.121.014,34	14,53	241.878.985,66

3.2.3.15 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS

O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foi criado pela Lei n.° 1.424, de 12 de dezembro de 2003, regulamentado pelo Decreto n.° 1.952, de 23 de dezembro de 2003, vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, através do Decreto nº 2.928, de 16 de janeiro de 2007, sua gestão foi transferida a Secretaria da Administração.

O fundo tem como missão garantir aos segurados e dependentes a assistência à saúde, por meio dos serviços de medicina preventiva e curativa e serviços odontológicos.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo e Atenção Progressiva à Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 67.334.000,00,** com execução de **R$ 65.031.189,51,** conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 271 - Programa Apoio Administrativo – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.927.000,00	5.371.086,51	90,62	555.913,49
Manutenção dos Serviços de Transportes	106.000,00	10.132,75	9,56	95.867,25
Manutenção de Recursos Humanos	1.032.000,00	769.590,98	74,57	262.409,02
Ações de Informática	435.000,00	61.754,55	14,20	373.245,45
TOTAL	**7.500.000,00**	**6.212.564,79**	**82,83**	**1.287.435,21**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

QUADRO 272 - Programa Finalístico – 010

PROGRAMA - ATENÇÃO PROGRESSIVA A SAÚDE

Objetivo:	Oferecer consultas ,exame, internações hospitalares e serviços de reabilitação a população do Estado
Justificativa:	O baixo nível de organização da rede ambulatorial, a centralização da oferta de consultas e exames especializados, a ausência de alguns serviços especializados e a inexistência de regulação dos serviços de saúde; a não organização dos aspectos acima citados proporcionará aumento de internações e aumento de filas de espera, insatisfação dos usuários e consequentemente a deteriorização dos indicadores de morbidade e mortalidade.
Prazo de Execução:	Início em janeiro de 2004

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não especificado	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4081	Assistência Médica e Odontológica dos Servidores do Estado do Tocantins	58.834.000,00	58.818.624,72	99,97	2.205	2.674	121,25

4082	Reserva de segurança	1.000.000,00	0,00	0,00	0	0	0
TOTAL		**54.754.500,00**	**54.735.220,11**	**99,96**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins

3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - FUNGESP

O Fundo de Modernização da Gestão Pública – FUNGESP foi instituído pela Lei n.° 1.594, de 04 de julho de 2.005.

O FUNGESP tem como missão assegurar a realização de projetos que visem a modernização da gestão pública com a realização de projetos; aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas para a modernização administrativa; melhoria tecnológica na área de administração de Recursos Humanos; ampliação do acervo da biblioteca dos servidores públicos estaduais e realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Gestão Pública foram desenvolvidas através das ações estruturadas no programa de Serviço ao Estado – Programa Modernização da Administração Pública. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 2.126.000,00**, com execução de **R$ 1.464.252,29.**

QUADRO 273 - Programa Finalístico – 177

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Objetivo:	Buscar o aperfeiçoamento da coordenação, gerenciamento e execução das ações voltadas à gestão institucional, da logística e dos recursos humanos, promovendo a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela gestão pública estadual.
Justificativa:	Dos temas abordados nos encontros regionais, especificamente na gestão pública, foi validada a identificação do problema da deficiência gerencial e inúmeras causas, permeando a gestão na maioria dos municípios. Para a revisão das ações do PPA 2004-2007, validou-se diagnóstico construído pelos envolvidos nas diversas atividades internas e intersetoriais do órgão gestor de administração, ratificando as causas dos problemas identificados na Lei 1430/2003. Nos novos focos de causa-problemas abordados, requerem um conjunto de ações, de recursos e medidas urgentes, eficientes e eficazes, visando sanar os respectivos problemas. Sob a nova ótica das necessidades validadas, atrelada aos princípios modernos de administração pública e acrescidas da marcante e presente vontade política do governo estadual; desencadearam o comando para a construção de ações estruturantes na atividade-meio, exigindo para tanto a cobertura deste programa, garantindo o suporte efetivo à modernização da gestão e atividades finalísticas, objetivando o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A não priorização do programa proposto e suas ações estruturantes poderão desencadear conseqüências imprevisíveis quanto a vida útil dos sistemas desatualizados que ora operamos e em face a modernização prevista para o estado, certamente acarretará entraves e danos significativos, inclusive às ações finalísticas executadas pelos demais órgãos e unidades da administração pública estadual, dependente diretamente da eficiência da atividade-meio, para alcançar a qualidade dos produtos oferecidos pelo governo estadual à sociedade.
Prazo de Execução:	Início em Janeiro de 2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não especificado	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3300	Realização de concursos públicos para o Poder Executivo Estadual	1.400.000,00	1.230.000,00	87,86	3	1	0
4411	Gestão Patrimonial	160.000,00	0,00	0,00	20	0	0
4412	Aparelhamento das unidades administrativas da SECAD	370.000,00	234.252,29	63,31	6	4	66,67
3200	Ampliação do Sistema de Consignação	196.000,00	0,00	0,00	1	0	0
TOTAL		**2.126.000,00**	**1.464.252,29**	**68,87**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNGESP

3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO

O Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ foi instituído pela Lei nº 1.387, de 9 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 1.472.

Os recursos do FUNSEFAZ são utilizados em ações visando à aprendizagem de novo conhecimento organizacional, gerenciamento estratégico, logística, organização e estrutura, gestão de pessoas e comunicação interna, relacionamento com clientes e comunicação externa, segurança nas atividades, tecnologia da informação e qualidade institucional. Outro principal objetivo do FUNSEFAZ é o de incrementar a operação do Centro de Capacitação, tornando-o centro aglutinador do conhecimento e de sua disseminação.

As atribuições do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa “Modernização Fiscal”. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 2.212.793,00** com execução de **R$ 1.991.498,96**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 274 - Programa Finalístico – 108

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a educação tributária para o melhor atendimento ao cidadão.
Justificativa:	A Secretaria da Fazenda está realizando esforços no melhoramento do seu planejamento para dar maior agilidade na gestão de sua administração, bem como melhorar o desempenho e a segurança no acesso às informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, com isso objetivando o constante crescimento da arrecadação.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4378	Implementação da EGEFAZ	100.000,00	630,00	0,63	0	0	0,00
4379	Moder. e Aperfeiçoamento da Sefaz	2.112.793,00	1.990.868,96	94,23	1	1	100,00
TOTAL		**2.212.793,00**	**1.991.498,96**	**90,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo de Modernização Fazendário

3.2.3.18 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Por força da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o Estado instituiu o Fundo Estadual de Saúde, através da Lei n.° 429, de 28 de julho de 1992, estabelecendo como finalidade o atendimento da despesa, total ou parcial:

I. com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços de saúde a cargo da Secretaria da Saúde;

II. de custeio, inclusive o do pessoal ativo;

III. de capital da Secretaria de Saúde.

O Decreto n.° 2.404, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo Estadual de Saúde, autorizando o gestor do Fundo a:

I. promover a descentralização da execução orçamentária e financeira, através de delegação de competência, para que as unidades de saúde e as entidades vinculadas à Secretaria de Saúde administrem parcela do orçamento do Fundo e efetuem os pagamentos respectivos;

II. implementar as medidas necessárias para a adequação orçamentária-financeira das unidades gestoras à descentralização de que trata o inciso anterior;

III. delegar as suas atribuições de gestor a servidor que o substituirá em suas ausências ou impedimentos;

IV. aprovar a cota orçamentária das unidades executores do Sistema Estadual de Saúde, após a promulgação da lei fixa a despesa e estima a receita.

O Decreto n.° 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas - Apoio Administrativo da SESAU, Apoio Administrativo da FMT, Previdência Social, dezesseis finalísticos e um de gestão. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 536.292.681,00**, com execução de **R$ 457.474.755,81**, conforme demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 275 - Programa Apoio Administrativo da SESAU – 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.720.920,00	2.654.736,50	97,57	66.183,50
Manutenção dos Serviços de Transportes	1.623.903,00	1.532.282,25	94,36	91.620,75
Manutenção de Recursos Humanos	228.942.224,00	228.942.048,00	100,00	176,00
Ações de Informática	371.766,00	359.387,75	96,67	12.378,25
TOTAL	**233.658.813,00**	**233.488.454,50**	**99,33**	**170.358,50**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 276 - Programa Apoio Administrativo da FMT– 195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos Programas Finalísticos.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	610.200,00	567.175,00	92,95	43.025,00
Manutenção dos Serviços de Transportes	69.500,00	56.204,26	80,87	13.295,74
Manutenção de Recursos Humanos	1.692.546,00	1.621.672,13	95,81	70.873,87
Ações de Informática	103.828,00	49.316,33	47,50	54.511,67
TOTAL	**2.476.074,00**	**2.294.367,72**	**92,66**	**181.706,28**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 277 - Programa de Previdência Social – 196

Objetivo:. Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Pagamento a Aposentados e Pensionistas	5.364.121,00	3.564.119,75	66,44	1.800.001,25
TOTAL	**5.364.121,00**	**3.564.119,75**	**66,44**	**1.800.001,25**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 278 - Programa Finalístico

PROGRAMA - PROVIDA

Objetivo:	Reduzir a desnutrição no estado por meio do incentivo a utilização de alimentos regionais e dos não convencionais (como multimistura, cultivo de plantas tropicais), ricos em nutrientes essenciais, através do processamento caseiro de alimentos, visando a promoção da saúde.
Justificativa:	Existe um alto índice de desnutrição no estado, (12% SISVAN 2003) entre crianças e gestantes, principalmente, que necessitam de intervenções para sua minimização e prevenção nas regiões como sudeste e extremo norte do estado, onde estes índices chegam a mais de 20%. ao mês preconiza índices menores que 10%, um dos fatores que podem interferir positivamente e a educação nutricional. proporcionar o conhecimento de fontes alimentares, acessíveis a população de um modo geral, a fim de aumentar suas oportunidades de escolha, e um dos meios de garantir segurança alimentar e nutricional. existe um sub aproveitamento da riqueza nutricional dos alimentos regionais do Tocantins que poderiam estar sendo utilizados para prevenir não só a desnutrição como também para a prevenção e tratamento da: obesidade, diabetes, hipertensão, câncer entre outras. o processamento e uso da multimistura, a utilização de plantas não convencionais na alimentação da população em risco nutricional, são alternativa viáveis para aumentar a diversidade alimentar e conseqüentemente o teor nutricional dos alimentos consumidos pela população em geral. um fator que favorece a continuidade destas ações nos municípios, e o trabalho dos agentes de saúde, voluntários de pastoral que disseminam o trabalho em parceria com o PROVIDA, por ser uma das instituições que atuam no âmbito da educação nutricional e, sendo esta uma das condições para garantir melhora das condições nutricionais da população, e fundamental a realização das ações propostas pelo programa e sua ampliação principalmente na direção das ações do programa fome zero do governo federal.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% de etnias produzindo alimentação em plantas não convencionais	Percentual	31	01/2003	
% de municípios capacitados em farmácia e fitoterápicos	Percentual	0	01/2003	
% de municípios atendidos com KIT cozinha	Percentual	15	01/2003	
% de crianças e adolescentes entre 0-16 anos e gestantes desnutridos acompanhados	Percentual	12	01/2003	10

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4111	Capacitação em farmácia viva e fitoterápicos	0,00	0,00	0,00	14	0,00	0,00
4109	Assistência aos estudantes indígenas para produção de alimentos não convencionais	0,00	0,00	0,00	160	0,00	0,00
4108	Realização de pesquisa em segurança alimentar e nutricional nos municípios	0,00	0,00	0,00	18	0,00	0,00
4110	Capacitação de índios em alimentação e saúde	0,00	0,00	0,00	160	0,00	0,00
3163	Implantação de kit cozinha escola comunitária	0,00	0,00	0,00	10	0,00	0,00
4105	Assistência às escolas para utilização de plantas não convencionais para uso na merenda escolar	0,00	0,00	0,00	10	0,00	0,00
4106	Capacitação de recursos humanos em orientação alimentar e nutricional	0,00	0,00	0,00	18	0,00	0,00
4107	Assessoramento nos núcleos de produção implantados	0,00	0,00	0,00	23	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

(*) Programa transferido para a UG 41010 – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

QUADRO 279 - Programa Finalístico – 005

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
Objetivo:	Ampliar o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos e à assistência farmacêutica, promovendo seu uso racional.
Justificativa:	Devido à inexistência do serviço de assistência farmacêutica estruturada e organizado no Estado e nos municípios, torna-se difícil a distribuição e dispensação adequada dos medicamentos necessários aos usuários do SUS, impossibilitando a garantia do acesso aos medicamentos com qualidade, quantidade e em tempo oportuno. Com isso, a viabilização deste programa garante a redução de perdas e custos, adequação de serviços e maximização de resultados.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de kits distribuídos para os municípios do Estado	Percentual	0,00	30/06/2007	80
Percentual de atendimento com medicamentos excepcionais	Percentual	76,19	30/06/2007	90
Percentual de itens distribuídos por município do Estado	Percentual	0	30/06/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4112	Fornecimento de medicamentos para assistência farmacêutica básica	2.234.337,00	2.229.493,75	99,78	12	0	0,00
4323	Atendimento de medicamentos excepcionais (alto custo) da assistência farmacêutica	7.097.326,00	5.541.798,50	78,08	21.000	34.466	164,12
4113	Atendimento de medicamentos da assistência farmacêutica de áreas técnicas estratégicas	722.591,00	664.029,75	91,90	26.660	24.500	91,90
4115	Reestruturação do departamento de assistência farmacêutica	43.694,00	36.626,50	83,33	3	2	66,67
TOTAL		**10.097.948,00**	**8.471.948,50**	**83,90**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2006 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 280 - Programa Finalístico – 006

PROGRAMA - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
Objetivo:	Promover a melhoria do atendimento da população na atenção básica, visando à redução da morbimortalidade.
Justificativa:	As ações propostas pelo estado e municípios, enquanto provedores das condições indispensáveis ao pleno exercício do direito a saúde, estão sendo insuficientes até o momento, onde a baixa efetivação das políticas econômicas e sociais, que visam a redução dos riscos de doenças e de outros agravos na atenção básica, dificultam o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva. A não implantação destas ações implicará no aumento dos índices da morbimortalidade, enfraquecendo assim o sistema de atenção primária à saúde. O bom acesso aos municípios através das rodovias e estradas pavimentadas, a ampla cobertura de profissionais que atuam na atenção básica e a habilitação de todos os municípios em alguma forma de gestão (plena da atenção básica e/ou plena do sistema), são fatores favoráveis. O baixo índice de desenvolvimento humano da maioria dos municípios (baixo grau de escolaridade, baixas condições socioeconômicas), contribui ao não favorecimento das ações.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% de desnutrição em crianças < de 5 anos e % de gestantes com baixo peso	Percentual	< de 5 anos 6% e baixo peso em gestante 10,6%	31/12/2006	5,5% a 10%
Gravidez na adolescência / abortamento em adolescente	Percentual	35,73%	30/06/2007	34%
Números de laboratórios construídos	Unidade	0	31/12/2006	-
Taxa de internações por infecção	/1000	25,08	31/12/2006	38/1000 NV

respiratória aguda < 5 anos				
Taxa de mortalidade infantil	/1000 NV	14,01	31/12/2006	17/1000 NV
Mortalidade materna	/100.000 NV	52,43%	31/12/2006	63,49/100.000 NV
Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (psf)	Percentual	79,81%	31/06/2006	80%

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4117	Manutenção da vigilância nutricional para gestantes e crianças nos municípios	288.283,00	36.980,81	12,83	50	68	136,00
4124	Manutenção da atenção à saúde escolar	633.900,00	633.900,00	100,00	0	0	0,00
4125	Consolidação da rede de escolas promotoras de saúde	250.000,00	0,00	0,00	9	0	0,00
3063	Implantação de centros de referências em média complexidade para saúde bucal	45.000,00	45.000,00	100,00	6	7	116,67
4119	Promoção à saúde da mulher nos municípios	223.004,00	14.700,93	6,59	50	78	156,00
4123	Reestruturação das equipes de saúde bucal	118.191,00	88.190,70	74,62	32	81	253,13
4118	Promoção da saúde da criança nos municípios	183.939,00	7.437,00	4,04	50	62	124,00
4120	Implantação da atenção da saúde do adolescente e do jovem nos municípios	144.864,00	42.740,48	29,50	20	18	90,00
4403	Execução da estratégia saúde da família	110.131,00	100.779,57	91,51	40	60	150
3062	Informatização da Coordenação da atenção básica	0,00	0,00	0,00	30	0	0,00
TOTAL		**1.997.312,00**	**969.729,49**	**48,55**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 281 - Programa Finalístico – 007

PROGRAMA - PREVENIR É MELHOR DO QUE REMEDIAR	
Objetivo:	Fortalecer o sistema de vigilância epidemiológica
Justificativa:	Devido à deficiência do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental, não é possível ter o conhecimento oportuno dos eventos de relevância para a saúde e a tomada de decisão para o desencadeamento das medidas de intervenção necessárias, ocasionando o surgimento de epidemias e/ou surtos que poderiam ser evitados. Para a sua efetivação existem instrumentos de gestão (Plano Diretor de Regionalização/PDR) e a Programação Pactuada Integrada –PPI/ECD), descentralização de recursos aos municípios e ao estado dentre outros, entretanto, a deficiência de recursos humanos, materiais e financeiros , a ausência de regionais de saúde, a falta de sensibilização e de conhecimentos por parte de alguns profissionais e gestores, representam uma grande dificuldade que precisa ser superada.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Coeficiente de mortalidade infantil por componentes	Coeficiente	7,1	30/06/2007	30
Coeficiente de mortalidade por causa x faixa etária	Coeficiente	25,01	30/06/2007	140
Homogeneidade de cobertura vacinal de rotina nos municípios	Percentual	66	30/06/2007	60
Percentagem de casos notificados e investigados com encerramento oportuno	Percentagem	80	30/06/2007	80
% de municípios com equipe mínima completa de ve. e de va.	Percentual	100	30/06/2007	80
% de municípios com envio regular de sis	Percentual	85	30/06/2007	85
% de municípios com equipes capacitadas para ve e va.	Percentual	97	30/06/2007	90
% de núcleos de ve e va implantados	Percentual	-	30/06/2007	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4128	Manutenção dos núcleos de vigilância epidemiológica e ambiental	5.203.381,00	2.863.297,25	55,03	8	4	50,00
4126	Realização de imunização da população com doses de vacinas e soros (imunobiológicos)	628.947,00	87.371,45	13,89	888.670	1.022.260	115,03
3066	Informatização do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental	327.431,00	61.677,00	18,84	120	22	18,33
4127	Manutenção dos sistemas de informações em saúde	22.653,00	22.652,09	100,00	78	58	74,36
TOTAL		**6.182.412,00**	**3.034.997,79**	**49,09**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 282 - Programa Finalístico – 008

PROGRAMA - DAR MAIS SAÚDE A VIDA	
Objetivo:	Realizar ações de prevenção, diagnostico, tratamento, reabilitação e avaliação do comportamento das doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de risco, contribuindo para a redução da morbi-mortalidade destes.
Justificativa:	As doenças não transmissíveis são as que apresentam maior taxa de mortalidade e cada vez se apresentam em idades mais precoces, por exemplo: acidentes automobilísticos, câncer, doenças cardiovasculares, suicídio. com isso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações específicas de prevenção, informação e detecção que permitam diminuir seus efeitos negativos, além de reduzir os custos para o sistema de saúde do estado favorecem o desenvolvimento destas ações as experiências dos programas já implantados como o controle do câncer de colo de útero, controle de tabagismo e outros fatores de risco , diabetes e hipertensão, saúde mental. bem como, a existência de portaria ministerial criando a coordenação das dants (doenças e agravos não transmissíveis) nas secretarias estaduais de saúde.

Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de mortalidade geral por câncer	Taxa p/100.00 hab.	39,59	12/12/2007	25
Percentual de pacientes hipertensos cadastrados	Percentual			100
Percentual de pacientes diabéticos cadastrados	Percentual			100
Percentual de óbitos por acidentes de trabalho	Percentual	0,64	12/12/2007	1

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4132	Atendimento a população trabalhadora para diagnostico e tratamento de doenças e acidentes relacionados ao trabalho	371.868,00	193.943,42	52,15	5	25	500,00
4130	Assistência a população para prevenir, detectar e tratar o câncer	635.954,00	207.095,27	32,56	40	26	65,00
4134	Realização de controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer	105.031,00	5.565,00	5,30	59	73	123,73
4135	Monitoramento de indicadores epidemiológicos do câncer e seus fatores de risco	112.658,00	4.371,95	3,88	1	1	100,00
4136	Acompanhamento dos pacientes diagnosticados com hipertensão e diabetes mellitus	0,00	0,00	0,00	85	85	100,00
4129	Manutenção de serviço de alta complexidade em oncologia (cacon)	362.745,00	289.715,38	79,87	1	1	100,00
4360	Assistência à saúde da população carcerária	43.801,00	7.011,30	16,01	100	33	33,00
4395	Estruturação do serviço de atenção à saúde do idoso	61.658,00	8.382,80	13,60	6	0	0,00
589	Assistência à saúde mental nos municípios	16.298,00	13.471.55	82,66	14	9	64,29
TOTAL		**1.710.013,00**	**716.085,12**	**41,88**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 283 - Programa Finalístico – 009

PROGRAMA - FORTALECIMENTO ESTRUTURAL DAS UNIDADES DO SUS	
Objetivo:	Criar estruturas de unidades de saúde do sus no Estado do Tocantins, com capacidade de atendimento e condições de resolver os problemas de saúde da população, contribuindo para a produção e oferta de novos serviços, apoiando assim a descentralização da saúde.
Justificativa:	Há uma demanda reprimida de pedidos, solicitações e necessidades de construção, reformas e ampliações de unidades do sus; aquisição de equipamentos e de veículos para funcionalidade dos serviços de saúde prestados à população.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de unidades do SUS, construídas, reformadas e ampliadas	Percentual	19,05	30/06/2007	82
Percentual de veículos adquiridos	Percentual	00	30/06/2007	82
Percentual de unidade do SUS equipadas	Percentual	2,74	30/06/2007	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3067	Ampliação da rede física do SUS no estado	25.105.376,00	1.804.374,13	7,19	21	9	42,86
3069	Ampliação da frota da rede do SUS	308.384,00	269.064,09	87,25	66	0	0,00
3068	Reestruturação das unidades do SUS	14.364.868,00	2.789.930,25	19,42	292	24	8,22
TOTAL		**39.778.628,00**	**4.863.368,47**	**12,23**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 284 - Programa Finalístico – 010

PROGRAMA - ATENÇÃO PROGRESSIVA À SAÚDE	
Objetivo:	Oferecer consultas, exames, internações hospitalares e serviços de reabilitação à população do Estado.
Justificativa:	O baixo nível de organização da rede ambulatorial; a centralização da oferta de consultas e exames especializados; a ausência de alguns serviços especializados e a inexistência da regulação dos serviços de saúde; a não organização dos aspectos acima citados proporcionará, um aumento de internações, o aumento nas filas de espera; a insatisfação dos usuários e consequentemente a deteriorização dos indicadores de morbimortalidade.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de rede ambulatorial estruturado	Percentual	0	30/06/2007	100
Percentual de central de regulação de leitos e de urgência	Percentual	0	30/06/2007	80
Percentual de hospitais mantidos	Percentual	105,8	30/06/2007	100
Percentual de construção de centros de reabilitação	Percentual	0	30/06/2007	80

Percentual de TFD atendidos	Percentual	100	30/06/2007	80
Percentual de central de regulação de captação e doação de órgãos e transplante	Percentual	0	30/06/2007	80
Percentual de central de marcação de consulta e exames especialização	Percentual	0	30/06/2007	80
Percentual de centro de reabilitação implantado	Percentual	25	30/06/2007	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4143	Viabilização do tratamento de pacientes em especialidades	2.413.548,00	2.324.158,75	96,30	1200	498	41,50
3071	Implantação de centro de reabilitação	1.150.098,00	731.327,19	63,59	4	3	75,00
4147	Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar adquirido na rede do SUS no Tocantins.	52.063.318,00	51.210.824,00	98,36	339	306	90,27
4141	Manutenção da rede hospitalar	147.772.541,00	131.111.656,00	88,73	19	19	100,00
4401	Operacionalização das centrais de regulação de urgência e emergência (samu – 192)	2.389.750,00	2.389.750,00	100,00	4	3	75,00
4402	Operacionalização do complexo regulador	200.578,00	28.664,00	14,29	4	2	50,00
4404	Atendimento em saúde auditiva, visual e bucal da população tocantinense (ouvir/ver/sorrir)	440.133,00	440.122,06	100,00	139	73	52,52
TOTAL		**206.429.966,00**	**188.236.502,00**	**91,19**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 285 - Programa Finalístico – 011

PROGRAMA - PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NA REDE ESTADUAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE	
Objetivo:	Promover a realização de exames laboratoriais de média e alta complexidade para rede laboratorial, descentralizando-os com a construção da sede definitiva do laboratório de saúde pública de araguaína.
Justificativa:	Em virtude dos municípios não terem condições de realizar exames de média e alta complexidade, pelo seu alto custo e necessidade de pessoal qualificado, e considerando a dificuldade de envio de amostras ao LACEN em tempo adequado pelos municípios mais afastados conforme exposto nas reuniões regionalizadas, faz-se necessária a construção da sede definitiva do laboratório de araguaína para atender a região norte e a manutenção dos procedimentos realizados no LACEN da região centro sul. Estes exames são imprescindíveis no controle de doenças e na determinação da qualidade dos produtos oferecidos à população.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Percentual de exames realizados	Percentual	2,12	30/05/2007	1,78

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4149	Supervisão dos laboratórios que fazem parte da rede estadual de laboratórios	46.853,00	21.958,50	46,87	111	122	109,91
4148	Manutenção dos procedimentos da rede de laboratórios de saúde pública	2.204.122,00	955.469,00	43,35	190000	222736	117,24
3076	Reestruturação da rede de laboratórios	432.756,00	45.138,00	10,43	21	2	9,52
3078	Informatização da rede estadual de laboratórios de saúde pública	40.460,00	0,00	0,00	15	0	0,00
TOTAL					-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 286 - Programa Finalístico – 012

PROGRAMA - EDUCA - SUS	
Objetivo:	Qualificar e especializar profissionais da saúde, visando garantir o efetivo desenvolvimento da política de saúde do SUS.
Justificativa:	O sus vêm sendo implementando visando garantir o acesso da população a serviços e ações de qualidade e resolutivas. um dos tripés de um bom sistema de saúde está na qualificação técnica e humana de seus trabalhadores. atualmente, o ensino das profissões de saúde não prepara adequadamente para intervenção no modelo de saúde pública, ficando sob responsabilidade dos serviços de saúde a requalificação dos profissionais para o desenvolvimento dos serviços. é fundamental a existência de profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, capazes de uma prática em equipe, multiprofissional e interdisciplinar. sendo assim, este programa visa atender a demanda levantada nos municípios do estado.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de gestores e conselheiros da saúde qualificados	Unidade	0	30/06/2007	900
Profissionais qualificados para atender usuários do SUS	Unidade	2320	30/06/2007	2300

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4151	Desenvolvimento de pós-graduação em saúde	2.911.418,00	255.285,77	8,77	300	168	56,00
4150	Capacitação de profissionais da saúde	4.616.355,00	651.189,50	14,11	2300	6661	289,61

4152	Fomentar o desenvolvimento de pesquisa no sistema único de saúde	135.000,00	0,00	0,00	10	0	0,00
4153	Qualificação de conselheiros e gestores de saúde e movimentos sociais	116.500,00	93.648,09	80,38	515	544	105,63
TOTAL		**7.779.273,00**	**1.000.123,36**	**12,86**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 287 - Programa Finalístico – 013

PROGRAMA - VIGILÂNCIA SANITARIA EM AÇÃO, PROMOVENDO SAÚDE	
Objetivo:	Implementar as ações de VISA com controle de bens de consumo e prestação de serviços que direta e indiretamente se relacionam com a saúde, compreendendo todas as etapas e processos, da produção ao consumo.
Justificativa:	As ações de visa no Tocantins foram desenvolvidas ao longo desses anos como parte das atividades de saúde pública, sem diferenciação organizacional significativa, embora se tratando de um órgão fiscalizador, regulador e com poder de polícia.a falta de prioridade, investimento em tecnologia e desenvolvimento humano causou limitações nas suas ações de fiscalização do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos a visa, inclusive dos ambientes dos processos dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, promovendo a proteção da saúde da população, por intermédio desse controle. os indicadores epidemiológicos mostram que o estado do Tocantins apresenta índices indesejáveis em várias doenças cujas as causas estão relacionadas com falta de higiene nas residências e nos serviços de saúde, na alimentação, falta de água tratada, lixo, esgoto a céu aberto, além de intoxicações domésticas com medicamentos, agrotóxicos, produtos de limpeza e plantas tóxicas. com a não implementação do programa da ¨ vigilância sanitária em ação: promovendo saúde ¨ ocasionará riscos eminentes a saúde da população do Tocantins, aumento de doenças relacionadas a falta de higiene sanitária, o aumento de estabelecimentos em desacordo com as normas, a falta do cumprimento da visa nas ações de fiscalização em: medicamentos, saneamentos e meio ambiente, unidade de saúde, comércio de alimentos, indústria farmacêutica, sangue e hemoderivados entre outros.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	**Unidade de Medida**	**Índice Atual**	**Data da Apuração**	**Índice Desejado**
Vigilância sanitária em ação, promovendo saúde	Percentual	37	30/06/2007	70

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**		
		RECURSOS (R$)					
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
3081	Estruturação das regionais de vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	1	0	0,00
4154	Inspeção sanitária de serviços e produtos de interesse à saúde.	708.416,00	573.506,25	80,96	480	711	148,13
TOTAL		**708.416,00**	**573.506,25**	**80,96**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 288 - Programa Finalístico – 014

PROGRAMA - HEMORREDE DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	Assegurar os serviços hemoterápicos prestados à população doadora e receptora de sangue e portadores de hemonoglobinopatias.
Justificativa:	Implantação e manutenção dos ambulatórios e laboratórios de coagulopatias e hematologia no hemocentro coordenador de palmas e hemocentro regional de araguaína para o atendimento e diagnóstico de pacientes com complexidades hematológicas, para que estes tenham amparo no próprio estado, pois estes se deslocam para outras regiões, sendo que o estado tem potencial para ser um centro de referência. manutenção dos serviços prestados pela hemorrede, evitando a insuficiência de doadores de sangue que provocariam situações de emergência na rede hospitalar, já que com a conclusão do hospital geral de palmas e o aumento da complexidade hospitalar a demanda se ampliará, sendo necessária uma maior mobilização da população.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de ambulatórios implantados	Unidade	0	30/06/2007	2
Percentual de doadores voluntários	Percentual	56	30/06/2007	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4156	Captação de doadores	89.535,00	9.535,00	10,65	70	56	80,00
4155	Manutenção da hemorrede do tocantins	635.312,00	190.633,59	30,01	8	8	100,00
3083	Ampliação do hemocentro regional de araguaína	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
TOTAL		**724.847,00**	**200.168,59**	**27,62**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 289 - Programa Finalístico – 025

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL – FMT	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de ensino no âmbito da saúde. Proporcionar ensino de pós-graduação, capacitação e atualizações periódicas em forma de cursos, oficinas, seminários, palestras, simpósios, fóruns e outros. Formação de recursos humanos qualificados na área de medicina tropical para atuação nos diversos setores da saúde, buscando a resolução dos problemas, de maneira integrada com os demais centros de pesquisa. Realizar visitas técnicas para outras instituições com a finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando a implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa. Formação de grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de pesquisas, que atendam as necessidades regionais integrar as atividades da pós-graduação e demais capacitações com pesquisa, no processo da investigação científica.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento de ensino em medicina tropical, devido à dificuldade de acesso aos centros formadores e elevado custo relacionado quanto à importação de cursos. Carência de profissionais com titulação e/ou capacitação que possam atuar na pesquisa, ensino e serviços, com visão crítica para detecção e resolução dos problemas regionais. Dificuldade de contratação e fixação de mão de obra qualificada por questões regionais e ou financeiras.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de ensino	porcentagem	11,86	30/06/2007	100,00
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de ensino	porcentagem	-	30/06/2007	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4165	Capacitação para profissionais em saúde	120.000,00	51.483,03	42,90	170	348	204,71
4163	Expansão interinstitucional na área de ensino	10.000,00	9.763,73	97,64	2	2	100,00
4166	Desenvolvimento de pós-graduação na área de medicina tropical	112.000,00	84.911,72	75,81	5	4	80,00
TOTAL		**242.000,00**	**146.158,48**	**60,40**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 290 - Programa Finalístico – 026

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL - FMT	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento de pesquisa em medicina tropical, promover o conhecimento, a investigação e a detecção dos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva. Desenvolver e aprimorar metodologias, estratégias e atividades que visem à adoção de medidas de prevenção, tratamento e controle das doenças e agravos em medicina tropical. Integrar as atividades de pesquisa com a pós-graduação e demais capacitações do programa de ensino, no processo de formação acadêmica. Formar e fortalecer grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de investigação locais e/ou multicêntricas para atender necessidades em saúde. Produzir materiais e insumos a partir de recursos naturais regionais de forma sustentável. Realizar visitas técnicas para outras instituições com finalidade de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, visando à implantação e desenvolvimento das atividades de pesquisa.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da pesquisa em medicina tropical regional, necessidade de caracterização e identificação dos fatores determinantes e condicionantes na saúde individual e coletiva, melhor aproveitamento da biodiversidade da região, apoio aos serviços de saúde oferecidos à população na busca de maior efetividade e qualidade, necessidade de formar e fortalecer grupos de pesquisadores que desenvolvam linhas de investigação locais e/ou multicentricas, necessidade de troca de experiências nacionais e internacionais entre instituições de pesquisa.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de pesquisa	Porcentagem	60	30/06/2007	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de pesquisa	Porcentagem	70	30/06/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3087	Implantação do complexo de pesquisa em medicina tropical	530.482,00	474.061,94	89,36	10	9	90,00
4167	Manutenção do complexo de pesquisa em medicina tropical	21.094,00	21.068,49	99,98	100	100	100,00
4168	Expansão interinstitucional na área de pesquisa	20.677,00	20.219,56	97,79	7	7	100,00
4169	Realização de pesquisa em medicina tropical	44.141,00	35.467,69	80,35	3	3	100,00
3088	Adequações e instalações especiais	0,00	0,00	0,00	100	0	0,00
TOTAL		**616.394,00**	**550.817,68**	**89,36**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 291 - Programa Finalístico – 027

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE - FMT	
Objetivo:	Criar infra-estrutura necessária para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde. Proporcionar economicidade e qualidade ao trabalho da FMT, pela criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação, informática; promover o desenvolvimento técnico-científico, da região, pela divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários garantindo a retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; apoiar e divulgar a ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais, internacionais e outros setores da sociedade; assim como instrumentar, capacitar, desenvolver e fortalecer o corpo técnico da área de informação em saúde.
Justificativa:	Necessidade de infra-estrutura para apoio ao desenvolvimento da área de informação em saúde, necessidade de criação e utilização de ferramentas facilitadoras de processos na área de informação, documentação e informática; de divulgação de pesquisas, atualização de profissionais de saúde por meio de congressos, fóruns e seminários; de retroalimentação do sistema de saúde e instituições de ensino e pesquisa; de apoio e divulgação das ações de pesquisa e ensino nas instituições de saúde nacionais,internacionais e outros setores da sociedade; assim como de instrumentação, capacitação, desenvolvimento e fortalecimento do corpo técnico da área de informação em saúde.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de informação	Porcentagem	57,14	30/06/2007	100
Média das metas físicas em percentagem realizada do programa de informação	Porcentagem	-	30/06/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4172	Expansão interinstitucional	7.000,00	2.827,50	40,39	4	3	75,00

	da área de informação em saúde						
3089	Construção do Centro de Informação - FMT	1.000.000,00	999.999.94	100,00	10	10	100,00
4170	Manutenção do Centro de Informação - FMT	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
4171	Promoção de eventos cient e culturais no âmbito da saúde	174.201,00	173.366,45	99,52	1	2	200,00
4174	Divulgação de informação em saúde	15.645,00	15.645,00	100,00	1	2	200,00
3090	Implantação do Centro de Informação - FMT.	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
4173	Tratamento de informação	145.255,00	145.254,27	100,00	2	3	150,00
TOTAL		**1.342.101,00**	**1.337.093,16**	**99,63**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 292 - Programa Finalístico – 028

PROGRAMA - AVALIAÇÃO EM SAÚDE - FMT	
Objetivo:	Avaliar com os demais setores sociais e institucionais os programas, ações, tecnologias e situações de saúde da população tocantinense.
Justificativa:	Necessidade de fortalecer o programa (promoção, prevenção, controle, eliminação e erradicação), apoiando a execução com análise de aspectos operacionais e táticos (estrutura, processo e resultados), na busca de soluções para os possíveis problemas, maximizando a utilização dos recursos disponíveis e aprimorando a capacidade de atuação das equipes envolvidas assim como a realização de intercâmbios e convênios. Necessidade de fomentar o setor saúde na busca informação, baseada em metodologia/tecnologia, sobre o analise, controle e execução das ações contra os agravos a saúde da população.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Porcentagem de metas físicas em unidade realizada do programa de avaliação	Porcentagem	33,33	30/06/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4179	Expansão interinstitucional de avaliação em saúde	0,00	0,00	0,00	2	2	100,00
4178	Avaliação dos serviços de saúde nos diversos níveis de atenção e suas inter-relações	0,00	0,00	0,00	1	1	100,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 293 - Programa Finalístico – 111

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE – ETSUS	
Objetivo:	Promover a formação e qualificação de recursos humanos em nível básico e técnico.
Justificativa:	O Estado do Tocantins não possui uma escola de ensino profissional que venha suprir a demanda existente em determinadas áreas de técnicos da saúde. O que traz enormes prejuízos ao combate de endemias, e ao estabelecimento de uma rede de promoção à saúde.com sua implantação haverá desenvolvimento técnico dos profissionais qualificando-os para melhor desempenho nas áreas da saúde. A não implantação da escola técnica do SUS (etsus) acarretaria em permanecermos com um serviço de saúde que não tem correspondido as exigências do SUS por falta de profissionais formados, funcionará provisoriamente no endereço 403 sul, antigo aeroporto, zona urbana de palmas.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Número de profissionais de saúde nível básico	Unidade	5.316	30/06/2007	6.616
Número de profissionais de saúde de nível técnico	Unidade	4.884	30/06/2007	5.174

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4183	Manutenção de Serviços de Transporte – ETSUS	9187.00	8.194.33	89,19	2	4	200,00
4358	Coordenação e Manutenção dos Serviços Adm. Gerais – ETSUS	227.538,00	176.961,95	77,77	251.335	251.335	100,00
4184	Manutenção de Recursos Humanos – ETSUS	1.262.979,00	1.243.520,38	98,46	19	46	242,11
4185	Manutenção dos Serviços de Informática – ETSUS	17.944,00	17.943,27	100,00	69	69	100,00
4393	Formação Técnica em Saúde	2.342.436,00	360.054,19	15,37	5	3	60,00
TOTAL		**3.850.897,00**	**1.798.479,79**	**46,70**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

QUADRO 294 - Programa de Gestão de Políticas Públicas – 187

PROGRAMA - QUALIFICA SUS -TO	
Objetivo:	A consolidação do Sistema Único de Saúde no Tocantins passa pela redefinição das ações de saúde enquanto prioridade de atuação governamental, pela redefinição e modernização institucional e gerencial da Secretaria Estadual de Saúde e por novos modelos de gestão que venham dar conta da promoção, proteção e recuperação da saúde da população.
Justificativa:	A implementação dessa estratégia visa reorientar o modelo de atenção à saúde, de forma mais eficiente e eficaz, consolidando a missão da instituição enquanto órgão formador de políticas de saúde pública, coordenador, normatizador, regulador de cooperação técnica aos municípios, no processo de legitimação do Sistema Único de Saúde.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4408	Apoio ao controle social	7.574,00	2.593,10	34,24	1	1	100,00
4399	Humanização da rede do SUS no Tocantins	290.000,00	150.000,00	51,72	20	15	75,00
4400	Monitoramento dos sistemas, serviços públicos e privados credenciados ao SUS	42.912,00	35.293,50	82,25	432	22	5,09
4397	Desenvolvimento de políticas de gestão da saúde	1.039,544.00	282.419,28	27,17	9	9	100,00
4398	Divulgação das ações realizadas à população pelo SUS do Tocantins	2.699.000,00	2.633.868,25	97,59	100	199	199,00
TOTAL		**3.039.486,00**	**3.104.174,13**	**102,13**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do Fundo Estadual de Saúde

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
454.029.783,00	392.298.113,33	86%	61.731.669,67

3.2.3.19 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC, criado pela Lei 503, de 28 de Dezembro de 1992, a partir do Decreto 1.029, de 1ª de Setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas por meio de 02 programas finalísticos da Agência de Defesa Agropecuária: o Programa de Defesa e Inspeção Animal e o Programa de Defesa e Inspeção Vegetal. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 4.100.000,00**, com execução de **R$ 3.191.094,00**, como demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 295 - Programa Finalístico – 060

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	Coordenar e erradicar enfermidades que acometem animais que possuem importante impacto sócio-econômico e efetuar inspeção industrial sanitária animal, visando garantir alimentos em condições higiênico-sanitárias ideais, sem risco à saúde pública.
Justificativa:	A manutenção da saúde e inspeção de animais domésticos constituem o alicerce básico no processo de produção numa economia planificada. A sanidade e inspeção se constitui em pré-requisito ao acesso à mercados competitivos, e exigentes além da garantia da saúde da população e seu bem estar social.
Prazo de Execução:	2004-2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Produto de Origem Animal	Toneladas	920.079,12	dezembro/07	2.243.312.54
Animais inspecionados	Animais	107.517.990	dezembro/07	75.463.553

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4232	Apoio à execução das ações de defesa e inspeção sanitária animal	3.551.100,00	2.905.731,87	81,83	10.840.150	53.758.995	495,92
TOTAL		**3.551.100,00**	**2.905.731,87**	**81,83**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNPEC

QUADRO 296 - Programa Finalístico – 061

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	Dar apoio no fortalecimento e ampliação das ações de vigilância e inspeção fitossanitárias, controle do trânsito de vegetais e suas partes e o estabelecimento de área ou local de produção livre de pragas agrícolas. Inspecionar a comercialização de sementes e mudas, garantindo assim produtos que atendam a qualidade desejada e normatizada por legislações. Inspecionar a comercialização de agrotóxicos, garantindo a comercialização somente de produtos cadastrados na ADAPEC.
Justificativa:	O Estado do Tocantins, com sua localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção e as excelentes condições edafoclimáticas predominantes, desponta como um importante Estado agrícola, alcançando safras recordes em períodos consecutivos. Para minimizar os riscos de entrada e de dispersão de pragas e preservar a qualidade sanitária dos produtos agrícolas produzidos no estado, são necessárias ações de controle do trânsito de vegetais e suas partes, de vigilância fitossanitária e de controle de pragas e essas ações serão desenvolvidas com o envolvimento de todos os segmentos interessados. O sistema de produção e comercialização de sementes e mudas no Brasil é normatizado por legislações federais, visando garantir os padrões mínimos na produção destes insumos. Esta produção é repassada aos Estados por forma de convênios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA com as instituições estaduais, e no Tocantins esta atribuição poderá ser repassada a ADAPEC. O comércio de agrotóxicos também é regido por legislações federais é repassada aos Estados através de convênios, e esta delegada a ADAPEC a realização desta inspeção no Tocantins.

Prazo de Execução:	2007

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Culturas Vegetais de Interesse econômico inspecionadas	Área Inspecionada	185.593	Dezembro de 2007	32.153
Inspeções Fitossanitárias Realizadas	Fiscalizações Realizadas	9.540	Dezembro de 2007	3.252

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4233	Apoio a execução das atividades de defesa e inspeção sanitária vegetal	548.900,00	285.362,13	51,98	10.000	10.000	100,00
TOTAL		**548.900,00**	**285.362,13**	**51,98**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUNPEC

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
4.100.000,00	3.191.094,00	77,83	908.906,00

3.2.3.20 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico foi criado pelo Decreto nº 1.746 de 15 de dezembro de 2006 e está vinculado a Secretaria de Indústria e Comércio.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE foram geridas e executadas pela Secretaria de Indústria e Comércio através de ações estruturadas no programa finalístico denominado Programa de Apoio à Competitividade Industrial, que teve como recurso autorizado o montante de **R$ 4.809.283,00,** sendo utilizados desse valor **R$ 513.978,84,** conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 297 - Programa Finalístico – 128

PROGRAMA - APOIO A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	
Objetivo:	Atrair investimentos privados para o desenvolvimento dos setores de indústria, comércio e turismo, bem como melhorar acompetitividade dos citados setores.

Justificativa:	O Tocantins inicia seu processo de desenvolvimento econômico tendo como base o setor primário da economia local,sobressaindo a produção de grãos, a fruticultura, a pecuária de corte, e a piscicultura. Porém existe a necessidade de agregar valor a esta produção, aumentando o número de postos de trabalho, bem como o aumento da renda da população. No entanto para atrair novas empresas no setor industrial faz-se necessário uma política pública que ofereça vantagens do ponto de vista de competitividade da produção no Tocantins. Neste contexto, os incentivos fiscais, financeiros e localizacionais são imprescindíveis na atração de investimentos e na melhoria da competitividade das empresas aqui instaladas.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Não foi estabelecido	Não foi estabelecido	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3118	Capacitação de Gesão Empresarial	100.000,00	46.122,96	46,12	40	110	275,00
3119	Realização de Feiras	1.000.000,00	451.586,20	45,16	5	5	100,00
3120	Viabilização das Exportações das micros e Pequenas Empresas	100.000,00	719,08	0,72	20	0	0,00
3121	Elaboração de Estudos de mercados de Cadeias Produtivas	100.000,00	5.122,60	5,12	1	0	0,00
3122	Viabilização de Instalações de Galpão industrial	3.009.283,00	0,00	0,00	3	0	0,00
4236	Divulgação de Beneficio Concedido Pelo Prosperar	100.000,00	2.688,00	2,69	30	44	146,67
4237	Acompanhamento das Empresas Beneficiadas Pelo Prosperar	400.000,00	7.740,00	1,94	140	279	199,29
TOTAL		**4.809.283,00**	**513.978,84**	**10,69**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FDE

3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei nº 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, órgão vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Sua denominação foi alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, através da Lei nº 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4.º.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, através das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, é assegurar a participação da

comunidade na elaboração e implementação de programas na área social, promover e desenvolver ações de atendimento às necessidades humanas e sociais, melhorando, assim as condições de vida das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, priorizando atendimento às crianças, aos adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores empregados e desempregados.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em dez programas finalísticos. Para esses programas foram destinados recursos na ordem de **R$ 38.246.343,00**, sendo executado o valor de **R$ 34.371.296,71,** conforme demonstrado nos quadros a seguir:

QUADRO 298 - Programa Finalístico – 142

PROGRAMA - GERAÇÃO DE RENDA	
Objetivo:	Promover a inserção de Pessoas e Famílias de baixa renda no mercado de trabalho criando oportunidade de emprego e renda.
Justificativa:	No estado do Tocantins, mais de 80% dos municípios possuem população inferior a 10.000 habitantes. 5,88% dessas pessoas recebem até 1/2 salário mínimo de renda mensal e 21,42% dessas não possuem rendimentos (IBGE/PNAD 2000). Contrariando esta realidade social constatada, o estado possui rico potencial produtivo que necessita ser explorado e racionalizado para o desenvolvimento dessas comunidades carentes. A ausência de emprego e renda gera forte dependência da população em relação ao poder público. Torna-se comum os pedidos de cestas básicas, passagens, remédios e outros feitos por pessoa carentes às prefeituras. Daí, a necessidade de implantação e revitalização por meio do programa Geração de Renda nos municípios, minimizando a vulnerabilidade social bem como a desoneração da política de assistência social.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Renda per capita; renda família per capta.	pessoa	1.147,80	2000/2002	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3145	Implantação de Unidade de Geração de Renda	1.310.511,00	465.943,20	35,55	31	5	16,13
3146	Revitalização das Unidades de Geração de Renda	359.809,00	214.617,65	59,65	21	3	14,29
4250	Capacitação das Famílias do Programa Geração de Renda	347.950,00	57.410,00	16,50	185	0	0,00
4327	Realização de Evento do Programa Geração de Renda	696,00	695,29	99,90	10	0	0,00
TOTAL		**2.018.966,00**	**738.666,14**	**36,58**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 299 - Programa Finalístico – 149

PROGRAMA - COMBATE A FOME	
Objetivo:	Garantir em caráter emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social, direito à alimentação, bem como promover ações estruturantes que possibilite o acesso perene à uma alimentação de qualidade.
Justificativa:	A partir das informações do dia "D", realizado pelo Provida, foi detectado desnutrição e risco nutricional em 42 municípios do estado, tendo sido constatado que possuem também o menor índice de desenvolvimento humano e o menor índice de desenvolvimento infantil. Diante disso, a não implantação de um programa de combate a fome e desnutrição implicarão no agravamento da situação naqueles municípios e ampliação dessa gravidade para outros municípios, para melhoria das variáveis analisadas na composição do IDH/IDI e apoio ao programa fome zero no estado, o programa conterá ações de desenvolvimento local e organização comunitária. Ressaltamos que a orientação da política nacional é condição favorável para a implantação das ações propostas.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de atendimento de criança desnutridas	pessoa	29	01/12/2002	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4275	Manutenção de Unidades do Programa Combate à Fome	203.284,00	196.198,23	96,51	7	5	71,43
4276	Suplementação Alimentar e Nutricional para Famílias Carentes	3.870.249,00	3.719.033,70	96,09	14.000	14.000	100,00
3201	Implantação de unidade de produção alimentar	144.546,00	55.571,59	38,45	27	7	26,00
TOTAL		**4.218.079,00**	**3.970.803,52**	**94,14**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 300 - Programa Finalístico – 141

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	Promover a Inclusão social de criança e adolescentes membros de famílias de baixa renda, por meio da concessão de auxílio financeiro, acesso a atividades de reforço escolar, práticas esportivas, recreativas, civismo e cidadania, contribuindo, portanto para o crescimento físico e psico-social dos mesmos.
Justificativa:	Altos índices de evasão e repetência escolar, envolvimento de crianças e adolescentes com drogas e prostituição vulnerabilidade socioeconômica requer implementação de ações fique possibilite o distanciamento de crianças e adolescentes dessas situações de risco, de outro modo será crescente a vulnerabilidade social da juventude tocantinense.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de Família Atendidas Tx. de Evasão Escolar Tx. Analfabetizmo	famílias			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4245	Manutenção de Núcleos do Programa Pioneiros Mirins	1.140.094,00	1.126.414,56	98,80	148	148	100,00
4247	Realização de Eventos do Programa Pioneiros Mirins	389.587,00	368.122,02	94,49	3	3	100,00
4354	Concessão de Benefícios aos Pioneiros Mirins	17.227.334,00	17.177.061,05	99,71	45.000	42.474	94,39
3186	Construção de Prédios para o Programa Pioneiros Mirins	00,00	00,00	0,00	2	0	0,00
4416	Capacitação de Recursos Humanos do Programa Pioneiros Mirins	8.165,00	00,00	0,00	11	0	0,00
TOTAL		**18.765.180,00**	**18.671.597,63**	**99,50**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 301 - Programa Finalístico – 144

PROGRAMA - PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	
Objetivo:	Erradicar o Trabalho infantil privilegiando a freqüência e sucesso escolar
Justificativa:	O trabalho infantil representa uma violação do direito da criança e do adolescente de estudar, participar de atividades esportivas e culturais, impedindo o seu desenvolvimento harmonioso, segundo dados do UNICEF existem cerca de pelo menos 120 milhões de meninos entre 5 e 14 anos de idade que trabalhão em paises em desenvolvimento como África, Ásia e América Latina, segundo dados do PNAD o estado do Tocantins está no segundo lugar no ranking brasileiro do trabalho infantil. O PETI tem dentre suas estratégias a realização de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer e ainda apoiar e orientar as famílias por meio de ações sócio-educativas e implementando programas e projetos de geração de renda que contribuem para o seu processo de emancipação, promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu desenvolvimento.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de alunos aprovados Tx. de criança e adol. Retiradas do trabalho infantil	Pessoa	0	0	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4257	Concessão de Bolsa para Beneficiários do PETI	87.263,00	41.808,70	47,91	720	250	34,72
4331	Capacitação Continuada de Recursos Humanos do PETI	202.100,00	5.341,00	2,64	387	0	0,00
4332	Realização de Eventos do PETI	10.000,00	6.013,40	60,13	1	1	100,00

4333	Manutenção de Unidades do PETI	174.245,00	34.459,31	19,78	3	5	166,67
TOTAL		**473.608,00**	**87.622,41**	**18,50**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 302 - Programa Finalístico – 147

PROGRAMA - APOIO À PESSOA IDOSA	
Objetivo:	Apoiar e incentivar ações de inclusão social do idoso carente possibilitando a tender suas necessidades básicas, propiciando sua integração social, o fortalecimento dos laços familiares e o exercício da cidadania, em conformidade com a política nacional do idoso.
Justificativa:	O programa de apoio a pessoa idosa é um mecanismo de inclusão social do idoso, tendo em vista o acelerado crescimento da população idosa. Segundo dados do IBGE, o Tocantins revela um aumento significativo do número de idosos, que passou a representar 9,1% da população tocantinense, totalizando 71.882 idosos. Para enfrentar este desafio foi instituído o programa de apoio a pessoa idosa para assegurar um envelhecimento digno e com qualidade de vida, tendo como diretrizes a inserção, prevenção, promoção, proteção, integração social, independência e autonomia do idoso o programa será implementado pela SETAS Secretaria do Trabalho e Ação Social por meio da Coordenação de Assistência Social.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de idosos carentes incluídos em progr. sociais	pessoa			

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4337	Capacitação de Profissionais para Atendimento ao Idoso	30.000,00	865,00	2,88	320	0	0
4338	Realização de Evento para o Idoso	50.000,00	21,153,00	42,31	1	1	100
4339	Revisão do Benefício de Prestação Continuada – Idoso	125.800,00	16.899,77	13,43	1.300	1.300	100
4340	Manutenção de Unidades de Atendimento ao Idoso	297.919,00	284.751,63	95,58	49	23	46,94
TOTAL		**503.719,00**	**323.669,40**	**64,26**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 303 - Programa Finalístico – 150

PROGRAMA - APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	
Objetivo:	Promover a inclusão Social, habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência à vida comunitária, propiciando a melhoria da atenção e dos indicadores sociais.
Justificativa:	Os índices nacionais indicam o número de 24,6 milhões de portadores de deficiência no País. A desigualdade de oportunidade de inclusão social, a necessidade de ampliação de modalidade de atendimento, a insuficiência de dados que definam melhor perfil dos portadores de deficiência, suas potencialidades e necessidades prioritárias, a insuficiência

	de recursos humanos qualificados, entre outros aspectos, vem exigir dos gestores, maior investimento na área. Considerando o número de 187.717 portadores de deficiência no Estado, cuja inclusão social ainda encontra-se deficitária, pretende-se oferecer com o programa de apoio à pessoa portadora de deficiência, melhores condições de habitação, reabilitação, inclusão produtiva e social assegurando igualdade de oportunidades ao público-alvo, ampliando a acessibilidade a ações e serviços numa perspectiva emancipatória e de direitos, melhorando a qualidade de vida e os indicadores sociais.
Prazo de Execução:	Continuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx. de RH capacitada para trabalhar com PPD; Tx. PPD atendida pela rede conveniada	Pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4278	Capacitação de Recursos Humanos para atuarem com portadores de deficiência	107.200,00	0,00	0,00	100	0	0,00
4283	Revisão do Beneficio de Prestação Continuada PPD	60.000,00	0,00	0,00	1.440	0	0,00
4343	Manutenção de unidade de Atendimento ao PPD	1.458.409,00	1.346.097,41	92,30	40	27	68,00
4344	Realização de Evento para a PPD	30.111,00	1.700,00	5,65	1	1	100,00
TOTAL		**1.655.720,00**	**1.347.797,41**	**81,40**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 304 - Programa Finalístico – 151

PROGRAMA - ATENDIMENTO A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS	
Objetivo:	Atender crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda.
Justificativa:	O programa de atendimento à criança - PAC, implementado desde 1989 (remanescente da extinta IBA - Legião Brasileira de Assistência Social e SAC - Serviço de Atendimento à Criança em Creche/ 1996) se encontra presente em 77 municípios do Estado, com 124 instituições, de educação infantil, beneficiando cerca de 15.000 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, oriundas de famílias de baixa renda, em decorrência da migração de famílias de outros estados para o Tocantins e também do alto índice de natalidade, O PAC tem como objetivo oferecer condições adequadas para promover o bem estar da criança, por meio de atividades educativas livres e dirigidas, integrando os aspectos físicos, cognitivos e sociais com o direcionamento pedagógico através de articulações com a família. Para garantir a efetivação dos aspectos citados, a coordenadoria de assistência social tem como prioridade qualificar os recursos humanos, monitorar as unidades, planejar reformas ampliações e construções, além de solicitar por meio de projetos, material didático pedagógico, entre outros, como ações básicas para credenciamento das instituições de educação infantil, legitimando os direitos da criança enquanto beneficiários do PAC.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Índice de criança atendida	pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4285	Capacitação dos Educadores do PAC	30.000,00	00,00	0,00	250	0	0,00
4347	Manutenção de Creches	1.121.533,00	914.593,81	81,55	48	48	100,00
TOTAL		**1.151.533,00**	**914.593,81**	**79,42**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 305 - Programa Finalístico – 155

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO	
Objetivo:	Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.
Justificativa:	A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. Dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidárias e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx de voluntários capacitados; Tx de famílias assistidas.	pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4289	Atendimento Emergencial à Famílias Carentes	6.924.169,00	6.224.004,59	89,89	126.000	160.000	127,00
4290	Concessão de Passagens para Tratamento de Saúde e Migração	684.144,00	684.142,85	100,00	6.000	4.500	75,00
4417	Manutenção da Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani	123.846,00	122.210,65	98,68	1	1	100,00
TOTAL		**7.732.159,00**	**7.030.358,09**	**90,92**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 306 - Programa Finalístico – 180

PROGRAMA - COMUNIDADE EM AÇÃO	
Objetivo:	Promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio de oportunidades de trabalho e renda, em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano - IDH e baixo índice de desenvolvimento infantil - IDI.

Justificativa:	O Estado do Tocantins possui regiões que por muitos anos sofreram com o isolamento, distantes das políticas que contribuíssem com o desenvolvimento regional. Desta forma, dentro de uma filosofia de integração, o governo do estado desenvolveu ações para promover o desenvolvimento econômico e social destas regiões. O Projeto Comunidade em Ação surge como ação inovadora par alavancar o desenvolvimento local integrado e sustentável, tendo a própria comunidade, a inclusão social e a geração de emprego e renda nos municípios Tocantinenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e baixo Índice de Desenvolvimento Infantil - IDI.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
		-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4272	Promoção de Eventos Sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	89.050,00	64.406,96	72,33	142	3	2,00
4273	Capacitação de Organismos Sociais	217.659,00	164.787,13	75,71	654	654	100,00
4350	Concessão de Benefícios às Associações Comunitárias	1.074.170,00	1.051.729,44	97,91	50	47	94,00
TOTAL		**1.380.879,00**	**1.280.923,53**	**92,76**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

QUADRO 307 - Programa Finalístico – 184

PROGRAMA – INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	
Objetivo:	Construir o CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, destinados a oferecer local, dotados de telecentros, para desenvolvimento de ações que fazem parte de programas e projetos de desenvolvimento social, governamentais e não governamentais, em regiões que não dispõem deste tipo de infra-estrutura física.
Justificativa:	Em muitos municípios do Estado do Tocantins, o desenvolvimento de ações que fazem parte dos programas e projetos, mantidos pelos governos federal, estadual e municipal se torna inviável por falta absoluta de infra-estrutura física. Este programa, além de oferecê-la, será um espaço de presença do governo estadual no qual atuarão equipes intersecretarias e multiprofissionais de servidores públicos estaduais.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº de adolescentes protagônicos	pessoa	-	-	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3203	Implantação de Centro de Referência Especializado em Assistência Social –	260.000,00	00,00	0,00	1	0	0,00

	CREAS						
4418	Manutenção de Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS	86.500,00	5.264,77	6,08	1	0	0,00
TOTAL		**346.500,00**	**5.264,77**	**1,52**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FEAS

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
38.246.343,00	34.371.296,71	89,87	3.875.046,29

3.2.3.22 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente é vinculado a Secretaria do Trabalho e Ação Social e foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 2 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão.

O objetivo desta unidade, amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, é financiar programas e projetos voltados a promoção social, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente através de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações pertinentes aos direitos da criança e do adolescente, conforme descritos no art. 1.º da Lei 1.110/99.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão, ainda, divulgar, implantar, desenvolver sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, governamentais e não governamentais de caráter estadual, bem como, promover intercâmbio de informações e experiências entre os conselhos nacional, estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas através de ações estruturadas em um programa finalístico. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 2.495.700,00,** sendo executado o valor de **R$ 932.977,93**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 308 - Programa Finalístico – 182

PROGRAMA - SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Objetivo:	Atender crianças e adolescentes promovendo sua socialização e educação, assegurando-lhe o pleno desenvolvimento pessoal, social e o respeito à sua integridade física e moral.
Justificativa:	Os crescentes índices de violência praticadas contra crianças e adolescentes bem como de atos infracionais praticados por estes, requer do poder público a promoção de ações que garantam a socialização e educação de crianças e adolescentes. Neste sentido, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, Lei n. º 8069/90, o Estado

	do Tocantins, por meio da SETAS, comprometido com a política de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, implantou as medidas sócio educativas como forma de atender esse segmento juvenil, oportunizando-lhes condições de socialização e educação nos ditames da proteção integral. Esta proposta orienta-se de modo a oferecer um novo tipo de resposta ao grupo familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência e ou em conflito com a lei, construindo com as famílias a sua condição de pessoas capazes de enfrentarem e responderem por situações com as quais se defrontam, sendo eles mesmos os próprios agentes na resolução de seus problemas e propiciando o resgate dos vínculos da família com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Crianças e adolescentes Encaminhados p/ medidas sócio-educativas	pessoa	25	2004	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS		
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
3162	Capacitação de Recursos Humanos para Atendimento à Crianças e Adolescentes	129.150,00	0,00	0	2	0	0
3204	Implantação do sistema de informação para infância e adolescente - SIPIA	104.500,00	10.928,55	10,4	11	1	9,6
3205	Implantação de unidade de semi-liberdade	418.350,00	37.484,66	8,9	3	1	33,3
4300	Manutenção de Unidades Setoriais do Programa	762.500,00	286.884,76	37,6	5	2	40,0
4304	Promoção e Apoio de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	1.076.800,00	593.319,96	55,1	120	65	54,1
TOTAL		**2.495.700,00**	**932.977,93**	**37,4**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FECA

QUADRO 309 - Programa Finalístico – 143

PROGRAMA – NOVA VIDA	
Objetivo:	Atender adolescentes egressos das medidas sócio educativas privativas e restritivas de liberdade garantindo sua inclusão familiar e comunitária.
Justificativa:	Proporcionar aos adolescentes egressos reinserção ao convívio familiar e comunitário.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Taxa de Adolescentes acompanhados pelo Programa	Pessoa	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4255	Atendimento ao Adolescente Egresso das Medidas Sócio Educativas	4.400,00	4.360,00	99,00	85	83	97,60
4256	Concessão de Bolsa-Promocional	0,00	0,00	0	85	0	0,00
TOTAL		4.400,00	4.360,00	99,00	-	-	-

FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FECA

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
2.495.700,00	932.977,93	37,38	1.562.722,07

3.2.3.23 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST foi criado pela Lei nº 1.524/2004 destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- A melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;
- A solidariedade educativa com resgate da dignidade humana; à capacitação profissional e à geração de emprego e renda;
- A ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;
- A coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para a proteção aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária e a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- Apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza; em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Ação Social, previstas para serem executadas por meio da ação estruturada no programa finalístico desta unidade orçamentária não foram executadas. Este programa teve um orçamento inicial de **R$ 140.000,00**, que foram remanejados para outras ações priorizadas.

QUADRO 310 - Programa Finalístico

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO	
Objetivo:	Promover atendimento emergencial a famílias e pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo para que estas estabeleçam os alicerces da cidadania plena.
Justificativa:	A dívida social provocada por décadas de ausência de políticas educacionais, econômicas e de saúde pública eficientes, favoreceu para que tenhamos baixo nível educacional, alto índice de concentração de renda e deficiente atendimento na saúde pública. Dada a fragilidade social e econômica de parte significativa da sociedade tocantinense, é que ações solidária e emergências são fundamentais para minimizar os efeitos desta dívida social.
Prazo de Execução:	Contínuo

Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Tx de voluntários capacitados; Tx de famílias assistidas	pessoa	-	-	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
		RECURSOS (R$)					
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Prev.	Exec.	% Exec.
4356	Concessão de Benefícios Solidários	0	0	0	1.500	0	0
TOTAL		**0**	**0**	**0**	**-**	**-**	**-**

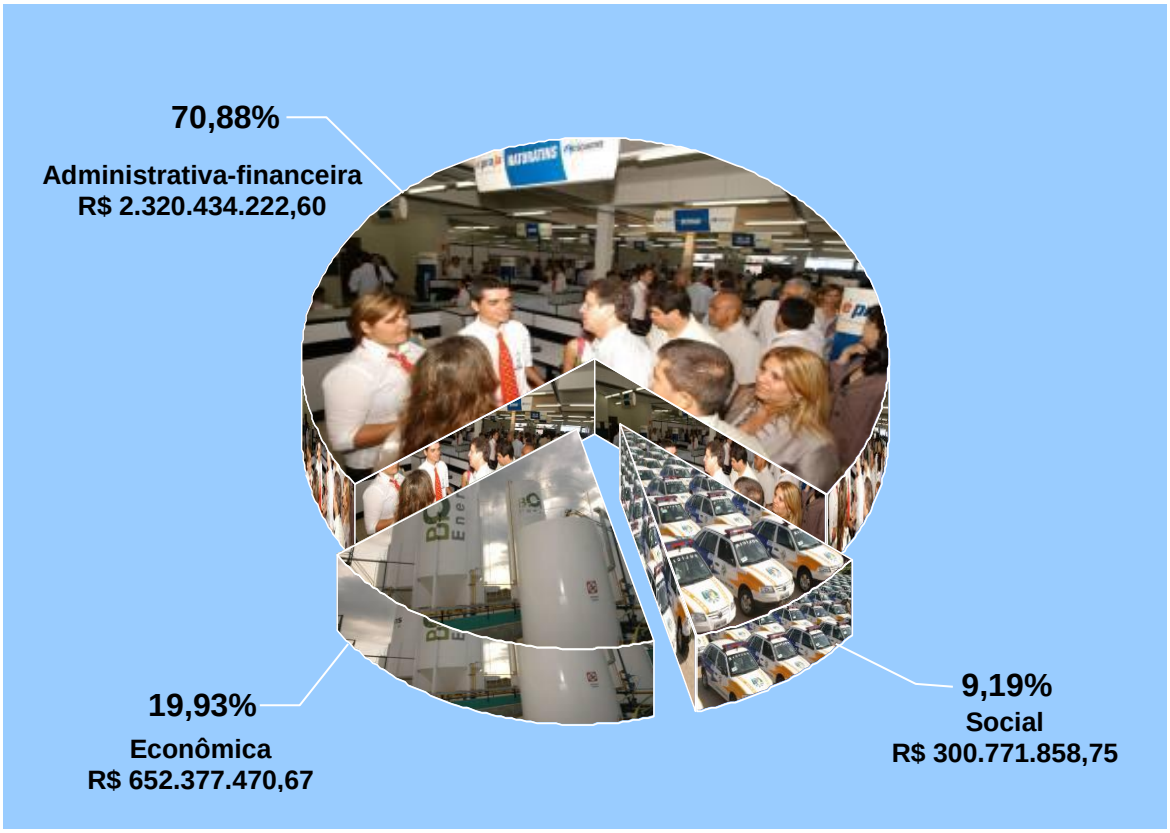
FONTE – PPA 2004-2007 – Processo de Prestação de Contas/2007 do FUST

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL

A atuação do Governo teve destaque voltado para a modernização administrativa e para o progresso econômico e social, na busca da valorização do trabalho humano e da iniciativa privada, objetivando assegurar a todos os cidadãos uma existência digna calcada no *slogan* O Estado do Tocantins é para todos nós.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R$ 3.273.583.552,02** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.° 11.

GRÁFICO 11 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo-Financeira e Social



A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2007, teve como ponto de partida o desejo de construir um futuro digno, com justiça e paz para todos os cidadãos tocantinenses, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2004-2007, que define linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias e diretrizes, as diversas realidades financeira, administrativa, social e econômica.

FIGURA 1 - Macroobjetivos

Assim, identificam-se esses macroobjetivos pela seguinte descrição:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**

2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso;**

3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte;**

4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses – **Tocantins da justiça social;**

5. Segurança e cidadania aos tocantinenses – **Tocantins cidadão.**

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo orientaram-se nos Macroobjetivos 1 e 2, com as Estratégias de números 1 a 7 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 1: Aumento da produção com desenvolvimento sustentável – **o Tocantins crescendo e conservando sua natureza;**

Estratégia 1	Crescimento acelerado da produção e continuidade do desenvolvimento sustentado;
Estratégia 2	Consolidar a especialização das regiões do Estado e maior interação entre os seus pólos regionais mais dinâmicos;
Estratégia 3	Intensificar o processo de industrialização fortalecendo os diversos segmentos das cadeias produtivas.

Diretrizes:

- Colaborar ativamente com as políticas do Governo Federal voltadas para os setores produtivos e ambiental, tanto ao nível nacional, como da Amazônia e do Corredor Araguaia-Tocantins;
- Consolidar a Agência de Fomento do Estado do Tocantins;
- Aumentar quantitativa e qualitativamente a produção agropecuária, promover as campanhas de vacinação contra as zoonozes e apoiar a reatreabilidade;
- Intensificar a execução das políticas voltadas para a atração de investimentos agrícolas, agroindustriais e industriais;
- Promover ações coordenadas de incentivo às exportações dos produtos agropecuários, agroindustriais e industriais;
- Promover parcerias e fomentar o setor turístico e ecoturístico;
- Utilizar e combinar as vantagens comparativas da Amazônia e do Mercoeste;
- Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias de interesse para o desenvolvimento do Estado.

Macroobjetivo 2: Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações – **Tocantins logístico consolidando as bases do seu progresso.**

Estratégia 4	Fortalecer e ampliar seletivamente o Sistema Multimodal de Transportes;
Estratégia 5	Incrementar a produção de energia elétrica no Estado;
Estratégia 6	Ampliar o acesso à energia elétrica em todo o Estado;
Estratégia 7	Apoiar as parcerias público-privadas voltadas para a execução de projetos estruturantes.

Diretrizes:

- Expandir as conexões entre as estradas alimentadoras e os eixos multimodais de transporte onde se fizer necessário, através da implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS);
- Articular para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins através da Parceria Público-Privada (PPP), observados os aspectos ambientais;
- Concluir a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis e construir a Plataforma de Palmas-Porto Nacional;
- Garantir a manutenção da qualidade das vias de transporte em todos os seus aspectos;
- Garantir o fornecimento de energia elétrica a todos os consumidores, de forma estável e a preços acessíveis, com tratamento diferenciado para as microempresas e setores carentes da população urbana;
- Possibilitar o acesso à energia elétrica a todo o setor rural;
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia em localidades isoladas.

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 652.377.470,67**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 296– PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0040	Fomento à Produção Vegetal	SEAGRO	944.487,00	905.857,79	95,91
0041	Desenvolvimento Agrário	SEAGRO	2.134.616,00	726.936,06	34,05
0042	Fomento à Fruticultura e à Silvicultura	SEAGRO	1.791.625,00	1.783.828,18	99,56
0043	Desenvolvimento Rural e Tecnológico	SEAGRO	4.313.161,00	4.044.631,77	93,77
0044	Fomento à Produção Animal	SEAGRO	315.484,00	310.468,96	98,41
0045	Fomento à Aquicultura e à Pesca	SEAGRO	212.249,00	209.928,98	98,91
0057	Perenizaçao das Bacias Hidrográficas	RECURSOS HIDRICOS	2.493.260,00	2.492.087,13	99,95
0058	Infra-Estrutura Hídrica para o Aproveitamento Hidroagrícola	RECURSOS HIDRICOS	122.821.123,00	121.495.157,19	98,92
0059	Hidrogeologia do Estado do Tocantins	RECURSOS HIDRICOS	16.800,00	-	0,00
0060	Defesa e Inspeção Sanitária Animal	ADAPEC	8.156.792,00	6.115.041,04	74,97
0061	Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal	ADAPEC	1.498.863,00	693.209,67	46,25
0076	Banco da Gente	PRODIVINO	20.903.750,00	9.656.424,53	46,19
0078	Gestão da Política de Recursos Hídricos	SEPLAN	1.055.825,00	284.316,69	26,93
0079	Áreas Protegidas do Tocantins	SEPLAN	4.208.796,00	2.714.248,51	64,49
0081	Gestão da Política de Meio Ambiente	SEPLAN	2.405.513,00	1.077.057,30	44,77
0085	Tocantins Turismo Verde	SEPLAN	1.023.519,00	505.035,14	49,34
0086	Biodiversidade e Recursos Genéticos	SEPLAN	1.097.338,00	113.138,34	10,31
0087	Agenda 21	SEPLAN	252.000,00	-	0,00
0088	Desenvolvimento Regional Sustentável	SEPLAN	82.045.855,00	22.947.124,72	27,97
0091	Gestão Territorial	SEPLAN	40.200,00	2.919,62	7,26
0092	Estratégias em CTI	SEPLAN	330.000,00	-	0,00
0093	Fomento à CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	22.742.113,00	16.005.515,35	70,38
0094	Gestão em CTI	FUNDO CIÊNC TECNOLOGIA	2.436.170,00	360.421,84	14,79
0095	Fomento ao Desenvolvimento do Tocantins	SEPLAN	1.386.000,00	1.386.000,00	100,00
0099	Ordenamento dos Recursos Florestais	NATURATINS	574.388,00	97.687,11	17,01
0100	Monitoramento Ambiental	NATURATINS	175.865,00	18.083,90	10,28
0101	Controle Ambiental	NATURATINS	825.629,00	273.948,81	33,18

0115	Valorização da Agricultura. Familiar: Organizar, Produzir e Agregar	RURALTINS	11.995.561,00	5.227.649,35	43,58
0118	Promoção da Sustentabilidade Ambiental	RURALTINS	424.822,00	67.672,63	15,93
0119	Regularização de Terras Públicas	ITERTINS	4.172.466,00	1.656.972,93	39,71
0121	Programa de Desenvolvimento Industrial	SICTUR	4.049.649,00	949.648,12	23,45
0123	Programa de Melhoria da Competitividade do Comércio	SICTUR	1.172.601,00	72.600,67	6,19
0125	Programa de Atração de Investimentos	SICTUR	1.723.600,00	1.723.596,78	100,00
0126	Turismo e Desenvolvimento	SICTUR	4.833.360,00	1.595.018,77	33,00
0128	Programa de Apoio à Competitividade Industrial	SICTUR	4.809.283,00	513.978,84	10,69
0132	Eletrificação Rural – PERTINS	SEINF	4.356.115,00	853.015,56	19,58
0133	Energização Urbana	SEINF	2.200.000,00	929.667,28	42,26
0135	Infra-Estrutura de Transportes	SEINF	6.167.668,00	633.244,86	10,27
0137	Pavimentar para Melhorar	DERTINS	454.015.402,00	385.548.775,10	84,92
0138	Conservação Rodoviária	DERTINS	41.918.801,00	40.402.671,64	96,38
0139	Programa Especial de Desenvolvimento – PED	DERTINS	29.763.259,00	14.721.816,72	49,46
0157	Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	SEAGRO	450.814,00	449.910,38	99,80
0169	Gestão da Política Agropecuária	SEAGRO	3.049.429,00	2.805.434,41	92,00
0174	Programa Nacional no Meio Ambiente II - PNMA	SEPLAN	202.200,00	6.728,00	3,33
	TOTAL		**861.506.451,00**	**652.377.470,67**	**75,73**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo 3, com as Estratégias de números 8 e 9 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 3: Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal – **Tocantins: eficiência administrativa e respeito ao contribuinte.**

Estratégia 8 — Manter o equilíbrio das contas públicas e ampliar os mecanismos de adoção do orçamento participativo;

Estratégia 9 — Aumentar a eficiência dos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado.

Diretrizes:

- Manter o constante aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle;
- Aumentar a arrecadação tributária;
- Observar estreito controle dos gastos com pessoal e custeio;
- Não permitir o descontrole da dívida interna e externa;
- Estabelecer um plano de cargos e salários para o funcionalismo público estadual;
- Consolidar a administração pública de forma moderna, ética, eficaz e transparente, orientada para o cidadão.

Com base nessa orientação estratégica foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R$ 2.320.434.222,60,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 297 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0007	Prevenir é Melhor do que Remediar	FUNSAU	6.182.412,00	3.034.997,86	49,09
0008	Dar mais Saúde à Vida	FUNSAU	1.710.013,00	729.502,67	42,66
0009	Fortalecimento Estrutural das Atividades do SUS	FUNSAU	39.778.628,00	4.863.368,49	12,23
0010	Atenção Progressiva à Saúde	FUNSAU	266.263.962,00	247.055.128,59	92,79
0011	Produção de Serviços na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública	FUNSAU	2.724.191,00	1.022.565,53	37,54
0013	Vigilância Sanitária em Ação – Promovendo Saúde	FUNSAU	708.416,00	573.506,25	80,96
0014	Hemorrede do Estado do Tocantins	FUNSAU	824.847,00	200.168,59	24,27
0020	Modernização e Consolidação da Gestão Educacional	SEDUC	80.485.285,00	57.246.663,24	71,13
0021	Valorização dos Profissionais da Educação	SEDUC	269.727.192,00	264.975.453,29	98,24
0027	Informação em Saúde	FUND. MED. TROPICAL	1.362.101,00	1.337.093,17	98,16
0030	Modernização Institucional - Administração do Ministério	PROC.GERAL DA JUSTIÇA	56.019.278,00	55.212.259,93	98,56

	Público				
0038	Extinção das Empresas: CODETINS, CASETINS e MINERATINS	AD TOCANTINS	1.012.648,00	1.012.647,33	100,00
0049	Modernização do Poder Judiciário	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10.199.714,00	9.815.497,37	96,23
0062	Gestão do Conhecimento e Modernização da Adm. Pública	SECAD	679.339,00	666.971,84	98,18
0068	Atuação Legislativa	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	49.205.195,00	49.158.196,28	99,90
0070	Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Tocantins	CGE	1.990.745,00	1.910.424,61	95,97
0071	Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Tocantins	PROC. GERAL DO TOCANTINS	16.816.919,00	15.730.167,69	93,54
0074	Divulgação das Atividades Governamentais	SECOM	40.312.230,00	40.016.053,15	99,27
0077	Planejamento, Orçamento e Gestão	SEPLAN	2.189.995,00	847.810,45	38,71
0089	Informação para o Planejamento	SEPLAN	23.000,00	15.857,83	68,95
0108	Modernização da Administração Fiscal	SEFAZ	6.375.819,00	3.869.936,02	60,70
0109	Gestão Fiscal e de Execução Financeira e Contábil	SEFAZ	432.361.827,00	418.557.907,12	96,81
0110	Programa de Educação Fiscal	SEFAZ	31.500,00	10.013,10	31,79
0116	Modernização Administrativa	RURALTINS	4.324.505,00	568.602,54	13,15
0120	Modernização da Administração do ITERTINS	ITERTINS	1.409.382,00	400.167,37	28,39
0127	Normatização e Fiscalização de Atividades Empresariais	JUCETINS	2.988.252,00	2.323.099,27	77,74
0129	Controle e Qualidade	IPEM	2.433.894,00	2.051.913,91	84,31
0131	Obras Públicas para o Tocantins	SEINF	30.989.618,00	25.285.574,71	81,59
0136	Gerenciamento e Captação de Recursos	SEINF	1.290.000,00	1.289.976,98	100,00
0145	Gestão de Políticas Sociais	SETAS	948.649,00	906.887,64	95,60
0171	Controle Externo do Estado e Municípios	TCE	33.753.476,00	32.284.365,25	95,65
0177	Modernização da Administração Pública	SECAD	4.078.343,00	2.498.765,04	61,27
0189	Gestão da Governadoria	GABGOV	43.478.763,00	42.810.729,18	98,46
0195	Apoio Administrativo	DIVERSAS UNIDADES	1.061.969.596,00	1.032.151.950,31	97,19
9999	Reserva de Contingência	DETRAN	29,00	-	-
	TOTAL		**2.474.649.763,00**	**2.320.434.222,60**	**93,77**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido nos Macroobjetivos 4 e 5, com as Estratégias de números 10 a 22 e suas correspondentes diretrizes.

Macroobjetivo 4: Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses – **Tocantins da justiça social;**

Estratégia 10	Gerar postos de trabalho e renda;
Estratégia 11	Universalizar a assistência social de forma integrada;
Estratégia 12	Melhorar e ampliar o Sistema Estadual de Saúde Pública;
Estratégia 13	Diminuir a mortalidade infantil;
Estratégia 14	Possibilitar o acesso da população carente à habitação condigna;
Estratégia 15	Estender o saneamento básico a todo o setor urbano;
Estratégia 16	Liquidar o analfabetismo no Estado;
Estratégia 17	Universalizar o ensino fundamental, médio e profissional;

Estratégia 18 Universalizar o acesso à Cultura e ao Desporto.

Diretrizes:

- Apoiar ativamente todas as iniciativas do Governo Federal voltadas para as áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e desenvolvimento social;
- Prosseguir a descentralização das ações de saúde pública;
- Ampliar os programas de saúde preventiva, o atendimento familiar e comunitário e a vigilância sanitária;
- Complementar a infra-estrutura médico-hospitalar, odontológica e laboratorial universalizando o atendimento;
- Construir moradias adequadas destinadas à população de baixa renda;
- Promover parcerias com o municípios e setor privado para a construção de sistemas de saneamento básico e coleta de lixo;
- Possibilitar o acesso ao crédito às microempresas individuais, familiares ou cooperativas;
- Qualificar mão-de-obra e abrir canais para a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- Evitar a evasão escolar;
- Oferecer formas alternativas de ensino acessíveis aos trabalhadores;
- Facilitar o acesso ao ensino superior através do crédito educativo, bolsas-trabalho e estágios;
- Formular um programa específico para eliminação do analfabetismo empregando métodos avançados;
- Engajar a juventude estudantil na luta contra o analfabetismo e em atividades voltadas para a inserção social;
- Fortalecer a participação da comunidade na gestão escolar;
- Estimular e valorizar os profissionais da educação;

- Apoiar iniciativas de cultura popular destinadas a promover produção cultural de qualidade;
- Incentivar todas as modalidades desportivas de massa;
- Formular e executar políticas de promoção social diferenciadas e integradas, voltadas para as comunidades carentes, as faixas etárias expostas à marginalidade e outros riscos, a valorização do idoso e a assistência aos indígenas;

Macroobjetivo 5: Segurança e cidadania aos tocantinenses – **Tocantins cidadão.**

Estratégia 19	Garantir o direito dos cidadãos tocantinenses à cidadania, no que for da alçada estadual;
Estratégia 20	Manter a ordem e resguardar a integridade física e patrimonial dos cidadãos tocantinenses;
Estratégia 21	Prevenir e reprimir eventuais casos de corrupção na administração pública estadual;
Estratégia 22	Tornar o Tocantins um Estado livre do crime organizado.

Diretrizes:

- Garantir alta preparação profissional à Polícia;
- Dotar a Polícia de modernas técnicas de combate ao crime;
- Apoiar ativamente todas as iniciativas federais de combate ao crime organizado;
- viabilizar parcerias com as comunidades organizadas no reforço da segurança em suas áreas de moradia;
- Proteger a mulher, a criança e os jovens contra a violência doméstica, a prostituição infantil e as drogas;
- Defender os direitos do consumidor;

- Promover campanhas contra a violência no trânsito.

No exercício de 2007 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 300.771.858,75,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 298 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	Eventos Esportivos	SESPO	2.636.004,00	1.520.851,62	57,70
0002	Esporte e Cidadania	SESPO	2.586.972,00	1.977.918,75	76,46
0003	Edificação da Rede Esportiva	SESPO	8.187.355,00	7.757.260,42	94,75
0004	Provida	FUNSAU	115.889,00	62.413,50	53,86
0005	Assistência Farmacêutica	FUNSAU	10.097.948,00	8.478.948,71	83,97
0006	Fortalecimento da Atenção Básica	FUNSAU	10.218.362,00	9.178.325,11	89,82
0012	Educa-Sus	FUNSAU	7.779.273,00	1.000.123,34	12,86
0015	Padrão de Qualidade da Infra-Estrutura Física e Equipamento	SEDUC	24.779.415,00	14.159.763,64	57,14
0016	Correção de Fluxo Escolar	SEDUC	3.272.643,00	1.559.951,47	47,67
0017	Promoção da Educação Escolar Indígena	SEDUC	5.354.259,00	4.333.746,13	80,94
0018	Democratização das Tecnologias Educacionais	SEDUC	5.327.518,00	5.121.064,56	96,12
0019	ABC da Cidadania	SEDUC	858.524,00	532.063,50	61,97
0022	Fortalecimento e Desenvolvimento Estudantil	SEDUC	20.431.812,00	19.466.172,39	95,27
0023	Desenvolvimento da Educação Profissional	SEDUC	3.993.152,00	2.352.872,89	58,92
0024	Atendimento à Educação Especial	SEDUC	15.695.617,00	15.623.651,35	99,54
0025	Desenvolvimento de Ensino em Medicina Tropical	FUND. MED. TROPICAL	272.000,00	146.158,48	53,73
0026	Desenvolvimento de Pesquisa em Medicina Tropical	FUND. MED TROPICAL	666.394,00	570.788,12	85,65
0029	Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins	FUNDAÇÃO CULTURAL	14.638.470,00	11.319.798,80	77,33
0033	Gestão de Políticas de Juventude	SEJUV	1.062.763,00	1.062.332,27	99,96
0034	Tocantins Sem Drogas	SEJUV	687.000,00	15.820,00	2,30
0035	Moradia	AHDU	26.193.701,00	6.874.757,31	26,25
0036	Desenvolvimento Urbano	AHDU	17.399.200,00	5.469.368,97	31,43
0039	Saneamento, Cidadania e Progresso	AGESAN	21.618.238,00	6.218.554,43	28,77
0047	Reforma das Instituições de Segurança Pública	PM	8.384.024,00	4.866.798,80	58,05
0048	Defesa Contra Sinistros	PM	1.616.299,00	963.280,80	59,60
0050	Justiça, Cidadania e Meio Ambiente	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3.725.208,00	66.323,46	1,78

0051	Modernização Institucional da Segurança Pública	SSP	4.903.335,00	2.255.356,93	46,00
0052	Polícia e Comunidade no Combate ao Crime	SSP	331.000,00	14.584,75	4,41
0053	Atendimento Jurídico	CIDADANIA E JUSTIÇA	8.223.186,00	7.092.300,86	86,25
0054	Consolidando a Defesa do Consumidor no Tocantins	CIDADANIA E JUSTIÇA	1.275.714,00	700.824,25	54,94
0055	Reestruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	7.514.855,00	4.960.192,38	66,01
0056	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	CIDADANIA E JUSTIÇA	3.262.389,00	857.589,90	26,29
0072	Gestão da Política da Segurança Especial e da Defesa Civil	CASA MILITAR	-	-	0,00
0075	Assistência Financeira ao Servidor Público Estadual	PRODIVINO	6.973.370,00	1.120.896,18	16,07
0083	Tocantins Joga Limpo	SEPLAN	122.050,00	16.873,00	13,82
0111	Desenvolvimento Técnico em Saúde	ESC. TEC. SAUDE	7.254.054,00	3.441.524,87	47,44
0112	DETRAN: Excelência nos Serviços ao Cidadão	DETRAN	807.000,00	666.760,75	82,62
0114	Tocantins: Transitar com Cidadania	DETRAN	866.000,00	826.110,50	95,39
0141	Pioneiros Mirins	SEDUC	18.765.180,00	18.671.597,63	99,50
0142	Geração de Renda	SETAS	2.668.966,00	1.182.500,37	44,31
0143	Programa Nova Vida	SETAS	4.400,00	4.360,00	99,09
0144	Erradicação do Trabalho Infantil	SETAS	473.608,00	87.622,41	18,50
0147	Apoio à Pessoa Idosa	SETAS	503.719,00	323.669,40	64,26
0149	Combate à Fome	SETAS	4.218.079,00	3.970.803,52	94,14
0150	Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência	SETAS	1.655.720,00	1.347.797,41	81,40
0151	Atendimento à Criança de 0 a 6 Anos – PAC	SETAS	1.151.533,00	914.593,81	79,42
0155	Tocantins Solidário	SETAS	7.732.159,00	7.030.358,09	90,92
0156	Manutenção e Estruturação do Sistema Penitenciário	CIDADANIA E JUSTIÇA	1.088.602,00	388.256,60	35,67
0170	Programa Estadual de Educação Ambiental	SEPLAN/NATURATINS/SEDUC	524.759,00	207.228,17	39,49
0179	Juventude Cidadã	FEAS	11.773.628,00	8.238.880,41	69,98
0180	Comunidade em Ação	FEAS	1.380.879,00	1.280.923,53	92,76
0181	Combate ao Desemprego	SETAS	3.548.838,00	2.109.708,30	59,45
0182	Socialização e Educação de Crianças e Adolescentes	FECA	2.491.300,00	928.617,93	37,27
0183	Cheque Moradia	AHDU	22.245,00	22.245,00	100,00
0184	Infra-Estrutura Social	SETAS	346.500,00	5.264,77	1,52
0187	Qualifica-SUS	FUNSAU	4.079.040,00	3.104.174,04	76,10
0196	Previdência Social	DIVERSAS UNIDADES	332.145.322,00	98.301.134,17	29,60
	TOTAL		**653.705.470,00**	**300.771.858,75**	**46,01**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Demonstraremos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas áreas de atuação do Estado – econômica, administrativa, financeira e social – extraídas dos dados constantes da mensagem consolidada pela SEPLAN, do Balanço Social apresentado pela SEFAZ e da Prestação de contas de cada órgão do governo estadual.

O ano de 2007 foi avaliado como um ano de significativos avanços para o Tocantins. Fato que pode ser identificável por meio de um balanço das principais ações implementadas por este Governo em 2007, organizadas por eixos programáticos voltados às políticas sociais e ao desenvolvimento econômico, aos investimentos em infra-estrutura, ao cenário de gestão ambiental, às políticas de segurança pública, cidadania e institucionais e, por meio das finanças públicas.

No contexto das Políticas Sociais, estão inseridos a Saúde Pública, a Educação, a Ciência e Tecnologia, Agricultura, o Trabalho, a Assistência e o Desenvolvimento Social, a Cultura, o Esporte e o Lazer, sobre os quais serão feitas algumas considerações.

A avaliação dos resultados é classificada em duas modalidades: Estratégica e de Programas Governamentais. Esta envolve especificamente a solução dos problemas, o aproveitamento de oportunidades e o atendimento das demandas da sociedade; aquela se ocupa das linhas estrategicamente definidas pelo governo, concretizadas principalmente pelos seguintes macroobjetivos:

1. Aumento da produção com desenvolvimento sustentável;

2. Complementação da infra-estrutura viária, energética e de comunicações;

3. Alta qualidade nos serviços públicos e equilíbrio fiscal;

4. Inclusão social e elevação da qualidade de vida dos tocantinenses;

5. Segurança e cidadania aos tocantinenses.

4.4.1 AUMENTO DA PRODUÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este macroobjetivo consiste em aprimorar o processo de desenvolvimento sustentado e de integração competitiva em mercados cada vez mais globalizados. Exige crescente eficiência de todos os atores econômicos e sociais envolvidos, principalmente no que se refere a custos e padrões de qualidade dos bens e serviços oferecidos. Trata-se de produzir para atender à demanda local e gerar excedentes para os mercados nacional e internacional, sem descuidar dos aspectos quantitativos, qualitativos e ambientais.

Por essa linha, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado tem procurado concentrar grandes esforços no desenvolvimento produtivo do Tocantins, uma vez que, fortalecendo o setor é possível garantir o desenvolvimento regional e local, criar perspectivas de vida para a sociedade, assegurando oportunidade de emprego e melhorando a renda *per capita* da população, por meio de alocação e gerenciamento de recursos nas funções institucionais de: Agricultura, Industrialização e de Turismo, como se observa dos resultados a seguir:

I. Na estrutura econômica do Estado, segundo os últimos dados consolidados para todas as Unidades da Federação, o setor agropecuário participa com 21,9% do PIB, a indústria com 27,4% e o setor terciário com 50,7%, sendo que a administração, saúde e educação públicas, participam com 21,4%, mostrando que a economia do Estado vem crescendo e se diversificando de forma significativa e aumentando sua participação dentro da economia brasileira;

II. no fomento à produção vegetal, houve um incremento nas principais culturas agrícolas (17,9%), o que motivou a aplicação de boas práticas agronômicas;

III. indicadores externos mostram que o agronegócio tocantinense exportou em 2007: 600 mil toneladas de soja; 60 mil toneladas de carnes de frango e bovina, somando R$ 350 milhões, segundo a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX;

IV. no segmento da fruticultura: o abacaxi, a banana e a melancia foram os principais produtos tocantinenses comercializados em Brasília, Goiânia e São Paulo e renderam aos produtores R$ 116 milhões para a produção de 352 mil toneladas;

V. foi destaque em 2007, o peixe de criatório com 1,2 mil toneladas vendidas nos mercados citados no inciso anterior e nos novos mercados que estão se abrindo para o Tocantins, fato observado

na produção de peixes sendo compradas por Manaus e pela cidade de Coxim, em Mato Grosso do Sul;

VI. nessa análise "a roça tocantinense" foi responsável pela produção de 2,1 milhões de toneladas de grãos, cereais, frutas, fibras e bioenergia , pela manutenção e produção de 8 milhões de bovinos, 250 mil pequenos animais (caprinos, ovinos e suínos), 2 milhões de aves, 5,5 toneladas de pescado e 130 mil quilos de mel;

VII. na agricultura empresarial**,** foram registrados custeio de mão-de-obra, insumos e custos financeiros, no total de R$ 1,128 milhão e desse montante de recursos, aproximadamente 60% são oriundos das *tradings*, por meio do sistema de compra antecipada; 30% das lavouras financiadas pelas instituições financeiras oficiais e 10% custeadas com recursos próprios dos roceiros;

VIII. na agricultura familiar, a movimentação de recursos entre insumos e custos financeiros somou R$ 151 milhões e desse volume 70% são provenientes do Programa Nacional de Agricultura familiar – PRONAF e 30% das lavouras custeadas com recursos dos agricultores familiares;

IX. com o crédito fundiário, parceria institucional e financeira e com a gestão do Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, alocaram-se recursos na ordem de R$ 86,46 milhões entre 2003 e 2007, para 2.749 famílias com financiamento do Banco do Brasil;

X. na Extensão Rural, mais de 25 mil agricultores tiveram assistência, recebendo produtos para a agricultura familiar,(obtendo ainda a garantia de venda dos produtos da agricultura familiar e a isenção de ICMS), ressaltando-se que os investimentos nesta área somaram mais de 4,5 milhões;

XI. a produção de grãos, em 2007, atingiu a marca de 1,2 milhão de toneladas, com uma variação de 6,3% em relação à produção de grãos de 2006 e obteve um aumento de produtividade em 8%, fato que tem repercutido positivamente na economia tocantinense;

XII. nos últimos quatro anos, a área plantada de frutíferas cresceu 18% e as espécies silvícolas cresceram 200%;

XIII. as exportações alcançaram US$ 154,9 milhões, em 2007, e as importações, US$ 72,9 milhões, representando um saldo na balança comercial de US$ 82 milhões;

XIV. nesses últimos 5 anos, o superávit da balança comercial do Tocantins superou os US$ 515,6 milhões;

XV. a ação de Erradicação da Febre Aftosa alcançou uma cobertura vacinal de 99,18% percentual que corresponde ao terceiro recorde consecutivo nos índices vacinais alcançados pelo Estado nos últimos 10 anos;

XVI. a defesa e a inspeção sanitária vegetal também desenvolveram ações de importância econômica para o Estado, obtendo o Certificado de Área Livre de Sigatoka Negra, condição necessária para a inserção em novos mercados, mantendo o Estado como produtor de sementes de altíssima qualidade e com tendência para um sistema de agricultura sustentável;

XVII. a Agrotins superou as metas previstas com uma presença de público superior a 36 mil pessoas, mais de 240 expositores e um volume de comercialização de R$ 23 milhões;

XVIII. o Projeto de Melhoria e Extensão Rural FORTER/JICA foi ampliado, fortalecendo a extensão rural e assistência técnica, enquanto os investimentos alcançaram cerca de R$ 300 mil;

XIX. o Plano de Aproveitamento Hidroagrícola do Bico-do-Papagaio, em Sampaio, recebeu um aporte de recursos de R$ 17,5 milhões;

XX. o aproveitamento hidroagrícola do Rio Manuel Alves, projeto PROPERTINS/Barragem do Eixo 3 e Área Piloto de Irrigação receberam investimentos de R$ 60,2 milhões;

XXI. o pólo de fruticultura São João teve investimentos de R$ 32,4 milhões e o Projeto Hidroagrícola Gurita está sendo transformado em modelo para o aperfeiçoamento dos técnicos e produtores rurais da região e campo de experimentação, pesquisa e produção de fruticultura;

XXII. a implantação da Central de Comercialização de Produtos Agropecuários em Palmas – CEASA encontra-se em fase adiantada de construção e já recebeu investimentos de aproximadamente R$ 1,4 milhão;

XXIII. a Agência de Fomento financiou 140 empreendimentos, beneficiando pequenos e médios empresários;

XXIV. as várzeas tocantinenses, a cada ano, superam as expectativas com o alto índice de produtividade e o baixo desenvolvimento de doenças;

XXV. de acordo com o levantamento realizado pela Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, referente à safra 2006/07, a produção

de feijão aumentou em quase 100%, o milho 68% e o arroz 54%, resultando numa produção de 1,3 milhões de toneladas de grãos;

XXVI. Em 2007, a Seagro realizou vários eventos como os Seminários e Dias de Campo, onde a Embrapa expôs variedades de sementes e orientações técnicas, oferecendo, assim, oportunidades aos produtores de melhorarem a produtividade por hectare;

XXVII. Conforme o Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o número de aves abatidas anualmente,no Estado, em frigoríficos de inspeção federal, é cerca de 4,5 milhões, tornando o Tocantins o segundo maior produtor das regiões Norte e Nordeste do país;

XXVIII. O governo do Estado também aponta a piscicultura como uma promissora atividade no Tocantins e como forma de fomentar o setor, o Estado repassou 104 mil alevinos para 45 criadores, com o objetivo de multiplicar e, posteriormente, repassar para os 250 piscicultores do Tocantins;

XXIX. considerado referência em negócios ligados à criação de peixe, o Tamborá desponta como o maior projeto de piscicultura do Tocantins, tendo como produção mensal de 200 toneladas, atendendo todas as regiões do país e exportando para a Europa, em especial para Alemanha e França;

XXX. para investimento e manutenção das lavouras, o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar liberou R$ 110 milhões, dos quais já foram utilizados R$ 34 milhões, beneficando agricultores tocantinenses;

XXXI. a produção de melancia no Tocantins, em 2007, atingiu a marca de 165 mil toneladas da fruta, gerando em torno de R$ 34 milhões, superando as safras dos três últimos anos,(em 2006, ficou em torno de 133,5 mil toneladas) e os produtores rurais comemoram a evolução e o significativo aumento de 26% em relação ao ano passado;

XXXII. a melancia tocantinense é comercializada em 19 Estados do país e, em 2007, foram plantados cerca de 5 mil hectares, gerando do período do plantio à colheita, aproximadamente 1,2 mil postos de trabalho;

XXXIII. o abacaxi também avança no ranking da fruticultura tocantinense colocando o Estado como o nono maior produtor do Brasil, tendo como principais pólos Miranorte, Miracema, Porto Nacional, Barrolândia e Palmas, sendo Miranorte o maior centro de comercialização da fruta;

XXXIV. o caju tocantinense ganha espaço na exportação para outros Estados como Piauí, São Paulo e Distrito Federal, ressaltando-se que a área plantada este ano foi de aproximadamente mil hectares, aumentando cerca de 20% em comparação ao ano de 2006;

XXXV. com o objetivo de fortalecer a produção do leite tocantinense, o Governo do Estado declarou 2007 como o Ano Estadual do Leite, objetivando incentivar o consumo e sanidade da produção para garantir a qualidade de vida da população tocantinense;

XXXVI. o governo investiu na qualificação de 200 professores do ensino médio e fundamental de nove municípios da rede municipal e estadual de ensino, que serão multiplicadores em suas escolas, disseminando o turismo como fonte de renda, economia e empreendedorismo, por meio do Programa Caminhos do Futuro;

XXXVII. outra inovação foi a implantação do Cadastur, sistema *on line* de cadastro de profissionais de turismo que cadastrou 184 empreendimentos e profissionais e promoveu visitas a 25 municípios, legalizando e, assim, possibilitando as empresas a participarem de programas e projetos do governo federal e receber benefícios do governo estadual;

XXXVIII. este posicionamento pró-ativo fez com que, neste momento, o Estado do Tocantins seja destaque no turismo amazônico estando entre os 87 destinos indutores selecionados pelo Ministério do Turismo;

XXXIX. o programa de desenvolvimento turístico, cujos investimentos somaram quase R$ 2 milhões, melhorou a infra-estrutura básica em 43 municípios na temporada de praia.

4.4.2 COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA, ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

A moderna infra-estrutura produtiva que dispõe o setor empresarial corresponde às expectativas atuais em termos de capacidade instalada, podendo produzir e gerar postos de trabalho, renda, receita tributária e cambial.

Os investimentos em infra-estrutura têm sido a base para a consolidação da logística e promoção do desenvolvimento socioeconômico, e materializaram as políticas e os projetos de construções, reformas e eletrificação, na forma dos resultados demonstrados abaixo:

I. Foram melhoradas, na região Sudeste do Estado, 498km de rodovias vicinais ao custo de R$ 7,8 milhões, e na Região do Bico-do-Papagaio, 346 Km de rodovias municipais com R$ 5 milhões de recursos investidos;

II. foi instalada em Palmas e Araguaína, uma fábrica de superestrutura para pontes pré-moldadas com investimentos superiores a R$ 2,2 milhões;

III. a Ponte Tupirama-Pedro Afonso, com uma extensão de 1.060Km e investimentos de aproximadamente R$ 100 milhões, construída em parceria com o Governo Federal, foi inaugurada no final do ano de 2007, significando a redenção econômica para todos os produtores da região e o aumento da competitividade dos produtos tocantinense no mercado interno e externo;

IV. foram pavimentados 118.000m² de vias urbanas, sendo aplicados nesta ação R$ 5 milhões;

V. entre projetos, construções, reformas e manutenções foram investidos recursos da ordem de R$ 25,3 milhões em um total de 30.178,92 metros quadrados, enfatizando que, entre outros, foram reformados hospitais ou centros de saúde - como o Centro de Hemodiálise de Gurupi -, além de delegacias, fóruns, postos de fiscalização e outras edificações públicas;

VI. investimentos foram feitos na rede aeroportuária para elaboração de 4 projetos de futuros aeródromos; construção, manutenção e aquisição de equipamentos de segurança de 2 aeródromos, sendo manutenção de equipamentos de proteção ao vôo em Araguaína, Araguacema e Porto Nacional;

VII. o governo incrementou de tal modo a infra-estrutura rodoviária estadual, que 2007 encerrou-se com a pavimentação de 205 km de rodovias estaduais e investimentos em torno de R$ 256 milhões; na conservação de 514 km rodovias foram gastos R$ 39 milhões; e na construção de obras de arte especiais foram investidos 121 milhões;

VIII. Foram construídas 22 pontes de concreto armado concluídos, iniciadas obras de pavimentação em 537,86 km de rodovias e a construção de mais nove pontes, ora em andamento;

IX. outra ação de destaque foi a implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável- PDRS, em maio de 2007, no valor de US$ 100 milhões de dólares, resultado de um acordo de empréstimo entre o governo do Tocantins (40%) e o Banco Mundial – Bird (60%), com o objetivo de promover a melhoria e a conservação das rodovias vicinais;

X. na zona urbana, o número de rede de energia construída cresceu significativamente, a exemplo de 39,19 km de redes urbanas construídas e 42,63 km de redes rurais, com investimentos de recursos da ordem de R$ 1.8 milhões;

XI. o número de redes de energia na zona rural também aumentou expressivamente com o programa Luz para Todos que criou novas perspectivas para o setor agrícola, reduzindo as desigualdades no campo, aumentando a geração de renda principalmente para a família do pequeno produtor, diminuindo conseqüentemente os custos com programas sociais e o êxodo rural;

XII. com o programa foram investidos cerca de R$ 51 milhões**,** realizadas 5.575 ligações que totalizam mais de 2 milhões de metros de rede construídos, beneficiando pequenos produtores rurais, além de assentamentos e escolas;

XIII. o Governo Estadual aplicou em implantação e ampliação de sistema sanitário e de abastecimento de água, R$ 4,2 milhões, almejando reduzir os índices de doenças causadas pela ausência de água potável e esgoto tratado e, por conseqüência, evitando a poluição do meio ambiente.

4.4.3 ALTA QUALIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUILÍBRIO FISCAL

A modernização da estrutura administrativa ampliou e aprofundou o processo de reformas para que o Governo do Estado desempenhe suas funções de forma a corresponder às expectativas da sociedade.

A máquina administrativa dispõe de recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e suficientes para assegurar uma crescente capacidade de resposta moldada nos mais altos padrões de qualidade de um serviço público moderno, refletidos na suas atividades finalísticas.

A administração pública estadual, com o moderno modelo de gestão e reestruturação da máquina estatal, apresentou os seguintes indicadores:

I. a política de permanente valorização do servidor público teve sequência com as ações de capacitação funcional continuada, assegurando a instituição do vale-transporte e a assistência médico-odontológico promovida pelo PLANSAÚDE que realizou aproximadamente 123 mil atendimentos/mês, com 3.900 internações, 58 mil exames laboratoriais, 25 mil consultas, 13 mil

atendimentos odontológicos, 7 mil procedimentos especiais e 2 mil procedimentos cirúrgicos;

II. outro feito importante foi a adequação do Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais ao novo perfil e a atual realidade do Estado;

III. o Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão "É PRÁ JÁ", foi inaugurado recentemente em Araguaína e desburocratizará o atendimento, oferecendo conforto aos usuários;

IV. comprovou-se aumento da eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento institucional da Controladoria-Geral do Estado, o aprimoramento do sistema de controle interno e da execução dos programas e ações de governo, compreendendo, especialmente, a verificação da legalidade dos procedimentos administrativos e avaliação das metas previstas no Plano Plurianual e das prestações de contas anual dos gestores e do Governador;

V. em 2007, o Governo do Estado efetuou também o levantamento da necessidade de pessoal e a elaboração e revisão de editais para concursos públicos, sendo que o primeiro – oferecendo 350 vagas para a Polícia Civil – já se encontra em andamento;

VI. a inserção do vale-transporte também foi proposta pelo Governo do Estado e este benefício contempla todas as categorias do Executivo Estadual, inclusive servidores de cargos comissionados;

VII. também o governo estadual através da Secad permite que o servidor público possa recorrer a empréstimos seguros por meio do Siconsig – Sistema Integrado de Consignações que possui aproximadamente 60 entidades conveniadas e registrou 58.868 operações consignadas, ao longo de 2007;

VIII. foram atendidos 1.214 (um mil duzentos e quatorze) empreendedores do setor produtivo, totalizando a importância de aproximadamente R$ 2,2 milhões;

IX. contemplaram-se também os empreendedores de grandes projetos nos municípios de Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaina, Axixá do Tocantins, Porto Nacional e Taguatinga, com total de investimento da ordem de R$ 7,4 milhões, gerando emprego e renda para aproximadamente 3.500 pessoas;

X. foram atendidos 265 servidores públicos com empréstimos, totalizando uma liberação de recursos no total de R$ 1,1 milhão;

XI. o governo do Estado através da Escola de Governo ofereceu 28 cursos de capacitação para servidores públicos estaduais, contemplando todas as regiões do Estado, num total de 2.942 participantes nas áreas administrativa, de Informática, Língua Portuguesa, Atendimento ao Público, Prestação de Serviços e Oratória;

XII. como resultado da boa gestão dos recursos previdenciários, o Igeprev - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins ficou entre os melhores institutos de previdência do país, conforme pesquisa do NAP - Núcleo Atuarial de Previdência da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que o Igeprev aparece em terceiro lugar no ranking nacional;

XIII. a implantação de uma política de investimentos, embasada em cálculos atuariais e financeiros, com a aplicação das contribuições dos servidores em investimentos rentáveis, mas também seguros, levou a rendimentos altamente positivos, sendo que o Fundo Previdenciário evoluiu de R$ 166 milhões, em 2003, para R$ 979 milhões em dezembro de 2007.

4.4.4 INCLUSÃO SOCIAL E ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS TOCANTINENSES

O Tocantins tem na justiça social uma das razões de ser o cidadão como seu maior bem. É bastante claro que não pode haver desenvolvimento estável e futuro digno sem plena inclusão social de todos os seus cidadãos. As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico deverão ser sempre complementadas com ações efetivas destinadas ao desenvolvimento social.

O comprometimento com o social é prioridade do governo, uma vez que os fatores sociais, econômico e cultural são os responsáveis pelo crescimento da sociedade e permitem melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelos tocantinenses. Para avaliar os resultados voltados para o desenvolvimento social, destacam-se as seguintes funções sociais de: Saúde. Educação, Trabalho, Assistência Social, Cultura, Habitação e Gestão Ambiental:

I. A Saúde Pública foi desenvolvida de forma preventiva e curativa, priorizando-se a descentralização das ações de saúde, a exemplo dos 19 hospitais em pleno funcionamento, sendo realizados 686.878 procedimentos, desde consultas especializadas a atendimentos de urgência e emergência, e ainda 17.123 cirurgias de média e alta complexidade, inclusive cardíacas;

II. cumprindo o Princípio da Integralidade da Atenção aos Usuários do SUS-TO, implantou-se um Centro de Diagnóstico e Reabilitação Auditiva – CEDRAU e dois Centros de Reabilitação Física;

III. a fim de melhorar o acesso e a inclusão dos cidadãos tocantinenses portadores de necessidades especiais, na perspectiva de melhoria da saúde auditiva, visual e bucal dos alunos da rede pública de ensino, foram realizados 5.018 atendimentos, nesta área, dentre os quais houve a indicação de 3.310 óculos e 359 cirurgias, e ainda, foram concedidos coletes, calçados ortopédicos, cadeiras de roda, muletas, andadores e outras próteses de membros;

IV. unidades do SUS foram fortalecidas, como a de Augustinópolis, Dianópolis e Gurupi, mediante a reforma de unidades hospitalares, equipadas com mamógrafos e além disso, ampliou-se a unidade de coleta do hemocentro e do ambulatório do HGP, complementando e adequando a sua 7ª Etapa, bem como a UTI neonatal do Hospital Dona Regina;

V. o Estado atualmente conta com o quantitativo de 3.443 agentes comunitários de saúde, com uma cobertura de 98,28% e possui ainda 358 equipes do PSF, cobrindo 75% da população do Estado do Tocantins, o que coloca o Estado em primeiro lugar na Região Norte do País em relação à cobertura da população;

VI. o Governo aplicou os recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o estabelecido na EC 29/00 e pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 322, de 08 de maio de 2003, sendo aplicados, em 2007, na função saúde um montante de R$ 461,6 milhões, ressaltando que o Tocantins, por meio de nota técnica enviada pelo Ministério da Saúde, tem ultrapassado o percentual estabelecido pela referida emenda.

VII. outras ações da área de saúde que merecem destaque são: Implantação e regulamentação da Ouvidoria por meio da Portaria Nº 174 de 10 de maio de 2007; processamento de 560 demandas, com 70% de casos atendidos; inauguração do Laboratório de Anatomia Patológica no HGP – embrião da UNACON;credenciamento do HGP para realização de cirurgias cardíaca e da hemodinâmica; reforma do Pronto Socorro Infantil do Hospital Dom Orione em Araguaína; inauguração do Centro de Hemodiálise em Gurupi; implantação da unidade de mamografia no Hospital Regional de Gurupi; implantação do Cadastro Nacional dos Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) no Hemocentro e instalação do Complexo Regulador, com implantação do Cadastro Nacional de Captação de Doadores de Órgãos - CNCDO;

VIII. foram atendidos 35 mil usuários do Programa de Medicamentos Excepcionais da Assistência Farmacêutica do Estado;reforma e ampliação do Hospital e Maternidade Dona Regina; reforma do Hospital Regional de Arraias; inauguração do Centro de Consultas Especializadas de Palmas – CECEP; aquisição de tomógrafo e ressonância magnética para o Hospital Geral de Palmas; Implantação do Estoque Regulador de medicamentos em obediência as condições técnicas exigidas pela ANVISA;

IX. implantação da Coordenação de Informações Epidemiológicas de Vigilância em Saúde – CIEVS e da Unidade de Resposta Rápida - URR para investigação de surtos e emergências epidemiológicas;

X. na assistência farmacêutica básica, repassou-se aos 139 municípios o valor de R$ 2.2 milhões e outros R$ 4,6 milhões foram utilizados no atendimento de medicamentos de dispensão excepcional;

XI. as unidades hemoterápicas do Estado foram assistidas com insumos, materiais e equipamentos, tiveram ampliados os atendimentos a pacientes portadores de doenças hematológicas, sendo o Hemocentro de Palmas o laboratório pioneiro do Estado a realizar exames específicos de hemostasia e coagulação e o fornecimento de sangue e hemocomponentes foi garantido em 100% das unidades hospitalares públicas e privadas;

XII. resultados satisfatórios são observados na Vigilância Epidemiológica e Ambiental, reduzindo, por exemplo, em mais da metade, os casos de hanseníase no Estado, o que proporcionou a Secretaria de Saúde premiação na 7ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças;

XIII. com a finalidade de agilizar os atendimentos de urgência e emergência, por meio de transporte seguro, financiou-se três centrais municipais de regulação de urgência e emergência (Araguaína, Palmas e Gurupi) no valor de R$ 1,5 milhão;

XIV. a Educação, para este Governo, é essencial para o desenvolvimento social e econômico do Tocantins e um instrumento de inclusão social e combate à pobreza e dentre as várias ações realizadas, destaca-se o cuidado desta administração com a qualidade da rede de unidades escolares;

XV. de acordo com a pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada em outubro de 2007, pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Tocantins foi o Estado que mais investiu em Formação Continuada dos Professores e em Inclusão digital, sendo importante destacar que a Formação Continuada é uma ação

contínua, prevista no calendário escolar, para todos os professores da Rede Estadual de Ensino;

XVI. foram ampliadas e reformadas Unidades Escolares e construídas novas escolas, distribuídas em 38 municípios, cujos investimentos ultrapassaram a soma de R$ 15,6 milhões;

XVII. vale destacar, entre as 55 unidades educacionais beneficiadas, a construção da Unidade Escolar Profissionalizante em Araguaína, com capacidade para oferecer quatro cursos, com investimento superior a R$ 1 milhão;

XVIII. o Almoxarifado da Secretaria da Educação e Cultura dispõe de sistema próprio de controle e está 100% (cem por cento) informatizado, encontrando-se conferido e ajustado, com inventário físico e financeiro conciliado com o valor contábil, conforme registro disponível no SIAFEM;

XIX. o Programa de "Alimentação Escolar" beneficiou aproximadamente 173 mil alunos, com recursos de R$ 7.3 milhões provenientes da parceria MEC/FNDE e Governo do Estado e a manutenção do transporte escolar do ensino fundamental e médio atendeu a 18 mil alunos, com investimentos superiores a R$ 11 milhões;

XX. no projeto de incentivo à leitura, o evento de destaque nacional foi o 3º Salão de Livro, que reuniu, em 10 dias, mais de 250 mil cidadãos, vindos de todas as regiões do Tocantins e 300 expositores, com uma movimentação financeira de aproximadamente R$ 6,4 milhões;

XXI. durante a realização do III Salão do Livro do Tocantins, houve a distribuição de "Cartão Livro", no valor de R$150,00 para 14 mil professores da rede estadual de ensino;

XXII. aumento da autonomia da gestão educacional com crescentes repasses de recursos financeiros às UEs e a implementação das políticas de profissionalização, qualificação e valorização de servidores, assim como a realização do processo seletivo para diretor de unidade escolar;

XXIII. não obstante, em 2007, elevou-se o nível dos serviços prestados, dando continuidade às ações de sucesso, que podem ser traduzidos pela classificação nacional em 6° lugar, na 8ª série do ensino fundamental, segundo dados do IDEB;

XXIV. o Projeto UCA é um dos projetos de destaque na política de inclusão digital tocantinense, uma parceria entre o MEC - Ministério da Educação e SEDUC - Secretaria da Educação e Cultura que tem proporcionado o contato diário e integral de alunos das escolas

públicas com o computador pessoal móvel - laptop, trazendo uma proposta inovadora de inclusão digital, enfatizando-se que na fase piloto, 911 alunos do Colégio Dom Alano, em Palmas, foram beneficiados;

XXV. o Tocantins está entre os três Estados brasileiros que pagam melhor seus professores em início de carreira, segundo a pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, em 15/10/200;

XXVI. a taxa de abandono escolar, na Rede Estadual, no Ensino Fundamental, nos anos iniciais é de 0,56% e nos anos finais é de 4,99%, e a variação percentual dessa taxa no período de 2006 a 2007 foi de 55,91% e de 19,44%, respectivamente; enquanto que a variação dessa taxa no Ensino Médio, no mesmo período, foi de 9,43 pontos percentuais, conforme dados da Seduc, por meio do Sistema de Acompanhamento do Rendimento Escolar da Rede Estadual de Ensino/2007;

XXVII. o governo do Estado, através da Secretaria da Educação, em parceria com o Ministério da Educação, cumpriu o compromisso assumido no Fórum Estadual da Educação do Campo, em 2005, ao elaborar os Referenciais Curriculares para a Educação Básica, no Campo, com a participação de representantes dos movimentos sociais, professores e técnicos da Rede Pública;

XXVIII. a meta prevista para 2007 era aumentar em 26% o índice de aprovação no 2° ano do ensino fundamental, e a Seduc conseguiu alcançar um índice de 26,18%;

XXIX. a aprovação do 1° ano do ensino fundamental estava prevista para 4%, e chegou-se a 9,87% e no que se refere à redução da distorção no ensino fundamental, a meta prevista era atingir 10% e a secretaria conseguiu alcançar um índice de 24,10%; no ensino médio, o previsto era de 9% e este dado chegou a 15,03%;

XXX. o total de recursos destinados à Educação, em 2007, foi na ordem de R$ 525 milhões;

XXXI. no ano de 2007, os programas habitacionais realizados no Estado, entregaram 4.415 (quatro mil quatrocentos e quinze) unidades habitacionais às famílias beneficiadas;

XXXII. foram beneficiadas com reforma ou ampliação da casa própria 3.440 (três mil quatrocentos e quarenta) famílias, e foram assinados contratos com o governo Federal para a construção de mais de 1.986 (hum mil novecentos e oitenta e seis) unidades habitacionais, injetando na economia local cerca de R$ 67 milhões entre obras concluídas (contratadas em anos anteriores) e obras contratadas;

XXXIII. no âmbito da Ciência e Tecnologia, as principais ações desenvolvidas foram os Programas de Desenvolvimento Científico Regional, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e Primeiros Projetos;

XXXIV. de 2004 a 2007, o Proeducar concedeu créditos educativos a 3.926 estudantes carentes, ultrapassando R$ 22.4 milhões, dos quais R$ 13 milhões, no ano de 2007, com 1.003 beneficiados;

XXXV. o fomento à Ciência e Tecnologia incluiu apoio ao Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Biodiesel no Tocantins e implantou o Programa de incentivo às empresas de base tecnológica;

XXXVI. na Assistência e Desenvolvimento Social, tiveram apoio incondicional do Governo os programas de geração de renda, como o “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, “Horta Comunitária” e “Cozinha Comunitária”, que beneficiaram aproximadamente 60 mil tocantinenses, em mais de 80 municípios, com aplicação de recursos superiores a R$ 8,3 milhões e além destes, recebeu apoio o programa de "Suplementação Alimentar e Nutricional" que beneficiou famílias carentes em 34 municípios, com recursos na ordem de R$ 1,1 milhão;

XXXVII. os incentivos fiscais beneficiaram 65 empresas, representando um volume de recursos de R$ 350 milhões;

XXXVIII. o Projeto Zig-zag, que objetiva qualificar profissionais e gerar emprego e renda, foi implantado em 12 municípios;

XXXIX. o governo do Estado investiu R$ 2,5 milhões, em 2007, no projeto ‘Leite é Saúde’, que permite a entrega de um litro de leite enriquecido, por dia, para gestantes, lactantes, crianças e idosos;

XL. Outro programa desenvolvido foi o ‘Cozinhas Comunitárias’, realizado em parceria com o governo federal e prefeituras, que está garantindo às famílias de 12 municípios, e que estão em situação de vulnerabilidade social, o acesso à alimentação;

XLI. o Governo também disponibilizou R$ 17 milhões, que possibilitaram beneficiar, por meio do Programa “Pioneiros Mirins”, aproximadamente 43 mil famílias com crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos;

XLII. segundo dados do Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego, em termos percentuais, o Estado do Tocantins teve a maior taxa de crescimento, proporcionalmente, do país: a ampliação de 7.105

postos foi o melhor saldo já alcançado pelo Estado e representou uma expansão de 8,14% no setor formal;

XLIII. o Sine Tocantins de janeiro a Dezembro de 2007, em seus nove postos, distribuídos pelo Estado, captou 27.113 vagas e inseriu no mercado de trabalho 16.986 trabalhadores, representando um acréscimo de 22% no número de trabalhadores colocados em relação ao ano de 2006, conforme dados do Sigae – Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego que atribui o crescimento ao aumento da mão-de-obra, principalmente na indústria de transformação, da construção civil e do incentivo do governo no desenvolvimento econômico e social para o Estado. Além de revitalizar e realizar mais de 884 atendimentos nos Centros de Geração de Renda;

XLIV. na área social, Governo do Estado avançou na implantação do Suas - Sistema Único de Assistência Social, que atua na organização dos espaços de atendimento à comunidade, entre eles os Cras- Centros de Referência da Assistência Social;

XLV. o Tocantins conta hoje com 51 Cras – Centro de Referência de Assistência Social em 44 municípios, sendo que a capital tem o maior número de Centros, nove no total, seguida de Araguaína com três;

XLVI. as cidades que implantaram os Cras já sentem os reflexos positivos com os serviços básicos de assistência, encaminhando a população para programas e projetos de proteção social;

XLVII. foi incorporada à Secretaria do Trabalho e Assistência Social a Superintendência de Segurança Alimentar, englobando todos os programas e projetos da área e por meio dela foi possível desenvolver ações de redução das taxas de desnutrição e mortalidade, além de acompanhar mais de perto a situação alimentar e nutricional da população tocantinense, principalmente das comunidades indígenas e quilombolas;

XLVIII. vários projetos culturais marcaram o ano de 2007 e iniciam uma nova fase da cultura no Tocantins, como a exposição de obras de arte do Irã, por exemplo, que aconteceu pela primeira vez em Palmas, oferecendo a oportunidade de mostrar a rica cultura iraniana para mais de duas mil pessoas;

XLIX. na Galeria Mauro Cunha, na Fundação Cultural do Tocantins-FCT, em 2007, foram cerca de 12 exposições de arte, além do incentivo a exposições em locais públicos e galerias de arte em Palmas e em outros municípios do Estado;

L. em abril, os artistas tocantinenses tiveram destaque especial durante a comemoração do aniversário de 47 anos da capital federal, Brasília, na Esplanada dos Ministérios, quando a FCT levou um grupo de músicos para apresentar o show “Cantos do Tocantins”;

LI. o Projeto BR Arte e Cultura esteve presente em 18 municípios, abrangendo todas as regiões do Tocantins, nos quais foram realizadas oficinas de capoeira, de dança, de iniciação teatral, shows e grupos de bonecos, que possibilitaram o intercâmbio de bens culturais pelas comunidades municipais;

LII. realizou-se oficinas de qualificação em teatro, dança e música; promoveu-se as montagens de estruturas para apresentações teatrais, a confecção de materiais promocionais e as locações de estruturas para apresentações de shows, espetáculos e intercâmbios culturais; a cultura indígena, os aniversários dos municípios, as festividades religiosas e os eventos culturais tradicionais também receberam apoio, sendo gastos nesta área, R$ 5,6 milhões;

LIII. na área de patrimônio cultural, foram realizadas restaurações de bens materiais e imateriais, trabalhos de educação patrimonial e inventários que estão contribuindo para a preservação e fomento da história e cultura do Estado;

LIV. em 2007, o governo do Estado entregou à comunidade de Natividade grandes obras restauradas e revitalizadas, dentro do Programa Monumenta - uma parceria com o governo federal, prefeitura de Natividade e Iphan, que gerou benefícios para a população local e classificou o Tocantins como o Estado modelo neste tipo de projeto, ressaltando que os investimentos ultrapassaram os R$ 537 milhões;

LV. na área do Lazer e do Esporte, foram desenvolvidas atividades que levaram o cidadão a práticas saudáveis de vida e a um processo de convívio social amplo, reorganizando, desta forma, a estrutura esportiva básica e de alto nível, sendo distribuídos aproximadamente 5 mil itens esportivos e realizados circuitos de corridas de rua e os Jogos Abertos do Tocantins, que juntos tiveram R$ 1 milhão em recursos investidos;

LVI. os recursos na construção do Estádio de Futebol de Araguaína já ultrapassam os R$ 6,7 milhões; a reforma e ampliação do Estádio Rezendão, em Gurupi, os reparos na quadra poliesportiva, no Bairro JK, e a construção da quadra poliesportiva, no Bairro Eldorado, em Araguaína, somam uma importância de mais de R$ 1,5 milhões;

LVII. o governo do Estado reformou as instalações de várias obras, dentre elas, do Kartódromo Rubens Barrichelo, em Palmas; do Estádio

Rezendão, em Gurupi; do Estádio Gauchão e dos ginásios de esportes Noroeste e Neblina, em Araguaína, sendo que este último foi todo reformado e volta a ser uma referência para a comunidade araguainense e do Norte do Estado;

LVIII. o Governo incentivou a participação de atletas na VII Meia Maratona do Tocantins, evento que já foi incorporado ao calendário nacional, em 2007 e registrou uma média de 1.500 integrantes e participação da população em geral, ressaltando-se que por meio dela classificaram-se os atletas para a 83ª Corrida Internacional de São Silvestre (SP);

LIX. com objetivos semelhantes, projetos de iniciação esportiva, lazer e inclusão social, mereceram por parte do Governo, atenção especial como é o caso da Escolinha Nilton Santos, atendendo atualmente mais de 500 crianças por mês;

LX. é desenvolvido o Projeto Nutricional destinado às crianças carentes que visa ao reforço de uma alimentação balanceada, atende, atualmente, 50 crianças da Escolinha Nilton Santos e gradativamente, vem sendo implantado nos núcleos do Projeto Segundo Tempo;

LXI. as atividades para a juventude desenvolveram-se no campo da educação, do esporte, da segurança pública, da cultura, do trabalho e da ação social;

LXII. diversas palestras, conferências, fóruns e oficinas profissionalizantes foram realizadas, por meio, inclusive**,** de 17 convênios firmados com Federações, Associações e Municípios, buscando conscientizar a juventude quanto à construção da cidadania e a importância dos jovens na transformação pessoal e social do nosso Estado;

LXIII. nas Políticas Públicas direcionadas à Juventude, mediante o estabelecimento de convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas, priorizou-se a formação acadêmica e profissional, mediante a concessão de bolsas para os beneficiários do Programa Juventude Cidadã, que atendeu mais de 251.738 jovens; a manutenção da casa do Estudante, a concessão de bolsas universitárias, a realização de cursinho pré-vestibular e a concessão de cursos profissionalizantes como contabilidade básica, fundamentos da administração e informática, representando um investimento de cerca de R$ 13 milhões;

LXIV. está em andamento o estudo regionalizado de vazões, ao mesmo tempo em que foram adquiridas e instaladas quatro novas plataformas de coletas de dados (PCD's) com o intuito de gerar informações confiáveis acerca da vazão dos rios;

LXV. outros investimentos foram feitos na elaboração de estudos de aproveitamento de bacias, como a do rio Palmeiras; elaboração de projeto de recuperação das barragens auto vertentes no rio Urubu e elaboração do plano de conservação e usos múltiplos do reservatório de barragem do rio Manuel Alves – Eixo 3;

LXVI. o Governo do Estado deu continuidade ao trabalho de implantação do Protocolo de Prevenção e Controle ao Uso do Fogo e foram capacitados seis municípios, totalizando em 22 o número de municípios a assumirem o compromisso de combater o fogo irregular;

LXVII. o Projeto Quelônios do Tocantins, que tem por objetivo a conservação, proteção e manejo das tartarugas-da-amazônia e tracajás, realizou, em 2007, a soltura de 72 mil filhotes, em quatro bases localizadas em: Brejinho de Nazaré, na Ilha da Capivara; na praia do Falcão, em Araguatins; outra na Ilha do Índio, em Araguacema e a quarta base na praia do Canuto, na Barra do rio Javaezinho, no Parque Estadual do Cantão.

LXVIII. na Área Ambiental, destacamos a Política Estadual de Florestas gerenciada pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, tendo como marco o licenciamento da propriedade rural, cujo resultado foi a regularização de mais de 327 mil hectares, desde áreas escrituradas, reserva legal de uso alternativo, preservação permanente e autorizadas pela exploração florestal;

LXIX. no apoio à criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação, adquirimos aproximadamente 27.000 ha de terras no Parque Estadual do Jalapão e 35.200 ha no Parque Estadual do Cantão, visando à consolidação das áreas protegidas e de conservação da biodiversidade, totalizando mais de 62.000, e aplicação de recursos na ordem de R$ 4 milhões;

LXX. o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, que nos coloca como um dos primeiros Estados da Região Norte do país a estudar suas bacias hidrográficas, foi elaborado e traz o diagnóstico das potencialidades hídricas e demandas de usos dos recursos hídricos;

LXXI. pela primeira vez foi possível identificar 18 áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Estado do Tocantins, avaliar os condicionantes socioeconômicos e as tendências atuais da ocupação humana do território tocantinense, bem como formular as ações mais importantes para conservação dos recursos naturais do Tocantins;

LXXII. o ordenamento florestal foi um outro destaque no trabalho do governo estadual que, em 2007, aplicou aproximadamente R$ 13 milhões em Gestão Ambiental;

LXXIII. em 2007, também foram regularizados e entregues 301 títulos no Parque Nacional Eldorado no Município de Porto Nacional – TO;

LXXIV. foram concluídos os projetos de macroparcelamento e microparcelamento das Quadras ASR-NE 65, AV-SO 133, AV-SO 145, ARSO 131, ARSO 122, ARSO 132 e loteamento Taquari T13/23; regularizados 529 imóveis da CODETINS e Estado do Tocantins em Palmas-TO, bem como, foram emitidos 1.076 títulos do Loteamento Taquari.

4.4.5 SEGURANÇA E CIDADANIA AOS TOCANTINENSES

Garantir aos cidadãos o direito à segurança física e patrimonial é dever do Estado, previsto pelas leis de qualquer sociedade moderna. A segurança existente no nosso Estado, comparativamente com outros Estados da União, é também uma de nossas vantagens comparativas para a atração de investimentos, conforme o s seguintes resultados registrados no exercício de 2007:

I. No ano de 2007, o governo estadual aplicou R$ 261,5 milhões na função segurança pública, contemplando toda a estrutura operacional e administrativa;

II. a locação de 460 veículos para uso imediato na área de policiamento operacional é um dos investimentos fundamentais promovidos pelo governo do Tocantins, em 2007 e a operação utilizou recursos da ordem de R$ 11,2 milhões anuais, adquirindo outros 15 veículos foram adquiridos ao longo do ano;

III. a Polícia Militar recebeu novos armamentos; a ampliação da rede de comunicação e informatização; ampliação da frota de veículos, com um acréscimo de 460 novos automóveis locados, e acréscimo do efetivo com o ingresso de 258 servidores;

IV. em 2007, com ampliação do armamento e munição da Polícia Militar foi gasto R$ 778 mil;

V. também está em fase de contrato a aquisição de 616 coletes à prova de bala, no valor de R$ 216 mil e o investimento de R$ 1 milhão em fardamento;

VI. neste período, foi possível construir os destacamentos de Centenário, Palmeiras do Tocantins, Figueirópolis, Sandolândia, Alvorada, Tupiratins, São Salvador e o posto policial no Povoado de Pedreira, em Lajeado; ampliou-se e reformou-se a sede da 4ª Companhia Independente de Araguatins, a sede do 3ª Batalhão em Pedro Afonso, os consultórios médico e odontológico da 3ª Companhia Independente de Colinas do Tocantins e os destacamentos de Combinado e Palmeirópolis, além de outras obras;

VII. em abril, o convênio firmado com a Senasp - Secretaria Nacional da Segurança Pública permitiu a instalação do Telecentro que oferece infra-estrutura e meios necessários para realização de teleconferências, videoconferências e treinamento aos servidores, abrangendo diversas áreas de atuação das atividades da Segurança Pública;

VIII. também merecedor de destaque é o investimento destinado aos laboratórios de fonética e genética forense, ambos resultados de convênios com a Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp/MJ);

IX. o laboratório de fonética forense, cujo investimento foi de mais de R$ 118 milhões**,** é uma importante aquisição para a realização de perícias específicas na identificação de voz humana e transcrição na área de áudio e vídeo, enquanto o laboratório de genética forense e o laboratório de identificação criminal atenderão as provas materiais dos processos criminais e agilizarão os resultados;

X. os laboratórios citados estão em fase de finalização e receberam investimentos na ordem de R$ 400 milhões;

XI. na área de Segurança Pública, reaparelhou-se a Polícia Civil do Estado com equipamentos de informática e mobiliários novos, equipamentos de segurança individual para os servidores, estruturação das instalações, com recursos investidos da ordem de R$ 1,5 milhões**;**

XII. implantou-se a Ação “Segurança Cidadã e Paz Social”, que abrangeu atividades de atendimento das vítimas de violência doméstica e de gênero;

XIII. a segurança do presídio, em Araguaína, melhorou consideravelmente com a implantação de sistema de monitoramento**;**

XIV. o Corpo de Bombeiros teve a frota de veículos ampliada e adquiriu novos equipamentos de comunicação e informática; equipamentos

de salvamento aquático; equipamentos de emergência pré-hospitalar e de combate a incêndios e os investimentos chegaram a R$ 500 mil;

XV. na área de trânsito, as ações foram focadas na excelência da prestação de serviços aos cidadãos, facilitando o acesso destes à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

XVI. as campanhas educativas foram ampliadas e, do mesmo modo, a fiscalização no trânsito, cobrando cumprimento da Legislação de Trânsito;

XVII. na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, executou-se o Projeto Balcão da Cidadania, que possibilitou aos cidadãos tocantinenses o acesso à documentação básica como Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, CPF, além de atendimento jurídico e previdenciário;

XVIII. mais um Núcleo de Defesa do Consumidor foi implantado, em Porto Nacional, e foram realizadas a ampliação e a reforma nos núcleos de Dianópolis, Araguatins, Gurupi e Palmas, cujos investimentos alcançaram quase R$ 1 milhão;

XIX. o governador Marcelo Miranda nomeou, em 2007, 39 defensores públicos (classe inicial) aprovados em concurso, ampliando ainda mais o atendimento da Defensoria Pública;

XX. foram instaladas as novas sedes das Defensorias Públicas em Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins;

XXI. entre os projetos e programas desenvolvidos pela Defensoria Pública em 2007, destacam-se o ‘Justiça ao Alcance de Todos’, que totalizou 338 atendimentos em cinco edições promovidas nas cidades de Dueré, Cariri do Tocantins e Gurupi;

XXII. com diversas ações, a Defensoria Pública realizou em 2007, um total de 100 mil procedimentos jurídicos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Gerencial das Contas do Governo do Estado do Tocantins, documento elaborado pela Controladoria Geral do Estado, tem como objetivo precípuo comprovar, para efeito do artigo 40, inciso VII da Constituição Estadual, as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

Ao longo deste documento, foram feitas análises que demonstram os resultados expressivos e, o mais importante, satisfatórios, alcançados pela gestão financeira e orçamentária do Estado, no ano de 2007. O desempenho fiscal contribuiu de maneira decisiva para o cumprimento das obrigações constitucionais, notadamente no que se refere à aplicação mínima em educação e saúde e para a manutenção da despesa com pessoal, no limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os investimentos de peso em uma infra-estrutura adequada tem resultado em desenvolvimento com a construção de moradias, reforma em hospitais e escolas, ampliação de rede de energia elétrica, estradas e saneamento básico. Tudo isso tem melhorado a qualidade de vida do povo tocantinense. Além destas, uma obra de importância nacional, a Ferrovia Norte-sul deve ser concluída até 2009, abrindo a perspectiva de integrar os municípios tocantinenses à economia nacional e mundial.

Observou-se que a agricultura está consolidada. O Tocantins tem se consagrado como um dos Estados brasileiros que mais investiu no setor agropecuário. Isso pode ser mostrado por meio dos indicadores de exportação, de produção de grãos, dentre outros.

O novo tempo no Tocantins chegou e tem como base cinco eixos considerados estratégicos pelo Governo. São eles: eixo do desenvolvimento social, do desenvolvimento econômico, integrado e sustentado; gestão sustentável do meio ambiente e das águas; eixo do desenvolvimento científico e tecnológico e o eixo da democratização e humanização da gestão pública.

É nesse caminho que o Estado do Tocantins prossegue e constrói mais uma pagina da sua historia, marcada pela fato de proporcionar oportunidade para todos na educação, saúde, esporte, cultura, infra-estutura, saneamento, segurnaça pública e em serviços diversos.

Para reafirmar os dados expostos neste documento, o Sistema de Controle interno tem trabalhado na fiscalização e no acompanhamento de projetos e ações que atendam aos anseios sociais, dentro dos princípios da administração pública.

Registre-se, oportunamente, o eficiente trabalho desenvolvido pela Superintendência de Contabilidade da Secretaria da Fazenda na consolidação dos dados que compõem este Relatório, bem como dos servidores desta Pasta e dos Núcleos Setoriais de Controle Interno

Assim, tendo em vista que foram evidenciados eficientes resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, opinamos pela regularidade das contas sobre os os aspectos formais, contábeis e operacionais.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 25 dias do mês de março de 2008.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe